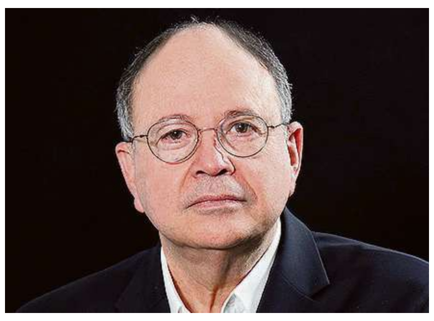
Rodovias, portos e ferrovias

Para Venilton Tadini, da Abdib, retomada dos investimentos da União é essencial Especial



Agronegócios

Preservar o crédito rural é preservar a segurança alimentar e o desenvolvimento do país, diz Rachel Maia B2

Especial
Tecnologia corporativa
Revolução trilionária

Tecnologia corporativa

Investimento em TI deve somar US$ 8,6 tri em 2026, com destaque em inteligência artificial e data centers Especial

Quarta-feira, 29 de julho de 2026
Ano 27 | Número 6556 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

bradesco bbi

No topo da Renda Fixa.

O **Bradesco BBI** assumiu a liderança do **ranking ANBIMA de Renda Fixa Local,** resultado de um trabalho contínuo para oferecer o melhor aos nossos clientes.

Sabemos que grandes conquistas como essa são construídas com a confiança de grandes parceiros. Manteremos o foco em estruturar e entregar soluções financeiras de excelência, gerando valor de forma consistente e sustentável.

Ranking ANBIMA de Originação de Renda Fixa no 1º semestre de 2026. bradescobbi.com.br | linkedin.com/company/bradesco-bbi | Fone Fácil Bradesco: 4002 0022/0800 570 0022. SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383. SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099. Ouvidoria: 0800 727 9933.

bradesco bbi

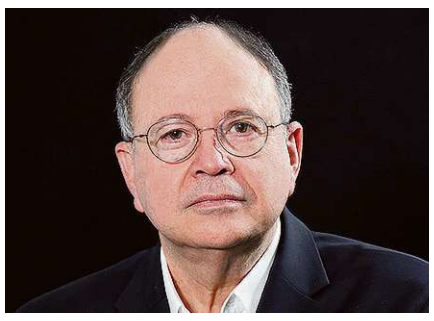
No topo da Renda Fixa.

O **Bradesco BBI** assumiu a liderança do **ranking ANBIMA de Renda Fixa Local,** resultado de um trabalho contínuo para oferecer o melhor aos nossos clientes.

Sabemos que grandes conquistas como essa são construídas com a confiança de grandes parceiros. Manteremos o foco em estruturar e entregar soluções financeiras de excelência, gerando valor de forma consistente e sustentável.

Ranking ANBIMA de Originação de Renda Fixa no 1º semestre de 2026. bradescobbi.com.br | linkedin.com/company/bradesco-bbi | Fone Fácil Bradesco: 4002 0022/0800 570 0022. SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383. SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099. Ouvidoria: 0800 727 9933.

Rodovias, portos e ferrovias
Para Venilton Tadini, da Abdib, retomada dos investimentos da União é essencial Especial



Agronegócios
Preservar o crédito rural é preservar a segurança alimentar e o desenvolvimento do país, diz Rachel Maia B2

Especial
Tecnologia corporativa
Revolução trilionária

Tecnologia corporativa
Investimento em TI deve somar US$ 8,6 tri em 2026, com destaque em inteligência artificial e data centers Especial

Quarta-feira, 29 de julho de 2026
Ano 27 | Número 6556 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Força de exportadora e fôlego fraco de empresa com atuação local vão marcar 2º trimestre

Balanços Resultados de companhias abertas no período de abril a junho deverão mostrar polarização na bolsa brasileira; números agregados devem ser positivos

Felipe Laurence
De São Paulo

A temporada de balanços do segundo trimestre aponta para um cenário de forte polarização na bolsa. Enquanto as empresas exportadoras de commodities, com destaque para as petroleiras, devem apresentar números robustos, o resultado das companhias voltadas ao mercado interno vai mostrar desaceleração, pressionado pelas incertezas macroeconômicas.

As projeções para os números agregados dos balanços no período são bastante positivas. O Santander projeta crescimento de cerca de 10% nas receitas do conjunto de empresas sob sua cobertura, com avanço de 23% no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e de 20% no lucro líquido. A XP corrobora o otimismo, estimando expansão de 9,9% na receita, 20,5% no Ebitda e 19,8% no lucro para as cerca de 140 empresas que acompanha.

Apesar das estimativas agregadas serem vigorosas, o tom do mercado é de cautela. Para Ricardo Peretti, estrategista de ações do Santander, a disparada dos preços do petróleo e a alta de insumos devem bater nas empresas domésticas. "Nossa visão é de uma temporada com volatilidade; algumas empresas vão surpreender, mas esse cenário de Selic e conflito [no Oriente Médio] se torna desafiador para as companhias", diz Jerson Zanlorenzi, chefe da mesa de ações e derivativos do BTG Pactual. Segundo ele, o cenário macroeconômico trará maior dispersão de resultados, exigindo atenção ao quadro de cada empresa. Ao contrário dos trimestres anteriores, quando o desempenho das companhias locais foi o destaque, as empresas exportadoras é que devem ter puxado os resultados de abril a junho.

A avaliação é que os números mais expressivos virão das exportadoras de commodities, em especial as do segmento de petróleo e gás, impulsionadas pela alta dos preços em meio ao cenário de tensões nas rotas de transporte globais. Com o barril do Brent numa média elevada no segundo trimestre, de cerca de US$ 97, as empresas de exploração e produção tendem a apresentar resultados muito fortes, com Prio e Petrobras aparecendo como os principais destaques para BTG e XP. **Páginas B1 e B4**

IPCA-15 sobe apenas 0,06% e eleva chance de corte da Selic

Marcelo Osakabe, Lucianne Carneiro, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Luana Reis e Arthur Cagliari
De São Paulo e do Rio

Favorecida pela maior deflação de alimentos em quase dois anos, a prévia da inflação oficial de julho, o IPCA-15, subiu apenas 0,06%, menor variação para o mês desde 2023 (-0,07%). O resultado do indicador ficou abaixo do piso das projeções colhidas pelo **Valor Data**, que variaram entre 0,17% e 0,28%, com mediana de 0,21%.

O dado levou a algumas revisões de projeção para a inflação anual e fortaleceu as chances de um novo corte da Selic na próxima reunião do Copom. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,52%, abaixo dos 4,8% da leitura anterior. No entanto, segue acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central, de 3%, e mesmo do teto da banda de tolerância, de 4,5%. **Páginas A5 e C1**

Bolsa da Coreia desaba com ações de chips

Victor Rezende
De São Paulo

O fortalecimento da China como concorrente na cadeia de semicondutores tem ampliado o mau humor do mercado com o setor de tecnologia, provocando um expressivo tombo das ações do segmento. Na terça-feira, a bolsa de Seul enfrentou mais um "circuit breaker" (interrupção do pregão) provocado pelas perdas de papéis de empresas que produzem chips — o índice Kospi recuou 10,84%, com as ações da SK Hynix perdendo 14,65%, e as da Samsung Electronics, 13,39%. O mau humor se espalhou para Wall Street, onde a Micron Technology caiu 8,85%, e a AMD recuou 8,15%. O estresse no mercado ontem se aprofundou após a informação de que a China iniciou a fabricação de máquinas de litografia por ultravioleta profundo com imersão (DUV), equipamento para a produção de chips historicamente dominado pela empresa holandesa ASML. **Página C2**

CASACOR recebe o 'Café com as CEOs'

Livia Pedreira, presidente do conselho curador da CASACOR, falou ontem às dezenas de líderes que participaram da 8ª edição do evento "Café com as CEOs". A especialista apontou a necessidade de vincular a moradia "ao que somos e ao momento que vivemos". "É preciso definir o papel da casa no mundo em transição e quase colapsado." Página B6

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Avança a guerra de versões sobre megafusão na França

Adriana Mattos
De São Paulo

Há cerca de seis meses, a polícia francesa cumpriu mandado de busca e apreensão de documentos na sede do Carrefour, onde trabalham o CEO, Alexandre Bompard, e o comitê executivo do grupo. A informação, do site francês La Lettre, foi confirmada pelo **Valor**.

A operação tem origem em ação civil aberta após depoimentos de Jean-Charles Naouri, ex-CEO do Casino, em outubro de 2025 e fevereiro de 2026, que citam suposta atuação de Bompard e de fundos de investimentos para prejudicar o Casino. O Brasil é o segundo maior mercado do Carrefour. O Casino era dono do GPA.

O caso começou em setembro de 2018, quando o Casino publicou comunicado, com grande repercussão no mercado, dizendo ter sido procurado pelo Carrefour para uma fusão de negócios, informação desmentida pelo rival. **Página B5**

FGTS distribuirá R$ 13 bilhões a trabalhadores

Giordanna Neves
De Brasília

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou a distribuição de R$ 13,04 bilhões para os trabalhadores cotistas. O valor representa 89% do lucro apurado pelo FGTS em 2025. A Caixa fará a distribuição dos recursos até 31 de agosto, de forma proporcional ao saldo das contas vinculadas. Ao todo, cerca de 138 milhões de trabalhadores serão contemplados.

Segundo a Caixa, o FGTS registrou, em 2025, a maior arrecadação da história, de R$ 212,6 bilhões, com alta de 10,4% em relação a 2024, impulsionada pelo aumento da contribuição dos empregadores. Os saques totalizaram R$ 190,4 bilhões, avanço de 18,3% ante o exercício anterior, fruto do contexto de "pleno emprego" e rotatividade dos trabalhadores, de acordo com o banco. **Página C3**

Destaques

Fisco reconhece isenção à ZFM

A Receita reformou seu entendimento, assentado em maio após consulta formulada pela Confederação Nacional da Indústria, e passou a reconhecer a isenção de PIS/Cofins nas vendas às empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM). Pela decisão anterior, o incentivo fiscal teria redução de 10%. **E1**

PF busca bens de Vorcaro no exterior

O ministro André Mendonça, do STF, autorizou a Polícia Federal a rastrear bens e valores ligados ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro no exterior. A autorização também vale para outros investigados no caso Master. O **Valor** apurou que já foram feitos ao menos dois pedidos de cooperação internacional. **C4**

Indicadores

Ibovespa	28/jul/26	0,70%	R$ 22,3 bi
Selic (meta)	28/jul/26		14,25% ao ano
Selic (taxa efetiva)	28/jul/26		14,15% ao ano
Dólar comercial (BC)	28/jul/26		5,1171/5,1177
Dólar comercial (mercado)	28/jul/26		5,1210/5,1216
Dólar turismo (mercado)	28/jul/26		5,1455/5,3255
Euro comercial (BC)	28/jul/26		5,8335/5,8347
Euro comercial (mercado)	28/jul/26		5,8314/5,8320
Euro turismo (mercado)	28/jul/26		5,8976/6,0776

7 898937 880054

Mercados de ações

Com a inteligência artificial no centro das atenções dos investidores, Gina Martin Abrams, estrategista-chefe da HB Wealth, vê um movimento de rotação no mercado e apresenta uma visão otimista para os setores de energia e materiais. Ao 'Valor', ela disse esperar uma desaceleração no crescimento das 'big techs' e vê momento favorável para o mercado de ações no Brasil. Página C2

DIVULGAÇÃO

Japão: terremoto causa explosão em shopping

Akane Okutsu
Nikkei Asia, de Tóquio

Um terremoto de magnitude 7,1 provocou uma explosão em um shopping center na Província de Kumamoto, no sudoeste do Japão, deixando cerca de duas dezenas de pessoas presas nos destroços. Um alto funcionário do governo disse que um vazamento de gás pode ter causado a explosão. Ao menos uma pessoa teria morrido. Outras quatro haviam sido resgatadas do shopping center até o amanhecer de quarta-feira no Japão. Em outra ocorrência ligada ao tremor, 11 pessoas ficaram presas após o desabamento de uma chaminé na fábrica da Nippon Paper Industries, na cidade de Yatsushiro. **Página A12**

JHSF
SURPREENDENTE
RESERVA
CIDADE JARDIM
NO CIDADE JARDIM, A REGIÃO ONDE TUDO ACONTECE, NASCE O EMPREENDIMENTO MAIS ICÔNICO DA JHSF.
IMAGEM ILUSTRATIVA PRODUZIDA COM IA.

Ines249

Vem aí a fase de testes da reforma tributária

Lu Aiko Otta

A fase de testes da reforma tributária deve começar na próxima segunda-feira, dia 3. Empresas passarão a informar, nas notas fiscais, o valor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dois tributos criados na reforma e que compõem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

No teste, será apurada, mas não recolhida, uma alíquota de 1%. As informações ajudarão a calcular qual alíquota será necessária para que o IVA arrecade o mesmo que o sistema tributário atual.

O problema é que nem todas as empresas estão preparadas para cumprir essa exigência. Mas, se não o fizerem, correm o risco de não conseguirem emitir notas fiscais.

Diante desse problemão, duas alternativas estão em discussão: adiar o início da exigência ou manter a data e flexibilizar as obrigações.

A segunda é a opção da Receita Federal, que quer fazer de 2026 um ano de orientação às empresas, sem aplicar punições àquelas que estejam se preparando para implementá-lo.

O órgão federal propôs a adoção de um programa de conformidade ao seu “sócio” no IVA, o Comitê Gestor do IBS, composto por representantes de Estados e municípios. Espera um posicionamento nos próximos 30 dias.

Os preparativos para a entrada em vigor do novo sistema estão atrasados, e não só para a fase de testes. A reforma exige novos modelos de documentos que ainda não estão disponíveis.

Na segunda-feira (27), Receita e Comitê Gestor divulgaram nota dizendo que até o fim do mês divulgarão um cronograma com os prazos de adaptação às novas exigências relacionadas à CBS e ao IBS. Promete ainda divulgar os leiautes dos novos documentos com antecedência mínima de 60 dias.

“A nota anuncia que vai anunciar um cronograma, mas por enquanto continuamos no impasse”, comentou Sergio Sgobbi, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom, associação que reúne empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) que trabalham para grandes contribuintes.

O presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac), Edgard de Castro, interpretou a nota como uma flexibilização das exigências que vigorariam a partir da segunda-feira. “Muito provavelmente tem aquelas regras de validação dos documentos fiscais que não vão ser ativadas, porque se não tiver os campos de IBS e CBS não gera o documento.”

Afrac, Brasscom e mais duas associações das empresas de TIC, responsáveis pelo desenvolvimento dos novos sistemas que permitirão colocar a reforma tributária em operação, divulgaram nota há duas semanas na qual pedem “harmonização regulatória” e “medidas que garantam segurança jurídica e operacional”.

O que mais tem atrapalhado os preparativos para a reforma tributária é o fato de estarem em construção dois sistemas de recolhimento, um para a CBS e outro para o IBS. “A concepção [da reforma] é um único sistema, mas temos dois”, comentou o diretor da Brasscom. “Isso impõe novos riscos tecnológicos e integração de sistemas que podem ter descompasso temporal.”

Ao pé da letra, disse Sgobbi, a existência de dois sistemas contraria a Constituição. “Vamos lembrar que o IVA é dual apenas por competência, não por gestão”, opinou Castro, na mesma linha.

No evento “Caminhos do Brasil”, realizado no último dia 2 pelo **Valor** e pelo jornal O Globo, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, apontou a questão federativa como um risco para a reforma.

Outro é o risco político, de ser reaberta a discussão, disse o ministro na ocasião. O candidato do PL à presidência da República, Flávio Bolsonaro, falou em suspender por um ano a entrada em funcionamento do novo sistema tributário, prevista para o próximo 1º de janeiro.

“Tem essa ‘fake news’ que eu chamo de eleitoreira, de dizer que vai brecar a implementação da reforma”, disse Castro. Ele explicou que essa decisão não cabe ao presidente da República, e sim ao Legislativo. “Mas essas ‘fake news’ acabam postergando a decisão da empresa, o que é ruim.”

Isso gera preocupação entre as que estão trabalhando para operar os novos tributos no prazo, disse o presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB), Adriano Subirá. “Todo mundo vai ter que virar a chave junto”, disse. “Se eles [fornecedores] não fizeram a lição de casa, vão me cobrar mais e me prejudicar ou vão cobrar menos e vão quebrar — de um jeito ou de outro, eles me prejudicam.”

Os dois representantes das empresas de TIC destacam que a comunicação com a sociedade precisa ser intensificada. “Não tem um canal para o contribuinte tirar dúvidas sobre a reforma”, afirmou Sgobbi. Castro citou como exemplo a exigência, prevista para 1º de setembro, de empresas do Simples Nacional passarem a emitir suas notas fiscais de serviços no portal nacional, e não mais no sistema do município. Ele próprio se enquadra nessa situação, e não recebeu nenhuma comunicação oficial a respeito.

Com tantas dificuldades, é sensata a abordagem da conformidade, mais voltada para a orientação do que para a punição. É preciso calma para não jogar fora a reforma aprovada depois de quase quatro décadas de discussão.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

Ciência Programação tem debates, apresentação de projetos e assembleia sobre o uso da inteligência generativa

SBPC debate IA, tema do Prêmio Jovem Cientista

Pâmela Dias
O Globo, do Rio

A poucos dias do encerramento das inscrições do Prêmio Jovem Cientista 2026, que neste ano tem como tema a inteligência artificial para o bem comum, a principal reunião científica da América Latina também põe essa tecnologia no centro dos debates. A programação da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que começou domingo e vai até sábado na UFF, em Niterói, reúne 10 atividades relacionadas à IA, como mesas-redondas, minicursos e apresentações de trabalhos científicos.

A previsão é que o evento reúna 50 mil participantes, entre pesquisadores, professores, estudantes e público em geral. A programação que trata da inteligência artificial inclui debates sobre o impacto da ferramenta nas publicações científicas e na pesquisa em educação e uma assembleia dedicada ao uso da inteligência artificial generativa nas salas de aula.

Outras atividades relacionadas ao tema são dois minicursos voltados à aplicação da tecnologia na educação básica e a apresentação de pesquisas sobre usos da IA em áreas como mudanças climáticas, educação, mobilidade urbana e impactos sociais e éticos da tecnologia. Um destaque é a apresentação de Zequinha, um robô criado pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da UFRJ com o uso da IA, e capaz de conversar, criar imagens e interagir com os visitantes.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

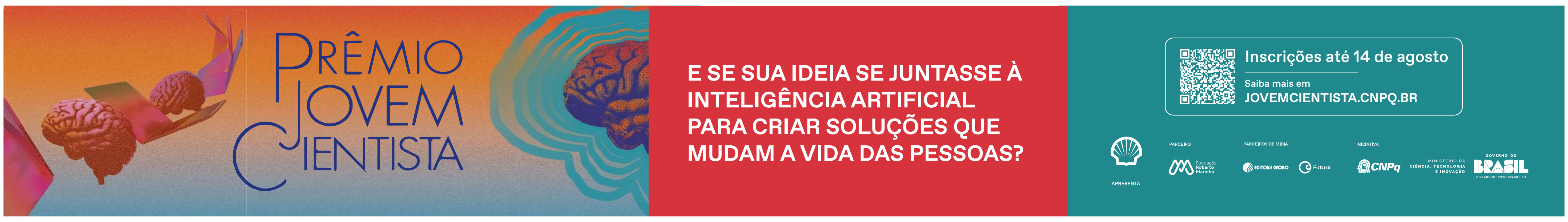
PRÊMIO JOVEM CIENTISTA
APRESENTA
CATEGORIA
EN O ERIOR

Cerimônia de premiação do Jovem Cientista no ano passado

A SBPC também receberá os vencedores da edição de 2025 do Prêmio Jovem Cientista, cujo tema foi “Resposta às Mudanças Climáticas: Ciência, Tecnologia e Inovação como Aliadas”. Os três primeiros colocados — Elizângela dos Santos, na categoria Mestre e Doutor, Manuelle Pereira, na categoria Ensino Superior, e Raul Victor Souza, vencedor na categoria Ensino Médio — participam de atividades promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre elas, estão a abertura da ExpoT&C, a cerimônia do Prêmio José Reis de Divulgação Científica e o debate “O valor do reconhecimento: por que premiar mulheres na Ciência?”, previsto para hoje.

O Prêmio Jovem Cientista está com inscrições abertas até 14 de agosto pelo site jovemcientista.cnpq.br. Promovido pelo CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o prêmio conta com patrocínio master da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. Os vencedores serão anunciados em novembro e, como tradição da iniciativa, apresentarão seus trabalhos no SBPC de 2027.


PRÊMIO JOVEM CIENTISTA
E SE SUA IDEIA SE JUNTASSE À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA CRIAR SOLUÇÕES QUE MUDAM A VIDA DAS PESSOAS?
Inscrições até 14 de agosto
Saiba mais em JOVEMCIENTISTA.CNPQ.BR
APRESENTA
PARCEIRO Fundação Roberto Marinho
PARCEIROS DE MÍDIA EDITORA GLOBO Futura
INICIATIVA CNPq MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Secretaria confirma 14º caso de sarampo em São Paulo

Folhapress, de São Paulo

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo confirmou nesta terça-feira (28) um novo caso de sarampo na capital paulista. Trata-se de um bebê com menos de 1 ano, sem histórico de vacinação, residente da zona norte.

Com isso sobe para 14 o número de casos de sarampo na cidade de São Paulo em 2026.

A Secretaria da Saúde reforça a recomendação da aplicação da dose zero da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) para bebês de 6 meses a 11 meses e 29 dias residentes nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo.

A dose zero não substitui as doses previstas no Calendário Nacional de Vacinação. A criança deve seguir o esquema vacinal de rotina, com a primeira dose da vacina tríplice viral aos 12 meses e a segunda, preferencialmente com a vacina tetraviral (que inclui varicela), aos 15 meses.

Crianças, adolescentes e adultos que não tenham recebido as doses indicadas devem procurar a unidade de saúde mais próxima para atualizar a caderneta.

Diante do aumento de casos na Grande São Paulo, de 3 de agosto até 1º de setembro, pessoas que tenham entre 6 meses e 59 anos de idade poderão se vacinar contra o sarampo na capital paulista, em São Bernardo do Campo e em Guarulhos, independentemente de terem sido vacinadas antes. Não será necessário comprovar histórico vacinal anterior.

A recomendação é que todas as pessoas de seis meses a 59 anos recebam o imunizante, mesmo se o esquema de duas doses da tríplice viral estiver completo. A orientação também se estende a pessoas que trabalham nas três cidades.

Em 2026, a cobertura vacinal para a primeira dose da tríplice viral é de 77,5% e a segunda de 65,5%. A meta nas duas doses é de 95%.

De 3 de agosto a 1º de setembro, São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo deverão vacinar as pessoas de 6 meses a 59 anos contra o sarampo de forma indiscriminada, ou seja, independentemente de terem sido vacinadas antes. Não será necessário comprovar histórico vacinal anterior. A recomendação do Ministério da Saúde é que todas essas pessoas recebam o imunizante, mesmo se o esquema de duas doses da tríplice viral estiver completo.

A orientação também se estende a pessoas que trabalham nas três cidades. A pasta aproveitará o período da Campanha Nacional de Multivacinação, voltada a crianças e adolescentes de até 15 anos, para reforçar a proteção contra o sarampo. A estratégia foi definida após a identificação de uma cadeia de transmissão relacionada à importação do vírus nessas localidades.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4MDG **F6**
A&M Performance **F8**
AgileOne **F6**
Aldak **F4**
Allianz Seguros **F6**
Alvarez & Marsal **G2**
Amazônia 5G **G6**
AMD **C2**
Ânima **B1**
Ânima Educação **F1**
Anthropic **A6, F2**
APM Terminals **G10**
Arauco **G7**
Arteris **G6**
ASA **A5, A7**
ASML **C2**
Assertiva **F6**
AWS **F1, F8**
Axa **G5**
B.Side Investimentos **C1**
Bain **F6**
Banco BMG **A7**
Banco Fator **G4**
Banco Master **C4**
Bank of America **B1**
Barclays **A5**
Belém Bioenergia Brasil **F6**
BGC Liquidez **A5**
Bip **G7**
BMW **F8**
BNDES **G4**
Boticário **F6, F8**
Bradesco **F4**
Bradsaúde **B1**
BRB **C4**
BRGC **A4**
Brisanet **G6**
BTG Pactual **B1, B4**
Buysidebrazil **A5**
Caixa **C3**
Capgemini **F2**
Carrefour **B5, F6**
Casino **B5**
Cemig **F4**
Claranet **F8**
Claro **F4, G6**
Coasul **F8**
Coca-Cola **C2**
Cogna **B1**
Corazul **G10**
CoreWeave **B7**
Costa Cruzeiros **G10**
Cury **B4**
Cyrela **B4**
Data Hackers **F6**
Datacamp **F6**
DataRisk **F6**
DataSchool **F6**
Dell Technologies **F1**
Diageo **B6**
Dior **B6**
EcoRodovias **G6**
Ecovias Capixaba **G5**
Editora Globo **A2**
Elea Data Centers **F8**
EPR **G5**
Even **B4**
EY-Parthenon **G7**
Eztec **B4**
Ferroport **G6**
Fitch **C2**
Fleury **B1**
G5 Partners **A5**
Gartner **F1**
Genesys **F4**
Gerdau **B1, F4**
Google **B7, F2, F6**
GPA **B5**
Grupo EPR **G6**
Grupo Mateus **B1**
Grupo SBF **B1**
Gucci **B6**
Hapvida **B1**
HB Wealth **C2**
Helbor **B4**
Honeywell **F7**
Hospital Israelita Albert Einstein **F7**
Hut 8 **B7**
IAM **F8**
IBM **F1, F8**
IDC **F8**
iez! telecom **G6**
Infra S.A. **G2**
Innovation Latam **F2**
Insper **F7**
IRB Brasil Re **C6**
Isa Energia **F7**
Itaú **F2**
Itaú BBA **B1, G2**
J.P. Morgan **B1**
Kantar **F2**
Kearney **F2**
Kering **B6**
Klabin **B1**
KPMG **G7**
L'Oreal **B6**
Lazard **B5**
Light **F4**
Louis Vuitton **B6**
LVMH **B6**
Machado Meyer **G2**
Marsh Risk **G5**
Marvell Technology **C2**
Mattos Filho **G2**
McKinsey **F1**
Mendix **F2**
Mercer Brasil **F7**
Meta **F2**
Meta Platforms **C2**
Micron Technology **C2**
Mitre **B4**
Moody's **B7**
Morgan Stanley **B6**
Morningstar **B6**
Motiva **G6**
Motiva Pantanal **G5**
MSA Safety **F7**
N&L **F6**
Natura **B1, F1, F6**
Nava **F8**
Nestlé **F4**
Nice **F4**
Nokia **F4**
Noleak **F6**
Nova Rodovias **G6**
Nova Rota do Oeste **G6**
NuRótulo **F2**
Nutanix **F8**
Nvidia **B7, C2, F2**
Odebrecht Engenharia & Construção **G2**
Omie **F2**
OpenAI **B7**
Oracle **C2**
OutSystems **F2**
Panvel **B1**
Pedra Agroindustrial **F8**
Pernod Ricard **B6**
Persevera Asset Management **C1**
Petrobras **B1, F4, F6, F7**
Picpay **A7**
Pinheiro Neto **G7**
Plano&Plano **B4**
Pollux **F2**
Porto **F6**
Prio **B1**
PwC **F7**
Qualicorp **B1**
RBC **B6**
RD Saúde **B1**
Rede D'Or **B1**
Regenera Moléculas **G6**
Remy Cointreau **B6**
Robert Half **F7**
Rumo **F4**
Rumo Logística **G7**
Samsung Electronics **C2, C6**
SanDisk **C2**
Santander **B1**
Santos Brasil **G6**
São Martinho **F4**
Shell **A2**
Sherwin-Williams **C2**
Siemens **F6**
Simbiox **F8**
SK Hynix **C2, C6**
Smart Fit **B1**
Société Générale **C2**
Softbank **B7**
Solve Shipping Intelligence **G10**
Stefanini **F8**
SulAmérica Investimentos **C1**
SuperFrete **F1**
Suzano **B1**
TBRsafe **F8**
Telco Advisors **G6**
Tenda **B4**
Tera **F2**
TIM **F4, F6, G6**
Tokio Marine **G5**
Totvs **F1**
Towards Healthcare **F2**
Trisul **B4**
UBS **B6**
Ultrapar **B1**
Unicredit **C2**
Unifique **G6**
Usiminas **B1, F4**
Vale **B1, F4, F7**
Vernalha Pereira **G5**
Vibra Energia **B1**
Visconti Law **G7**
Vitru **B1**
Vivara **B1**
Vivix **F2**
Vivo **F4, G6**
VLI **G10**
VLI Logística **G7**
Volkswagen **F2**
Warren **A5**
WEG **B1, F6**
Wiise **F6**
WTW Brasil. **G5**
XP **B1, B4**
Yduqs **B1**

A mais completa cobertura de economia e negócios do Brasil.
Acesse valor.globo.com

PREFEITURA DE SÃO PAULO
apresenta

Inscreva-se

1º FÓRUM DE ARQUITETURA E URBANISMO CASACOR

5.8.26 — 08H

Um encontro gratuito
que reúne poder público,
mercado imobiliário
e arquitetura para debater
o futuro urbano de São Paulo.

Abertura

Painel 1
Mobilidade e Infraestrutura Urbana

Painel 2
Coração da Cidade

Painel 3
Transformação Social

CASACOR São Paulo
Parque da Água Branca

Restaurante Mesa Viva
R. Dona Ana Pimentel, 37

Realização
CASACOR CBN EDITORA GLOBO

Parceria
SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Apoio Institucional
SÃO PAULO NEGÓCIOS

Estado Anfitrião
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ines249

Conjuntura Boletim Macro alerta para tentativa do presidente do BC americano de mudar postura ante inflação e rever práticas dos últimos anos

Mudança de rota do Fed pode limitar corte da Selic, indica FGV Ibre

CLAUDIO BELLI/VALOR

José Júlio Senna: "Warsh parece querer voltar a dar mais peso à estabilidade de preços em detrimento do pleno emprego"

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A disposição do novo presidente do Federal Reserve, Kevin Warsh, em dar uma guinada "hawk" (menos leniente com a inflação) pode aumentar a volatilidade dos preços de ativos globais e reduzir o espaço que o Copom tem, no Brasil, para prosseguir com o ciclo de cortes da Selic. A questão será saber em que medida o novo chefe do BC americano, indicado pelo presidente Donald Trump, conseguirá implementar essa agenda.

No editorial da edição de julho do Boletim Macro, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) chama atenção tanto para a tentativa de Warsh reposicionar a instituição na postura em relação à inflação quanto a de rever práticas adotadas nos últimos anos.

O chairman instituiu cinco forças-tarefas para aconselhar sobre reformas estruturais com a participação de especialistas em política monetária economistas acadêmicos e executivos financeiros, entre outros.

"Warsh parece querer voltar a dar mais peso à estabilidade de preços em detrimento do pleno emprego. E criou as forças-tarefas com dois objetivos: dar apoio técnico às mudanças e ajudar a convencer o comitê da validade de suas convicções", diz o pesquisador José Julio Senna.

Que convicções são essas? Senna lembra que, em artigo publicado ainda em novembro do ano passado, Warsh criticou duramente a postura das lideranças do Fed, acusando-as de agir demasiado lentamente e de limitar a capacidade do país de se beneficiar do "extraordinário" momento atual, em que a economia vive uma combinação de crescimento impulsionado pela Inteligência Artificial (IA) e políticas de desregulação econômica.

Em sua visão, o Fed deveria abandonar suas previsões de "estagflação" para os próximos dois anos, "como se crescimento abaixo do potencial e inflação 40% acima da meta fossem o que de melhor pudesse ser conseguido". "O banco central deveria reexaminar os erros que levaram à grande inflação e esquecer o dogma de que a inflação decorre do rápido crescimento da economia e de ganhos salariais excessivos. No seu entender, inflação é causada por excesso de gastos do governo e de emissão monetária", diz o texto.

"A mensagem é clara: inflação é uma escolha", resume Senna. "Quando questionado, no Fórum Econômico de Sintra, se a IA teria efeito inflacionário sobre a economia americana, ele não perdeu a oportunidade de reforçar seu ponto: apenas se o Fed permitir."

Além da postura menos condescendente com a inflação, Warsh também pretende atacar outros aspectos técnicos relacionados ao modus operandi da instituição, como os indicadores que balizam as decisões dos dirigentes e a política relacionada ao balanço. O Fed tem trabalhado no regime de "reservas amplas" desde a crise financeira de 2008, mas voltou recentemente a acelerar compras de títulos americanos, na margem, por entender que ele reduz a chance de episódios de aperto de liquidez como a que ocorreram em 2019.

O novo presidente da instituição, no entanto, já indicou em ocasiões anteriores entender que a medida cria uma distorção nos preços no mercado. "A preocupação é que, como benchmark do mercado, o juros de 10 anos baliza outros preços de ativos, como câmbio e commodities, e essa distorção prejudica a alocação correta dos recursos", diz Senna.

> "O jogo do mercado é olhar a assimetria em relação à atuação da autoridade monetária"
> *Lívio Ribeiro*

Outro aspecto que pode vir a ter revisão — caso as indicações pregressas de Warsh sejam bom farol — é a prática do forward guidance. Ele entende que o mercado é mais eficiente quando simplesmente reage às informações que chegam a ele, ao invés de tentar adivinhar qual será a leitura que o BC terá dos dados. Ao mesmo tempo, é critico da transparência crescente que os banqueiros centrais deram às suas decisões. Em sua avaliação, é importante o Fed conservar certo espaço de manobra para que possa tomar as decisões que julga necessárias para atingir seus objetivos.

Nesse ponto, os pesquisadores avaliam que a intenção de Warsh parece ser uma "impossibilidade prática". "A ideia de que você pode ter preços de mercado que são formados sem considerar a avaliação quanto à função de reação do BC não faz o menor sentido", diz Lívio Ribeiro, pesquisador do Ibre e sócio da consultoria BRGC. "Os agentes não estão necessariamente preocupados com a verdade. O jogo do mercado é olhar a assimetria em relação à atuação da autoridade monetária."

Senna acrescenta que, num ambiente em que o processo decisório é mais opaco, a volatilidade tende a ser maior. "É do interesse do banqueiro central ser transparente. Você sobe o juro, passa o sinal de que está precisando fazer um aperto, o mercado se antecipa e sobe o juro longo, derruba as bolsas, o consumo cai via efeito riqueza negativo... ou seja, a transparência ajuda na condução da política monetária", explica. "Por outro lado, se as pessoas não sabem direito o que o Fed vai fazer, fica muito mais difícil definir preços."

Com as forças-tarefas recém-criadas, ainda é cedo para dizer qual será o tamanho da mudança implementada, ou mesmo se haverá alguma. Mas Warsh tem a possibilidade de mostrar desde já que não pretende ficar apenas no discurso, diz Senna. "Seria um golaço se ele levar o Fed a subir os juros nesta reunião. Um choque de expectativas condizente com o tamanho da crítica que fez, e na direção que parece querer levar o Fed."

O ex-diretor do BC pondera, por outro lado, que é difícil imaginar que o comitê o apoiaria nessa mudança de direção. "Os membros votantes já se mostram preocupados com a inflação mesmo antes da saída do [ex-presidente do Fed, Jerome] Powell. Mas entre isso e elevar os juros, é um passo grande."

Para o Brasil, uma postura mais austera impõe maior cuidado com a condução da política monetária local — a alta de juros nos EUA tende a drenar recursos em direção à economia americana, resultando em apreciação do dólar.

"Em nossa avaliação, o Banco Central já sinalizou que haverá corte da Selic em julho. Então uma surpresa no Fed não afetaria o resultado da próxima reunião, mas pode ser decisivo em termos da sequência do ciclo de baixa dos juros."

Aneel aprova consulta pública para primeiro leilão de baterias do país

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

O diretor da Aneel e relator do caso, Gentil Nogueira: matéria é a "mais controversa ainda em disputa"

Marlla Sabino
De Brasília

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, nesta terça-feira (28), a abertura de consultas públicas para discutir os editais do primeiro leilão de baterias do país, previsto para ser realizado em dezembro. O objetivo do certame será contratar sistemas de baterias de armazenamento de energia para momentos de demanda elevada.

Durante a análise dos processos, diretores defenderam a necessidade de maior segurança jurídica para o modelo de custeio das contratações de baterias. O relator, diretor Gentil Nogueira, classificou o tema como "a matéria mais controversa ainda em disputa" no modelo do leilão.

Embora a legislação já determine que os custos da contratação sejam arcados por encargos a serem pagos pelos geradores de energia, ainda não há definição de como esses custos serão divididos exatamente entre os agentes, o que afeta as propostas a serem apresentadas. Caberá à Aneel regulamentar como se dará o rateio.

"Conhecer previamente quem arcará com o custeio do encargo é relevante para os proponentes, na medida em que permite dimensionar o risco de inadimplência associado à contratação e, por consequência, precificá-lo na formulação de suas propostas", afirmou o diretor.

Diante das incertezas, a proposta da Aneel considera a indefinição sobre o custeio um risco do negócio a ser assumido pelos participantes do certame. A minuta do contrato, inclusive, prevê cláusula que atribui esse risco ao vencedor.

O tema gerou amplo debate no colegiado. O relator sinalizou que o rateio poderia ser discutido no âmbito das consultas públicas dos editais. A avaliação é que antecipar isso poderia dar celeridade à discussão. O diretor apontou que o assunto está em debate na área técnica da Aneel, mas reconheceu que será "difícil" a conclusão antes da publicação dos editais para o certame. A sinalização contou com apoio do diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa.

Contudo, o diretor Fernando Mosna defendeu que a agência discuta o modelo de divisão dos pagamentos pelas baterias em um processo próprio, com consulta pública específica sobre o tema. Mosna, então, propôs que a discussão avançasse em paralelo, com o sorteio antecipado de um relator.

Apesar de não incluir a sugestão em seu voto, o relator encaminhou, separadamente, um despacho para que o diretor-geral da agência analise a proposta de antecipar o sorteio. Após o encaminhamento, o colegiado aprovou, por unanimidade, a abertura das consultas públicas entre esta quinta-feira (30) e 14 de setembro.

O Ministério de Minas e Energia (MME) já definiu que o leilão será realizado em duas etapas. A primeira, prevista para 2 de dezembro, será voltada para contratação de projetos com conteúdo nacional. Já no dia 4, todos os empreendimentos poderão participar. Em ambos certames, os contratos terão prazo de 15 anos, com início do suprimento previsto para agosto de 2028.

A contratação será feita por contratos de potência de reserva de capacidade, com remuneração por receita fixa, a ser paga em 12 parcelas, com possibilidade de redução desse valor a depender do desempenho do sistema. Na prática, essas baterias deverão ser usadas sob comando do Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS), a quem caberá ordenar quando armazenar e quando descarregar as baterias.

A proposta em consulta pública trouxe algumas divergências em relação às recomendações dos técnicos da agência.

Enquanto técnicos sugeriram usar como referência um investimento estimado de R$ 10 milhões por megawatt (MW), o relator avaliou que esse parâmetro supera o teto estimado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pode elevar barreiras à entrada de novos investidores e reduzir a competição. Por isso, defendeu uma base de R$ 9,8 milhões por MW.

Outra proposta é exigir que os projetos utilizem baterias novas, sem uso prévio, recondicionamento ou remanufatura, além de prever uma certificação técnica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) antes da entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A Aneel ainda propôs a restrição à formação de consórcios entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, medida que busca evitar distorções concorrenciais no leilão, e a participação de sistemas que estejam acoplados à usinas eólicas e solares.

Em nota, a Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (Absae) afirmou que a decisão da Aneel de abrir as consultas representa um avanço importante. Mas defendeu que o detalhamento do rateio dos custos da contratação seja tratado em processo regulatório próprio, sem condicionar a realização do leilão ou celebração dos contratos à conclusão do debate sobre a divisão de custos. A entidade defende que o debate pode ser concluído até o início do pagamento do encargo, previsto para entrada de operação dos sistemas de armazenamento de energia, em 2028.

Recurso da Enel SP pode ser votado no dia 11

De Brasília

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Fernando Mosna afirmou nesta terça-feira (28) que pretende levar à deliberação da diretoria, em 11 de agosto, o recurso apresentado pela Enel São Paulo contra o processo que pode resultar na caducidade da concessão da distribuidora. Será a última reunião da diretoria colegiada que o diretor participará, uma vez que seu mandato se encerra na próximo mês.

A declaração foi dada durante a reunião da diretoria desta terça-feira, durante a análise do processo que trata sobre o ordenamento dos cortes de geração de energia elétrica, chamados de curtailment no jargão do setor elétrico.

A distribuidora está no centro de uma disputa regulatória e política que pode culminar na perda antecipada da concessão, após a Aneel entender que a atuação da empresa no restabelecimento do fornecimento de energia durante eventos climáticos extremos tem sido insatisfatória.

Nos últimos dias, a empresa reiterou o pedido para que a agência reguladora anule a decisão que determinou a abertura do processo que pode levar à caducidade. Como alternativa, a empresa solicitou o arquivamento do procedimento e a retomada da análise do pedido de renovação da concessão.

A nova manifestação da Enel ocorre após despacho do diretor da Aneel Fernando Mosna, relator do pedido de reconsideração da empresa contra o processo que pode levar à extinção do contrato. Em outra manifestação à agência, enviada em maio, a empresa fez pleito semelhante. Ainda, solicitou perícia técnica no processo, sob argumentos de vícios processuais.

À época, a área técnica da Aneel e a Procuradoria Federal junto à agência reguladora analisaram a manifestação da empresa e concluíram que os argumentos da distribuidora de energia não eram suficientes. Com isso, a instrução do processo foi encerrada e a empresa teve o direito de se manifestar novamente, no prazo de dez dias, antes da decisão da diretoria colegiada.

A Aneel analisa a extinção antecipada do contrato de concessão porque concluiu, em um processo de fiscalização, que há indícios de descumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais e regulatórias, especialmente relacionadas à qualidade do serviço prestado aos consumidores. O principal motivo é recorrência de apagões de grande impacto, sobretudo após os temporais de 2023, 2024 e 2025, que deixaram milhões de consumidores sem energia por períodos prolongados. ***(MS)***

Curta

Cortes na geração

A diretoria da Aneel adiou mais uma vez a definição das regras que irão orientar a ordem dos cortes de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). O julgamento do processo foi interrompido por um pedido de vista do diretor Gentil Nogueira, que levantou questionamentos sobre o voto-vista apresentado por Fernando Mosna nesta terça-feira (28). O processo tem como relatora a diretora Agnes da Costa, que não participou da reunião. O voto original foi apresentado em 22 de junho, mas a análise foi interrompida por um pedido de vista de Mosna. Mosna acompanha alguns aspectos da proposta da relatora, mas diverge na forma de implementação da metodologia de ressarcimento, propondo uma solução mais conservadora e gradual.

Ines249

Conjuntura Taxa de 0,06% em julho é a menor para o mês desde 2023 e leva acumulado em 12 meses para perto do teto da meta de inflação

IPCA-15 surpreende e eleva chance de redução de juros

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Ajudado pela maior deflação de alimentos em quase dois anos, a prévia da inflação de julho voltou a surpreender para baixo e registrou a menor variação para o mês desde 2023 (-0,07%). O dado disparou algumas revisões de projeção para 2026 e fortaleceu as chances de novo corte da Selic na próxima reunião do Copom.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) subiu 0,06% em julho, após alta de 0,41% em junho. Assim como o indicador cheio do mês anterior, a leitura deste mês veio abaixo do piso das projeções colhidas pelo Valor Data, que variavam entre 0,17% e 0,28%, com mediana em 0,21%.

Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,52%, de 4,8% na leitura anterior. Dessa forma, segue acima do teto da meta de inflação perseguida pelo Banco Central para 2024, que tem centro em 3% e tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Sete das nove classes de despesas pesquisadas mostraram perda de fôlego na passagem entre junho e julho: alimentação e bebidas (de 0,74% para -0,66%); artigos de residência (de 0,36% para 0,18%); vestuário (de 0,45% para -0,33%); saúde e cuidados pessoais (de 0,47% para 0,28%); despesas pessoais (de 0,34% para 0,08%); educação (de -0,02% para -0,04%); e comunicação (de 0,34% para -0,02%).

Apenas duas classes de despesas registraram taxas maiores: habitação (de 0,72% para 0,97%) e transportes (de -0,03% para 0,11%). Dessa forma, o Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços num período, caiu de 60,2% em junho para 48,2% em julho, segundo cálculos do Valor Data considerando todos os itens da cesta. Sem alimentos, um dos grupos considerados mais voláteis, o indicador recuou para 51,2% em julho, de 59% em junho.

Individualmente, a maior contribuição veio da energia elétrica, que subiu 3,03% após vários reajustes concedidos pela Aneel e teve impacto de 0,12 ponto porcentual (p.p.) sobre o índice. Por outro lado, a deflação de alimentação e bebidas foi a maior desde os -0,80% registrados em agosto de 2024.

Tomate (-19,95%), batata-inglesa (-10,03%) e café moído (-3,13%) lideraram as quedas. Por outro lado, cebola (7,10%) e pão francês (0,65%) foram altas em destaque.

O dado mostrou surpresa baixista relativamente disseminada entre seus componentes, ainda que o destaque continue sendo a melhora dos preços de alimentos, destaca a Buysidebrazil.

"Em conjunto, o resultado reforça o bom momento da inflação corrente, combinando uma nova desaceleração da média dos núcleos e uma composição amplamente benigna", afirma a economista Rafaela de Sousa. Em seus cálculos, a inflação corrente passou de 4,44% em 12 meses até junho para 4,30% nesta leitura.

"Mais importante, a melhora permaneceu relativamente disseminada entre as diferentes medidas de inflação subjacente, sugerindo que o arrefecimento das pressões inflacionárias vai além dos componentes mais voláteis."

Apesar de riscos no horizonte como o El Niño, o dado disparou alguns cortes na projeção para 2025. Na esteira da inflação mais comportada das últimas leituras e a expectativa de que esse movimento continue no curto prazo, o ASA cortou sua projeção para este ano de 5,50% para 5%, enquanto a Buysidebrazil ajustou a sua de 5,10% para 5,00%. O Barclays passou a sua de 5,20% para 4,90%, a G5 Partners baixou a sua de 5,30% para 5,10% e ABC Brasil, de 5,00% para 4,80%.

Já abaixo do consenso da Focus, a BGC Liquidez revisou a sua de 4,70% para 4,60% após o dado de hoje. "Embora alimentação responda pelo maior desvio em relação às projeções, o destaque ficou com serviços, que estão em linha com nossa previsão de que a inflação iria surpreender para baixo não pelos efeitos da guerra, mas pela atividade", afirma o economista para inflação e commodities da corretora, Carlos Thadeu.

A casa criou um indicador para acompanhar os serviços discricionários — como recreação, alimentação fora do domicílio, seguro de automóveis, serviços pessoais e de petshop. A média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada do indicador, que exclui itens menos sensíveis à economia, como gastos com aluguel, educação e condomínio, passou a rodar perto de 2% com o IPCA-15 de julho. No mês, a variação foi de apenas 0,05%, destaca Thadeu.

"Mostra a debilidade da economia, a despeito do mercado de trabalho firme, embora indicadores como o Caged já comecem a apontar nesta direção", diz.

Embora reconheça a melhora sucessiva, a Warren segue projetando alta de 5% para o IPCA este ano. Para Andréa Angelo, estrategista de inflação, as surpresas ficaram concentradas em itens voláteis ou conjunturais — alimentos, vestuário, gasolina, automóveis usados e transporte por aplicativo — que, em sua maioria, devolvem os efeitos da guerra no Oriente Médio ou que se beneficiam da sazonalidade positiva da época.

Em números, o indicador de inflação inercial da Warren acelerou de 0,39% para 0,45% nesta leitura, o que deve levar o dado no fim do ano a 6,37%, de 6,05% no fim de 2025, na média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada. Já os serviços subjacentes estão hoje rodando em 4,54 de 4,0 em junho.

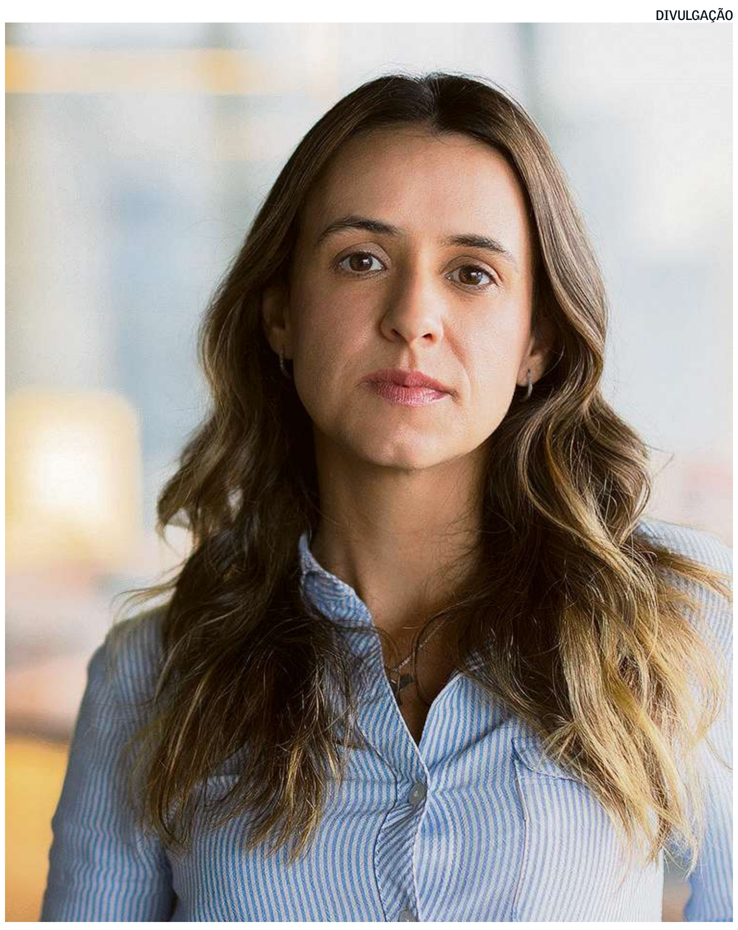
"O IPCA de junho foi bem positivo e trouxe alguma melhora qualitativa que não ocorreu novamente nessa divulgação. Dessa forma, continuo confortável com a projeção de 5% para este ano e 4,55% para 2027", diz Andrea Angelo.

Para a política monetária, o dado ajuda a consolidar a visão de espaço para novo corte da taxa básica de juros.

"Os dados divulgados desde a última reunião do Copom vieram mais fracos tanto do ponto de vista da inflação como de atividade, embora não constituam alívio significativo para a inflação prospectiva", analisa o economista-chefe para o Brasil do Barclays, Roberto Secemski. "Ainda assim, a melhora das condições de mercado e a ampliação do horizonte relevante do BC, que passa a abranger o primeiro trimestre de 2028, deve permitir ao Copom cortar outros 0,25 p.p. na próxima semana, levando a taxa a 14%."

> "Melhora permanece relativamente disseminada entre as diferentes medidas de inflação subjacente"
> *Rafaela de Sousa*

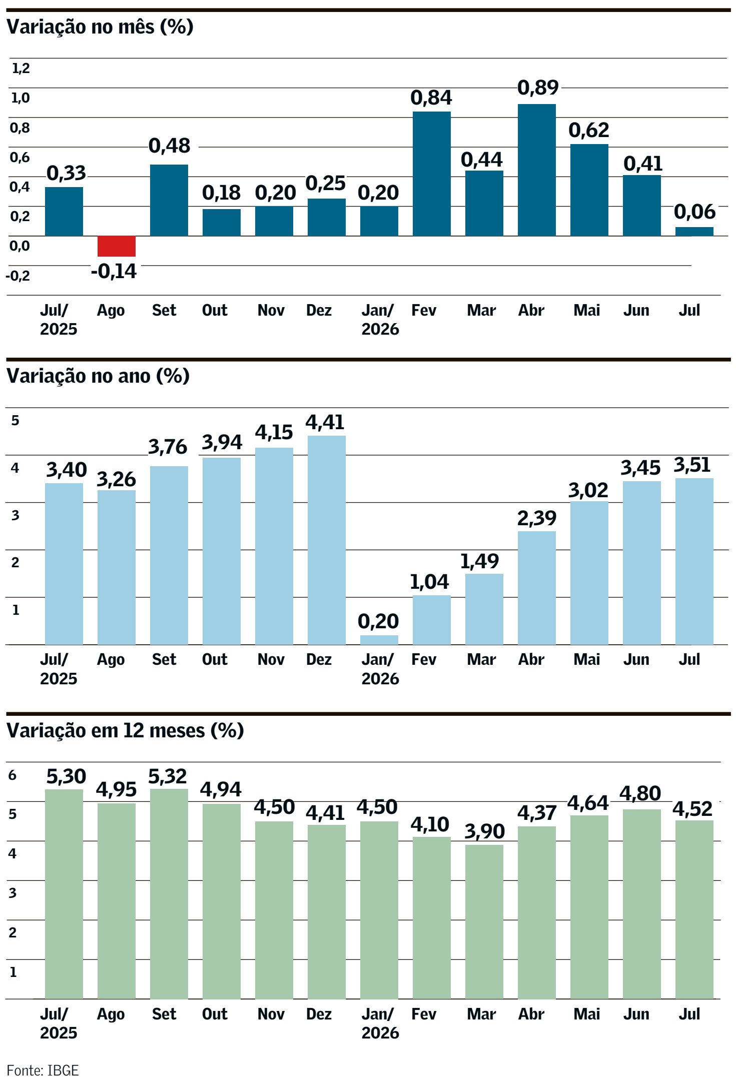
DIVULGAÇÃO



Andrea Angelo: "Continuo confortável com a projeção de 5% para este ano"

Prévia da inflação fica perto de zero

IPCA-15 desacelera para 0,06% em julho



Fonte: IBGE

---

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25.3.2026

Data, Hora, Local: Em 25.3.2026, às 9h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, foram registrados: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão: Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina e Rogério Pedro Câmara; **2)** a ausência da Conselheira Denise Aguiar Alvarez, em férias; **3)** as participações, como convidados, dos Conselheiros Ivan Luiz Gontijo Júnior, Regina Helena Jorge Nunes e Paulo Rogério Caffarelli, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 10 passado, cujos nomes estão em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil; e do CEO Marcelo de Araújo Noronha; e **4)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 20.3.2026, eletronicamente, por meio do Portal de Governança. Dando início à reunião, os senhores conselheiros: 1) em conformidade com as disposições do "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente deste Órgão, tendo sido aprovada a escolha dos senhores: ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Alexandre da Silva Glüher. Em seguida, esclareceu o senhor Secretário que: a) a decisão foi aprovada por maioria de votos, ficando registradas as abstenções dos conselheiros Luiz Carlos Trabuco Cappi e Alexandre da Silva Glüher às suas próprias indicações; e b) ambos os conselheiros arquivaram na sede da Sociedade declarações, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.970/21, do Conselho Monetário Nacional; 2) acataram, por unanimidade de votos, as seguintes recomendações do Comitê de Nomeação e Sucessão, propostas pelo Diretor-Presidente: 2.1) em conformidade com o disposto no Artigo 12 do Estatuto Social, o provimento de 97 cargos e a nomeação dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, conforme segue: a) reeleitos: **Diretores Executivos:** Presidente: ***Marcelo de Araújo Noronha***, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; Vice-Presidentes: ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***José Ramos Rocha Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72; ***Guilherme Muller Leal***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017/15; ***Bruno D'Avila Melo Boetger***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.153.101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/91; Diretores Executivos: ***Roberto de Jesus Paris***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.817.359-3/SSP-SP, CPF 106.943.838/30; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***Juliano Ribeiro Marcílio***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 16.776.296-5/SSP-SP, CPF 253.578.878/02; ***André Luis Duarte de Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG 20.149.063-8/SSP-SP, CPF 117.234.298/99; ***Cintia Scovine Barcelos de Souza***, brasileira, casada, bancária, RG 008.912.039-8/SSP-RJ, CPF 028.069.117/37; ***Fernando Freiberger***, brasileiro, casado, bancário, RG 64.483.892-9/SSP-SP, CPF 732.669.659/49; ***José Augusto Ramalho Miranda***, brasileiro, casado, bancário RG 28.681.801-2/SSP-SP, CPF 268.676.278/03; ***Marcos Valério Tescarolo***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.367.864-9/SSP-SP, CPF 085.195.768/42; ***Renata Geiser Mantarro***, brasileira, casada, bancária, RG 17.464.318-4/SSP-SP, CPF 074.432.258-81; ***Vinicius Urias Favarão***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50; ***Silvana Rosa Machado***, brasileira, casada, bancária, RG 18.719.662-X/SSP-SP, CPF 132.005.388/21; ***Tulio Xavier de Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG 23.500.016-4/SSP-SP, CPF 220.506.758/36; ***Francesco Di Marcello***, italiano, casado, bancário, RG RNM F284535 - I/CGPI-DIREX-PF, CPF 244.266.928/57; ***Júlio César Bueno***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.519.113-2/SSP-SP, CPF 612.433.706/10; ***Alexandre Panico***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.335.776-4/SSP-SP, CPF 106.815.368/70; ***Carlos Henrique Villela Pedras***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 08.602.502-5/IFP-RJ, CPF 011.710.097/80; Diretores: ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268/24; ***Afranio Carlos Camargo Dantzger***, brasileiro, casado, bancário, RG 30.594.241-4/SSP-SP, CPF 269.351.958/61; ***Alessandro Zampieri***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.640.410-9/SSP-SP, CPF 133.066.828/61; ***Alex de Brito Bonifacio***, brasileiro, casado, bancário, RG 1.309.213/SSP/DF, CPF 601.992.531/53; ***Alexandre Cesar Pinheiro Quercia***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.865.126-0/SSP-SP, CPF 126.285.468/76; ***Ana Luisa Rodela Blanco***, brasileira, casada, bancária, RG 35.378.960-4/SSP-SP, CPF 332.495.138/06; ***André Costa Carvalho***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 62.234.384-1/SSP-RJ, CPF 016.799.687/85; ***André Ferreira Gomes***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.726.946-7/SSP-SP, CPF 059.012.418/86; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; ***Bráulio Miranda Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG M6093111/SSP-MG, CPF 941.945.726/53; ***Bruno Funchal***, brasileiro, casado, bancário, RG 11.775.885-4/IFP-RJ, CPF 082.654.487/83; ***Bruno Rosa Cardoso***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 22.570.503-5/SSP-SP, CPF 301.177.408/02; ***Clayton Neves Xavier***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; ***Cristiano Adjuto e Campos***, brasileiro, casado, bancário, RG MG-8.278.249/SSP-MG, CPF 007.993.096/48; ***Cristina Coelho de Abreu Pinna***, brasileiro, casada, bancária, RG 18.206.492-X/SSP-SP, CPF 165.131.368/73; ***Daniela Pinheiro de Castro***, brasileira, em união estável, bancária, RG 22.429.076-9/SSP-SP, CPF 157.008.458/06; ***Danilo Luis Damasceno***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21; ***Fábio Monteiro Chehab***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.669.622-0/SSP-SP, CPF 283.835.298/99; ***Fábio Suzigan Dragone***, brasileiro, casado, bancário, RG 33.137.418-3/SSP-SP, CPF 219.133.838/06; ***Fernando Antônio Tenório***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.000.108/SSP-PE, CPF 226.475.114/20; ***Fernando Honorato Barbosa***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.369.638-X/SSP-SP, CPF 213.131.738-78; ***Fernando Julião de Souza Amaral***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 25.025.288-0/SSP-SP, CPF 151.751.958/67; ***Francisco Armando Aranda***, brasileiro, casado, bancário, RG 63.982.677-5/SSP-SP, CPF 032.952.429/17; ***Francisco Henrique França Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 720.332/SSP-RN, CPF 490.625.654/68; ***Henrique Leme Pinto Lima***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.140.284-8/SSP-SP, CPF 247.087.158/11; ***Jeferson Ricardo Garcia Honorato***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.221.279-5/SSP-SP, CPF 129.380.218/28; ***José Leandro Borges***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 20.912.454-4/SSP-SP, CPF 135.349.248/60; ***Juliana Laham***, brasileira, casada, bancária, RG 22.726.817-9/SSP-SP, CPF 279.737.268/96; ***Julio Cardoso Paixão***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.654.360-6/SSP-SP, CPF 212.782.698/19; ***Julio Cesar de Almeida Guedes***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 21.417.266-1/SSP-SP, CPF 212.479.348/96; ***Leandro José Diniz***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.376.807-8/SSP-RJ, CPF 062.643.218/93; ***Leandro Karam Correa Leite***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.560.346-5/SSP-SP, CPF 273.746.958/96; ***Leandro Marçal Araújo***, brasileiro, casado, bancário, RG 43.546.271-6/SSP-SP, CPF 230.851.398/50; ***Letícia Cardelli Buso Gomes***, brasileira, divorciada, bancária, RG 44.941.478-4/SSP-SP, CPF 219.882.088/90; ***Lucas Nogueira e Nogueira***, brasileiro, casado, bancário, RG 09.681.207-92/SSP-BA, CPF 015.268.585/50; ***Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.133.723-4/SSP-SP, CPF 147.503.068/19; ***Luiz Philipe Roxo Biolchini***, brasileiro, casado, bancário, RG 58171471/SSP-RJ, CPF 011.675.837/60; ***Manoel Guedes de Araujo Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 58.891.623-7/SSP-SP, CPF 387.789.395/34; ***Marcelo Souza Ramos***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.038.951-3/SSP-SP, CPF 213.476.688/37; ***Márcio Renato Ribeiro Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 66.249.404-0/SSP-MG, CPF 722.639.466/91; ***Marco Aurélio Galicioli***, brasileiro, casado, bancário, RG 59.501.703-4/SSP-SP, CPF 850.594.719/34; ***Marcos Alexandre Pina Cavagnoli***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 21.614.766-9/SSP-SP, CPF 261.433.668/88; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Marina Bauab Carvalho Werebe***, brasileira, casada, bancária, RG 33.363.636-3/DETRAN-SP, CPF 222.641.558/09; ***Marina Claudia González Martin de Carvalho***, argentina, casada, bancária, RG RNE: W 330020-W/SE-DPMAF-DPF, CPF 101.895.258/60; ***Marina Gravina Veasey***, brasileira, divorciada, bancária, RG 22.538.117-5/SSP-SP, CPF 249.657.048/19; ***Mateus Pagotto Yoshida***, brasileiro, casado, bancário, RG 30.891.231-7/SSP-SP, CPF 295.232.748/30; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Patrícia Kessler de Assumpção***, brasileira, casada, bancária, RG 22.760.701/DETRAN-SP, CPF 350.601.738/10; ***Patrícia Soares Martil***, brasileira, casada, bancária, RG 22.137.362-7/SSP-SP, CPF 147.229.278/20; ***Rafael Forte Araújo Cavalcanti***, brasileiro, solteiro, bancário, RG 09.990.489-61/SSP/BA, CPF 024.013.705/10; ***Rafael Padilha de Lima Costa***, brasileiro, casado, bancário, RG 65.861.098-3/SSP-SP, CPF 055.217.997/37; ***Régis Eduardo Prenhaca Carreira***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.235.423-9/SSP-SP, CPF 252.975.758/50; ***Renato Camargo Nascimento Junior***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 20.628.629-6/SNT-SP, CPF 285.866.368-86; ***Ricardo Barbieri de Andrade***, brasileiro, casado, bancário, RG 24.777.267-7/SSP-SP, CPF 260.698.628/80; ***Ricardo Eleutério da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.995.939/SSP-SP, CPF 175.912.998/40; ***Roberto França***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 15.833.955-1/SSP-SP, CPF 091.881.378/64; ***Romero Gomes de Albuquerque***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.560.112/SDS-PE, CPF 410.502.744/15; ***Rubia Becker***, brasileira, em união estável, bancária, RG 20.715.016-3/SSP-SP, CPF 743.268.809/53; ***Ruy Celso Rosa Filho***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.624.323-7/SSP-SP, CPF 177.778.598/70; ***Soraya Bahde***, brasileira, em união estável, bancária, RG 32.918.807-0/SSP-SP, CPF 308.524.488/30; ***Telma Maria dos Santos Calura***, brasileira, casada, bancária, RG 18.656.872-1/SSP-SP, CPF 131.133.338/06; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; Diretores Regionais: ***Altair Luiz Guarda***, brasileiro, casado, bancário, RG 12/R.1.838.961/SSP-SP, CPF 580.065.169/87; ***Amadeu Emilio Suter Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 10.465.155-6/SSP-SP, CPF 056.897.388/75; ***César Cabús Berenguer Silvany***, brasileiro, casado, bancário, RG 60.053.603-8/SSP-SP, CPF 338.666.355/91; ***Deborah D'Avila Pereira Campani Santana***, brasileira, casada, bancária, RG 07806968-9/SSP-RJ, CPF 009.942.667/66; ***Edmir José Domingues***, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 15.782.537-1/SSP-SP, CPF 094.166.058/32; ***Hebercley Magno dos Santos Lima***, brasileiro, casado, bancário, RG 032746610-3/SSP-BA, CPF 597.281.595/87; ***José Roberto Guzela***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.024.996-6/SSP-PR, CPF 516.862.529/00; ***Marcelo Magalhães***, brasileiro, casado, bancário, RG 1.570.716/SSP-SC, CPF 789.977.049/15; ***Marcos Alberto Willemann***, brasileiro, casado, bancário, RG 53.632.621-6/SSP-SP, CPF 916.046.999/49; ***Nelson Pasche Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.960.538-4/SSP-SP, CPF 283.380.338/98; ***Welder Coelho de Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG 1371657/SSP-DF, CPF 845.087.526/91; b) eleitos Diretores: ***Nilton Pereira dos Santos Junior***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 6.686.209-7/SSP-PR, CPF 874.683.289/00; e ***Rogério Huffenbaecher***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.198.470-7/SSP-SP, CPF 168.964.128/28; Esclareceu o senhor Presidente que os diretores reeleitos e os eleitos: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, para mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; e 3) arquivaram, na Sede Social declarações, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/2021; 2.2) a nomeação dos seguintes membros para compor Comitê de Remuneração: ***Coordenador: Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, conselheiro de administração, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Membro:*** Maurício Machado de Minas, brasileiro, casado, conselheiro de administração, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Membro não Administrador:*** Fabio Augusto Iwasaki, brasileiro, casado, bancário, RG 6.005.457-6/SSP-SP, CPF 022.058.549/09, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e com mandato de 2 (dois) anos, até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, conforme dispõe o Artigo 20 do Estatuto Social; 2.3) a designação do Ouvidor, ***Marcos Daniel Boll***, já qualificado, para mandato de 24 meses, até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, conforme dispõe o "caput" do Artigo 21 do Estatuto Social. Encerrada a pauta de assuntos, o Presidente colocou a palavra à disposição de quem quisesse fazer uso. Como não houve manifestação, solicitou a lavratura desta ata que, aprovada pelos Conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Membros: Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina e Rogério Pedro Câmara; Secretário: Antonio Campanha Junior.

-.

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 266.648/26-5, em 7.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISE B3 | abrasca | ICO2 B3 | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | IDIVERSA B3 | BBD LISTED NYSE | BBDO LISTED NYSE

Entrevista Nobel de Economia aponta vantagens de instrução também para pais, não só crianças

Heckman alerta para riscos e benefícios da tecnologia na educação

LUCIANNE CARNEIRO/VALOR

James Heckman: "Até pessoas instruídas e bem-intencionadas podem não entender o poder que temos para moldar vida, motivações e capacidades dos nossos filhos"

Lucianne Carneiro
Do Rio

Reconhecido com o Nobel de Economia em 2000 por seu trabalho em econometria e microeconomia, o americano James Heckman dedicou-se nas últimas décadas a estudar e mostrar com evidências os benefícios dos investimentos na educação na primeira infância. Diferentes estudos seus apontam que o desenvolvimento de habilidades nos primeiros anos de vida ajuda a ampliar a capacidade de aprendizado à frente.

Na semana passada, o diretor do Centro de Economia do Desenvolvimento Humano da Universidade de Chicago esteve mais uma vez no Brasil, em evento na Fundação Getulio Vargas (FGV), onde defendeu que iniciativas de educação para pais têm custo mais baixo e podem apresentar resultados melhores que outras que focam apenas nas crianças.

Em entrevista ao **Valor**, alertou para os riscos do uso das tecnologias na educação, especialmente a inteligência artificial, mas também reconheceu seus benefícios. Ele revelou ter usado uma ferramenta de inteligência artificial para concluir com mais rapidez cálculos matemáticos em artigo científico recente, por sugestão de um coautor.

A preocupação, segundo ele, é o uso por pessoas que ainda não dominam esses conhecimentos e recebem uma resposta produzida por uma caixa-preta: "Quando surgir outro problema semelhante, não terá capacidade de resolvê-lo e simplesmente voltará à ferramenta de inteligência artificial. Aprender significa enfrentar um problema, refletir sobre ele e buscar sua solução."

Na vivência universitária, disse o economista de 82 anos, o uso disseminado da IA por alunos sugere a necessidade de rever os métodos de avaliação para exames mais focados em exames orais e menos em formatos tradicionais.

A política e seus efeitos no sistema educacional também são uma questão que atrai sua atenção. "A polarização leva grupos políticos a utilizarem a educação de forma distorcida, tentando construir realidades que não existem, narrativas falsas que favorecem suas próprias posições políticas", afirmou.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026. Tipo: menor preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, comunica que realizará a licitação que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual COMPRA CENTRAL - ATENDIMENTO JUDICIAL MEDICAMENTOS IV, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 11/08/2026, às 09h00, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: compras centrais@planejamento.mg.gov.br.

BH/MG 29/07/2026.

Alisson Maurílio Rodrigues Santos
Superintendente Central de Licitações e Contratações – SEPLAG-MG.

Valor: *A sociedade entende o papel dos pais na educação na primeira infância?*

James Heckman: Trabalhos que desenvolvi e também de outros estudiosos sugerem fortemente que nós, como sociedade, ainda não entendemos plenamente isso. Até mesmo pessoas altamente instruídas e bem-intencionadas podem não entender todo o poder que temos para moldar a vida, as motivações e as capacidades dos nossos filhos. Às vezes, pensamos que tudo é determinado geneticamente ou que as características das pessoas são muito rígidas, praticamente imutáveis. No entanto, o que passamos a compreender é o quanto influenciamos as motivações, as habilidades, as competências e até mesmo o senso de bem-estar dos nossos filhos.

> "Inteligência artificial pode produzir geração de pessoas pouco preparadas, que encontram respostas, mas não compreendem problemas"

Valor: *Como afeta os pobres?*

Heckman: Quando pensamos na pobreza, especialmente na pobreza infantil, precisamos ir além da renda. Não se trata apenas de dinheiro, mas dos ambientes em que as crianças vivem, das famílias e da forma como elas são tratadas. O ponto principal é a interação entre pais e filhos, mas também a de cuidadores. Compreender isso e capacitar os pais para que reconheçam o quanto são importantes é algo que deveria ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas. E não se trata simplesmente de despejar dinheiro para resolver os problemas, como os governos costumam fazer. Precisamos de um modelo baseado nas interações humanas — na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras e, principalmente, com seus filhos. E acredito que cabe às políticas públicas, pelo menos, promover essa educação.

Valor: *Pode detalhar seu trabalho sobre a iniciativa de educação de pais na China rural?*

Heckman: É uma iniciativa inspirada em um programa anterior da Jamaica de visitas em residências. São encontros semanais, de uma hora, para estimular a interação de pais e filhos e cuidadores. Eles recebem instruções para o desenvolvimento de habilidades em linguagem, cognição e coordenação motora fina. O custo é muito menor, pode ser de apenas 5% do que é investido em outros programas. E os resultados mostram resultados positivos. Quanto mais cedo o estímulo, melhores são os resultados.

Valor: *Quais as consequências do uso de redes sociais e celulares por crianças?*

Heckman: Não sei e acho que ninguém realmente sabe. O que posso dizer é que o contato humano, a capacidade de olharmos um para o outro nos olhos, nos comunicarmos e nos envolvermos uns com os outros possui dimensões que certamente não são capturadas apenas por um celular, algum tipo de inteligência artificial ou outra tecnologia. Essas tecnologias podem contribuir, mas eliminam um aspecto muito importante da interação humana: a troca recíproca. Os seres humanos se comunicam por meio de inúmeros sinais e as tecnologias simplesmente não conseguem captar tudo isso. Talvez um dia consigam. O poder da inteligência artificial e dos grandes modelos de linguagem aumenta a cada dia, mas permanece a pergunta: será que podemos ensinar empatia a uma máquina? Não posso afirmar que um dia não possa existir uma máquina capaz de reproduzir aquilo que chamamos de empatia humana. É preciso lembrar que grande parte do que as máquinas fazem consiste em imitar o comportamento humano. Nesse sentido, estamos justamente explorando essa fronteira. [...] O verdadeiro desafio é descobrir o que existe em nós que é tão singular. Será apenas nossa capacidade de interpretar melhor uma situação? Ou será que trocamos algo mais profundo — emoções, sentimentos, contexto? Até agora, acredito que os seres humanos fazem isso melhor do que as máquinas. Mas quem sabe um dia isso mude?

Valor: *Como a inteligência artificial muda a educação?*

Heckman: Esta é uma das grandes questões do momento e preocupa praticamente todos os acadêmicos, professores, pesquisadores e estudantes. O problema está na própria estrutura do ensino. Posso falar da minha experiência. Estudantes universitários escrevem trabalhos, desenvolvem ideias e sintetizam argumentos. Mas se o Claude ou o ChatGPT conseguem fazer isso, surge uma pergunta inevitável: esse estudante está realmente aprendendo alguma coisa? Ou apenas aprende a formular comandos e perguntas para uma inteligência artificial? Existe, portanto, uma preocupação muito séria em relação à avaliação da originalidade e da compreensão dos alunos.

Valor: *Como avaliar então?*

Heckman: O acesso a essas ferramentas pode oferecer uma espécie de proteção muito poderosa — e talvez perigosa — para se saber o que o estudante realmente sabe e o que não sabe. Por isso, cada vez mais pessoas defendem mudanças na forma de avaliar. Em vez das provas tradicionais, baseadas em textos escritos, trabalhos e redações, talvez seja necessário recorrer mais a exames orais, nos quais o aluno tenha que responder diretamente ao professor. Há outra preocupação importante. Está surgindo toda uma literatura acadêmica mostrando que o número de artigos submetidos às revistas científicas aumentou enormemente. Uma das razões é que ficou muito mais fácil escrever um artigo. A ferramenta às vezes não apenas melhora o texto, mas também as ideias e perguntas feitas pelos pesquisadores. Isso cria um enorme desafio para distinguir o que é original do resto.

Valor: *E quais os benefícios?*

Heckman: Sim, também existem benefícios. Pense em problemas de matemática. Há pouco tempo apresentei um artigo científico. Em determinado momento do artigo, precisávamos fazer alguns cálculos matemáticos bastante trabalhosos e um dos meus coautores sugeriu pedir ao Claude [ferramenta de IA da Anthropic], que resolveu imediatamente um problema que teria consumido algumas horas do meu trabalho. Ele forneceu a expressão matemática e apresentou o resultado de forma imediata. A diferença é que eu sabia exatamente do que se tratava e teria conseguido resolver sozinho, conhecia os fundamentos envolvidos.

Valor: *E quem não conhece?*

Heckman: O problema surge no caso de alguém que nunca aprendeu esses fundamentos e recebe uma resposta produzida por uma "caixa-preta". Quando surgir outro problema semelhante, não terá capacidade de resolvê-lo e simplesmente voltará à ferramenta de inteligência artificial. Aprender significa enfrentar um problema, refletir sobre ele e buscar sua solução. Neurocientistas que estudam a aprendizagem conseguem observar isso diretamente: veem como o cérebro aprende justamente por meio das tentativas, dos erros e das correções. Nesse processo, o erro e o fracasso são tão importantes quanto o sucesso. É assim que as pessoas constroem uma compreensão profunda dos fundamentos. Se a pessoa recorre imediatamente ao computador para ter a resposta, esse processo deixa de acontecer.

Valor: *O que isso significa?*

Heckman: A inteligência artificial pode produzir uma geração de pessoas muito pouco preparadas, que conseguem encontrar respostas, mas não compreendem verdadeiramente os problemas. Na verdade, acho que caminhamos nessa direção. [...] Ao mesmo tempo, talvez possamos usar diferentes inteligências artificiais para verificar umas às outras. Uma pessoa poderia pedir a uma IA que encontrasse erros na resposta produzida por outra e criar uma espécie de competição entre elas. Isso funcionaria como um mecanismo de segurança. Claro, isso pressupõe que elas não "conspirem" entre si. Se algum dia disserem: 'Vamos combinar previamente nossas respostas antes de responder às perguntas das pessoas', estaremos de novo em dificuldades.

> "Polarização política leva grupos a usarem educação de forma distorcida, construir realidades que não existem e narrativas falsas"

Valor: *E o mundo ainda tem desigualdades no acesso à educação...*

Heckman: A desigualdade segue enorme. Se olharmos para países como Moçambique, República Democrática do Congo, algumas regiões da Indonésia ou muitas áreas pobres da Índia, o desafio é gigantesco. A infraestrutura simplesmente não existe, e as pessoas não conseguem aprender no ritmo que poderiam. Desperdiçamos um enorme potencial humano porque não oferecemos às pessoas a educação que permitiria o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Parte desse problema está ligada a questões políticas porque muitas vezes governos destinam recursos a outras prioridades. Quando um país enfrenta guerras, por exemplo, os efeitos sobre a educação são devastadores. Vimos isso em Moçambique e também no Afeganistão. Ali ainda existem as restrições de acesso do próprio Talibã, especialmente para as mulheres. Enfrentamos um problema muito sério: milhões de pessoas deixam de receber educação. Isso também ocorre em ditaduras. Para um ditador, poucas coisas são mais ameaçadoras do que uma população capaz de questionar, criticar e desafiar o poder.

Valor: *Vê impacto da polarização política na educação?*

Heckman: A polarização política leva grupos a utilizarem a educação de forma distorcida, tentando construir realidades que não existem e narrativas falsas que favorecem suas próprias posições políticas. Nesse contexto, os sistemas educacionais acabam sendo moldados para fazer com que as pessoas concordem com um lado ou outro do debate. A educação deve estar aberta a novas ideias, a novas formas de pedagogia e menos comprometida com posições políticas muito rígidas. [...] Outro problema é a tentativa de apagar partes da história. A educação deveria apresentar o quadro completo. Hoje, porém, muitos escondem parte da verdade enquanto afirmam ensinar a verdade. É justamente aí que percebemos a importância da educação. Uma educação de qualidade amplia a visão, mostra o que aconteceu, explica o contexto e cria espaço para o debate. Ela nos ajuda a compreender onde realmente discordamos e a discutir essas diferenças de maneira civilizada. É isso que está faltando.

Valor: *Onde isso aparece?*

Heckman: O problema é especialmente visível hoje nas democracias ocidentais. Diria que isso vale para os Estados Unidos, para o Brasil e para muitos países da Europa Ocidental. Em uma outra perspectiva, há lugares que convivem com pobreza extrema e um enorme déficit educacional, o que provoca um desperdício de potencial humano extraordinário, como comentei. Há pessoas extremamente inteligentes que não desenvolvem suas capacidades por não terem acesso à educação. E isso ocorre porque seus governos gastam recursos em guerras e conflitos internos, em vez de investir em educação.

Receba as principais notícias do dia, sobre tecnologia e agronegócio direto no seu e-mail.

Cadastre-se em
valor.globo.com/newsletter

Valor ECONÔMICO

Ines249

Setor externo Fluxo do IDP alcança US$ 9 bilhões em junho, superando de longe o rombo na conta corrente de US$ 2,33 bilhões

Investimento direto cobre com folga déficit em transações correntes

Hamilton Ferrari
De Brasília

O desempenho da balança comercial de bens e do Investimento Direto no País (IDP) tem favorecido as contas externas brasileiras. Em junho, as transações correntes registraram déficit de US$ 2,33 bilhões — o menor saldo negativo para o mês desde 2023 —, montante amplamente coberto pela entrada líquida de US$ 9,075 bilhões do IDP, segundo o Banco Central (BC).

As transações correntes medem o resultado da balança comercial (exportações e importações), os serviços adquiridos por brasileiros no exterior e o envio de renda, como juros, lucros e dividendos. Nesse contexto, o superávit comercial de US$ 8,83 bilhões em junho (também o maior para o mês desde 2023) ajudou a atenuar a pressão exercida pelas contas de serviços, por exemplo.

Os preços mais elevados para as commodities, como petróleo e derivados, continua favorecendo as exportações. O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, disse que tanto as exportações quanto as importações estão em níveis recordes, nas periodicidades mensal e anual.

Pelo lado negativo, o déficit em serviços somou US$ 5,13 bilhões no mês, marca recorde para junho na série histórica iniciada em 1995. As despesas com viagens, transportes e serviços tecnológicos seguem em alta. Já a renda primária, na qual entram lucros e dividendos, teve saldo negativo de US$ 6,47 bilhões, ante US$ 6,44 bilhões registrados em junho de 2025.

No acumulado do primeiro semestre, o fluxo comercial também reduziu o déficit externo de janeiro a junho para US$ 27,48 bilhões (frente a US$ 32,85 bilhões no mesmo período do ano anterior), impulsionado por um superávit comercial de US$ 37,42 bilhões.

Para Ariane Benedito, economista-chefe do PicPay, os dados reforçam “melhora consistente da posição externa brasileira”.

O IDP, espécie de longo prazo que ajuda a financiar as contas externas, segue compensando o déficit em transações correntes: no semestre, os ingressos líquidos somaram US$ 46,97 bilhões, atingindo o segundo maior nível da série histórica para o período, atrás apenas do de 2011.

> "Dados do setor externo seguem confirmando um ambiente tranquilo para as contas externas"
> *Flávio Serrano*

Com a sustentação da balança comercial nos 12 meses encerrados em junho, tanto o valor nominal quanto a proporção do déficit em relação ao PIB recuaram. O saldo negativo das transações correntes ficou em US$ 61,4 bilhões (2,46% do PIB, ante 3,52% de um ano antes), enquanto o IDP somou US$ 89,3 bilhões (3,58% do PIB).

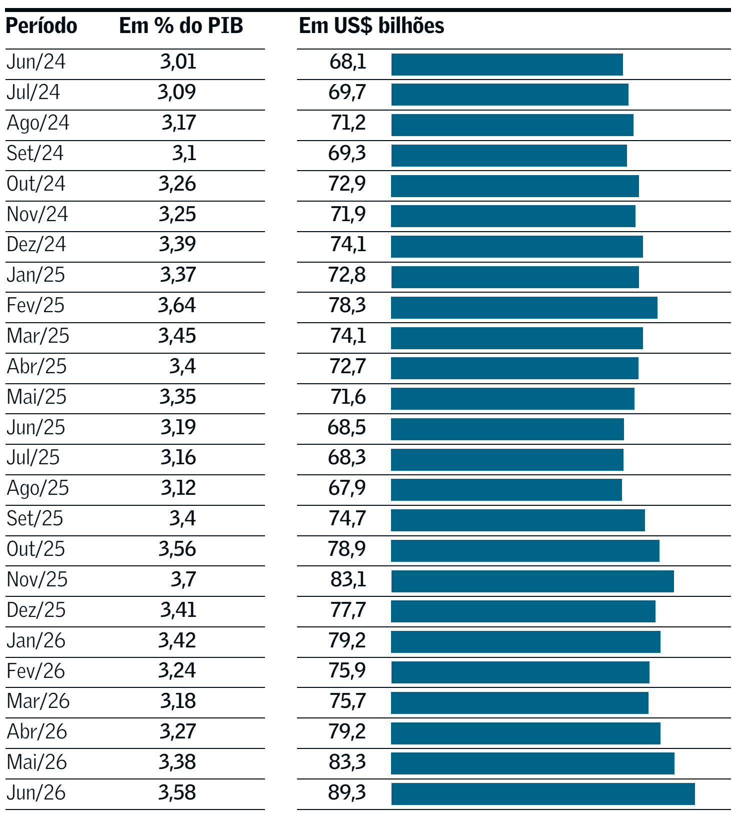
“O IDP supera confortavelmente a necessidade de financiamento corrente e está concentrado em participação no capital. Isso reduz a dependência de fluxos de carteira, mais sensíveis ao diferencial de juros, à volatilidade internacional e ao risco fiscal doméstico”, diz.

O economista-chefe do Banco BMG, Flávio Serrano, destaca que o IDP registrou fluxo positivo consideravelmente acima de suas projeções, de US$ 6 bilhões em junho. “No geral, os dados do setor externo seguem confirmando um ambiente tranquilo para as contas externas e reforçam o comportamento positivo da moeda doméstica em relação ao dólar americano”, afirma.

Leonardo Costa, economista do ASA, diz que a balança comercial deve permanecer como o principal vetor de melhora ao longo de 2026. “Apesar da piora observada na conta de serviços, o setor externo permanece em trajetória confortável, com financiamento externo de longo prazo”, afirma.

Investimento direto no país

Saldo acumulado em 12 meses



Período	Em % do PIB	Em US$ bilhões
Jun/24	3,01	68,1
Jul/24	3,09	69,7
Ago/24	3,17	71,2
Set/24	3,1	69,3
Out/24	3,26	72,9
Nov/24	3,25	71,9
Dez/24	3,39	74,1
Jan/25	3,37	72,8
Fev/25	3,64	78,3
Mar/25	3,45	74,1
Abr/25	3,4	72,7
Mai/25	3,35	71,6
Jun/25	3,19	68,5
Jul/25	3,16	68,3
Ago/25	3,12	67,9
Set/25	3,4	74,7
Out/25	3,56	78,9
Nov/25	3,7	83,1
Dez/25	3,41	77,7
Jan/26	3,42	79,2
Fev/26	3,24	75,9
Mar/26	3,18	75,7
Abr/26	3,27	79,2
Mai/26	3,38	83,3
Jun/26	3,58	89,3

Fonte: Banco Central

Trump renova emergência nacional contra o Brasil

Folhapress, de São Paulo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump renovou por mais um ano a emergência nacional declarada contra o Brasil. A decisão preserva a base legal que permite ao governo americano manter medidas adotadas com fundamento na IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional).

A renovação não cria novas sanções nem amplia as medidas já adotadas contra o Brasil. Na prática, a decisão preserva a base jurídica que permite ao governo americano manter ações fundamentadas na IEEPA.

O uso dessa lei para sobretaxar os países foi derrubado pela Suprema Corte e, por isso, esta renovação não deve ter efeito prático sobre o Brasil.

A decisão vai ser publicada nesta quarta-feira (29) no Federal Register, o diário oficial dos Estados Unidos. A publicação atende à exigência da National Emergencies Act (NEA, lei americana de emergências nacionais), segundo a qual uma emergência nacional expira automaticamente após um ano.

Ao justificar a renovação, Trump reiterou as acusações feitas contra o governo brasileiro no ano passado.

“Ameaça incomum”

Segundo o documento, políticas e ações do Brasil continuam representando uma “ameaça incomum e extraordinária” à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos.

O texto volta a citar supostas violações à liberdade de expressão e aos direitos humanos, além de afirmar que integrantes do governo brasileiro promovem perseguição política contra o ex-presidente da República Jair Bolsonaro, seus familiares e apoiadores.

Também menciona decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), acusando a corte de censurar conteúdos online e prender pessoas por exercerem liberdade de expressão.

Essa lei foi usada no ano passado para que o governo Trump aplicasse uma sobretaxa de 40% sobre os produtos brasileiros, que foi somada à tarifa de 10% anunciada no início da gestão. Ao todo, o Brasil foi sobretaxado em 50% — porém, as tarifas caíram, parte delas após a reaproximação entre Trump e o presidente Lula (PT) e, meses depois, após a Suprema Corte suspender o uso da IEEPA por Trump.

Apesar disso, o Brasil agora enfrenta outras tarifas, que foram anunciadas ao longo de julho, somam 37,5% de sobretaxas aos produtos brasileiros e são frutos de duas investigações do USTR (Escritório do Comércio dos Estados Unidos).

Na primeira delas, o Brasil foi acusado de práticas comerciais desleais, de afetar empresas americanas de meios de pagamento com o uso do Pix e censura das redes sociais, e por isso foi sancionado com 25% ?apesar de ter uma lista extensa de exceções.

A outra é a investigação que o Brasil foi incluído, assim como outras 59 economias, por supostamente falhar no combate ao trabalho forçado.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,07	0,40	-0,13	0,55	0,58	0,13	0,51	0,07	-0,15
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,2	0,7	0,3	1,1	2,2	-1,9	-0,1	0,2	-0,4
Indústria de transformação	-	0,1	0,4	0,2	1,1	2,4	-2,5	0,2	-0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,6	3,2	0,4	1,1	1,5	1,0	-2,2	3,5	-1,4
Bens de capital	-	-0,2	-0,1	0,6	2,7	2,9	-8,4	-0,2	0,9	0,1
Bens intermediários	-	-0,4	1,6	0,6	1,2	2,4	-1,9	-0,7	-0,7	-0,3
Bens de consumo	-	-0,5	-0,7	0,5	0,8	1,9	-1,6	0,5	1,3	-0,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	0,2	0,5	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,0	-1,3	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	1,1	1,2	0,6	0,5	-0,4	0,9	0,4	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	-1,6	0,8	0,8	0,5	-0,7	1,1	0,6	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	1,5	-0,2	1,2	2,2	-0,9	0,6	0,3	0,8
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,4	1,1	-0,9	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,3	0,7
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,6	5,8	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	36.277	31.753	34.271	31.770	26.156	24.546	30.710	28.165	31.509	30.487
Importações	26.520	24.074	23.624	25.234	22.169	20.796	21.385	22.404	24.824	27.346
Saldo	9.758	7.679	10.647	6.536	3.987	3.751	9.325	5.761	6.685	3.141

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %										Em R$
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	1,24	25,16	1.621,00
jun/26	0,1709	0,6718	0,6718	1,0460	1,12	0,7307	0,6279	0,4179	2,24	25,16	1.621,00
jul/26	0,1729	0,6738	0,6738	1,0998	1,22	0,7560	0,6418	0,4200	-	25,29	1.621,00
2026	**1,15**	**4,75**	**4,75**	**7,45**	**8,14**	**5,30**	**4,47**	**2,91**	**4,59**	**1,53**	**6,79**
Em 12 meses*	**2,02**	**8,32**	**8,32**	**13,50**	**14,71**	**9,23**	**7,75**	**5,09**	**6,49**	**2,06**	**6,79**
2025	**1,97**	**8,26**	**8,26**	**13,33**	**14,32**	**8,79**	**7,61**	**5,03**	**4,13**	**1,71**	**7,51**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/26	4º Tri/25	2026‡	2025	2024	2023
PIB (R$ bilhões) *	3.251	3.278	12.965	12.739	11.779	10.943
PIB (US$ bilhões) **	613	607	2.376	2.281	2.185	2.191
Taxa de Variação Real (%)	1,1	0,3	2,0	2,3	3,4	3,2
Agropecuária	2,0	0,1	7,5	11,7	-3,7	16,3
Indústria	1,0	-0,7	1,3	1,4	3,1	1,7
Serviços	0,5	0,7	1,8	1,8	3,8	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,5	-3,4	0,4	2,9	6,9	-3,0
Investimento (% do PIB)	16,5	16,0	16,6	16,8	16,9	16,4

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. ‡ 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência julho/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*** Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.**
**** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.**
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-Maio			maio		
Discriminação	**2026**	**2025**	**Var. %**	**2026**	**2025**	**Var. %**
Receita Federal						
Imposto de renda total	**437,0**	**398,9**	**9,55**	**94,6**	**82,4**	**14,69**
Imposto de renda pessoa física	43,4	13,7	217,39	31,2	2,6	1.121,47
Imposto de renda pessoa jurídica	177,6	164,1	8,23	23,2	16,9	36,74
Imposto de renda retido na fonte	215,9	198,1	8,99	40,2	40,0	0,60
Imposto sobre produtos industrializados	37,6	34,7	8,40	8,0	6,8	17,84
Fumo	5,0	4,7	5,78	1,0	0,7	37,40
Bebidas	1,5	1,4	13,27	0,2	0,2	-1,76
Automóveis	1,9	2,0	-4,38	0,5	0,4	29,00
Imposto sobre operações financeiras	41,3	28,5	44,68	8,2	5,9	37,30
Imposto de importação	42,3	37,5	12,86	9,1	7,4	23,86
Cide-combustíveis	1,3	1,3	-0,37	0,3	0,3	-3,42
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,6	181,8	9,80	39,4	37,0	6,36
CSLL	97,2	88,4	9,94	13,6	9,4	44,18
PIS/Pasep	53,5	50,0	7,08	10,5	9,9	5,64
Outras receitas	413,0	370,1	11,58	83,2	70,9	17,29
Total	**1.322,7**	**1.191,2**	**11,05**	**266,8**	**230,2**	**15,92**

	abr/26		mar/26		abr/25	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**61,1**	**1,33**	**60,3**	**0,71**	**54,6**	**4,81**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/26	**jun/26**	**2026**	**2025**	**12 meses**	**jul/26**	**jun/26**	**dez/25**	**jul/25**
IBGE									
IPCA	-	0,16	3,36	4,26	4,64	-	7.652,37	7.403,29	7.331,98
INPC	-	0,14	3,51	3,90	4,33	-	7.835,94	7.570,36	7.526,72
IPCA-15	0,06	0,41	3,51	4,41	4,52	7.520,59	7.516,08	7.265,66	7.195,65
IPCA-E	-	0,41	3,45	4,41	4,80	-	7.516,08	7.265,66	7.195,65
FGV									
IGP-DI	-	-0,79	3,00	-1,20	3,59	-	1.202,30	1.167,24	1.159,85
Núcleo do IPC-DI	-	0,40	2,43	5,92	4,20	-	-	-	-
IPA-DI	-	-1,36	2,81	-3,61	2,91	-	1.381,74	1.343,94	1.338,16
IPA-Agro	-	-0,41	-1,61	-6,62	-3,41	-	1.875,78	1.906,47	1.875,58
IPA-Ind.	-	-1,66	4,35	-2,52	5,16	-	1.172,17	1.123,35	1.123,15
IPC-DI	-	0,36	3,00	4,00	4,32	-	817,31	793,53	786,36
INCC-DI	-	0,78	4,27	5,92	6,76	-	1.280,64	1.228,16	1.210,47
IGP-M	-	-0,50	3,27	-1,05	3,16	-	1.223,76	1.185,00	1.177,17
IPA-M	-	-0,97	3,18	-3,35	2,34	-	1.426,94	1.382,94	1.376,37
IPC-M	-	0,47	3,18	4,08	4,32	-	800,30	775,65	769,21
INCC-M	-	0,85	4,05	6,10	6,71	-	1.275,09	1.225,40	1.205,84
IGP-10	-1,13	-0,30	3,48	-0,76	2,68	1.233,91	1.248,06	1.209,77	1.201,68
IPA-10	-1,76	-0,71	1,26	-2,87	1,68	1.442,53	1.468,37	1.424,59	1.418,73
IPC-10	0,23	0,56	3,32	4,01	4,31	806,47	804,64	780,54	773,14
INCC-10	0,65	0,92	4,64	6,18	6,72	1.264,55	1.256,38	1.208,49	1.184,97
FIPE									
IPC	-	0,18	2,11	3,83	3,92	-	749,49	734,01	723,24

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre/2026 = 1,93%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

		No prazo legal		
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	29/05/2026	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	30/06/2026		1,00%	
3ª	31/07/2026		2,12%	
4ª	31/08/2026			
5ª	30/09/2026			
6ª	30/10/2026			
7ª	30/11/2026			
8ª	30/12/2026			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	mai/26		abr/26		mai/25	
Dívida líquida do setor público	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Dívida líquida total	**8.897,7**	**67,91**	**8.752,5**	**67,36**	**7.547,7**	**61,71**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,2	-0,21	-28,0	-0,22	-38,2	-0,31
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-991,9	-7,57	-973,7	-7,49	-1.072,0	-8,76
Dívida fiscal líquida	**9.917,8**	**75,69**	**9.754,1**	**75,07**	**8.657,9**	**70,79**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.347,8	71,34	9.167,6	70,55	8.225,4	67,25
Dívida externa líquida	-450,0	-3,43	-415,2	-3,20	-677,7	-5,54
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.784,3	59,41	7.650,6	58,88	6.524,6	53,35
Governos Estaduais	978,8	7,47	968,7	7,45	898,1	7,34
Governos Municipais	82,1	0,63	80,9	0,62	84,8	0,69
Empresas Estatais	52,5	0,40	52,2	0,40	40,2	0,33
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/26**		**abr/26**		**mai/25**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.259,9**	**9,62**	**1.222,1**	**9,41**	**922,0**	**7,54**
Governo Federal**	1.083,4	8,27	1.053,5	8,11	721,5	5,90
Banco Central	48,6	0,37	46,4	0,36	112,3	0,92
Governo regional	112,0	0,85	105,2	0,81	76,5	0,63
Total primário	**149,0**	**1,14**	**126,6**	**0,97**	**-24,1**	**-0,20**
Governo Federal	-213,5	-1,63	-227,0	-1,75	-315,8	-2,58
Banco Central	1,0	0,01	0,9	0,01	1,2	0,01
Governo regional	3,3	0,03	-2,4	-0,02	-15,3	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

	Janeiro-maio			maio		
Discriminação	**2026**	**2025**	**Var. %**	**2026**	**2025**	**Var. %**
Receita total	**1.330,3**	**1.275,2**	**4,33**	**256,2**	**242,8**	**5,51**
Receita Adm. Pela RFB**	889,0	836,8	6,23	165,4	149,8	10,41
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	306,3	288,6	6,15	61,6	58,5	5,25
Receitas Não Adm. Pela RFB	135,1	149,8	-9,83	29,2	34,5	-15,32
Transferências a Estados e Municípios	**255,4**	**249,3**	**2,41**	**58,2**	**55,2**	**5,44**
Receita líquida total	**1.075,0**	**1.025,8**	**4,79**	**198,0**	**187,6**	**5,53**
Despesa Total	**1.118,3**	**989,4**	**13,03**	**251,2**	**229,8**	**9,35**
Benefícios Precidenciários	493,9	451,2	9,45	122,3	117,3	4,19
Pessoal e Encargos Sociais	180,0	160,8	11,94	33,5	34,2	-2,10
Outras Despesas Obrigatórias	194,4	158,5	22,64	34,8	32,8	6,15
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	250,0	218,8	14,24	60,6	45,4	33,64
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-43,3**	**36,4**	**-218,86**	**-53,3**	**-42,2**	**26,35**

Discriminação	**mar/26**		**fev/26**		**mar/25**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	0,0	-19,12	0,0	29,33	0,1	-
Discrepância estatística	-1,3	-	0,5	-	-4,1	-52,11
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-73,9**	**-**	**-30,5**	**142,69**	**1,6**	**1.086,25**
Juros Noniminais	**-112,9**	**-32,55**	**-79,5**	**42,13**	**-69,9**	**-10,15**
Result. Nominal do Gov. Central	**-188,2**	**-73,39**	**-109,4**	**72,04**	**-72,4**	**-36,56**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Ines249

Eleições Senador publicou vídeo com mensagem de que 'seguirá na missão'; segundo Genial/Quaest, ele tem 35% das intenções de voto; Lula e Flávio empatam no Estado

Cleitinho lidera e sinaliza que será candidato ao governo de Minas

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

Cleitinho: decisão do senador é aguardada pelo Republicanos, PP e PL para definição de estratégias; ele está recluso desde a morte do irmão, no dia 18

Líder nas pesquisas de intenção de voto, o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) publicou na terça-feira (28) um vídeo nas redes sociais que foi interpretado por aliados como uma sinalização de que ele será candidato ao governo de Minas Gerais. A decisão do parlamentar é aguardada por partidos como o PL e o PP para definir suas estratégias no Estado, segundo maior colégio eleitoral do país.

Cleitinho esteve recluso nos últimos dias, após a morte do irmão Matheus Azevedo, no dia 18. No vídeo, produzido com inteligência artificial, ele conversa com o pai falecido José Maria Azevedo. O pai pergunta por que ele está pensativo e Cleitinho responde que, sem o pai e o irmão Matheus, ele se sente inseguro, indeciso e com medo. O pai diz a ele para ter fé e seguir em frente.

Na sequência, surge o irmão Matheus carregando uma bandeira de Minas Gerais, dizendo: "Vai e faça o que precisa ser feito. Nosso pai e eu estamos sendo muito bem cuidados aqui em cima e estaremos orgulhosos de você. Seja forte e corajoso. Não olhe nem para a esquerda, nem para a direita. Siga em frente. Deus é contigo. O povo te espera."

Depois do diálogo, Matheus abraça Cleitinho e entrega a bandeira de Minas Gerais ao senador. Na legenda do vídeo, Cleitinho escreve: "Seguirei na missão."

O próprio senador não confirmou a pré-candidatura ao governo. Seus outros dois irmãos, no entanto, deputados estaduais Eduardo Azevedo (PL) e Gleidson Azevedo (Republicanos), comentaram a postagem com mensagens de apoio à corrida pelo comando do Estado.

"Apoio: Cleitinho governador. Não é sobre política, é sobre uma missão que Deus te confiou, ergue a cabeça porque o Senhor dos exércitos é contigo meu irmão", afirmou Eduardo. "Estamos com o senhor", acrescentou Gleidson.

A mensagem foi publicada no mesmo dia em que pesquisa Genial/Quaest confirmou o favoritismo de Cleitinho no Estado. Segundo a sondagem, o senador tem 35% das intenções de voto no primeiro turno, ante 30% registrados na rodada anterior, em abril.

Em segundo lugar nesse cenário da pesquisa aparecem empatados, com 12%, o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT) e o deputado federal Patrus Ananias (PT), ambos já oficializados como candidatos em convenções partidárias. O atual governador Mateus Simões (PSD) e candidato à reeleição aparece em quarto lugar, com 6%. Ele fica tecnicamente empatado com Gabriel Azevedo (MDB), que tem 4%.

Ben Mendes (Missão) e Flávio Roscoe (PL) aparecem na sequência, com 2% das intenções. Maria da Consolação (Psol) tem 1%, embora o seu nome não tenha sido confirmado na convenção do Psol, realizada no domingo (26). Jarbas Soares (PSB), Rafael Dutra (PSTU), Túlio Lopes (PCB) e Vittorio Medioli (PL) não pontuaram.

Em um cenário sem Cleitinho, Kalil fica numericamente em primeiro lugar, com 15%, seguido por Patrus, com 13%. Simões tem 9%. Kalil e Patrus ficam empatados tecnicamente. Simões está tecnicamente empatado com Patrus. Gabriel Azevedo tem 6%, também empatado com Simões.

A Quaest ouviu 1.482 eleitores de Minas Gerais entre 23 e 26 de julho. A pesquisa está cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os protocolos BR-09333/2026 e MG-034/90/2026.

Cleitinho apoiou a candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022 e seu nome é avaliado por Flávio Bolsonaro (PL) como o preferido para apoiar na campanha deste ano. O Republicanos, que fez sua convenção no sábado (25), aguarda a decisão do senador sobre sua candidatura. O partido avalia com a federação União Progressista e o PL um plano B, caso Cleitinho decida não concorrer. Os nomes avaliados são Flávio Roscoe, o empresário e ex-prefeito de Betim (MG) Vittorio Medioli e o ex-secretário da Casa Civil de Romeu Zema Marcelo Aro (PP).

Candidatura de Cleitinho é plano principal de Flávio Bolsonaro (PL) no Estado

Os palanques em Minas Gerais são considerados estratégicos tanto por Flávio Bolsonaro como pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disputarão a Presidência em outubro. Os dados da Genial/Quaest de terça mostraram que os dois estão tecnicamente empatados entre os eleitores do Estado. Segundo a sondagem, Lula tem 30% das intenções de voto, enquanto Flávio registra 29%.

Em um eventual segundo turno, Lula aparece com 38% e Flávio tem 35% — também em empate técnico, considerando a margem de erro de três pontos percentuais.

No comando do Estado até abril, quando deixou o cargo para concorrer ao Planalto, o ex-governador Romeu Zema aparece em terceiro lugar considerando o universo de eleitores de Minas, com 12% das intenções. O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) tem 4%, seguido por Renan Santos (Missão), com 2%.

Cabo Daciolo (Mobiliza), Augusto Cury (Avante) e Samara Martins (UP) têm, cada um, 1%. Os demais presidenciáveis não chegaram a 1%. Caiado, Renan, Cabo Daciolo, Cury e Samara estão tecnicamente empatados. Indecisos somam 11% da amostra. Outros 9% informaram que votarão em branco, nulo ou não votarão.

Os entrevistados foram questionados sobre o governo de Romeu Zema no Estado: 52% disseram aprovar e 41% desaprovam; 7% não responderam. Em relação a Mateus Simões, sucessor de Zema, Mateus Simões, 36% disseram aprovar, 28% desaprovam e 36% não responderam.

Na disputa pelo Senado, ainda segundo a Quaest, a ex-prefeita de Contagem (MG) Marília Campos (PT) lidera com 18%. O deputado Aécio Neves (PSDB) aparece em segundo lugar, com 16%, mas ainda avalia se disputará em outubro.

Raquel Lyra está à frente da disputa em Pernambuco

Marina Falcão
Do Recife

A governadora Raquel Lyra (PSD) tem 43% das intenções voto contra 37% do ex-prefeito João Campos (PSB) na disputa eleitoral em Pernambuco em primeiro turno, de acordo com levantamento da Genial/Quaest, divulgada na terça-feira (28).

Os adversários estão empatados tecnicamente no limite da margem de erro — de 3 pontos percentuais. Em relação à pesquisa feita em abril, a pré-candidata à reeleição passa à frente de Campos, mas os resultados não são diretamente comparáveis, já que houve mudança nos demais nomes testados no cenário de primeiro turno.

Há três meses, o ex-prefeito de Recife registrava 42% das intenções de voto e Lyra, 34%.

Na pesquisa de julho, o instituto incluiu Camila Falcão (UP) e Renan Hallais (Missão), que registraram 1% cada um. Ivan Moraes (Psol) manteve os mesmos 1%. Os indecisos também continuaram em 11% e 6% disseram que não pretendem votar, que votarão em branco ou nulo. Sem outras candidaturas competitivas colocadas até o momento, a eleição em Pernambuco pode ser definida já na primeira etapa da votação.

Ainda que o cenário de primeiro turno não permita traçar a evolução dos principais adversários, o cenário de segundo turno confirma a inversão entre Campos e Lyra. Em abril, o pré-candidato do PSB liderava com 46% mas recuou para 39%, e a atual governadora avançou de 38% para 45%. Os indecisos foram os mesmos 8%, mesmo percentual de quem diz que vai anular ou votar em branco. Este foi o único cenário de segundo turno testado pela Quaest.

Na disputa pelas duas vagas ao Senado, a liderança é da ex-deputada Marília Arraes (PDT), que compõe a chapa de João Campos. Ela está à frente nas quatro simulações testadas pela Genial/Quaest, variando de 19% a 21%. Humberto Costa (PT), também integrante da chapa de Campos, tem entre 12% e 14%.

O ex-deputado Mendonça Filho (PL) apareceu com 8% nas duas simulações em que foi citado. Miguel Coelho (União) e Eduardo da Fonte (PP) registraram 6% cada um. Coelho e Da Fonte disputam uma vaga na chapa da governadora Raquel Lyra (PSD), ainda indefinida.

O deputado Túlio Gadêlha (PSD), que disputa o eleitorado lulista com Marília e Humberto, registrou 4%. Ele é dado como certo na chapa da governadora. Silvio Nascimento (PL) oscilou entre 2% e 3%. Carlos Santa'Anna (Novo) e Paulo Rubem Santiago (Rede) tiveram 1% em alguns dos cenários testados. Fernando Dueire (PSD) não atingiu 1%.

A pesquisa foi realizada em entre 22 e 26 de julho, com 900 eleitores do Estado. Está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob protocolo PE-09649/2026. O nível de confiança é de 95%.

Entre abril e julho, aumentou de 28% para 34% a rejeição de João Campos. O percentual de quem diz não votar em Lyra oscilou para baixo, de 37% para 35%.

O avanço de Lyra na pesquisa eleitoral acompanha a evolução de sua aprovação e avaliação de governo. A aprovação da governadora subiu de 62% para 68%, enquanto a desaprovação recuou de 35% para 23% entre abril e julho. Lyra também registrou melhora na avaliação do seu governo, com a fatia do eleitorado que classifica a gestão como positiva avançando de 36% para 45%. A avaliação regular recuou de 43% para 36% e a negativa foi de 18% para 15%. A pesquisa mostrou ainda que 57% dos eleitores acham que a governadora "merece ser reeleita".

A Genial/Quaest também mediu as intenções de voto presidencial em Pernambuco. O presidente e pré-candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 55% das intenções de voto no Estado, contra 21% do senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL). Renan Santos (Missão) aparece com 2%, mesmo percentual de Augusto Cury (Avante). Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) têm, cada, um 1%. Os demais postulantes não pontuaram.

Para especialistas, Milei passou dos limites

Camila Zarur
Do Rio

A ida do presidente argentino Javier Milei à convenção do senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) causou uma crise diplomática entre os dois países. Não pelo apoio em si do chefe da Casa Rosada ao filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas pelas ofensas que fez a seu par brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na avaliação de especialistas, embora manifestações de chefes de Estado nas eleições de outros países não sejam o ideal, isso é algo que acaba sendo corriqueiro. O próprio petista envolveu-se em pleitos de outros países. O problema, alertam os analistas, é quando se ultrapassa o limite do aceitável, como fez Milei.

"No mundo ideal, nenhum chefe de Estado se posicionaria na eleição de outro país, mas no mundo real isso acontece. Vimos isso ser feito por outros presidentes aqui no Brasil. Em 2022, havia uma preferência gigante do [presidente francês Emmanuel] Macron e do [ex-presidente americano Joe] Biden pela eleição do Lula, assim como existia uma enorme torcida do [movimento] Maga, do [presidente americano Donald] Trump e de toda a direita internacional pela vitória do Bolsonaro. A diferença do que a gente viu agora com Milei são justamente as ofensas", afirma o analista político Thomas Traumann.

"Uma coisa são os candidatos dentro do país se criticarem e brigarem. Esse é um problema interno do país. Outra é chamar alguém de fora, um estrangeiro, para uma festa sua e incentivar que ele critique o seu país. Isso passa do limite do aceitável", completa.

Na convenção de Flávio, Milei chamou Lula de "ladrão", "presidiário" e "lixo socialista". No discurso, o argentino também se referiu a Moraes como "lixo careca". É uma postura diferente das que o presidente brasileiro adotou nas vezes em que se envolveu nos pleitos da Argentina.

Em 2023, por exemplo, Lula fez um apoio velado ao candidato adversário de Milei na eleição argentina daquele ano, o peronista Sergio Massa. O petista, porém, não chegou a mencionar o nome do aliado na ocasião e defendeu apenas que o povo argentino elegesse "um presidente que goste de democracia e do Mercosul". Anos antes e já fora do Planalto, Lula declarou apoio a Alberto Fernández na eleição que levou o kirchnerista à Casa Rosada, em 2019, e a Daniel Scioli em 2015, que concorria com o apoio da então presidente argentina Cristina Kirchner mas foi derrotado por Maurício Macri.

Fora da Argentina, Lula também indicou apoio a aliados em outros países. Em 2024, disse preferir que a então vice-presidente americana Kamala Harris fosse vitoriosa na empreitada à Casa Branca — a democrata, contudo, perdeu a corrida para Trump. No Equador, no ano passado, o brasileiro fez acenos a candidata Luísa González, que disputava com o presidente Daniel Noboa, reeleito para seu segundo mandato.

Nessas ocasiões, Lula não desferiu ataques aos concorrentes de seus aliados e evitou causar incidentes diplomáticos ao se manifestar. É um cuidado, na visão de especialistas, para não romper o diálogo entre os países e abalar laços diplomáticos, independente de quem esteja no poder.

"Existe uma linha vermelha, mas existem também as linhas amarelas. Ofensas a um presidente ou a um Poder de Estado e questionar o funcionamento político e econômico de um país são linhas vermelhas. As amarelas são o próprio posicionamento do Brasil e de qualquer governo sobre as eleições de outros", diz o professor Feliciano Guimarães, do Instituto de Relações Internacionais da USP.

"A diferença do que vimos com Milei são justamente as ofensas"
Thomas Traumann

"Na hora que qualquer governo de qualquer país se posiciona dessa maneira, ele acende o alerta na força política adversária. E se o candidato apoiado perde, haverá mais dificuldades de relacionamento com o governo eleito", continua Guimarães, que pondera, no entanto, que a tendência é que haja mais manifestações dos chefes de Estado sobre as eleições nos outros países.

Um dos motivos para isso é a forma que Trump, de quem Milei é aliado, tem se envolvido nos pleitos eleitorais do continente. Segundo Guimarães, isso cria um dilema interno no governo Lula entre o Itamaraty, que defende uma postura mais neutra do Planalto, e alas mais partidárias da gestão federal.

"Tem sinais contrários de Brasília sobre como se posicionar nessas eleições. Vamos copiar Trump e nos posicionar contrário toda vez que ele fizer os posicionamentos dele, e aí disputar a influência nas eleições regionais na América do Sul, ou nós vamos fazer a tradição da política externa brasileira, que é não se posicionar e tentar negociar com todos os governos?", diz Guimarães.

Voltando a Milei, não foi a primeira vez que o presidente argentino foi a outro país e insultou o chefe de Estado. Em 2024, em visita à Espanha, ele disse que o premier do país, Pedro Sánchez, "não entendia de economia ou devia gostar muito do Estado para atropelar espanhóis". Milei ainda chamou a esposa de Sánchez de "corrupta". Desde então, os dois países vivem uma crise diplomática sem precedentes.

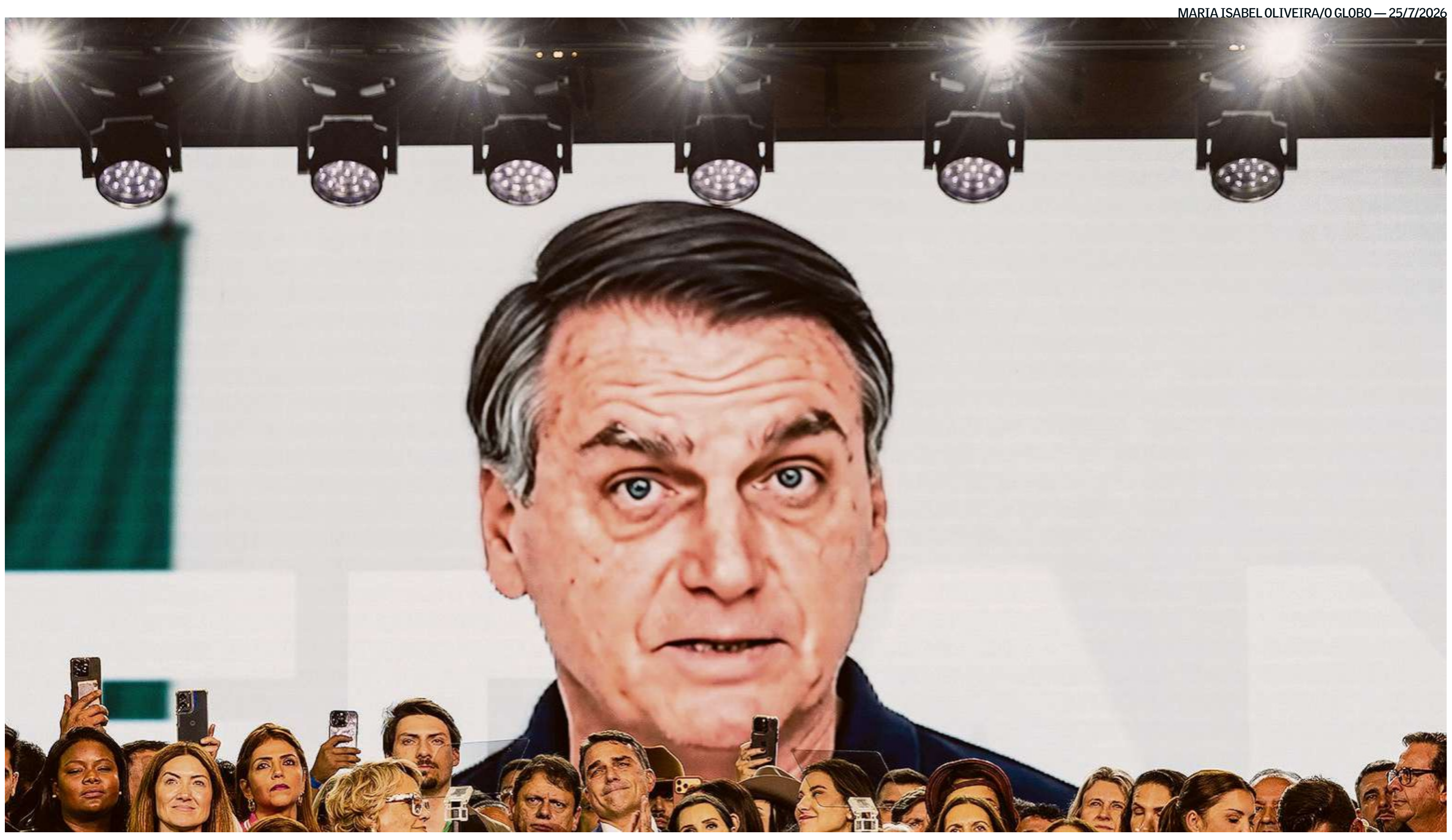
Para Traumann, o argentino, ao tratar seus pares dessa forma, está se dirigindo mais à sua base no próprio país do que ajudando aliados. Segundo o analista político, não houve nenhum ganho eleitoral aparente para Flávio com a participação de Milei em sua convenção.

"A convenção é um momento para o candidato brilhar. Devíamos estar discutindo as propostas de Flávio, e não Milei. Ele perdeu o momento em que ele era o palco", afirma Traumann.

Procurados, o Planalto não respondeu e o Itamaraty preferiu não se manifestar.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

MARIA ISABEL OLIVEIRA/O GLOBO — 25/7/2026



Avatar de Bolsonaro: defesa de Flávio Bolsonaro diz que não houve uso de deepfake, por não ter "enganosidade" como norte; ex-presidente tem 48 horas para responder

Eleições Ministro diz que pode revogar prisão domiciliar se ex-presidente tiver autorizado vídeo exibido em convenção do PL

Moraes manda Bolsonaro explicar se autorizou uso de IA

Tiago Angelo
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 48 horas para o ex-presidente Jair Bolsonaro explicar se autorizou a utilização de sua imagem e voz na produção do vídeo gerado por inteligência artificial (IA) usado na convenção que oficializou a candidatura do seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ao Palácio do Planalto.

Na decisão, Moraes afirma que "a eventual concordância" com o vídeo constituiria violação à decisão dada no dia 17, que proíbe o ex-presidente de divulgar manifestos político-eleitorais, inclusive por terceiros e independentemente do meio utilizado. Na sequência, afirma que se for confirmado novo descumprimento de ordem judicial, a prisão domiciliar concedida a Bolsonaro pode ser revertida.

Já se Bolsonaro não autorizou o vídeo, diz o ministro, Flávio e o PL podem ter violado a jurisprudência e normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prática que pode ser punida com a inelegibilidade.

O vídeo gerado por IA foi exibido no sábado (25), na convenção que oficializou a candidatura de Flávio à Presidência. Nele, a simulação de Bolsonaro pede união em torno da candidatura do senador. "Peço que vocês recebam de braços abertos a pessoa que escolhi para me substituir, sangue do meu sangue, meu filho Flávio", diz trecho do vídeo.

"A eventual concordância de Jair Bolsonaro com a divulgação de um vídeo produzido por IA, e amplamente divulgado nas redes sociais, contendo sua imagem e declarações ostensivamente político-eleitorais constituiria nova e grave transgressão à decisão judicial, poucos dias após ser sancionado, e passível de reversão da prisão domiciliar humanitária para o regime fechado", diz Moraes na decisão.

Ao falar em "nova" violação à decisão judicial, Moraes se refere a uma carta escrita pelo ex-presidente e divulgada por Flávio nas redes sociais. Para o ministro, a publicização violou a cautelar que proíbe Bolsonaro de usar redes sociais, suas ou de terceiros.

Por conta do episódio, em decisões proferidas neste mês, Flávio foi proibido de visitar o pai por 90 dias, enquanto Bolsonaro foi impedido de receber visitas sociais por 30 dias e de receber qualquer pessoa com "finalidade político-eleitoral" até o fim da eleição.

Na decisão, Moraes afirma que se Bolsonaro não autorizou o uso de sua imagem e voz, Flávio e o PL produziram "deepfake", tipo de conteúdo que cria imagens e falas de uma pessoa real, dando ao material a aparência de autenticidade. A prática é vedada pelo TSE em eleições e pode configurar abuso de poder político e econômico ou uso indevido de meios de comunicação, passíveis de cassação e inelegibilidade.

"Tal conduta poderá tipificar a denominada deepfake, prática expressamente vedada pela legislação eleitoral, uma vez que haverá caracterização de criação ou divulgação de conteúdo sintético destinado a associar artificialmente a imagem, a voz ou a manifestação de determinada pessoa a candidato, partido ou causa política, sem sua expressa autorização", disse o ministro.

De acordo com Moraes, o entendimento do TSE é que a utilização de imagem de liderança política, sem sua concordância, caracteriza propaganda ilícita e "ostensiva prática de desinformação", principalmente quando a publicidade "faz associação de imagens e elementos visuais em contexto capaz de induzir o eleitor a erro".

Segundo o ministro, "há, portanto, necessidade de efetiva definição sobre o consentimento ou não do sentenciado Jair Bolsonaro na utilização de sua imagem e voz em vídeo produzido por IA com finalidade político-eleitoral, exposto em evento de lançamento de campanha e divulgado largamente nas redes sociais, para verificação se houve novo e grave descumprimento de decisão judicial pelo custodiado Jair Bolsonaro ou flagrante desrespeito à legislação eleitoral por Flávio Bolsonaro e pelo PL".

Mais cedo na terça, Flávio negou que o vídeo seja deepfake. A defesa do senador se manifestou em um processo que está no TSE. Nele, o PT questionou a divulgação do vídeo. Segundo os advogados de Flávio, a deepfake teria "como norte" a "enganosidade", o que não teria ocorrido, já que a simulação de Bolsonaro começava informando que o material foi produzido por IA. "O vídeo impugnado não versa deepfake. A deepfake tem a enganosidade como norte, reveste-se de intuito ofensivo e tem por padrão introduzir ou manipular digitalmente registros reais, aprofundando o induzimento a erro."

> "Tal conduta poderá tipificar a denominada deepfake"
> *Alexandre de Moraes*

Flávio dá explicação escrita sobre calúnia

Tiago Angelo e Giullia Colombo
De Brasília

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é candidato ao Palácio do Planalto, enviou na terça-feira (28) esclarecimentos à Polícia Federal (PF) na investigação por suposta calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Flávio tinha um depoimento marcado para o mesmo dia, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, mas ele decidiu enviar a manifestação por escrito e a oitiva foi cancelada.

Os advogados do senador pediram que a manifestação substituísse a oitiva que estava marcada para terça. Como Flávio é investigado, ele não é obrigado a depor. Já a PF informou a Moraes que o senador foi devidamente intimado, mas optou por apresentar uma petição tratando só de temas que a defesa considerou "cabíveis". Após a manifestação, Moraes encaminhou o documento para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste.

Em nota, a defesa do senador negou que ele tenha caluniado Lula, uma vez que ele não atribuiu um fato específico e falso ao petista. Os advogados afirmaram que as manifestações de Flávio se inserem no contexto do debate político e representam "posicionamentos públicos e afinidades políticas amplamente discutidos no cenário nacional e internacional".

ANTONIO AUGUSTO/STF — 18/6/2026

Alexandre de Moraes: ministro encaminhou manifestação do senador à PGR

Na petição encaminhada ao STF, Flávio disse que a publicação questionada tem duas afirmações diferentes e sem relação direta, embora estejam em um mesmo post. A primeira, sustentou, seria direcionada ao presidente e diz que Lula "será delatado". Enquanto a segunda, que trata de tráfico e outros crimes, seria direcionada só a Nicolás Maduro.

"A publicação, portanto, abarca 2 (duas) frases distintas, com conteúdo e destinatários diversos. Consequentemente, a leitura conjunta das duas orações, como se fossem uma só não corresponde à melhor interpretação da postagem em tela, nem do ponto de vista objetivo, nem do ponto de vista subjetivo, relativo à intenção de quem realizou a publicação", sustentou a defesa.

"A segunda frase — que foi separada da primeira por linha em branco e dela é inteiramente autônoma —, não se dirige ao presidente Lula, mas sim ao sr. Nicolás Maduro; sendo mencionados em tal frase justamente os ilícitos pelos quais o sr. Nicolás Maduro foi preso e está sendo processado nos Estados Unidos", prosseguiu.

Flávio é investigado por suposta calúnia a Lula ao associá-lo a crimes como tráfico de drogas e terrorismo. A apuração foi aberta por ordem de Moraes em abril deste ano, depois de a PF enviar uma representação ao Supremo. Segundo a conclusão dos investigadores, após a captura de Nicolás Maduro no início do ano, Flávio fez publicações associando Lula ao então presidente venezuelano e ao cometimento de crimes.

"Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas", dizia a publicação do senador.

Em relatório enviado a Moraes em junho, a PF concluiu que Flávio "imputou falsamente ao presidente Lula o cometimento dos crimes de tráfico internacional de drogas, tráfico internacional de arma e lavagem de dinheiro, crimes estes expressamente tipificados em nosso ordenamento jurídico".

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Odontologia da USP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO Nº: 139/2026 – FO
PROCESSO SEI Nº 154.00011757/2026-31

A Faculdade de Odontologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 139/2026 - FO, do tipo menor preço, cujo objeto é IMPRESSORA 3D E LASER ODONTOLÓGICO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/07/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/08/2026 às 10h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/07/2026, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL COMPRAS.GOV.BR Nº 348/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO FZEA/USP Nº 019/2026 - CONTRATANTE (UASG) 102158 – FZEA - USP - PROCESSO SEI Nº: 154.00010989/2026-71 - A Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 019/2026 - FZEA,** do tipo menor preço, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES DA FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS, no valor total estimado de R$ 29.035,77 (Vinte e nove mil e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme especificações** e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **29/07/2026** a partir das 08h00, **estando a sessão de disputa agendada para o dia 17/08/2026 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **29/07/2026,** além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Odontologia da USP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO Nº: 136/2026 – FO
PROCESSO SEI Nº 154.00010834/2026-35

A Faculdade de Odontologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 136/2026 - FO, do tipo menor preço, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE CARRINHO PARA TRANSPORTE DE ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/07/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 12/08/2026 às 09h30, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/07/2026, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 123/2026 – FEUSP - PROCESSO SEI Nº: 154.00011493/2026-15

A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob N°: 123/2026 - FEUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL DE CARREGADORES, PARA MUDANÇA DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/07/2026 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 12/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações publicas nacionais através do sítio **https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/07/2025, além da página do ComprasGov, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br.**

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.509.120/0001-82 – NIRE 35.300.151.381

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: Em 10.6.2026, às 10h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Convocação e Presença:** Confirmada a existência de "quorum" legal de instalação, a reunião foi iniciada, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. **Deliberação:** Elegeram, por unanimidade de votos, o senhor ***Cristiano Gomes de Moura***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.626.468-X/SSP-SP, CPF 271.662.978/16, ao cargo de ***Diretor***, o qual: a) tem endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; b) terá mandato coincidente com o dos demais diretores, até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; c) arquivou na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atende às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/2021; d) terá seu nome submetido à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomará posse de seu cargo. **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente, Alexandre da Silva Glüher e Maurício Machado de Minas; e Antonio Campanha Junior - Secretário. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 265.012/26-0 em 3.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ALPARGATAS S.A.

abrasca companhia associada IGC B3 ALPA B3 LISTED N1

Companhia Aberta
CNPJ/MF 61.079.117/0001-05 - NIRE 35.300.025.270
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2026

1. Data, Horário e Local: Em 7 de maio de 2026, às 09h30, na sede social da Alpargatas S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas nº 14.261, 10º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, São Paulo/SP, e por meio eletrônico, nos termos do Estatuto Social. **2. Presença**: Compareceram à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo presencialmente os conselheiros **João Moreira Salles**, **Rodolfo Villela Marino**, **Alfredo Egydio Setubal**, **Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond**, **Stacey Kirkpatrick Brown** e **Guilherme Bottura**, e por meio eletrônico os conselheiros **Silvio Tini de Araújo** e **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**, nos termos do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidente: João Moreira Salles. Secretária: Fernanda Bayeux **(...). 6. Itens Deliberativos.** Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberaram o quanto segue: **6.1. Aprovação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2026:** Foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro trimestre de 2026, para todos os fins legais, inclusive para entrega à Comissão de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores. **(...). 6.3. Eleição de membros para novo mandato e modificação na composição do Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia e Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade:** O Conselho de Administração aprovou a nova composição do Comitê de Finanças, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, conforme os respectivos regimentos internos, sendo todos os membros eleitos para mandato de 2 (dois) anos, até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2028. As alterações e composições aprovadas para cada comitê são descritas a seguir: **I) Comitê de Finanças**: Foi proposta a substituição do Sr. Rafael Bouhid Estides pelo Sr. Antônio Emygdio de Barros como membro do Comitê de Finanças. O Conselho de Administração aprovou a proposta, consignando seu agradecimento pelas contribuições prestadas pelo Sr. Rafael Bouhid Estides. Em decorrência, foi eleito como membro efetivo do Comitê de Finanças o Sr. Antônio Emygdio de Barros. Adicionalmente, em razão da reconfiguração do referido Comitê e com vistas ao fortalecimento da governança, o Sr. André Natal deixa de atuar como membro, passando a participar das reuniões na qualidade de convidado permanente. O Sr. Liel Miranda passa, igualmente, a participar das reuniões na qualidade de convidado permanente. Desta forma, os membros do Comitê de Finanças, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, passam a ser os seguintes: 1) Frederico de Souza Queiroz Pascowitch (coordenador), brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.913.156 e inscrito no CPF/MF sob nº 310.154.298-74; 2) Alex Silva e Amorim, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 05648722-37 e inscrito no CPF/MF sob nº 927.384.945- 87; 3) Antonio Emygdio de Barros, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.939.888-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 229.628.278-45; 4) Priscila Grecco Toledo, brasileira, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG nº 25.948.718-1 e inscrita no CPF/MF sob nº 266.268.838- 60; e 5) Silvio Tini de Araújo, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.482.808 e inscrito no CPF/MF sob nº 064.065.488-68. **II) Comitê de Estratégia**: Foi aprovada a nomeação da Sra. Gisela Dantas Rodenburg como membro efetivo do Comitê de Estratégia, registrando o Conselho as boas-vindas à nova integrante. O Sr. Liel Miranda passa a participar das reuniões na qualidade de convidado permanente. Desta forma, os membros do Comitê de Estratégia, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, passam a ser os seguintes: 1) Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond (coordenador), brasileiro, domiciliado no Estado da Flórida, Estados Unidos da América, portador da cédula de identidade RG nº 05.587.815-1, inscrito no CPF/MF sob nº 010.537.007-09; 2) Alfredo Egydio Setubal, brasileiro, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 6.045.777-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 014.414.218-07; 3) João Moreira Salles, brasileiro, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 33.180.899-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 295.520.008-58; 4) Guilherme Bottura, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.923.733-6 e inscrito no CPF/MF sob nº 278.422.008- 74; 5) Rodolfo Villela Marino, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 15.111.116-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 271.943.018-81; 6) Stacey Kirkpatrick Brown, americana, B.A., domiciliada no Estado da Califórnia, Estados Unidos da América, portadora do passaporte n.º A43713933 emitido pelos Estados Unidos da América; e 7) Gisela Dantas Rodenburg, brasileira, domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade RG nº 11.463.257-03 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 056.977.127-74. **III) Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade**: em razão da reconfiguração do Comitê e com vistas ao fortalecimento da governança, o Sr. Liel Miranda deixa de atuar como membro, passando a participar das reuniões na qualidade de convidado permanente. Adicionalmente, o Sr. Marco Vidal, Vice-Presidente de Pessoas e Gestão, passa a atuar como convidado permanente do referido Comitê. Desta forma, os membros do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, todos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2028, passam a ser os seguintes: 1) Sergio Guillinet Fajerman (coordenador), brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG n° 04.137.542-9 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n° 018.518.957-10; 2) Guilherme Bottura, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.923.733-6 e inscrito no CPF/MF sob nº 278.422.008- 74; 3) João Moreira Salles, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 33.180.899-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 295.520.008-58; 4) Rodolfo Villela Marino, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 15.111.116-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 271.943.018-81; 5) Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond, brasileiro, domiciliado no Estado da Flórida, Estados Unidos da América, portador da cédula de identidade RG nº 05.587.815-1, inscrito no CPF/MF sob nº 010.537.007-09; e 6) Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 5.347.941-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF, sob nº 022.725.508-94. O Conselho aprovou que os regimentos internos do Comitê de Finanças, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade sejam alterados para refletir as deliberações acima, devendo as respectivas alterações ser submetidas à aprovação formal na próxima reunião do Conselho de Administração. Fica a Diretoria autorizada e instruída a praticar todos os atos necessários à formalização e implementação das deliberações tomadas na presente data, incluindo a celebração dos instrumentos contratuais pertinentes e a adoção das providências trabalhistas, societárias e regulatórias aplicáveis. Todas as apresentações correlatas às pautas da presente Reunião encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Declaro ser o presente um extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme lavrada em livro próprio. São Paulo, 7 de maio de 2026. **Fernanda Bayeux Secretaria da Reunião.** JUCESP nº 299.103/26-2 em 24/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Receba as principais notícias do dia, sobre tecnologia e agronegócio direto no seu e-mail.
Cadastre-se em valor.globo.com/newsletter
Valor ECONÔMICO

Ines249

Eleições Ex-deputado divulgou vídeo em rede social com informações descontextualizadas e inverídicas sobre o sistema de votação brasileiro

PT aciona TSE contra Eduardo Bolsonaro por desinformação

REPRODUÇÃO

Eduardo em rede social: ex-deputado falou sobre suspeitas de fraudes já descartadas sobre as urnas eletrônicas

Giullia Colombo
De Brasília

A Federação Brasil da Esperança, formado pelo PT, PV e PCdoB acionou o Tribunal Superior Tribunal (TSE), na noite de segunda-feira (27), contra o ex-deputado Eduardo Bolsonaro por desinformação contra o sistema de votação eletrônico, apuração e totalização de votos, divulgadas em uma transmissão ao vivo no seu canal no YouTube, em 23 de julho.

Na representação, a defesa da federação afirmou que Eduardo veiculou informações inverídicas e descontextualizadas sobre as urnas para desinformar os destinatários sobre a confiabilidade do sistema eletrônico de votação. Os advogados pedem que a live seja retirada do ar e que Eduardo seja proibido de publicar novos conteúdos com o mesmo teor, além da aplicação de uma multa de R$ 30 mil. O ministro André Mendonça será o relator do caso na corte eleitoral.

Na representação, os advogados enumeraram 11 afirmações falsas de Eduardo sobre a vulnerabilidade das urnas e a influência de empresas de tecnologia estrangeiras no resultado do pleito, inclusive com afirmações que já foram rebatidas oficialmente pelo TSE durante as eleições de 2018 e 2022.

Na transmissão ao vivo, Eduardo comentou sobre suspeitas de fraudes já descartadas sobre as urnas eletrônicas, como o relatório da comissão fiscalizadora do Exército que analisou as urnas brasileiras em 2022. A live contou com a participação do consultor político argentino Fernando Cerimedo, que participou da campanha do presidente do país Javier Milei, e foi investigado pela Polícia Federal (PF) no inquérito sobre a tentativa de golpe, que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão.

Em 2022, o argentino fez lives relatando supostas fraudes nas eleições brasileiras. As declarações foram desmentidas por especialistas, mas o conteúdo de Cerimedo circulou em grupos bolsonaristas. Conforme denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) na trama golpista, as declarações dele serviram para alimentar uma narrativa de golpe. Apesar de ter sido indiciado pela Polícia Federal (PF), o consultor político argentino não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Do mesmo modo, segundo a defesa da federação, o conteúdo da live de Eduardo faria parte de uma estratégia mais ampla de descredibilização da Justiça Eleitoral, que se soma às manifestações do seu irmão, o candidato à Presidência e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a embaixadores na semana passada.

Na ocasião, Flávio pediu aos representantes diplomáticos para que enviassem "a maior quantidade de observadores estrangeiros possíveis" para acompanhar o pleito de outubro e disse que as urnas usadas no Brasil "têm a mesma origem" das fabricadas pela empresa Smartmatic, que é acusada pelo governo dos Estados Unidos de envolvimento com fraudes nas eleições da Venezuela em 2012.

A associação com o caso venezuelano foi feita pelo senador após divulgação de um documento pela CIA (sigla para Agência Central de Inteligência dos EUA), que não cita o Brasil.

O TSE já desmentiu a informações em anos anteriores. Além disso, não há evidências de fraudes no sistema brasileiro de votação. Após a repercussão da sua fala, Flávio negou que as declarações tenham sido um ataque às urnas.

Nunes Marques manda plataforma guardar dados

Tiago Angelo e Giullia Colombo
De Brasília

O ministro Kassio Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que a Meta conserve dados de supostas "páginas fantasmas" que estariam envolvidas em ataques coordenados nas redes sociais contra o senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato à Presidência pelo PL.

A decisão, que é sigilosa, foi dada na semana passada e manda a Meta, que é dona do Instagram, Facebook e WhatsApp, guardar, até o fim do andamento do caso no TSE, os registros das contas, logs e informações sobre meios de pagamento usados nos páginas.

Esse é o primeiro andamento na representação apresentada pela campanha de Flávio em julho. Os advogados alegaram ter detectado cerca de 20 mil perfis realizando impulsionamento pago de ataques contra o senador, o que é proibido pela lei eleitoral.

Segundo a defesa do candidato do PL, perfis recém-criados e com poucos seguidores estariam pagando R$ 200 mil para impulsionar publicações contra o senador.

Ao identificar o movimento, a campanha solicitou uma investigação, além da quebra de sigilo dos perfis e a concessão de uma liminar para que as publicações com esse teor sejam interrompidas. O objetivo, segundo os advogados, é identificar os responsáveis pelo impulsionamento de propaganda negativa.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio, levou a representação pessoalmente a Nunes Marques. Em coletiva dada no dia 20, ele informou que foi solicitada a quebra de sigilo dos responsáveis pelas supostas contas fraudulentas.

"A gente quer identificar não apenas aqueles que estão promovendo isso, mas quem está financiando", disse na ocasião. Ele também qualificou o caso como um atentado à democracia.

"Essa ação pede liminarmente que haja uma ampla investigação a respeito de uma verdadeira organização criminosa que foi montada para as eleições deste ano. Em vários momentos, nós da direita fomos acusados de fazermos proselitismo negativo nas redes, mas parece que o que está acontecendo é exatamente o contrário", afirmou Marinho.

A campanha disse que identificou 57 perfis falsos e mais de 4.600 anúncios. O valor gasto teria sido de R$ 3 milhões. As publicações teriam alcançado 250 mil visualizações nas redes sociais. Marinho afirmou, no entanto, que há indícios de fraudes em mais de 20 mil perfis.

Os impulsionamentos teriam sido feitos com pagamentos em real, peso colombiano e dólar. A advogada da campanha de Flávio, Maria Claudia Bucchianeri, disse que foi identificada uma organização criminosa digital que deixa pouco rastro e busca afetar a candidatura de Flávio.

De acordo com ela, "um volume de pessoas que arrumam CPF frio, criam uma conta, conseguem meio de pagamento, pagam valores substanciais e depois apagam o perfil para não criar nenhum rastro. Logo depois, criam mais um bloco de perfis, com conteúdo muito próximo".

O **Valor** procurou a Meta, que não quis se manifestar.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 20/6/2024

Supremo
Tribunal Federal
Supreme Court

STF: impacto do caso Master e emendas parlamentares no centro das eleições

Operações da PF devem marcar pleito

Mateus Coutinho
De Brasília

O efeito político de operações policiais caminha para ser uma das marcas das eleições deste ano, em um cenário semelhante ao observado em 2018, quando o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava preso. O pleito já é marcado, principalmente, por desdobramentos de investigações de fraudes envolvendo o Banco Master, além da ação do Poder Judiciário cobrando mais transparência de emendas parlamentares.

O cenário ocorre mesmo com os esforços do governo Lula para evitar grandes operações como a Lava-Jato e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em implementar um perfil mais discreto à Corte.

O impacto do caso Master já levou a ao menos duas mudanças de planos. Os ex-governadores Cláudio Castro (PL-RJ) e Ibaneis Rocha (MDB-DF) desistiram de concorrer ao Senado em seus Estados após seus nomes aparecerem em investigações no âmbito do escândalo. Eles negam irregularidades.

O envolvimento com o Master também fez com que Jaques Wagner (PT-BA), próximo a Lula, deixasse o posto de líder do governo no Senado. Ele também nega as acusações.

Na PF, a avaliação é que a investigação sobre as fraudes de Daniel Vorcaro não chegou nem à metade devido ao grande volume de informações encontradas. A corporação não deve parar ou diminuir o ritmo das investigações no período eleitoral.

O órgão já deflagrou dez fases da Compliance Zero e precisa cumprir os prazos da investigação — observados à risca pelo ministro André Mendonça, relator do caso Master no STF. Um exemplo é o de Jaques Wagner: intimado, ele deverá prestar depoimento à PF em 7 de agosto, dois dias após o prazo final das convenções partidárias que vão definir os candidatos.

Em outra frente, Mendonça autorizou na semana passada a abertura de uma investigação sobre os pedidos do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) feitos a Vorcaro para enviar R$ 61 milhões aos Estados Unidos para supostamente financiar o filme "Dark Horse", que trata da biografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Flávio é o principal adversário de Lula na corrida presidencial.

Para o consultor político da Tendências Consultoria Rafael Cortez, as investigações do caso Master expõem como os partidos precisam levar em conta o "risco judicial" de suas candidaturas. "É um ônus que a classe política tem que pagar. Ela fica mais exposta em ano eleitoral", afirma.

A fiscalização mais intensa do STF sobre as emendas parlamentares ao Orçamento também afeta políticos. No início do mês, o ministro Flávio Dino bloqueou R$ 6 milhões do ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos) e R$ 119 milhões do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, no âmbito de investigações sobre recursos indicados por congressistas. Os dois negam irregularidades.

As decisões do Supremo ainda influenciaram a política no Rio de Janeiro. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ricardo do Couto, assumiu um mandato-tampão em março após Castro e seu vice, Thiago Pampolha (MDB), renunciarem e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), ser afastado por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

A Alerj realizou uma eleição indireta para escolher o novo governador, mas ela foi anulada pelo ministro Cristiano Zanin, do STF. O plenário da Corte começou a julgar a decisão, mas um pedido de vista adiou a discussão, que deve ser retomada em 19 de agosto.

Para Cortez, da Tendências, o cenário é uma consequência do crescimento do protagonismo do STF nos últimos anos. "Viemos de uma transição eleitoral muito complicada em que, de fato, o Judiciário serviu como um freio aos riscos democráticos, e isso gerou um protagonismo muito forte", diz.

valor.com.br
Fernando Exman volta a escrever na próxima semana
www.valor.com.br

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR
E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

Ines249

Eleições Programas de governo de presidenciáveis listam ações para enfrentar impacto do fenômeno

Efeitos do ‘El Niño’ entram no radar das campanhas

LEANDRO OSÓRIO/ATOPRESS/AGÊNCIA O GLOBO

Primeira enchente do ano na Vila Mariante, em Venâncio Aires (RS), em 23 de julho, atingiu a cota de inundação acima dos 14 metros do Rio Taquari

Andrea Jubé e Érica Ribeiro
De Brasília

Com as previsões iniciais sobre o “super El Niño” se confirmando, os possíveis impactos do fenômeno na vida dos brasileiros e na economia entraram no radar dos candidatos à Presidência da República, que incluíram o fenômeno em seus planos de governo e listam uma série de medidas que pretendem adotar para enfrentar as mudanças climáticas.

O **Valor** entrou em contato com as campanhas dos cinco principais postulantes ao Palácio do Planalto, a fim de questionar como pretendem agir em relação ao problema, já que o presidente eleito em outubro terá de lidar com o risco de enchentes, ondas de calor, desabastecimento e alta da inflação, principalmente no preço dos alimentos.

As campanhas dos candidatos Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) enviaram respostas ao **Valor**. O coordenador do programa de governo de Ronaldo Caiado (PSD), o ex-deputado Roberto Brant, confirmou que ações para enfrentar a realidade das mudanças climáticas estarão no documento, mas que não poderia adiantá-las porque esse capítulo ainda estava em elaboração. Por fim, a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a demanda, mas não retornou.

A coordenação da campanha de Flávio, capitaneada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), confirmou que ações relacionadas ao El Niño e às mudanças climáticas estarão no programa de governo, “com foco em prevenção, planejamento de longo prazo e integração entre monitoramento climático, defesa civil, infraestrutura hídrica, seguro rural e proteção das áreas urbanas mais vulneráveis”.

Em resposta encaminhada por escrito, o candidato do PL afirmou que o Brasil “precisa deixar de agir apenas depois das tragédias e adotar uma política permanente de cidades resilientes, proteção da produção e segurança para a população”. Para isso, alega que não basta anunciar recursos extraordinários para as situações de calamidades, sendo necessário “planejamento, transparência e capacidade de executar os investimentos”.

O candidato do Novo e ex-governador de Minas Gerais vai na mesma linha do adversário do PL, alertando que as tragédias climáticas se tornaram um padrão, e é preciso “deixar de tratá-las como acidente para enfrentá-las com planejamento”. Nesse contexto, Zema defende um “ajuste fiscal imediato”, para que o governo tenha flexibilidade para responder às emergências climáticas, “sem recorrer a mais endividamento, e elevação do risco-país e dos juros”. As respostas também foram enviadas por escrito pela coordenação da campanha.

Em paralelo, o candidato a vice-presidente na chapa de Renan Santos, do Missão, o tenente-coronel Aroldo Medina, disse ao **Valor**, por meio da assessoria, que enfrentou, na linha de frente, vários desastres climáticos como chefe da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2006. Ele confirmou a expectativa de “super intensidade” do El Niño deste ano, com grande volume de chuvas, e apontou o despreparo dos governos federal e estaduais para enfrentá-lo.

“A água não precisa bater no pescoço para o Estado se prevenir”, criticou. Segundo ele, a realidade continua sendo de que as pessoas se perguntem para onde irão quando a região onde moram inundar novamente, ou seja, de planos de contingência individuais. Ele afirma que o eventual governo de Renan Santos “investirá na prevenção e na qualificação de quadros técnicos, que hoje são praticamente inexistentes”.

> “A água não precisa bater no pescoço para o Estado se prevenir”
> *Aroldo Medina*

A coordenação de Flávio Bolsonaro detalhou ações a serem implementadas contra as mudanças climáticas, caso ele seja eleito. No documento enviado ao **Valor**, o presidenciável do PL diz que o seguro rural será um “instrumento estratégico de adaptação climática”. Ele alega que é preciso garantir previsibilidade orçamentária, ampliar a cobertura e integrá-lo ao zoneamento agrícola.

Para Flávio, o governo Lula age de forma contraditória, porque abriu recursos extraordinários para prevenção e combate a incêndios, invocando o risco do El Niño, mas retirou mais de R$ 500 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. “Reconhece o risco climático em uma frente e enfraquece, em outra, uma das principais políticas de proteção contra secas, excesso de chuvas, geadas e outros eventos extremos”, criticou.

O candidato do PL acrescentou que a segurança hídrica será uma de suas prioridades, com a ampliação de barragens, adutoras, canais. Ele também pretende retomar a agenda iniciada no governo Jair Bolsonaro com o Marco Legal do Saneamento, que é o “maior programa ambiental estruturante do mundo, acelerando a universalização do tratamento de esgoto, o fim dos lixões e as obras de drenagem e macrodrenagem, com segurança jurídica e participação do investimento privado”.

A coordenação da campanha de Zema também enumerou várias ações de enfrentamento às mudanças climáticas, a começar pela criação de um Gabinete de Crise, para “antecipar e dimensionar os impactos dos eventos climáticos, e elaborar estratégias e protocolos intersetoriais de ação antes dos desastres acontecerem”.

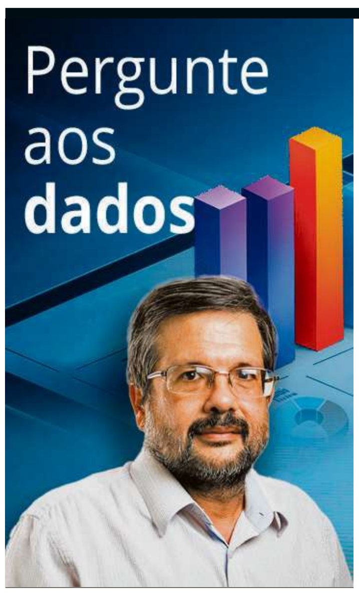
Com foco no agronegócio, o presidenciável do Novo quer reduzir entraves ao setor de seguros rurais que cubram perdas por eventos climáticos, pragas e oscilações de mercado agravadas pelo El Niño. Zema também defende de robustecer ações de monitoramento e prevenção da Defesa Civil, e fala em atrair investimento privado para obras de contenção, recuperação de reservatórios e barragens. Assim como o adversário do PL, ele acha necessário avançar na universalização do saneamento por concessões e PPPs, incluindo drenagem e destinação adequada de resíduos.

Zema acredita que seja preciso reformular o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida, a fim de priorizar moradias em áreas seguras e já dotadas de infraestrutura. Na área social, ele defende medidas para identificação ágil de famílias em vulnerabilidade, para evitar que se tornem vítimas dos desastres. E mira o fortalecimento da vigilância sanitária, para o controle de vetores nos territórios mais expostos às tragédias climáticas.

Os efeitos do El Niño no Brasil já começam a ser sentidos, mas o período mais agudo deve ser no fim do ano. Em junho, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) havia divulgado um boletim alertando para a previsão de “chuvas acima da média em áreas da região Sul”, e “chuvas abaixo da média no centro-norte do país” no trimestre julho-agosto-setembro. De fato, as chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul na segunda quinzena deste mês já deixaram ao menos 1,8 mil pessoas fora de casa e provocaram danos em 206 municípios, segundo balanço da Defesa Civil estadual, divulgado em 24 de julho. Houve registros de alagamentos, inundações, deslizamentos, interrupção de estradas, danos em residências e retirada preventiva de moradores. Ventos de cerca de 100 km arrancaram telhados de casas.

No dia 9 de julho, o Centro de Previsão Climática (CPC) dos Estados Unidos, vinculado à agência oceânica e atmosférica americana (Noaa), informou que aumentou para 81% a chance de o El Niño atingir a categoria de “muito forte” entre outubro e dezembro. Se a previsão se confirmar, o evento entrará para a lista dos maiores El Niños desde o início dos registros modernos, em 1950.

Ver também página A16



César Felício

Papelão de Milei deverá pesar menos que El Niño

O meio ambiente está longe de figurar entre as principais preocupações do eleitor brasileiro, mas já entrou em seu radar, nestas semanas que antecedem os efeitos agudos da nova onda do fenômeno climático El Niño.

De acordo com recorte do levantamento da Indexa Pesquisas, colhido entre 16 e 19 de julho com 2 mil entrevistas por telefone, a pedido dessa coluna, nada menos que 56% dos pesquisados ouviram falar sobre a ocorrência do El Niño este ano, sendo que 18% pensam que sabem bastante sobre o tema, 25% se disseram familiarizados e 13% não sabem exatamente suas implicações. Para efeito de comparação, na mesma pesquisa, 72% dos ouvidos tomaram conhecimento do vídeo de Michelle Bolsonaro com ataques ao enteado, o candidato do PL a presidente, Flávio Bolsonaro.

O tema provoca alarme. Segundo os pesquisados, 50% entendem que o Brasil não está nada preparado para enfrentar eventos climáticos extremos. Somente 20% pensam que o país está muito ou relativamente preparado.

A percepção do El Niño como ameaça surge para 72% dos entrevistados, com 44% se dizendo muito preocupados e 28%, relativamente apreensivos. A tranquilidade só está presente para 13% e outros 15% não sabem ou não opinam.

Esse termômetro deve subir em breve, a julgar pelo que já foi detectado na opinião pública europeia. O continente está sendo atingido nesta estação por uma onda de calor, que provoca incêndios em áreas florestais, falta de água e morte por hipertermia em áreas urbanas.

Segundo o relatório “What Worries the World” do mês de julho, divulgado pela Ipsos, o percentual de franceses que mencionaram a mudança climática como preocupação passou de 19% para 33% em um mês. Na Holanda, o salto foi de 20% para 26%. Na Alemanha, de 18% para 22%.

No Brasil, onde o primeiro semestre foi climaticamente ameno, somente 11% citam mudança climática como preocupação, abaixo da média mundial de 14%. Outros 8% se dizem preocupados com ameaças ao meio ambiente, percentual dentro do parâmetro de outros países. Como já foi tratado em coluna anterior neste espaço, os efeitos do aumento da preocupação com o El Niño na corrida eleitoral podem representar tensão para a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso o governo lide mal com a reparação dos danos causados pelas catástrofes climáticas. A presença do tema no noticiário é também ruim para Flávio Bolsonaro, já que os negacionistas de mudanças climáticas costumam se perfilar à direita.

O fato é que o fenômeno estará em sua plena força nos meses de setembro e outubro, decisivos para a campanha presidencial. E será uma oportunidade para ancorar a campanha em um tema presente na realidade imediata do eleitor.

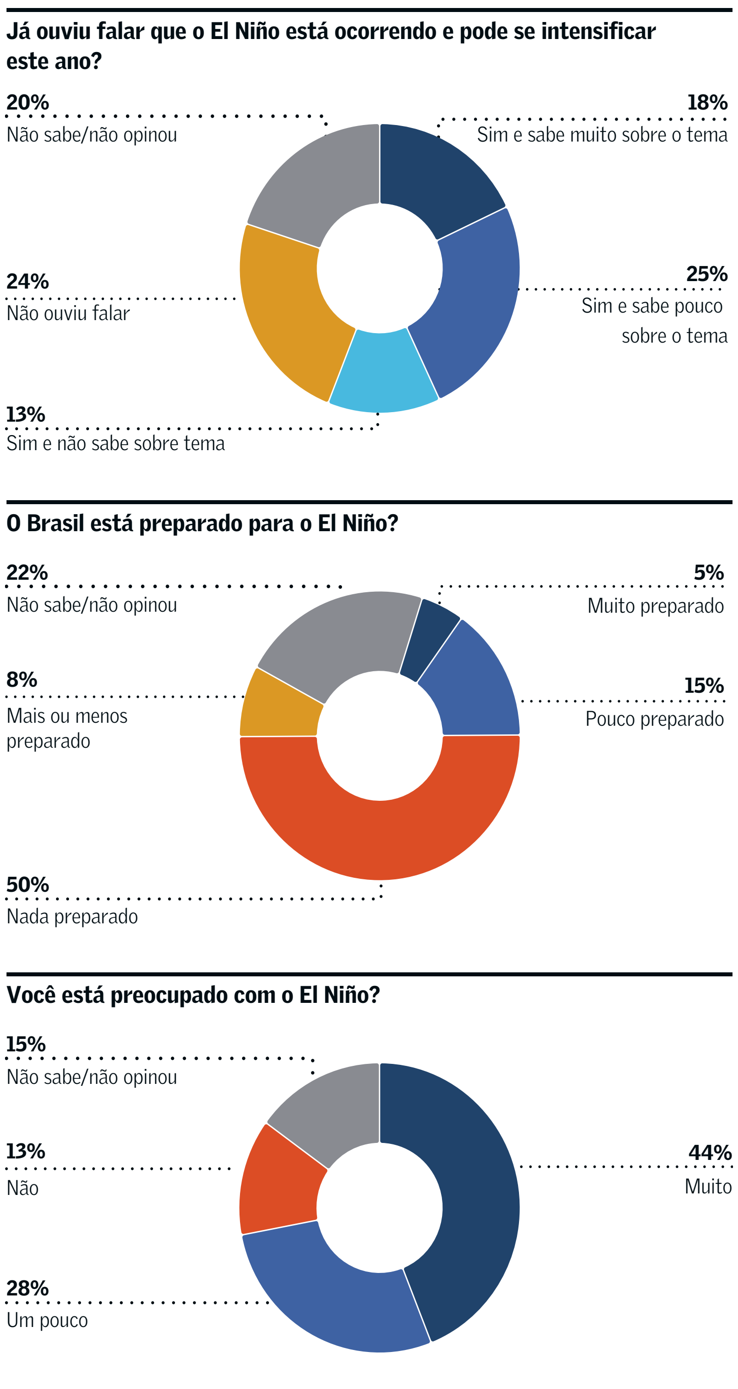
É algo menos etéreo do que tentar transformar o Brasil em um palco das disputas internacionais, como ficou evidente este fim de semana com a convenção nacional do PL em castelhano e inglês, com a espalhafatosa participação do presidente argentino Javier Milei e a discreta aparição em vídeo do primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu.

Na falta de apoios políticos robustos no Brasil, Flávio Bolsonaro avançou desde o início da crise em sua campanha em se colocar como coadjuvante em uma onda azul. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva dosa a resposta para trazer o debate para uma discussão sobre soberania nacional. Poderia trocar chumbo com Milei e insultá-lo, como o argentino fez, mas preferiu escalar o conflito diplomaticamente, retirando o embaixador do país.

Nada disso se traduz em impacto concreto para o eleitor. Interferência externa que conta, de fato, é a dos Estados Unidos. Insultos de Milei não chegam perto do efeito que pode ter fenômenos climáticos extremos potencializados por uma mudança climática global. Milei já agrediu outros chefes de Estado, sem que as relações econômicas tenham sido afetadas. Caso de China e Espanha, para citar dois exemplos. Uma frente fria vinda da Argentina provoca mais estrago.

Eleitor liga o radar para o El Niño

Em %



Fonte: Indexa Pesquisas, 16 a 19/7, 2 mil entrevistas CATI

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Ines249

Catástrofe Tremor causou explosão no centro comercial em Kumamoto, onde estariam até 30 pessoas

Japão busca soterrados em shopping após terremoto

Akane Okutsu
Nikkei Asia, de Tóquio

Resgatistas japoneses viram a noite de ontem para hoje em busca de retirar duas dezenas de pessoas estavam presas nos destroços de shopping center na Província de Kumamoto, no sudoeste do Japão, após um terremoto de magnitude 7,1 ter provocado uma explosão e causado o desabamento de parte do prédio durante a tarde.

Fontes de mídia do Japão disseram que pelo menos uma pessoa havia morrido. Outras quatro foram resgatadas do shopping center até o amanhecer da quarta-feira no Japão — todas conscientes —, enquanto dez pessoas permaneciam desaparecidas. Fontes policiais informaram que funcionários estariam entre as 20 e 30 pessoas que ainda permaneceriam entre as ruínas.

A explosão ocorreu no shopping Aeon Mall Kumamoto, na cidade de Kashima, após a retirada da maior parte dos clientes, informaram porta-vozes da grande varejista japonesa Aeon. A empresa afirmou que estava investigando a causa do incidente. Um alto funcionário do governo disse que um vazamento de gás pode ter causado a explosão.

Em outra ocorrência ligada ao tremor, 11 pessoas ficaram presas após o desabamento de uma chaminé na fábrica da Nippon Paper Industries, na cidade de Yatsushiro, informaram as autoridades. Duas pessoas foram resgatadas em estado crítico e nove estão desaparecidas.

O terremoto ocorreu por volta das 16h27 (4h27, em Brasília), a uma profundidade de cerca de 16 quilômetros, informou a Agência Meteorológica do Japão. Registrou intensidade máxima de 7 na escala sísmica japonesa na cidade de Uki e no município de Hikawa.

Fortes réplicas continuaram por horas depois, com quatro tremores de magnitude igual ou superior a 5 registrados até as 20 horas.

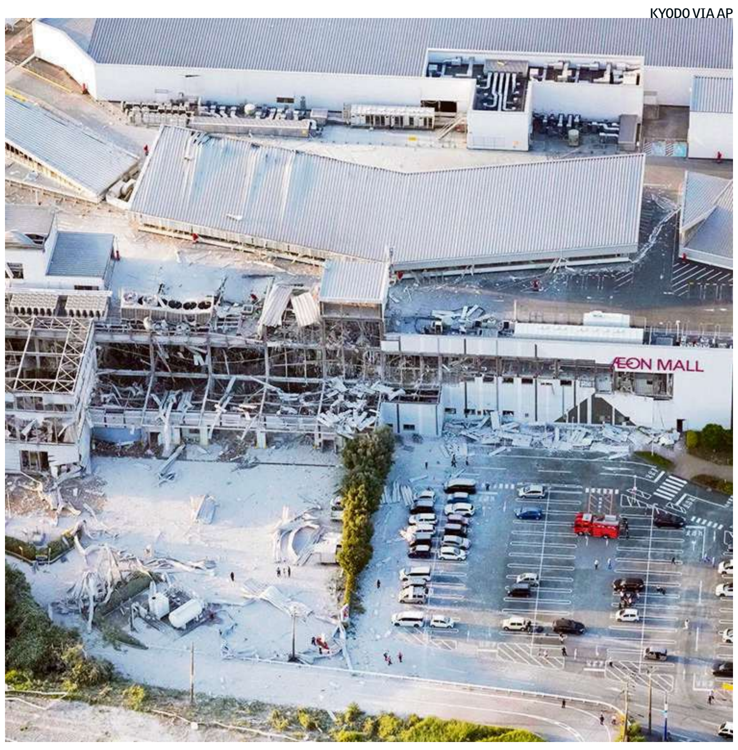

KYODO VIA AP

Imagem aérea mostra danos causados por explosão no shopping em Kumamoto

Segundo a polícia e outras autoridades, a polícia de Kumamoto confirmou 12 casos de casas desabadas e quatro casos de pessoas presas dentro de residências. Oito incêndios foram registrados.

A prefeitura abriga o centro de produção da Taiwan Semiconductor Manufacturing Co. (TSMC) na ilha de Kyushu. A intensidade sísmica atingiu o nível 5 em Kikuyo, local da fábrica de chips da TSMC. O Grupo Sony e a Fujifilm também esvaziaram suas fábricas em Kikuyo.

A agência de notícias Kyodo informou que parte do muro de pedra do Castelo de Kumamoto, um destino turístico popular, desabou.

O serviço meteorológico emitiu um alerta de tsunami para os mares de Ariake e Yatsushiro, ao largo de Kumamoto, Fukuoka, Saga e Nagasaki, mas o cancelou por volta das 18 horas locais.

A premiê japonesa, Sanae Takaichi, disse a jornalistas em Tóquio que o governo convocou uma equipe de emergência e está avaliando os danos e tomando medidas de resposta ao desastre.

Kumamoto foi devastada por uma série de terremotos em 2016, que resultaram em quase 300 mortes e causaram extensos danos à infraestrutura. O secretário-chefe do Gabinete, Minoru Kihara, disse que as usinas nucleares da região não foram afetadas pelo sismo de ontem.

O presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do X, expressou solidariedade ao Japão. "Em nome do povo brasileiro, manifesto minha solidariedade ao povo japonês, especialmente às famílias mais atingidas pelos tremores, e à primeira-ministra do Japão @takaichi_sanae, com quem estive no mês passado em Évian, durante a Cúpula do G7", declarou Lula. ***(Com agências internacionais)***

Omã expõe plano de taxa voluntária em Ormuz e alivia pressão sobre petróleo

Agências internacionais

Omã apresentou ao Irã um plano apoiado pelos países do Golfo para administrar o Estreito de Ormuz, incluindo a cobrança de taxas voluntárias pelo uso, disseram ontem à Reuters uma fonte do Golfo e um diplomata ocidental.

As propostas de Omã têm como objetivo servir de base para reverter a interrupção do comércio pelo estreito, causada pela guerra entre EUA e Israel contra o Irã. Uma autoridade americana, porém, voltou ontem a rejeitar a ideia de pedágios ou de taxas para navios que passam pelo estreito, reiterando que se trata de via navegável internacional — que deve estar livre do controle ou das restrições iranianas. A fonte disse à Reuters que o acordo não incluiria quaisquer pedágios ou taxas obrigatórias.

Mesmo assim, a suspensão das hostilidades para que mediadores apresentem suas propostas tem ajudado a aliviar a pressão sobre os preços do petróleo. O barril do Brent fechou ontem em US$ 84,09, queda de 4,83%.

O presidente dos EUA, Donald Trump, que suspendeu no fim de semana os bombardeios, disse que havia "boas conversas" em andamento com o Irã, mas ameaçou retomar os ataques caso as negociações não produzam resultados. O Irã negou estar buscando retomar as negociações.

Washington lançou novos ataques no início do mês para quebrar o controle do Irã sobre o estreito por onde passava antes da guerra um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito transportado por mar do mundo.

O Irã efetivamente fechou o estreito para navios que não fossem seus após o ataque dos EUA e de Israel em 28 de fevereiro. Um acordo firmado no mês passado entre EUA e Irã reabriu parcialmente a passagem, e futuras negociações estão planejadas para resolver questões mais amplas, incluindo o programa nuclear.

Mas o acordo fracassou no início de julho depois de o Irã disparar contra navios que utilizavam um canal que o país não aprova.

Irã quer administrar o estreito com Omã, que controla a margem oposta da passagem

O Irã declarou que deseja administrar o estreito juntamente com Omã, que controla a margem oposta, e cobrar taxas de serviço dos navios que o utilizam. Washington quer retornar ao status anterior à guerra, quando os navios podiam passar sem nenhuma taxa — e considera a cobrança ilegal.

O vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi, disse que o país propôs a Omã que o Irã administre a navegação em único sentido pelo seu lado do estreito, enquanto Omã administraria parte, mas não a totalidade, da direção oposta.

Segundo a proposta, o Irã não exerceria controle exclusivo e as taxas seriam voluntárias, disseram à Reuters uma fonte do Golfo e um diplomata ocidental.

O sistema seria análogo ao que está em vigor no Estreito de Malaca, na Ásia, onde Indonésia, Malásia e Singapura solicitam que os navios façam contribuições voluntárias para financiar a navegação, proteção ambiental e operações de busca e salvamento.

O diplomata ocidental comparou a medida a um imposto voluntário sobre o carbono para voos, em que qualquer pessoa que compre uma passagem aérea pode optar por pagar para compensar as emissões.

Os ministros de Relações Exteriores do Conselho de Cooperação do Golfo se reuniram por videoconferência, ontem, para discutir os últimos desdobramentos do conflito, incluindo maneiras de intensificar a cooperação em questões relacionadas à liberdade e segurança das embarcações na hidrovia, segundo um comunicado do Ministério das Relações Exteriores do Catar.

Para agravar os desafios à navegação, os houthis, alinhados ao Irã no Iêmen, abriram nova frente contra os EUA e aliados em 20 de julho, quando declararam bloqueio aos portos sauditas no Mar Vermelho, por Bab el-Mandeb.

Ontem, os houthis disseram ter disparado mísseis balísticos contra um petroleiro saudita que, segundo o grupo, foi obrigado a retornar. No fim de semana, Trump cancelou a manutenção de ataques aéreos após receber o conselho de comandantes militares de que a estratégia se esgotou.

Trump exibe irritação com indiscrição de Netanyahu

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Donald Trump, recebeu ontem em Washington, em encontros separados, os líderes de Israel e da Ucrânia. E, desta vez, os sinais pareceram trocados, com Trump em momento de diferenças públicas com o premiê Benjamin Netanyahu sobre a guerra com o Irã, e mais cordial com o presidente Volodymyr Zelensky.

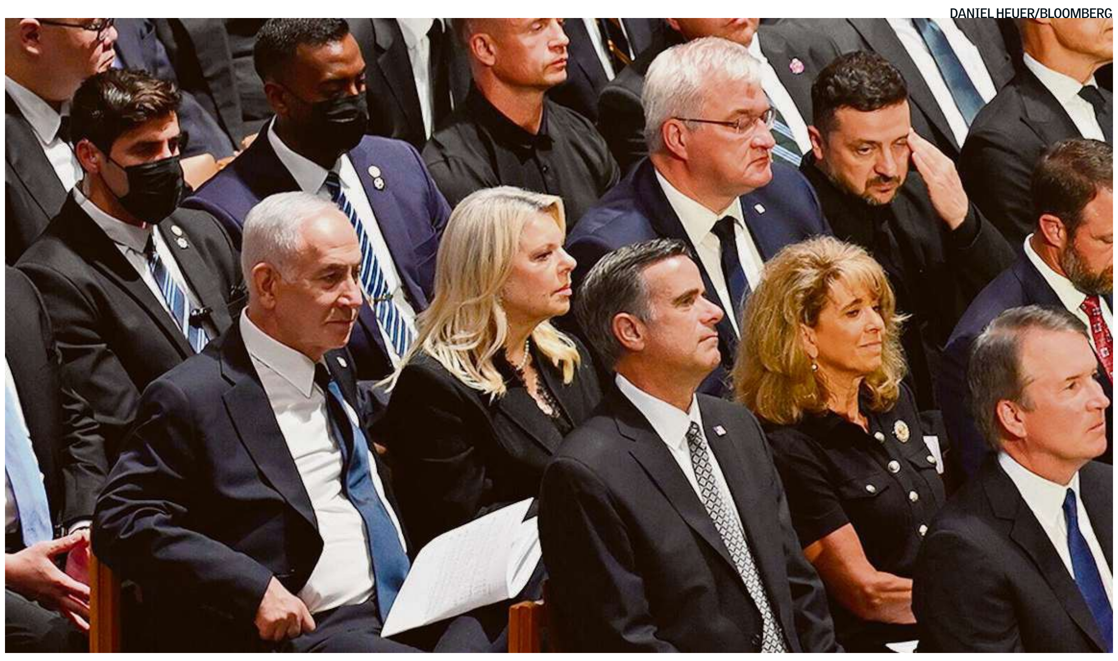
Com Netanyahu, a foto no Salão Oval mostrou sorrisos, mas o clima atual é tenso, com os tradicionais parceiros, EUA e Israel, em divergência pública quanto aos próximos passos no conflito com o Irã. Trump interrompeu no fim de semana os ataques, em busca de diálogo com Teerã.

Netanyahu tem insistido que um ataque à Pickaxe Mountain (Montanha da Picareta, em inglês), que abriga instalações nucleares subterrâneas, seria um objetivo estratégico essencial.

Ontem, Trump demonstrou irritação com o premiê, queixando-se da divulgação do assunto publicamente. Questionado sobre a Pickaxe Mountain, Trump respondeu: "Não preciso que Bibi [Netanyahu] me diga isso. Está me dizendo porque quer que eu continue envolvido."

"Por que precisa anunciar ao mundo inteiro?", enfatizou Trump em entrevista ao programa "Fox & Friends".

Netanyahu, em visão diferente à de Trump sobre o encontro, publicou um vídeo no Instagram saudando a reunião. "Foi uma das melhores conversas que já tive com nosso amigo, o presidente dos EUA, Donald Trump", disse. "Foi uma reunião marcada por total cooperação, apoio mútuo e entendimento em relação à meta comum de impedir que o Irã tenha armas nucleares, além de outros objetivos."


DANIEL HEUER/BLOOMBERG

Netanyahu (mais à dir.) e Zelensky (na mesma fileira, à esq.) em cerimônia em memória do senador Lindsey Graham

O jornal sensacionalista New York Post informou, citando fonte em Jerusalém, que Netanyahu apresentaria a Trump dados de inteligência segundo os quais o Irã estaria expandindo as instalações nucleares na montanha — e que mentia ao afirmar que o país deseja a paz.

Contato com Zelensky. Antes de receber Netanyahu, Trump havia se reunido brevemente no Salão Oval com o ucraniano Zelensky, sem a presença de repórteres. Eles discutiram os esforços para retomar as negociações de paz e um acordo que permita à Ucrânia fabricar os mísseis interceptadores Patriot, importante arma de defesa contra os mísseis balísticos da Rússia.

Zelensky disse no Telegram que teve "boa reunião" com Trump e discutiram a promessa dos EUA de concederem à Ucrânia uma licença para produzir os Patriots.

Os enviados dos EUA Steve Witkoff e Jared Kushner concordaram em visitar a Ucrânia como parte de esforço para dar início a esforços de mediação com a Rússia, segundo duas fontes a par do assunto.

Zelensky disse na semana passada que havia conversado com Witkoff e Kushner sobre as perspectivas de retomada das negociações.

Netanyahu e Zelensky estiveram no mesmo dia em Washington para participar de cerimônia em memória do senador Lindsey Graham, notório apoiador de ambos no Congresso e junto à Casa Branca, morto no dia 11.

MARTIN MEJIA/ AP

Keiko Fujimori caminha na direção do Palácio Presidencial após sua posse

No Peru, Keiko assume e promete estabilizar poder

Luiza Palermo
De São Paulo

A conservadora Keiko Fujimori tomou posse ontem como presidente do Peru, tornando-se a primeira mulher a chegar ao poder executivo no país por meio de eleição direta. Após passar por um disputado processo eleitoral, porém, ela assume o governo com o desafio de produzir resultados capazes de garantir um mandato de cinco anos — algo que nenhum de seus oito antecessores conseguiu.

Aos 51 anos, ela recoloca o fujimorismo no poder em meio a uma sociedade ainda profundamente dividida em relação ao legado do pai, o ex-ditador Alberto Fujimori, associado a violações de direitos humanos e ao enfraquecimento das instituições democráticas. A vitória por apenas 49 mil votos sobre o candidato de esquerda Roberto Sánchez — menos de 0,3% do eleitorado — reforça ainda mais o cenário desafiador para o novo governo.

Analistas avaliam que a oposição social deve permanecer ativa, já que o antifujimorismo continua sendo uma identidade política relevante. No entanto, a intensidade dessa resistência dependerá das decisões do governo. Uma resposta repressiva aos protestos, a nomeação de figuras ligadas aos setores mais radicais do antigo fujimorismo ou tentativas de interferir nas instituições podem ampliar a rejeição.

"Por outro lado, uma agenda social concreta, o diálogo com as regiões e o respeito aos direitos humanos podem conter essas tensões", diz Juan Ignacio di Meglio, diretor de Assuntos Corporativos para a região Sul na LLYC. "Os primeiros cem dias serão decisivos para definir essa relação."

Em seu discurso de posse, a nova presidente buscou adotar um tom conciliador, defendendo a soberania nacional, a liberdade de imprensa, a democracia e a independência dos Poderes. Também anunciou que editará um decreto de emergência para enfrentar os impactos do fenômeno El Niño, que pode provocar enchentes e afetar a agricultura — segunda maior fonte de divisas do Peru, atrás apenas da mineração —, além de reforçar o combate à criminalidade, uma das principais preocupações da população.

"Assumo o cargo com a firmeza necessária para governar, mas também com a sensibilidade indispensável para ouvir e curar as feridas do nosso povo", afirmou Keiko na cerimônia, em Lima.

No entanto, Di Meglio afirma que a moderação não será medida pelo discurso, mas pela forma como tratará a oposição, pelo respeito ao Judiciário e aos órgãos autônomos, pela condução dos protestos e por sua capacidade de diferenciar seu governo das práticas autoritárias da década de 1990.

"O legado de seu pai continuará mobilizando sua base de apoio, mas também representa o principal obstáculo para ampliar sua legitimidade", completa.

Parlamentares do partido de Sánchez deixaram o plenário do Congresso ontem, recusando-se a ouvir o discurso de posse da nova presidente. Apesar da resistência da oposição, o partido Fuerza Popular, de Keiko, é a maior bancada do Congresso e, junto com o aliado Renovación Popular, reúne 30 das 60 cadeiras do Senado e 56 dos 140 deputados.

Isso garante uma base parlamentar mais sólida do que os presidentes anteriores, permitindo bloquear qualquer tentativa de destituí-la, mas ainda é insuficiente para controlar as duas Casas. Agora, o principal risco será um governo que sobreviva politicamente, mas não consiga produzir resultados políticos.

"É importante diferenciar a permanência no cargo da capacidade de governar", diz Di Meglio. "Fujimori conta com um escudo legislativo e capacidade para bloquear determinadas iniciativas, mas não dispõe de uma maioria estável para aprovar toda a sua agenda. Será necessário negociar principalmente com o Partido del Buen Gobierno, Obras e Ahora Nación. A relação com o Congresso deverá ser pragmática e dependerá do conteúdo de cada reforma."

Ines249

EUA Após 18 meses do 2º mandato, promessa de reduzir os preços, aumentar empregos e melhorar a vida da classe média não se concretizou

Economia de Trump é marcada por choques e sinais de estagnação

Howard Schneider e Saqib Iqbal Ahmed
Reuters, de Washington

ALEX BRANDON /AP

Presidente dos EUA, Donald Trump, discursa durante evento em fábrica da General Motors, em Michigan

Os primeiros 18 meses do segundo mandato do presidente Donald Trump na Casa Branca foram marcados por uma série de choques econômicos impulsionados por decisões políticas, com destaque para a repressão à imigração e o aumento das tarifas comerciais, além de uma guerra inesperada com o Irã que elevou o preço do petróleo e ameaçou as cadeias globais de abastecimento.

Embora a economia dos EUA, em geral, tenha resistido às mudanças e à guerra no Oriente Médio melhor do que muitos economistas esperavam, a promessa de Trump de reduzir os preços, aumentar os empregos na indústria e melhorar a vida da classe média ainda não se concretizou, faltando pouco mais de três meses para as eleições parlamentares.

A economia se mostrou resiliente, mas também estagnou em muitas das áreas em que Trump afirmou que as deportações em massa de imigrantes sem documentos e o aumento dos impostos sobre importações provocariam um boom, com a guerra de EUA e Israel contra o Irã intensificando alguns riscos-chave.

A medida mais abrangente do emprego provém da pesquisa domiciliar do Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS). Mudanças nas estatísticas populacionais no início de 2026 significam que os dados publicados pelo BLS não são estritamente comparáveis de um ano para outro, mostrando uma queda acentuada no emprego e no número de pessoas em busca de trabalho em janeiro, em grande parte devido aos novos controles.

No entanto, a agência utiliza as novas estimativas populacionais para uma série experimental que analisa os últimos cinco anos, a fim de criar um conjunto de dados consistente a partir de abril de 2020.

Esses dados também mostram quedas tanto na força de trabalho quanto no número de pessoas empregadas desde o retorno de Trump, um desdobramento lógico, considerando os esforços para limitar a imigração e aumentar as deportações. Somado ao envelhecimento da população nativa, há menos pessoas disponíveis para ocupar vagas de trabalho.

Trump afirmou que suas políticas levariam a um renascimento da indústria manufatureira dos EUA, com a criação de empregos a seguir. Houve um boom de investimentos em data centers de inteligência artificial, cujo impacto na produção e nos empregos ainda está para ser visto.

O investimento em IA impulsionou o emprego no setor de construção. Mas os relatórios do "payroll" mostram menos empregos na indústria do que no final do governo do ex-presidente Joe Biden, que deixou o cargo em janeiro de 2025.

Algumas das prioridades de Trump se refletem nos dados de emprego, como a queda no número de funcionários públicos. Mas é difícil remodelar o que uma economia de 342 milhões de pessoas exige. É uma sociedade que gosta de restaurantes e bares. E é uma sociedade que está envelhecendo e precisa de mais serviços de saúde.

As mudanças na contratação refletem essa dinâmica.

A inflação foi um dos principais temas da campanha de 2024, com a indignação diante do choque de preços causado pela pandemia da covid-19 ainda recente, mesmo com o abrandamento das pressões sobre os preços à medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) aumentava as taxas de juros.

Mas a promessa de Trump de reduzir os preços nunca foi realista. Historicamente, os preços nos EUA, em termos gerais, só caem em períodos de grave crise econômica.

Reduzir a inflação é possível, mas qualquer melhora sob o governo de Trump tem sido modesta. Os índices de preços mais acompanhados mostram que o progresso está estagnado, com a inflação ainda acima da meta de 2% do Fed, e as autoridades preocupadas com os riscos de ela subir ainda mais.

As tarifas de importação contribuíram, em certa medida, para os aumentos de preços; a alta do petróleo para cerca de US$ 100 por barril — cerca de 50% a mais do que o valor em que era negociado antes do início da guerra no Oriente Médio, no final de fevereiro — aumentou a pressão; e agora as demandas decorrentes da expansão da inteligência artificial (IA) estão fazendo o mesmo.

Economistas esperam variações relativas nos preços. Em qualquer período, certos bens terão aumento de preço em relação a outros. Mas quando os aumentos são grandes e abrangentes o suficiente, e diferentes itens se alternam no ciclo de aumento, o resultado é uma inflação mais generalizada.

Algumas autoridades do Fed veem o cenário como risco iminente.

Deixando de lado o debate sobre se uma distribuição de renda em forma de "K" — na qual os ricos e aqueles com rendimentos mais altos prosperam, enquanto as famílias de renda baixa e média se saem menos bem — é justa ou sustentável, os gastos do consumidor se mantiveram estáveis ao longo dos choques da era Trump.

Mas não está claro por quanto tempo essa tendência poderá continuar, considerando que o indicador mais abrangente do poder de compra das famílias — a renda pessoal disponível ajustada pela inflação — estagnou e até mesmo diminuiu recentemente.

A renda pessoal disponível é o que sobra após o pagamento de impostos e abrange salários, bem como itens como pagamentos do programa de aposentadoria da Previdência Social — na prática, o dinheiro que fica no bolso de uma pessoa para pagar moradia, alimentação e outros bens e serviços.

Trump passou de prometer tornar a vida mais acessível a descartar esse objetivo como sem importância, chamando a legislação recentemente aprovada pelo Congresso — que visa melhorar a acessibilidade à moradia — de "um grande tédio" e se recusando a assiná-la.

A habitação é uma questão complexa. Os presidentes têm apresentado a aquisição da casa própria como um marco da riqueza e do sucesso individuais para os norte-americanos, mas os parlamentares restringiram os critérios de crédito quando os mercados ficaram superaquecidos e causaram uma crise financeira global.

Após anos de taxas de juros ultrabaixas, a pandemia deu ainda mais impulso ao mercado imobiliário dos EUA — elevando os preços das casas — e, em seguida, os aumentos nas taxas do Fed, destinados a conter a inflação, pioraram a acessibilidade ao empurrar as taxas de hipotecas para novos máximos.

As hipotecas permanecem elevadas, assim como os prêmios de seguro residencial, que estão vinculados aos valores mais altos dos imóveis e a outros custos relevantes.

O governo federal tem limitações quanto à oferta de moradias. A prorrogação de créditos fiscais ou políticas semelhantes pode ajudar, mas o setor permanece sob o controle dos governos locais e de seu emaranhado de regras de uso do solo e zoneamento.

O resultado final, no entanto, é que a aquisição da casa própria continua a consumir uma parcela desproporcional da renda familiar.

Trump há muito tempo está obcecado pelo desempenho do mercado de ações dos EUA, com o presidente apresentando as recentes máximas históricas dos principais índices como prova do sucesso de suas políticas.

O fato é que, no entanto, as ações tendem a subir com o tempo, independentemente de quem seja o presidente, e a maioria dos líderes norte-americanos modernos testemunhou preços recordes das ações durante seus mandatos.

O desempenho do mercado desde janeiro de 2025 situa-se bem no meio do pelotão quando comparado aos mandatos dos presidentes desde Ronald Reagan. O índice S&P 500 se valorizou cerca de 25% durante o segundo mandato de Trump, contra um ganho mediano de aproximadamente 24% nos primeiros 18 meses dos mandatos presidenciais desde 1981. Esse desempenho ainda se compara favoravelmente à taxa de crescimento anual composta geral de 9,5% para as ações nesse período.

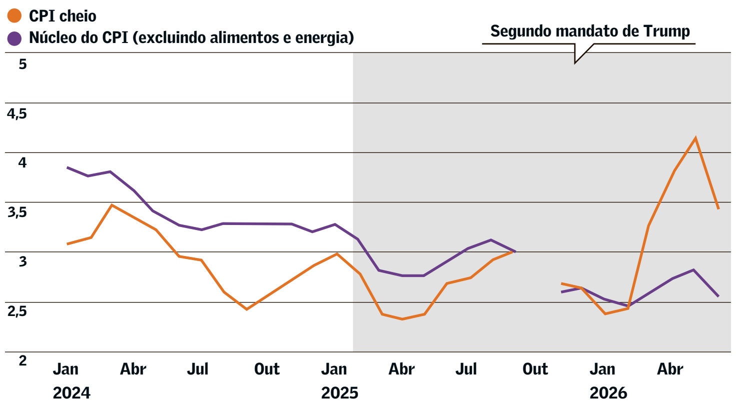
O setor de IA tem sido um dos principais impulsionadores dos ganhos do mercado desde que Trump voltou à Casa Branca. Mas a IA — atualmente o maior impulsionador isolado do boom de investimentos empresariais que sustenta o crescimento do PIB — está movimentando mais do que apenas o mercado de ações.

> Índices de preços mostram que o progresso está estagnado, com a inflação ainda acima da meta

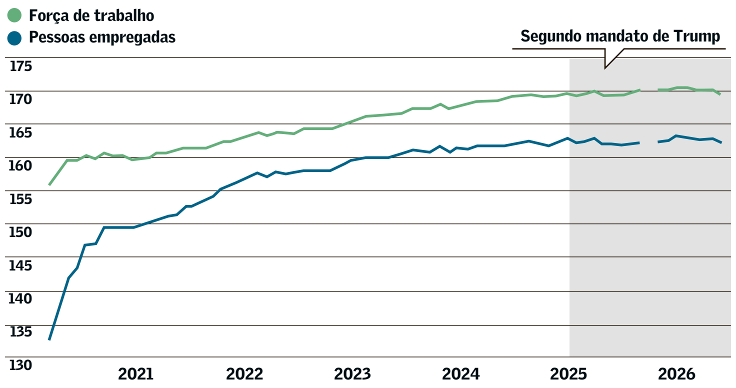
Choques desafiam economia sob Trump

Inflação persiste, e mercado de trabalho está estagnado

Índice de Preços ao Consumidor (CPI)*, em %



Mercado de trabalho - em milhões



Fonte: Departamento de Estatísticas do Trabalho dos EUA (BLS).
*Dados de out/25 não foram divulgados devido ao 'shutdown' do governo. **Série experimental do BLS que utiliza controles populacionais de 2026 para produzir estimativas consistentes retroativas até 2020.

A influência global de Trump está em declínio

Análise

Edward Luce
Financial Times

"Uma postagem no Twitter não revoga acordos assinados", disse uma autoridade saudita na semana passada. Em meio ao fervilhante oceano de surrealismo em que os EUA parecem mergulhados, chama atenção que uma autocracia dinástica precise dar uma lição sobre a inviolabilidade dos contratos.

Donald Trump afirmou, na Truth Social, ter alterado um acordo nuclear entre os EUA e a Arábia Saudita depois de ele ter sido assinado. O fato de o acordo ser polêmico é uma coisa. Outra, bem diferente, é ele acreditar que poderia modificá-lo sem sequer consultar os sauditas. Trump continua fazendo anúncios fantasiosos. Como resultado, seu domínio sobre o poder vem se enfraquecendo.

Isso pode parecer paradoxal no caso de um presidente americano que fez mais do que qualquer outro para concentrar poderes na presidência. Mas poder é a capacidade de moldar mundo a seu favor. Não deve ser confundido com a necessidade constante de proclamar o quanto se é poderoso.

A força é apenas um dos muito meios para se alcançar um objetivo. Às vezes, como no caso do Irã, a ação militar produz exatamente o resultado oposto ao desejado. A concepção de poder de Trump acabou levando diretamente à perda de capacidade de influenciar os acontecimentos no Golfo Pérsico.

Essa perda de credibilidade é mais visível nos mercados. No início da Operação Fúria Épica, as palavras de Trump provocavam grandes oscilações no mercado. Bastava uma ameaça de morte e destruição contra o Irã ou uma promessa de diálogo com o regime para desencadear movimentos bruscos. Mas, quanto mais Trump faz afirmações claramente falsas — repetindo, por exemplo, que o Irã aceitou todas as suas condições —, menos as pessoas acreditam nele. O lema criado pelo meu colega Robert Armstrong, "Taco" ("Trump Always Chicken out", algo como "Trump sempre amarela"), deu lugar a um simples dar de ombros em Wall Street.

Como um viciado em drogas que aumenta a dose em busca daquela euforia que já não consegue alcançar, Trump reage tornando sua retórica ainda mais extravagante. Livrar-se desse hábito exigiria fazer uma avaliação honesta da situação, ouvir conselhos melhores e manter decisões capazes de produzir resultados de longo prazo. Aos poucos, suas palavras recuperariam peso. Mas, como a curva de aprendizado de Trump parece seguir uma direção descendente, podemos presumir que ele não fará nada disso. O restante de seu mandato, portanto, tem tudo para assumir contornos tragicômicos.

A parte cômica é a mais fácil de prever. Neste momento de renovado interesse pelos clássicos gregos, Trump se assemelha a Ícaro, que voou tão perto do Sol que acabou derretendo as próprias asas. A história registrará o momento Ícaro de Trump como o dia 28 de fevereiro, quando foi lançada a campanha militar contra Irã.

Foi nesse momento que a fanfarronice de Trump se chocou com a realidade. Há quem veja esse como o instante em que ele traiu sua base Maga, ao embarcar em uma guerra sem fim. Mas não era isso que Trump tinha em mente. Ele acreditava estar iniciando uma guerra curta, que venceria com facilidade e que resolveria de uma vez por todas os problemas do Oriente Médio. Era essa, afinal, a garantia que havia recebido do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Depois de fracassar na tentativa de bombardear o Irã até forçá-lo a se render, Trump agora tenta usar as redes sociais para impor ao mundo a sua própria versão da realidade. Em vez de resolver os problemas do Oriente Médio, acabou globalizando suas patologias. Nesse contexto cada vez mais deteriorado, postagens fantasiosas nas redes sociais são tão prejudiciais ao poder de Trump quanto tentar vencer uma guerra recorrendo apenas ao poder aéreo.

A atitude racional seria negociar discretamente com o Irã, e não fazer anúncios nas redes sociais. Mas, assim como os sauditas na semana passada, Trump se comunica com o Irã por meio de bravatas públicas, reduzindo as chances de que os iranianos confiem em qualquer acordo negociado por ele.

Desse modo, as palavras de Trump mais uma vez afastam justamente aquilo que ele diz desejar: um acordo com o Irã. Muitos se veem tentados a classificar Trump como irracional e, possivelmente, louco. A conhecida frase segundo a qual insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente esperando obter resultados diferentes, vem sendo citada com frequência ainda maior do que o habitual. Sob a ótica da diplomacia — que mede a coerência entre os meios e os fins —, as ações de Trump são irracionais. Mas esse talvez não seja o critério pelo qual ele próprio se orienta. Trump continua lucrando enormemente com a Presidência e monopolizando a atenção da opinião pública. Esses dois objetivos permanecem, acima de tudo, no centro de suas prioridades.

O acordo firmado por Trump com a Arábia Saudita oferece uma boa indicação do que se pode esperar do restante de seu mandato. O acordo permite à Arábia Saudita desenvolver uma indústria nuclear civil completa, sem salvaguardas internacionais, inclusive com o direito de enriquecer urânio em seu próprio território.

Sob qualquer critério geopolítico, isso é um absurdo. Outros países serão encorajados a buscar capacidade nuclear, e o regime de inspeções da ONU, que por décadas conteve a proliferação nuclear, poderá seguir o mesmo destino da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros antigos pilares da chamada "ordem internacional liberal". Mais importante ainda, o acordo aumentará a tentação do Irã de correr para obter a bomba atômica.

No entanto, na lógica de Trump, isso faz sentido. Os sauditas continuam direcionando negócios para Trump e sua família. Além disso, o setor nuclear deles seria construído por empresas americanas, e não por russas, chinesas ou francesas.

O adendo que Trump tentou acrescentar ao acordo foi afirmar que a Arábia Saudita teria de normalizar suas relações com Israel. Os sauditas dificilmente poderiam aceitar essa condição enquanto Netanyahu continuar se opondo a um processo de paz com os palestinos. Portanto, em tese, isso inviabilizaria o acordo entre os EUA e a Arábia Saudita. Mas basta observar as motivações de Trump para concluir que ele encontrará uma maneira de permitir que o acordo siga adiante.

Eis, em poucas palavras, o que se pode esperar de um presidente determinado a destruir sua credibilidade geopolítica. O comportamento provocador que lhe rende dividendos políticos no plano interno está minando sua capacidade de influência no cenário internacional. Mas isso não o impedirá de continuar fechando acordos bilaterais. Muito pelo contrário.

Acordos sérios, capazes de sobreviver ao fim do governo Trump, podem ser praticamente descartados. Já os firmados às pressas talvez se revelem ruins para os interesses nacionais dos EUA, mas, quase sempre, contribuirão para engordar os ganhos pessoais de Trump.

Ines249

Valor ECONÔMICO

Crise climática pode tirar até 15% do PIB per capita global

As mudanças climáticas são frequentemente apresentadas como um desafio ambiental, mas novos estudos sugerem que também representam uma grande ameaça ao crescimento econômico — e que os custos da inação dos governos são elevados. Pesquisadores estimam que, até 2050, as mudanças climáticas poderão reduzir o PIB per capita global entre 3% e 15% em cenários de aquecimento plausíveis. Esse impacto será ainda maior nos países de baixa renda e renda média baixa, que hoje já são entre 4% e 12% mais pobres em termos de PIB per capita devido a mudanças nas temperaturas locais e à elevação do nível do mar. A mensagem dos pesquisadores é clara: os governos precisam incorporar o risco climático ao planejamento econômico convencional.

Pesquisadores do Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment na London School of Economics and Political Science, em parceria com a Coalizão de Ministros das Finanças para a Ação Climática, combinaram os resultados de quase 300 estudos e mais de 6.000 estimativas distintas sobre as consequências das mudanças climáticas e dos investimentos em adaptação no relatório "The macroeconomic case for investing in climate adaptation".

O relatório ressalta que a adaptação não deve ser vista como um custo, mas sim como um investimento estratégico que apoia a estabilidade econômica, reduz riscos e promove o desenvolvimento de longo prazo. Na ausência de mais investimentos em adaptação e resiliência, os impactos das mudanças climáticas vão do aumento da inflação, do desemprego e da desigualdade à queda na produtividade do trabalho, e não apenas nos países de baixa renda e de renda média baixa. Em junho, por exemplo, a onda de calor no Reino Unido teve um impacto econômico de 1,15 bilhão de libras, com 24 milhões de trabalhadores perdendo horas de trabalho.

As mudanças climáticas também influenciam as economias e sistemas financeiros como um todo, uma vez que o enfrentamento dos impactos físicos das mudanças climáticas exerce pressão sobre as finanças públicas, por meio do aumento de despesas e da redução da receita como resultado das perdas econômicas. Isso pode afetar as classificações de risco de crédito soberano e elevar os custos de captação de recursos dos países, tornando-se uma preocupação central para a política econômica.

Os efeitos das mudanças climáticas — inundações, secas, tempestades e ondas de calor extremas — não são mais um risco distante. Seus custos crescentes já afetam as economias em todo o mundo e sua frequência tende a acelerar na ausência de esforços mais robustos de adaptação. Estima-se que a conta econômica dos incêndios florestais que devastam a Espanha pode atingir € 3,3 bilhões.

Cullen Hendrix, pesquisador sênior do Peterson Institute for International Economics, estima que se a intensidade do El Niño deste ano for semelhante à do super evento de 1997-98, as perdas econômicas no primeiro ano seriam da ordem dos US$ 686 bilhões, ou quase 0,6% do PIB global. Se não houver mobilização dos governos em acelerar ações de mitigação e adaptação, essas perdas poderão aumentar para US$ 3,1 trilhões nos próximos cinco anos.

Os dois estudos apontam os benefícios econômicos de agir preventivamente para evitar billhões de dólares em perdas e destruição provocadas pelas mudanças climáticas. Os pesquisadores do Grantham Research Institute ressaltam que investimentos em adaptação trazem retornos substanciais e que os benefícios acumulados podem superar os custos em poucos anos. Eles estimam a relação benefício-custo em torno de 4:1, em média, e taxas internas de retorno econômico próximas de 25%. Em países de renda mais baixa, onde os impactos climáticos costumam ser mais severos, os retornos podem ser ainda maiores, de 5:1, em média. Sistemas de alerta precoce apresentam relações benefício-custo em torno de 6:1, enquanto investimentos em infraestrutura resiliente alcançam índices próximos de 5:1.

Hendrix observa que os US$ 686 bilhões em perdas no atual ciclo do El Niño já estão, em grande medida, consolidados — o que não é o caso dos US$ 2,4 trilhões adicionais em perdas acumuladas estimadas nos quatro anos seguintes. Investir agora em mitigação e adaptação terá impacto em milhares de decisões de investimentos do setor privado, que dependem da disponibilidade de crédito. As previsões e os impactos no crescimento são conhecidos. Os governos nacionais e a comunidade internacional precisam começar a agir com base na antecipação, em vez de esperar passivamente pelas perdas. A adaptação é mais eficaz quando realizada de forma antecipada, estratégica e integrada ao planejamento mais amplo de desenvolvimento, em vez de ser reativa ou fragmentada.

Mas os pesquisadores alertam que acelerar a adaptação e fortalecer a resiliência aos impactos climáticos que já não podem mais ser evitados não significa que os esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa devam ficar em segundo plano. Isso continua sendo inegociável e imperativo.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais:
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia:
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas:
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, WhatsApp e Telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br** Para assinaturas corporativas: **corporate@valor.com.br** Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: **R$ 2.098,80 ou R$ 174,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel.: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE ID6137 OMGQ

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

Desenvolvimento sustentável deve se tornar uma estratégia permanente de crescimento. Por **Marina Grossi**

O Brasil que planeja e cuida, cresce

Nós, brasileiros, temos o que o mundo está procurando. Energia limpa que cai do céu e brota dos nossos rios. Solo que produz comida para mais de 800 milhões de pessoas. Uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta. Florestas, cerrados e outros biomas que regulam a chuva no campo e o clima nas cidades. Uma das maiores reservas mundiais de terras raras está sob os nossos pés e somos líderes globais em biocombustíveis há décadas.

A nossa natureza é a nossa maior infraestrutura econômica. E o mundo está disposto a pagar caro por ela. Não por acaso, em 2025, as economias globais investiram US$ 2,2 trilhões em tecnologias de energia limpa, o dobro do que destinaram ao petróleo, gás e carvão, segundo o relatório World Energy Investment. Exportar para a Europa já exige comprovar carbono. Investidores institucionais redirecionam capital para ativos descarbonizados. A COP30, sediada aqui, deixou uma expectativa concreta: agora é hora de implementação.

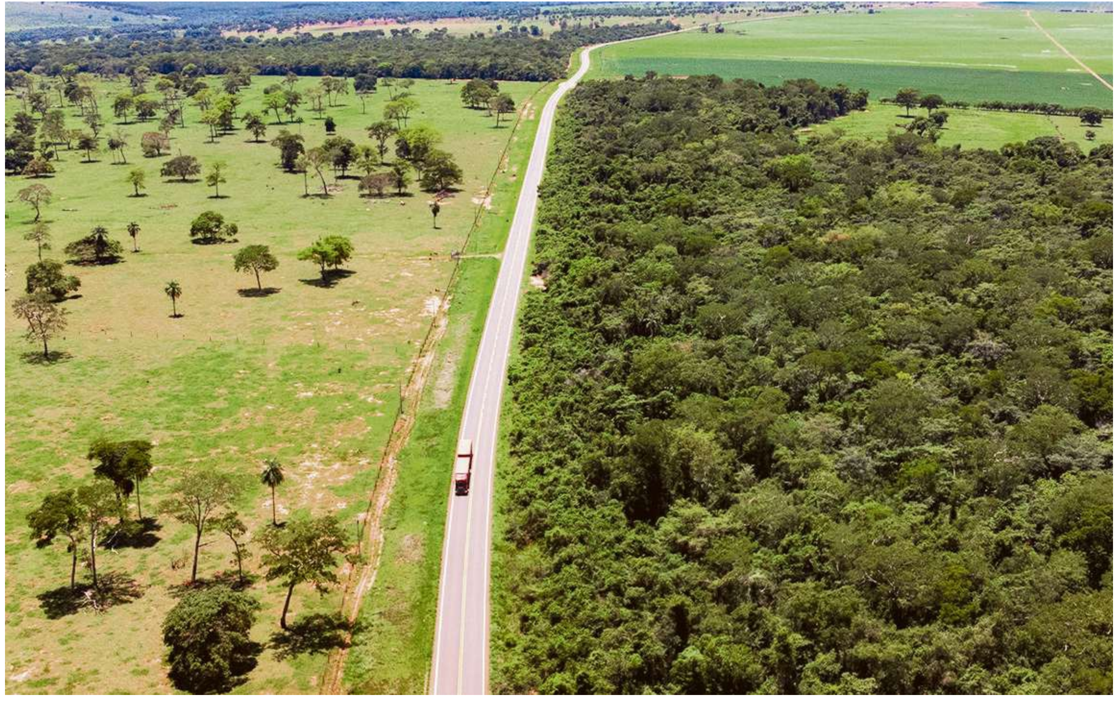
Durante muito tempo, tratamos os ativos ambientais como se fossem permanentes, como se produzissem riqueza sozinhos. Mas nenhuma vantagem competitiva se sustenta sem planejamento. Os países que lideram os grandes ciclos de desenvolvimento transformam seus recursos em estratégia, criam segurança para quem investe e constroem políticas que atravessam governos. O Brasil não precisa descobrir uma nova vocação. Precisa organizar os recursos já disponíveis em um modelo catalisador que transforme riqueza natural em prosperidade duradoura.

É com essa visão que, há mais de uma década, nós, no CEBDS, contribuímos com recomendações para os planos de governo dos candidatos à Presidência da República. Agora, mais uma vez, ao lado de nossas mais de 110 empresas associadas, responsáveis por cerca de um terço do PIB nacional, apresentamos um novo conjunto de propostas para contribuir com o debate eleitoral e a construção de uma agenda de desenvolvimento para o país. Essa é uma entrega concreta do setor produtivo, construída por quem já vive, na prática, o que significa competir numa economia que está mudando de regras.

Mais do que uma lista de recomendações, ela representa a convergência de empresas de diferentes setores em torno de uma mesma visão: competitividade, proteção da natureza e segurança jurídica deixaram de ser agendas separadas. São vetores estruturantes para que o Brasil cresça de forma consistente nas próximas décadas. É esse projeto que começamos agora a levar à mesa de cada candidato e a ampliar, até o dia em que todos nós vamos às urnas, com a adesão de outras vozes do setor produtivo, para que chegue como um projeto de país, e não como a pauta de um setor, de um partido ou de um mandato.

Poucas nações reúnem tantas vantagens para responder a esse momento quanto o Brasil. Mas nenhuma vantagem se transforma, sozinha, em desenvolvimento. Ainda operamos, em muitos aspectos, num modelo que entrega resultado no curto prazo e fragilidade no longo prazo. Quando a floresta queima, o ar piora nas cidades. Quando o rio seca, a indústria sente e o emprego some. Em 2024, a estiagem na Amazônia elevou a conta de luz para todo brasileiro. As enchentes no Rio Grande do Sul pressionaram o preço do arroz; a quebra de safra no Cerrado, o preço do café. A crise climática deixou de ser um tema distante: ela já chega na conta do mês, no prato e no aluguel.

EDILSON DANTAS / O GLOBO



Nós já provamos que dá para fazer diferente. As conquistas que hoje diferenciam o Brasil não nasceram de decisões de curto prazo. Foram resultado de décadas de investimento em ciência, tecnologia, infraestrutura e políticas públicas que atravessaram governos. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado em 1975, é um bom exemplo: a decisão tomada há cinco décadas ajudou a construir a liderança brasileira em biocombustíveis, que hoje nos diferencia no cenário internacional.

Foi essa mesma visão de longo prazo que permitiu ao país construir uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, fazer do nosso agro, com a Embrapa e nossas universidades, uma referência mundial em produtividade e reduzir o desmatamento da Amazônia pela metade nos últimos anos. O que falta é converter essa potência em resultado para cada brasileiro, em cada canto do país, e transformar oportunidades como o combustível sustentável de aviação, o hidrogênio limpo, a restauração de áreas degradadas e a bioeconomia em cadeias produtivas que tenham o Brasil como centro.

As propostas desenvolvidas pelo setor empresarial, sob a coordenação do CEBDS, estão organizadas em torno de três prioridades: a primeira é proteger e restaurar a natureza, reconhecendo florestas, rios, solos e biodiversidade como uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento do país; a segunda é acelerar a economia verde, fortalecendo energias renováveis, biocombustíveis, bioeconomia, inovação e uma indústria de baixo carbono; e a terceira cria as bases para financiar essa transformação, fortalecendo instrumentos capazes de atrair investimento privado, ampliar a segurança jurídica e dar previsibilidade às decisões de longo prazo. São medidas que se complementam porque partem da mesma lógica: proteger e restaurar a natureza, acelerar a economia de baixo carbono e criar as condições para financiá-la não são agendas separadas. São diferentes dimensões de um mesmo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Essa construção parte de uma convicção simples, que já orienta a atuação do CEBDS há quase três décadas: cuidar do Brasil é a forma mais rápida de fazê-lo crescer. Cuidar para que a terra continue fértil, para que a chuva chegue no tempo certo da safra, para que as enchentes parem de destruir cidades, para que a conta de energia não fique refém do clima. Isso passa por proteger e restaurar a natureza como infraestrutura essencial, por acelerar uma economia de baixo carbono que já gera emprego e renda e por criar as condições de financiamento e previsibilidade que atraem capital privado para ficar.

Mais do que um conjunto de propostas, estamos falando de uma direção para o país. O Brasil não pode recomeçar do zero a cada eleição. Investimentos em infraestrutura, inovação, indústria, restauração e energia exigem estabilidade e visão de longo prazo. Planejar o futuro é criar confiança para que empresas invistam, tecnologias ganhem escala e empregos sejam gerados. Por isso, precisamos transformar essa agenda em política de Estado, capaz de atravessar governos. Esse é o compromisso que já orienta a atuação do CEBDS e que reafirmamos ao apresentar essa agenda ao próximo presidente da República: fazer do desenvolvimento sustentável uma estratégia permanente de crescimento para o Brasil.

O Brasil que planeja e cuida do clima, da natureza e dos brasileiros, cresce.

Marina Grossi é presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), entidade com 29 anos de atuação e mais de 100 grandes empresas associadas, e enviada especial da Presidência da COP30 para o Setor Empresarial.

Ines249

Menor transparência do BC seria um erro

Nilson Teixeira

Na apresentação do Relatório de Política Monetária em 25 de junho, o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que o problema de comunicação do último Copom teria sido de excesso, e não de falta de informação, e sugeriu deixar os comunicados mais concisos, reservando explicações para a ata. O desabafo respondeu às críticas ao corte da Selic para 14,25% mesmo sem perspectiva de cumprimento da meta no horizonte relevante. Alguns analistas endossaram a tese de que a maior incerteza recomenda menos informações e o abandono do forward guidance, para que o Copom não se torne refém de sinalizações sobre seus próximos passos.

Minha leitura é diametralmente oposta. Reduzir a oferta de informações pioraria a comunicação e comprometeria a credibilidade da instituição. Uma comunicação transparente e tempestiva inclui avaliações sobre o cenário, explicações das decisões, atualizações da função de reação monetária e, por vezes, indicações contingentes sobre os próximos passos. Quanto mais incerto o ambiente, mais necessária a sinalização clara sobre a dificuldade de leitura das perspectivas e, em certas ocasiões, o detalhamento de respostas a cenários alternativos.

A comunicação evoluiu bastante nas últimas duas gestões do BC, com iniciativas como a publicação detalhada dos principais modelos, atualizados com frequência, e das estimativas dos seus coeficientes. Esse processo deve ser celebrado e não pode ser responsabilizado por erros da gestão monetária. Transparência requer clareza e consistência, com um volume menor de informações sendo desejável desde que preserve tudo que é essencial à perfeita compreensão da atuação monetária.

A transparência tampouco pressupõe forward guidance ininterrupto. Reservado a situações específicas, o forward guidance não é promessa incondicional, mas indicação da reação monetária provável, contingente ao cenário previsto e à evolução dos riscos. A análise dos fundamentos segue indispensável, pois mudanças nas hipóteses podem cancelar a orientação.

O erro do último comunicado não foi o excesso de explicações, mas sua falta de clareza. O argumento de que o documento não comporta maior detalhamento é frágil, pois não há um tamanho predefinido para o texto. Faltou justificar a redução da Selic diante da opção de mantê-la em 14,50%. O Copom poderia ter apresentado, por exemplo, previsões de inflação com Selic estável, em vez de se restringir ao cenário de referência (Selic do Focus de 13,75% no fim de 2026, 12,00% em 2027 e 10,25% em 2028), com projeção acima de 3,0% até o distante 4º trimestre de 2028. Já o cenário de alta de juros, ausente do debate que antecedeu a reunião, não precisava constar do comunicado. Quando muito, caberia na ata. Os últimos documentos associaram a decisão em exagero às previsões para o fim de 2027 e o início de 2028, prazos em que as projeções, mesmo de modelos sofisticados, são pouco precisas e muito sensíveis às hipóteses. É questionável justificar decisões com base em pequenas diferenças de previsão para prazos distantes, quando a arte se sobrepõe à técnica.

Em defesa da decisão do Copom, o presidente do BC lembrou que o corte de 0,25 ponto percentual (pp) foi apontado como o mais provável pela maioria dos participantes do Questionário Pré-Copom e que a curva de juros apreçava mais de 0,20 pp na véspera da reunião. O argumento não convence. Os preços de mercado transmitem informação, mas o alinhamento a eles não substitui a justificativa baseada nos fundamentos. Nesse caso, a circularidade é evidente: o Copom decide conforme as expectativas e depois as invoca como validação. Cabe ao BC ancorar expectativas, e não as referendar.

O comentário de Gabriel Galípolo precisa ser analisado à luz das mudanças promovidas pelo novo presidente do Fed, Kevin Warsh. Em sua 1ª reunião, em junho, o comunicado foi reduzido de 244 para 114 palavras, excluídos os trechos sobre a votação, o forward guidance foi retirado, e o presidente do órgão americano não submeteu previsões próprias no Summary of Economic Projections. Warsh sustenta que os participantes de mercado atribuem peso excessivo às comunicações do Fed e afirmou, em sabatina no Senado, que a divulgação de projeções pode levar os dirigentes a mantê-las por mais tempo e a prolongar erros como os supostamente cometidos em 2021 e 2022.

O forward guidance não é uma promessa incondicional, mas uma indicação da reação monetária provável

Nenhuma das duas objeções se sustenta. A dependência excessiva do forward guidance decorre da interpretação equivocada de que o instrumento é uma promessa. Diante de muita incerteza, a resposta adequada é explicitar os riscos e os limites das projeções, não suprimir informações e reduzir a transparência. Já o erro de 2021 e 2022 começou no diagnóstico de inflação transitória e foi agravado pela reação tardia, de modo que menos comunicação não o teria evitado, apenas o teria tornado menos visível e mais difícil de cobrar.

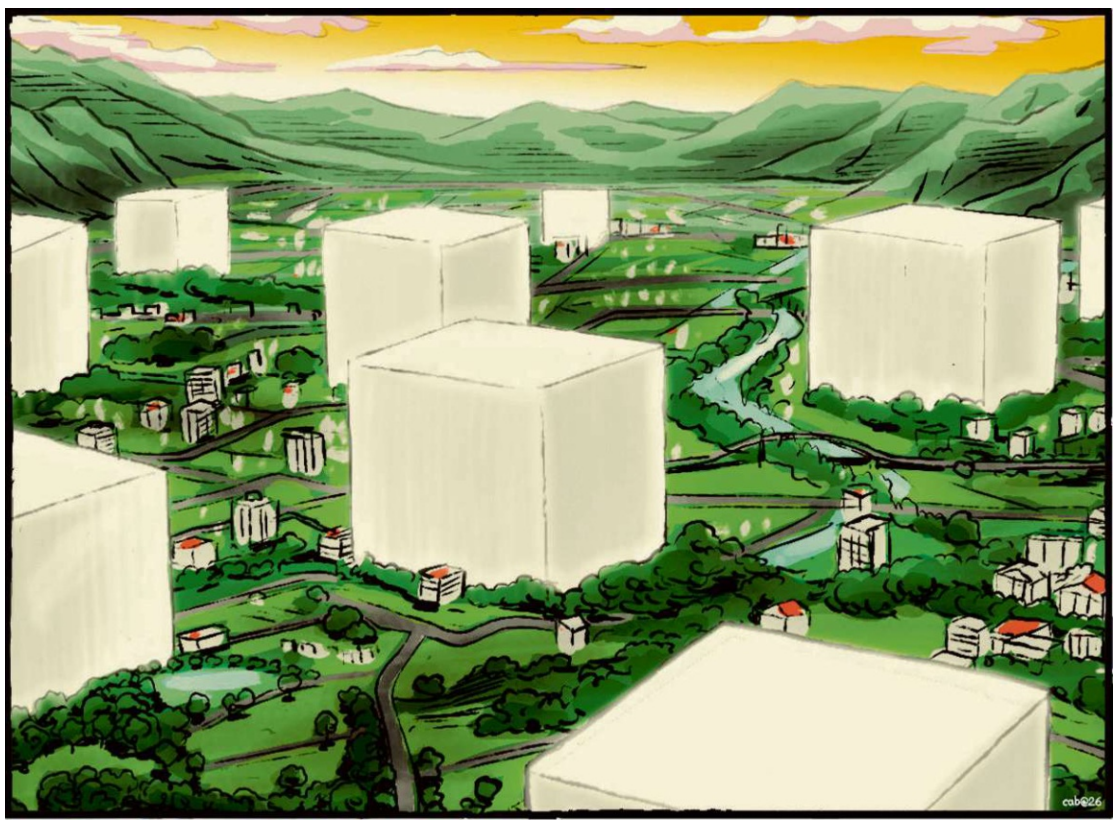
A criação de forças-tarefa para estudar a comunicação do Fed e outros temas é louvável, desde que não sirva apenas para legitimar a preferência do atual presidente por menos transparência — estratégia já adotada no comunicado e na entrevista da última reunião. O Fed tampouco é a melhor referência, a despeito da sua centralidade e sofisticação técnica. Melhores parâmetros de transparência vêm dos bancos centrais da Suécia, Noruega e Nova Zelândia. Na Suécia, publica-se a projeção para a taxa básica, enquanto, na Noruega, divulga-se a trajetória esperada dos juros. Não são promessas, mas indicações de como essas instituições reagirão se os seus cenários se confirmarem.

Em suma, menos transparência do BC sobre a avaliação dos fundamentos, a explicação das decisões e a sua função de reação seria um grande retrocesso e, portanto, um erro. A perda de informação elevaria a volatilidade dos preços dos ativos e prejudicaria a coordenação das expectativas. O risco é o Fed seguir por esse caminho e, dada sua centralidade, estimular o BC a ser menos transparente, abrindo espaço para rumores sobre informação privilegiada.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Essa infraestrutura essencial requer um acordo público-privado. Por **Vittorio Quaglione**

O custo de não construir centros de dados



Os fluxos maciços de capital direcionados a centros de dados em meio à corrida frenética de investimentos em infraestrutura de inteligência artificial (IA) têm gerado uma grande reação contrária por parte de oponentes locais nos EUA, o que nos últimos três anos levou ao cancelamento de projetos de construção dessas instalações de um valor total de ao menos US$ 85 bilhões. Em julho, Nova York se tornou o primeiro Estado dos EUA a aprovar uma moratória para a construção de novos centros de dados. Outros Estados e o governo federal estudam propostas similares. Embora razoáveis, as preocupações quanto aos custos ambientais e econômicos dos centros de dados são apenas uma parte da história. Todos ainda precisam perguntar: os EUA vão ficar para trás se não construírem mais centros de dados?

Nas palavras recentes de Josh Zoffer, que trabalhou no Conselho Econômico Nacional no governo de Joe Biden e hoje é investidor no setor de IA, os centros de dados são um "teste crucial da determinação industrial dos EUA". Eles realçam a incômoda verdade de que a construção de capacidade estratégica para o futuro costuma exigir sacrifícios no presente. Deixar de admitir essa realidade já levou autoridades dos EUA a cometer erros em ondas de expansão semelhantes no passado. Dois casos se destacam.

Na década de 1970, um choque mundial do petróleo forçou os EUA a reconhecer que sua dependência energética era uma fonte de vulnerabilidade estratégica. Em um discurso de 1977, o então presidente Jimmy Carter advertiu os americanos que construir uma base energética local segura e diversificada exigiria que a economia dos EUA passasse por uma fase de "custos mais altos" e por "maiores inconveniências". No entanto, a disposição de Carter de admitir a realidade, em vez de maquiá-la, não teve o efeito desejado.

Já os sucessores de Carter extraíram uma lição diferente, observa o economista Jeffrey Currie. Eles evitaram admitir a escassez e, em vez disso, usaram as reservas estratégicas e contiveram os preços como resposta aos choques de oferta. Ainda assim, eles não desenvolveram uma segurança energética real; ganharam tempo, mas adiaram os investimentos necessários.

Nova York tornou-se o primeiro Estado americano a decretar uma moratória para novos centros de dados — um caminho que outros poderão seguir. Mas é preciso ponderar também os custos estratégicos de não construir essa infraestrutura essencial

As tensões atuais em torno do estreito de Ormuz servem como um lembrete da necessidade da transição energética defendida por Carter. Os EUA já não têm uma dependência energética tão grande como em 1977, graças às reservas de gás de xisto que passaram a ser exploradas desde então, mas ainda assim estão expostos a choques de petróleo, como mostra a alta dos preços da gasolina.

Em contraste, a China passou décadas empenhada na "eletrificação", o que Currie chama de "a compra de opcionalidade". A flexibilidade resultante — obtido de carvão, gás, sol, vento ou urânio — tem ajudado a amortecer o impacto da atual crise energética.

Os EUA também perderam uma oportunidade de não depender dos minerais de terras raras da China. Na segunda metade do século 20, a Mina Mountain Pass, na Califórnia, era crucial na produção e processamento de terras raras dos EUA, assegurando uma cadeia de suprimentos estável e autossuficiente. Em 1999 e 2000, no entanto, as operações foram drasticamente encolhidas, em razão de preocupações ambientais, de mudanças na regulamentação e do menor custo das produtoras chinesas, das quais a indústria dos EUA passou a depender para obter mais de 90% de suas necessidades de terras raras, de acordo com o Serviço Geológico dos EUA.

Ambos os exemplos colocam em evidência uma importante deficiência nas tomadas de decisão dos EUA. Os mercados são eficientes no que se refere a dar um preço aos custos de fazer algo, mas muito ineficientes em dar um preço aos custos de deixar de fazê-lo. Como resultado, os mercados deixam a desejar quando os retornos têm um componente social, como nos investimentos que precisam mobilizar grande parte da economia para assegurar suprimentos de fontes de energia e minerais de terras raras.

Para ajudar as economias a conduzir, coordenar e financiar com sucesso investimentos que englobam vários mercados, Mariana Mazzucato e Dani Rodrik defenderam parcerias público-privadas em seu trabalho "Política industrial com condicionalidades: uma taxonomia e casos de estudo". Eles esclarecem que as condicionalidades são cruciais para o sucesso: o governo precisa criar incentivos para direcionar a tomada de decisão das empresas privadas em direção a resultados que de outra forma não estariam em suas miras.

Um acordo público-privado desse tipo poderia consistir no fornecimento pelo governo de um ou mais benefícios às empresas privadas (empréstimos, incentivos tributários, aceleração de licenciamento) em troca de dois tipos de condicionalidades: direcionalidade e risco/recompensa. A "direcionalidade" consistiria em exigir que as chamadas "hiperescaladoras" de IA levassem em conta as preocupações locais, internalizando custos ambientais e sociais (como compartilhamento de dados técnicos, compromissos de gestão de água e cofinanciamento de expansões da rede elétrica). O "risco/recompensa" se refere a que o público também deve compartilhar parte dos retornos quando assume parte dos riscos. Por exemplo, isso poderia ser feito por meio de compartilhamento dos lucros quando estes forem extraordinários, de instrumentos similares a participações acionárias ou de acesso a capacidade de processamento computacional.

Em comparação ao passado recente, as autoridades já estão em uma posição melhor para apreciar a importância estratégica dos centros de dados. O regime econômico mundial mudou, deixando claro o valor dessa infraestrutura. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava empenhado em reconstruir em conjunto. A integração era o objetivo, e a globalização, o meio. Hoje, a geoeconomia domina uma paisagem mais fragmentada. O poder agora reside na capacidade de controlar elos estratégicos.

É claro, o problema de canalizar investimentos para setores estratégicos não se limita aos EUA. Em seu relatório de 2024 sobre a competitividade europeia, Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, reconheceu que as inovações revolucionárias, a capacidade de defesa industrial e as redes transnacionais são bens públicos "que, sem uma ação conjunta, terão uma oferta insuficiente".

Nos EUA, construir centros de dados deve se tornar uma questão bipartidária. O sucesso das parcerias público-privadas dependerá de como forem estruturadas. Se forem exigidas muitas condições, a inovação pode ser sufocada; se forem exigidas poucas, os participantes do mercado privado podem ver o bolo se materializar, e também comê-lo. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Vittorio Quaglione é assistente de pesquisa na Universidade Bocconi e fundador e editor da MOPS, um newsletter sobre macrofinanças, tecnologia e políticas públicas.

Copyright: Project Syndicate, 2026.
www.project-syndicate.org

Frase do dia

"A IA pode produzir uma geração de pessoas pouco preparadas (...) que não compreendem problemas".

De James Heckman, Nobel de Economia em 2000, ao Valor.

Cartas de Leitores

Carros chineses

Conforme informa o jornal **Valor** (28/7), o Brasil, é o maior comprador de carros chineses elétricos e convencionais do mundo. Entre janeiro a maio deste ano o volume importado da China, atingiu a marca de US$ 5,2 bilhões. Somente na compra de carros elétricos o valor foi de US$ 4,5 bi. No mesmo período de 2025, as compras de veículos da China somaram apenas US$ 2,1 bilhões, ou 149% abaixo de 2026. E de janeiro a junho deste ano o total de veículos chineses comercializados no nosso País, foram de 215.023, ou 125% a mais em relação às 95.493 unidades no mesmo período de 2025. No ranking dos maiores compradores de carros da China, além do Brasil, em 1º lugar, vem a Rússia. em 2º, que de janeiro a maio deste ano comprou US$ 5 bilhões, seguidos pela Bélgica e Reino Unido (US$ 3,8 bilhões) e a Austrália (US$ 3,4 bilhões). Enquanto o presidente dos EUA, Donald Trump, gera caos no mundo com suas atitudes insanas — como a guerra contra o Irã, e também com a aplicação de taxas absurdas na importação de produtos de parceiros comerciais históricos —, o governo chinês, mais preocupado em continuar a desenvolver o seu país, vai alavancando seu espaço comercial com o mundo. E, quem diria, tendo o Brasil como maior importador de veículos chineses.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmmail.com

Diplomacia e palanque

A reação do presidente Lula às críticas de Javier Milei soou mais como a de um político contrariado do que como a de um chefe de Estado. A ironia é que, durante a campanha argentina, Lula não escondeu sua preferência pelo então candidato Sergio Massa, envolvendo-se politicamente em uma disputa interna de um país vizinho. Quem toma partido nas eleições alheias dificilmente pode se surpreender quando o vencedor retribui com críticas. Nas relações entre nações, maturidade exige respeito institucional, independentemente das divergências ideológicas.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Herança maldita

O PT consagrou a expressão "herança maldita" para justificar as dificuldades encontradas ao assumir o governo. Era sempre a culpa dos antecessores. Agora, depois de quatro anos de expansão dos gastos, aumento da dívida e déficits sucessivos, o partido poderá enfrentar uma situação inédita: explicar as consequências de suas próprias escolhas. Se permanecer no poder, governará sob o peso da herança que construiu. Se perder as eleições, deixará ao sucessor uma conta difícil de administrar. Em qualquer dos casos, será impossível atribuir esse legado aos governos anteriores. A narrativa da "herança maldita" poderá, enfim, encontrar seu verdadeiro destinatário.

Luciana Lins
lucianavlins@gmail.com

Correspondências para
Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Eleições Observatório do Clima faz documento com 178 sugestões para a política ambiental a candidatos à Presidência e ao Congresso e espera evitar mais retrocessos

Ambientalistas enviam propostas para colocar clima nos palanques

Daniela Chiaretti
De São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR

Suely Araújo: "Colocar a questão climática no debate eleitoral é difícil, mas infelizmente, este ano, o El Niño poderá ajudar o tema a entrar nos palanques"

O Observatório do Clima, principal rede da sociedade civil com atuação na agenda climática, lançou um documento com 178 propostas ambientais para os candidatos à Presidência e ao Congresso. Um objetivo da iniciativa é reverter os retrocessos socioambientais no Congresso. Outro, colocar a crise climática no debate eleitoral.

A urbanista e advogada Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e uma das autoras do documento, reconhece a dificuldade: "Colocar a questão climática no debate eleitoral é difícil". Ela acredita, contudo, que um fator externo pode empurrar o tema para os palanques: "Infelizmente, porque parece que o El Niño será forte, o fenômeno vai ajudar o tema a entrar".

"Propostas para a Política Ambiental Brasileira" tem 96 páginas e reuniu sugestões das 172 organizações da rede, do WWF ao Greenpeace, do Arapyaú à Alana, do Idec ao Imaflora, do Instituto SocioAmbiental à Oceana. Foram sete reuniões desde março, com 80 pessoas em cada encontro.

Em junho, a força-tarefa do Observatório do Clima para as Eleições 2026 enviou o documento a 326 destinatários considerados estratégicos no Congresso Nacional, incluindo 193 deputados federais e 54 senadores com mandato em disputa. Os presidentes nacionais de todos os partidos políticos também receberam o texto. "O objetivo da entrega foi inserir a agenda climática e ambiental no debate de programas das eleições de 2026 e colocar o Observatório do Clima à disposição para aprofundar as propostas com as candidaturas", diz Suely Araújo, que é coordenadora de Políticas Públicas do OC.

Não é a primeira vez que ambientalistas reúnem propostas para inspirar a agenda política de candidatos à Presidência. Isso já aconteceu em 2022. Há dois diferenciais, agora: alguns temas ganharam amplitude e cada capítulo tem um quadro de sugestões do que deveria ser barrado no Congresso e o que poderia ser impulsionado. "O Congresso tem tido forte postura antiambiental. Tentamos mostrar aos parlamentares o que não está funcionando e, ao mesmo tempo, dar impulso aos que consideramos ser bons projetos de lei", diz Suely.

É um cardápio de propostas abrigadas em 14 temas. Os dois primeiros — justiça climática, racismo ambiental e direitos humanos; proteção territorial de comunidades tradicionais— ganharam mais destaque do que na versão anterior. São tópicos transversais que aparecem nos outros capítulos, assim como o de financiamento climático. "Nestes tópicos há muitos projetos no Congresso que atacam unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas, e isso está nos destaques do texto", explica.

"Nossa política doméstica está marcada pela polarização extrema, na qual a briga de narrativas ganha espaço e, com honrosas exceções, as demandas da sociedade por políticas públicas perdem atenção", diz o texto introdutório.

"A polarização relega as agendas de interesse coletivo a segundo plano", segue. "Esse contexto, somado à realidade de agravamento da crise climática no país, com eventos extremos de grandes proporções cada vez mais frequentes, exige atenção redobrada da sociedade civil brasileira."

Foi feita uma seleção de parlamentares que interagem com a rede do OC. "A equipe foi ao Congresso e entregar a publicação ao parlamentar ou ao chefe de gabinete", conta. Mandaram mais de 400 e-mails a parlamentares e lideranças no Congresso. O esforço será também chegar à população. "Queremos passar um recado simples: vote no parlamentar que se preocupa com a mudança climática. E é importante direcionar voto para o Congresso, porque é ali que estão sendo feitos os maiores retrocessos". Continua: "O Executivo não tem tido força para barrar nada".

De ambientalistas para candidatos

Algumas das propostas ambientais do Observatório do Clima

Para cargos no Executivo

- A formulação de políticas públicas deve incorporar justiça climática com combate ao racismo ambiental
- Apoiar atividades da sociobiodiversidade lideradas por mulheres indígenas, extrativistas, agricultoras familiares
- Reforçar educação ambiental e climática nas instituições de ensino e na formação comunitária
- Concluir os processos de efetivação da propriedade de territórios pelos povos e comunidades tradicionais
- Combater a grilagem de terras públicas e invasões de terras dos povos e comunidades tradicionais
- Eliminar o desmatamento em todos os biomas até 2030 e recuperar áreas degradadas em 21 milhões de hectares até 2035
- Restaurar florestas e ecossistemas terrestres maciçamente para eliminar, com vegetação nativa, passivos do Código Florestal
- Destinar 100% das terras públicas não destinadas para Unidades de Conservação, assentamentos de reforma agrária terras indígenas e quilombolas
- Promover estratégias para criar e restaurar corredores ecológicos e bioculturais especialmente no Pantanal
- Procedimentos rigorosos de licenciamento para grandes obras de infraestrutura como rodovias e projetos de mineração
- Estabelecer cronograma para zerar os leilões de petróleo no Brasil e suprir a demanda doméstica com os poços já existentes
- Delimitar zonas de exclusão para exploração de combustíveis fósseis em áreas socioambientalmente sensíveis
- Afastar os subsídios governamentais à produção e consumo de combustíveis fósseis
- Reorientar a estratégia da Petrobras para a transição energética alinhando seu plano de negócios às metas do Acordo de Paris e da NDC brasileira
- Zerar a produção de carvão para uso em eletricidade ainda nesta década mantendo o uso industrial por curto período
- Não considerar o gás fóssil como solução estrutural de transição no setor elétrico ou industrial e limitar a utilização quando necessária
- Apoiar e integrar os trabalhadores do setor fóssil à transição energética com políticas de capacitação, requalificação profissional e criação de empregos verdes
- Buscar modelos de financiamento para o transporte público e garantir fontes de recursos contínuas para ciclovias e calçadas
- Estruturar política integrada para a expansão sustentável dos biocombustíveis e um cronograma para descontinuidade de geração nuclear
- Garantir salvaguardas socioambientais na exploração de minerais críticos e estratégicos e ter estratégia consistente de industrialização verde
- Desenvolver cenários robustos para avaliação de risco climático na infraestrutura, agropecuária, assentamentos humanos e ecossistemas
- Recuperar 22,5 milhões de hectares de solos com indicativos de degradação proveniente de pastagens
- Assegurar a incorporação de critérios socioambientais na implementação da reforma tributária

Fonte: Brasil 2045 – Propostas para a Política Ambiental Brasileira

> "Queremos passar a mensagem: vote em quem se preocupa com a crise climática"
> *Suely Araújo*

Outro tema aborda o fortalecimento da governança da política climática e ambiental, com mais recursos humanos e financeiros de forma estável e contínua. "O ataque feito aos embargos remotos (de propriedades que desmataram ilegalmente) mata a fiscalização", exemplifica Suely.

Adaptação à mudança climática e gestão de riscos de desastres é um dos tópicos mais fortes da agenda. O texto cita dados da Fiocruz ao lembrar que, em 2025, mais de 336 mil pessoas foram diretamente afetadas por eventos climáticos extremos no Brasil. Em 2024, a enchente no Rio Grande do Sul causou mais de 180 mortes, afetou 2,4 milhões de pessoas e causou prejuízos de quase R$ 90 bilhões entre perdas no setor produtivo, setores sociais, infraestrutura e meio ambiente. Globalmente, 45% das mortes entre 1970 e 2019 relacionam-se com desastres climáticos.

Entre as sugestões aos candidatos do Executivo está desenvolver cenários fortes para avaliar o risco climático na infraestrutura (geração e transmissão de energia elétrica, mobilidade urbana, saneamento básico, portos, aeroportos, hospitais e escolas), para a agricultura, cidades, vilas e comunidades e ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos. O conhecimento deve procurar mesclar evidências científicas com a experiência tradicional e local.

Outro ponto é garantir a rastreabilidade dos recursos empregados em adaptação nas políticas públicas, assim como aumentar o controle, a transparência e a responsabilização dos bancos, que financiam atividades que afetam o meio socioambiental e climático. "O Brasil não identifica adequadamente os recursos direcionados à política climática e tem bastante a avançar neste sentido", diz o texto.

Outra proposta é recalcular e adequar os sistemas de extravasamento de águas pluviais das obras públicas e privadas. É evidente a necessidade de ter ações para a proteção de comunidades em areas de risco. Precisam ser indicadas áreas do território com menor grau de intensidade, magnitude e ocorrência de suscetibilidade ao risco, diz o texto. Em outras palavras, apontar lugares mais seguros para as pessoas viverem.

O país deve priorizar sistemas de alerta precoce de múltiplos riscos e fortalecer órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil, além de núcleos comunitários. Em caso de desastre é preciso garantir a manutenção de serviços essenciais como acesso à água, energia, internet e telefonia.

No tópico de adaptação, o texto indica projetos de lei que enfraquecem a fiscalização ambiental, com impactos diretos na prevenção e resposta a desastres. Na agenda positiva, destaca projetos para eliminação de combustíveis fósseis e os que instituem programas nacionais de infraestruturas sustentáveis e escolas resilientes.

"O governo atual tem problemas, principalmente na área de energia com a decisão de ampliar a produção de petróleo e outros fósseis. Mas tem conquistas importantes como na redução do desmatamento, por exemplo. Só que no Congresso há um monte de projetos que caminham no sentido oposto, de inviabilizar o controle do desmatamento", diz ela. "Esta é a lógica do documento — sugerir propostas aos candidatos a cargos no Executivo e chamar a atenção de candidatos ao Parlamento do que vem tramitando ali".

No tópico sobre transição energética justa — "o elemento central no enfrentamento à crise climática", diz o texto— as propostas vão desde estabelecer um cronograma para zerar os leilões de petróleo no Brasil a reorientar a estratégia da Petrobras para a transição energética. Outra proposta é evitar a contratação de novas térmicas fósseis, zerar a produção de carvão para uso em eletricidade nesta década e apoiar os trabalhadores do setor fóssil à transição energética.

Um capítulo especial é dedicado à economia da sociobiodiversidade e outro à reindustrialização e novas tecnologias de baixo carbono. "A reindustrialização do país tem apoio explícito. Tem que se compatibilizar isso com a lei geral do licenciamento que está flexibilizando muitos processos e ameaça o controle ambiental", cita.

Empresas
Incorporadoras decepcionam no segundo trimestre do ano B4

Ines249

Bebidas Mercado brasileiro deu sinais de melhoria, diz Henrique Braun, CEO da Coca-Cola B5

Petróleo Com produção em crescimento, Petrobras sai em busca de novos clientes B4

Luxo Balanço da LVMH não convence investidores de que setor está em recuperação B6

Agronegócio Receio com chuvas no Brasil provoca alta de 4,6% no preço do café B7

Empresas

Balanços Números das exportadoras contrastam com os das companhias com atuação doméstica

Resultados do 2º tri mostram polarização de forças

Felipe Laurence
De São Paulo

A temporada de balanços do segundo trimestre desenha um cenário de forte polarização na bolsa brasileira. De um lado, empresas exportadoras de commodities, com destaque para as petrolíferas, devem apresentar números robustos, enquanto companhias voltadas à economia doméstica vão desacelerar, pressionadas pelas incertezas macroeconômicas.

O Santander projeta crescimento de cerca de 10% nas receitas de sua cobertura, com avanço de 23% no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e de 20% no lucro líquido. A XP corrobora o otimismo, estimando expansão de 9,9% na receita, 20,5% no Ebitda e 19,8% no lucro para as cerca de 140 empresas que acompanha. Já o Itaú BBA prevê alta de 9,4% nas receitas e de 12,1% no lucro. O Bank of America (BofA) projeta alta de 14% nas receitas, 32% no Ebitda e 21% no lucro.

Apesar dos números agregados fortes, o tom do mercado é de cautela. "Ainda temos uma leitura de temporada com números resilientes, um pouco mais neutros, com sinais de desaceleração na passagem sequencial dos trimestres", avalia Ricardo Peretti, estrategista de ações do Santander Brasil. "A disparada do petróleo e o aumento de insumos devem bater nas empresas domésticas."

"A nossa visão é de uma temporada com volatilidade, algumas empresas vão surpreender, mas esse cenário de Selic e conflito se torna desafiador para as companhias", avalia Jerson Zanlorenzi, chefe da mesa de ações e derivativos do BTG Pactual. Segundo ele, o atual cenário macroeconômico trará uma maior dispersão de resultados, exigindo atenção às particularidades de cada empresa.

Os analistas afirmam que, ao contrário dos trimestres anteriores, quando o desempenho das companhias domésticas foi o destaque, desta vez o que vai puxar é a performance das companhias exportadoras de commodities, em especial as do segmento de petróleo e gás, impulsionadas pela alta dos produtos em meio ao cenário de tensões nas rotas de transporte globais.

Com o barril de Brent negociado a uma média elevada, de cerca de US$ 97, em meio aos conflitos no Oriente Médio, as empresas de exploração e produção tendem a apresentar resultados muito fortes, com Prio e Petrobras aparecendo como os principais destaques para BTG e XP. Além disso, as distribuidoras de combustíveis, como Vibra Energia e Ultrapar, aproveitaram a defasagem dos preços domésticos em relação à paridade de importação para registrar fortes margens.

Entre as demais exportadoras, o J.P. Morgan e o BTG elegem as siderúrgicas, especialmente a Gerdau, como as favoritas, impulsionadas pela imposição de medidas antidumping e por um poder de precificação que deve compensar a inflação de custos. Usiminas, que divulga seus resultados na sexta-feira (31), também deve ter bons números.

Em contrapartida, as mineradoras, como a Vale, devem apresentar pressão de custos e menores preços realizados, compensando desempenho operacional robusto no trimestre, e o setor de papel e celulose, em especial Suzano e Klabin, deve ser penalizado pela valorização do real e paradas de manutenção ao longo dos últimos três meses.

A WEG, que divulgou seus resultados de segundo trimestre na semana passada, surpreendeu positivamente o mercado, conseguindo contornar o crescimento mais fraco das receitas no período com um melhor gerenciamento de custos, que resultou em ganhos de margem. Em entrevista recente ao **Valor**, o diretor financeiro, André Rodrigues, manteve uma visão positiva mesmo com impacto de tarifas.

Para os setores dependentes da economia local, o ambiente é de cautela. Peretti, do Santander, destaca que os investidores estarão atentos ao "poder de precificação" das empresas. "Do lado doméstico tem uma desaceleração marginal por conta de custo de frete e outros insumos. Muitas delas vão perder esse poder de precificação", alerta.

O varejo apresentará uma divisão clara. A Copa do Mundo foi um gatilho positivo para empresas como o Grupo SBF, enquanto Smart Fit, RD Saúde e Panvel seguem com demanda resiliente. Já Natura, Grupo Mateus e Vivara devem ter números mais fracos. Zanlorenzi, do BTG, ressalta que os números do "varejo de vestuário devem ser mais desafiadores".

Entre as construtoras, as empresas ligadas ao segmento de baixa renda, apoiadas pelo programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), mantiveram boa performance operacional, que deve se traduzir em números financeiros robustos, afirmam os analistas. Já o segmento de média e alta renda deve surpreender negativamente, sofrendo diretamente com as taxas de juros elevadas.

Em saúde, a Bradsaúde e o laboratório Fleury devem ser os grandes destaques positivos, com sinistralidade controlada e resiliência. A Rede D'Or pode apresentar queda na taxa de ocupação, enquanto Hapvida e Qualicorp sofrerão com a perda de beneficiários.

Com baixo impacto de captação no segundo trimestre, as atenções se voltam para a rentabilidade entre as empresas de educação. O ensino a distância tradicional segue perdendo força, enquanto os modelos presencial e híbrido sustentam tíquetes maiores. Cogna e Vitru são apontadas como destaque, enquanto Yduqs e Ânima devem apresentar números mais fracos no trimestre.

Os analistas reforçam que as empresas já vinham com falas mais cautelosas durante as teleconferências do primeiro trimestre e que o discurso é importante, mas o mercado deve prestar muita atenção às previsões e metas que as companhias vão estabelecer para a segunda metade do ano.

"Os números são importantes, o mercado sempre precifica os resultados, mas será essencial a mensagem das companhias, então eles, que já vinham com falas mais cautelosas, acredito que vão continuar com esse tom ao longo das teleconferências da temporada", ressalta Peretti.

"O que vai chamar a atenção dos investidores é a conversa sobre o cenário macro, taxa de juros e câmbio, o que vai ter impacto daqui para a frente, além de projeções de custos", diz Zanlorenzi. "Discussões sobre eleições devem ficar à margem. Vamos ter uma visão mais clara só lá para o fim do terceiro trimestre."

Ler sobre prévia das incorporadoras na B4

BETC HAVAS
DIA DOS PAIS TIM
5G
SMARTPHONE NOVO COM 1 ANO DE SEGURO GRÁTIS
exa
SEGUROS CELULAR POR 1 ANO
Linha Galaxy S
S25 | S25 Ultra | S26 | S26 Ultra
Escaneie o QR Code ou vá a uma loja
A PARTIR DE
21x R$ 72
OU À VISTA
R$ 1.499
TROCA SMART
PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZÔNIA

Na TIM, o seu pai fica tranquilão. O smartphone dele já sai da loja protegido contra roubo e furto com EXA Seguros Celular grátis por 1 ano. Tranquilão para pagar, tranquilão para aproveitar.

VALOR REFERENTE AO GALAXY S25 256GB NO TIM ULTRACOMBO OU NO TIM BLACK FAMÍLIA VIP TRAZENDO SEU SMARTPHONE USADO

Valor referente ao Samsung Galaxy S25 256GB com desconto de R$ 1.000 na troca de um aparelho usado via Troca Smart (consulte condições), e com desconto mediante fidelização de 12 meses no TIM Ultracombo 1, para todo o Brasil (exceto São Paulo), ou no TIM Ultracombo 4, para São Paulo, ou no TIM Black Família VIP. Oferta válida até 11/8/2026 ou enquanto durarem os estoques. Parcelamento em até 21x sujeito à análise de crédito e às políticas do banco emissor. Plano e smartphone são vendidos separadamente. O EXA Seguros Celular com cobertura de roubo e furto é de 24 meses, e durante o período inicial de 12 meses haverá um lançamento em fatura de R$ 0,01/mês, apenas para configurar a contratação do seguro. Após o 12º mês, o seguro passa a ser cobrado conforme as condições contratadas junto à EXA. Consulte condições, cobertura e opções de planos em tim.com.br. Oferta de seguro garantido pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A – Código SUSEP: 05495. Processo SUSEP 15414.900970/2014-26. Central de atendimento Zurich – SAC: 0800 284 4848, Deficiente Auditivo e de Fala: 0800 275 8585, Ouvidoria: 0800 770 1061. O seguro é opcional e é proibido condicionar desconto no preço de bem à aquisição do seguro.

Ines249

Pipeline

5 ANOS

Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Prudential começa a receber ofertas por Brasil com ponderações de preço

LEO PINHEIRO/VALOR

Grupo americano Prudential colocou operação do Brasil e México à venda

Seguradoras globais e locais já começaram a entregar suas propostas não vinculantes para ficar com a Prudential no Brasil, apurou o **Pipeline** -— e, algumas delas, querem levar o México no mesmo pacote. A esta altura, quase todos os bancos de investimento do país estão envolvidos, considerando o alto valor do negócio e o número de interessados.

Mas, ainda que seja um processo disputado nessa primeira fase, os proponentes têm feito ponderações sobre o preço esperado para o ativo no Brasil. Como o **Pipeline** revelou, a matriz americana espera de US$ 3 bilhões a US$ 4 bilhões no país, um múltiplo de lucro de 12 a 14 vezes lucro projetado.

Para os compradores, como o lucro do ano passado tem um componente não recorrente relevante, o lucro “real” seria mais perto de R$ 900 milhões do que os registrados R$ 1,2 bilhão. Ainda, companhia tem um contrato com o Itaú, da ordem de R$ 200 milhões, que não tem amarração de longo prazo e pode não ser renovado, o que levaria o patamar de resultado para cerca de R$ 700 milhões. Algumas das ponderações valeriam também sobre os R$ 1,4 bilhão projetados para 2026.

Ainda assim, a transação ficaria na faixa de US$ 2 bilhões a US$ 3 bilhões na sinalização das primeiras propostas. Procurada, a Prudential disse que “não comenta rumores.”

Oakley recupera DNA de inovação sob comando de um brasileiro

Sob o comando do brasileiro Caio Amato, a marca californiana Oakley voltou a apostar em inovação, construção de marca e conexão com o consumidor — tudo isso amarrado com tecnologia. Isso inclui o lançamento de óculos com inteligência artificial em parceria com a Meta e o desenvolvimento de capacetes, em parceria com a Axiom Space, para a Nasa.

“Não prevemos o futuro, criamos o futuro”, diz o CEO. Amato assumiu a liderança global da marca no ano passado, após atuar como diretor global de marketing da Oakley e passar por Adidas e Mizuno. Segundo ele, a prioridade deixou de ser volume de vendas para recuperar o posicionamento histórico da companhia em tecnologia esportiva e autenticidade.

Marca californiana ajusta rota como parte do grupo EssilorLuxottica

Amato pilota uma correção de rota depois de a Oakley ser comprada pela EssilorLuxottica e se desconectar de sua essência. Agora, a estratégia já se reflete em reposicionamento de preços e aumento dos investimentos em produto e marca. “Este ano tem tudo para ser o maior crescimento percentual da história”, afirma.

A Oakley opera em duas frentes: esportes, onde mantém parcerias com atletas como Kylian Mbappé, Patrick Mahomes e Gabriel Medina; e cultura, tendo o rapper Travis Scott no cargo de Chief Visionary Officer.

DIVULGAÇÃO

Caio Amato: ‘criamos futuro’

Conforme o CEO, o Brasil tem ganhado peso no desenvolvimento de produtos e figura, ao lado dos EUA, entre os mercados mais relevantes. ***(Silvia Rosa)***

On abre lojas no país para vender também roupas

A suíça On Running, favorita dos atletas amadores da Faria Lima e Leblon, virou uma pedra no sapato da Nike e da Adidas graças aos tênis de alta tecnologia que calçam Roger Federer, João Fonseca e Zendaya. Agora, a companhia quer jogar numa quadra onde as rivais são campeãs: ampliar as vendas em vestuário e acessórios.

Na quinta-feira, a marca inaugura sua primeira loja física no país, um ponto de 205 m² no Shopping JK Iguatemi, em São Paulo. Na semana seguinte, abre um ponto de 305 m² no Shopping Morumbi. E, até o fim do ano, chega ao Shopping Leblon, no Rio.

“As lojas são a grande aposta para destravar o negócio de vestuário e fazer o consumidor entender que somos uma marca da cabeça aos pés”, diz Fiorella Palacios, diretora sênior de América Latina da On Running, ao **Pipeline**.

Shorts, camisetas, agasalhos e meias devem tomar as lojas no Brasil, junto com os calçados para diversos esportes e ocasiões. No mundo, a categoria cresceu 45% no primeiro trimestre da companhia.

A On vê espaço para ao menos 10 lojas no Brasil até 2030 e vai manter a distribuição no atacado.

DIVULGAÇÃO

Brasil é mercado-chave global

DIVULGAÇÃO

Palacios: lojas estratégicas

“Não queremos ver lojas da On em cada esquina como outras marcas. Queremos ser muito estratégicos”, diz. O Brasil conquistou o posto de “mercado-chave global”, e não mais “emergente”, ao se tornar um dos três maiores do e-commerce. ***(Guilherme Guerra)***

Bridgewise promete IA sem alucinação nas finanças

Enquanto investidores recorrem cada vez mais ao ChatGPT e outras ferramentas de IA para tomar decisões financeiras, a israelense Bridgewise aposta justamente em resolver uma das maiores fragilidades desses modelos: as chamadas alucinações — quando a inteligência artificial inventa informações.

A companhia desenvolveu uma arquitetura que cruza modelos de IA com bases de dados financeiras estruturadas e mecanismos de validação para reduzir esse risco. “Não basta gerar uma resposta. Ela precisa ser verificável”, diz o CEO Gaby Diamant.

É com essa proposta que a empresa prepara uma expansão no Brasil. A Bridgewise deve anunciar três novas parcerias até agosto, depois de fechar acordos com a B3 — investidora da companhia desde 2023 — e a Genial Investimentos.

DIVULGAÇÃO

Diamant: respostas verificáveis

A empresa produz análises automatizadas de cerca de 70 mil ativos, incluindo ações, renda fixa, fundos e criptomoedas. ***(S.R.)***

Buckler aposta no treino de glúteos

A Buckler decidiu transformar uma das maiores obsessões do brasileiro na academia em vertical de negócios. Com a chinesa Realleader, a fornecedora de equipamentos de ginástica lançou uma linha dedicada exclusivamente ao treinamento de glúteos e estima faturar R$ 40 milhões com os novos aparelhos nos primeiros 12 meses de vendas — ajudando a dobrar a receita total anual, para R$ 220 milhões. O CEO Bruno Parlato diz que as academias têm investido cada vez mais em equipamentos especializados. ***(Felipe Frisch)***

DIVULGAÇÃO

Linha Gluteleader: treinos específicos

A paçoquinha de R$ 1 bilhão

A Santa Helena Alimentos está se aproximando da marca de R$ 1 bilhão à base de muita paçoca de rolha. Depois de faturar R$ 732 milhões em 2025, a indústria deve cruzar os 10 dígitos no ano que vem se mantiver o ritmo atual de crescimento. Líder nacional na categoria de paçocas, com cerca de 38% de participação em valor e 20% em volume, a empresa processa cerca de 50 mil toneladas de amendoim por ano em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. A marca amplia a estratégia no Nordeste, onde ainda vende pouco. ***(F.F.)***

Santa Helena
Paçoquita
POWER
PASTA DE AMENDOIM SABOR
ORIGINAL
ZERO ADIÇÃO DE AÇÚCARES* LACTOSE • NÃO CONTÉM GLÚTEN
PESO LÍQ.
500g

DIVULGAÇÃO

Marca quer crescer no Nordeste

Pausa para hidratação: trunfo da Coca

As pausas para hidratação (e haja pausa) nas partidas da Copa do Mundo foram criadas neste ano para o bem-estar dos atletas mas também para criar espaços publicitários no evento. Deu resultado para o grupo Coca-Cola. Com o patrocínio oficial, as paradas viraram vitrine para o isotônico Powerade, que rivaliza com o Gatorade, da PepsiCo. Isso explica parte do desempenho, acima do esperado, da companhia no segundo trimestre. Só o volume global da Powerade cresceu 8%. “Durante as pausas para hidratação, a Powerade estava lá”, disse Henrique Braun, CEO da Coca. **Leia mais na pág B5**

Crédito rural sustenta o agronegócio

Agricultura

Rachel Maia

A agropecuária e a agricultura familiar têm um peso significativo quando tratamos de sustentabilidade, pois são responsáveis não apenas pela produção de alimentos que abastecem o mercado interno e fortalecem as exportações brasileiras, mas também pela geração de empregos, pela preservação de comunidades rurais e pelo desenvolvimento de milhares de municípios cuja economia depende diretamente da atividade agrícola.

Esse sistema, entretanto, depende de um elemento essencial para manter sua capacidade produtiva: o crédito rural. É por meio dele que produtores financiam o custeio das lavouras, adquirem insumos, investem em máquinas, tecnologias e infraestrutura, além de ampliarem sua capacidade de enfrentar os riscos inerentes à atividade agrícola. Quando esse fluxo de recursos é comprometido pelo aumento da inadimplência, das recuperações judiciais e das falências, toda a cadeia do agronegócio passa a operar sob maior insegurança.

Nos últimos anos, a combinação de juros elevados, eventos climáticos extremos, oscilações cambiais e aumento expressivo dos custos de fertilizantes, defensivos agrícolas e demais insumos reduziu as margens de muitos produtores. Em diversas regiões, a quebra de safra e a volatilidade dos preços das commodities agravaram o cenário financeiro, levando empresas e produtores rurais a recorrer à recuperação judicial como alternativa para reorganizar suas dívidas.

Embora esse instrumento jurídico seja importante para preservar atividades economicamente viáveis, seu crescimento também produz efeitos colaterais. A percepção de maior risco pelos agentes financeiros tende a restringir a concessão de novos financiamentos, elevar o custo do crédito e aumentar as exigências para sua contratação. O resultado é um ambiente menos favorável aos investimentos justamente em um setor que depende de planejamento de longo prazo e de capital contínuo.

O expressivo aumento dos pedidos de recuperação judicial por produtores rurais representa um fenômeno com relevantes repercussões econômicas e sociais. Segundo dados da Serasa Experian, o número de recuperações judiciais requeridas por produtores rurais passou de 232 casos, em 2022, para 1.990, em 2025, representando um crescimento de 857,76% em apenas três anos. Essa expansão demonstra que o endividamento rural deixou de ser um problema isolado para assumir contornos sistêmicos, exigindo uma análise que considere seus reflexos sobre toda a economia brasileira.

A recuperação judicial é frequentemente apresentada como instrumento de reorganização financeira e preservação da atividade produtiva, mas é fundamental reconhecer que sua utilização envolve riscos significativos. Entre eles está a possibilidade de conversão da recuperação em falência, situação que pode decorrer da rejeição do plano pelos credores, do descumprimento de obrigações legais ou do inadimplemento das parcelas previstas no plano aprovado.

O aumento dos preços dos alimentos produz efeitos macroeconômicos, uma vez que esses produtos compõem parcela significativa dos índices de inflação. Como consequência, a redução da oferta agropecuária contribui para pressões inflacionárias, impactando o poder de compra das famílias, especialmente das camadas mais vulneráveis da população, que destinam parcela maior de sua renda ao consumo de itens básicos.

Outro aspecto que merece atenção é a deterioração da capacidade de acesso ao crédito pelos produtores que ingressam em recuperação judicial. A renegociação compulsória das dívidas tende a elevar a percepção de risco por parte dos agentes financeiros, dificultando a obtenção de novos recursos para custeio, investimento e comercialização das safras futuras. Essa perda de capacidade produtiva representa um custo econômico para toda a sociedade brasileira, particularmente em um país em que segurança alimentar, geração de divisas e desenvolvimento regional dependem fortemente do agronegócio.

Nos casos em que a recuperação judicial evolui para a falência, os efeitos tornam-se ainda mais severos. O produtor rural é retirado da atividade econômica, a produção é interrompida e ativos produtivos podem permanecer ociosos por longos períodos até sua destinação definitiva.

A recuperação judicial continua sendo um instrumento legítimo e relevante para produtores rurais que enfrentam crises financeiras efetivamente superáveis. No entanto, o fortalecimento dos mecanismos de gestão de risco, a ampliação do seguro rural, a previsibilidade das políticas de financiamento e o aperfeiçoamento da legislação sobre renegociação de dívidas precisam caminhar em conjunto.

Além disso, um instrumento de extrema relevância deve ser exercido com mais frequência e intensidade pelas partes envolvidas (devedor e credor): a negociação. Essa prática, se desempenhada de forma prévia às vias judiciais, não só evita os riscos e consequências de uma recuperação judicial ou de uma falência, como também é capaz de promover alternativas práticas, criativas e seguras para a solução da crise do devedor, mantendo sustentável a atividade do produtor rural e da cadeia produtiva.

O debate deve considerar todas as consequências dessa realidade. Não se trata de uma decisão isolada, mas de um conjunto de fatores que envolve desde um cenário global marcado pelas mudanças climáticas até a vulnerabilidade da cadeia de abastecimento com reflexos diretos no acesso da população a produtos essenciais. A solidez da economia depende da estabilidade de seus setores estruturantes. Preservar o crédito rural é preservar também a segurança alimentar e a capacidade de desenvolvimento do país.

Rachel Maia é CEO da RM Cia 360
E-mail
assessoria@rmciapalestra.com.br

CONTEÚDO PATROCINADO POR banco BV

BV reforça atuação como parceiro estratégico de empresas de grande porte

Banco mantém estrutura dedicada a Large Corporate & Financial Institutions, e combina organização por setores de atividade econômica e plataforma completa de soluções

© GETTY IMAGES

Banco BV oferece amplo portfólio para atendimento a empresas e instituições financeiras de todos os portes

Juros nos níveis mais altos em duas décadas, conflitos geopolíticos, riscos climáticos e incertezas fiscais compõem um dos cenários mais imprevisíveis dos últimos anos. Para ajudar seus clientes a enfrentar esse momento de instabilidade, o banco BV tem intensificado a atuação de sua área de Large Corporate & Financial Institutions, dedicada a empresas de grande porte, com uma proposta que vai além do crédito e visa atuar como parceiro estratégico.

“A taxa de juros está nos níveis mais altos em 20 anos e, nesse ambiente de tensão financeira, vivemos choques importantes nos últimos meses. É um cenário de alta imprevisibilidade que demanda mais atenção e conhecimento”, destaca Roberto Padovani, economista-chefe do BV.

Para Marcelo Teixeira, head de Large Corporate & Financial Institutions do banco, é justamente nesses momentos que a proximidade com o cliente ganha ainda mais valor. “O mundo está em um momento de profunda transformação, que traz grande incerteza e consequente volatilidade. Procuramos intensificar o diálogo com nossos clientes para entender como são afetados em suas atividades, e, assim, dar o melhor aconselhamento para lidarem com cenários de maior complexidade”, diz.

A cobertura dos relacionamentos de Large Corporate & Financial Institutions é organizada por setores de atividade econômica, com Bankers especializados em cada segmento, modelo que, segundo Teixeira, permite recomendações mais assertivas.

PORTFÓLIO AMPLO

Com mais de 37 anos de presença em Corporate Banking, o BV possui uma plataforma de produtos e serviços completa, atendendo seus clientes com cash management, derivativos, câmbio, crédito e mercado de capitais. Em cash management, ampliou a presença junto a grandes grupos, oferecendo eficiência na cobrança e previsibilidade de fluxo de caixa. Em derivativos, ampliou a atuação em hedge de commodities, e em mercado de capitais possui posição destacada, sendo um dos maiores estruturadores de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) do mercado, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

“O banco está preparado para atender os clientes em suas demandas”, comenta Teixeira. O diferencial, segundo o executivo, é a intensidade no relacionamento, filosofia que mobiliza todas as áreas do banco. “Queremos que o cliente olhe para o BV como um parceiro capaz de responder às suas necessidades e orientá-lo na condução dos negócios”, afirma.

> **“Intensificamos a troca de informações para atender ainda melhor as empresas, seja no dia a dia, seja em operações mais estruturadas”**
> **Marcelo Teixeira**
> Head de Large Corporate & Financial Institutions do BV

Padovani reforça que, em períodos de indefinição, mais do que trocar informação, é preciso oferecer instrumentos efetivos de gestão financeira. “Quanto maior a incerteza, maior a demanda por informação qualificada”, observa o economista.

Para Teixeira, é nesse serviço que o BV se destaca. “Intensificamos a troca de informações para atender ainda melhor as empresas e instituições financeiras, seja no dia a dia, seja em operações mais estruturadas, entendendo suas demandas específicas, suas estratégias, a dinâmica dos segmentos em que atuam e os impactos do cenário econômico. Com todo esse conhecimento, colocamos a serviço a nossa plataforma e as auxiliamos na melhor direção”, conclui.

PRODUZIDO POR G. lab

banco BV
banco BV.
Crédito e relacionamento
que fazem história.

Há mais de três décadas, o BV constrói parcerias estratégicas que agregam valor e evoluem com o tempo. Com soluções completas de crédito, investimentos e mercado de capitais, para apoiar decisões que **movem negócios e fortalecem cada momento da trajetória da sua empresa.**

Saiba mais em:
bv.com.br/para-empresas

Consulte condições.

Ines249

Balanços Prévias operacionais mostram apetite menor da classe média e desaceleração no MCMV

Incorporadoras decepcionam no 2º trimestre

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O desempenho de lançamentos e vendas das incorporadoras de média e alta renda no segundo trimestre veio abaixo do que era esperado pelo mercado — e as estimativas não eram otimistas.

"Esperávamos dados operacionais difíceis, por causa desse momento macro que estamos vivendo, e acabou sendo pior", afirma Ygor Altero, analista-chefe do setor imobiliário da XP.

Levantamento do **Valor** com dados de nove incorporadoras desse segmento listadas na bolsa, que divulgaram suas prévias operacionais do trimestre, mostra uma queda de 2,3% no valor dos lançamentos no período, na comparação com o segundo trimestre de 2025, e de 5,1% nas vendas.

O indicador de venda sobre oferta (VSO), que capta a velocidade de comercialização das unidades lançadas e daquelas que estão em estoque, também caiu. Das oito empresas que divulgaram o indicador, sete apresentaram queda no trimestre e uma ficou estável. Isso foi combinado com um crescimento do estoque de imóveis: quatro empresas divulgaram o dado, que cresceu de 17% a 22% em um ano. Uma empresa desse grupo não divulgou projeções.

Já no acumulado do semestre, o segmento apresentou um nível estável de lançamentos, com vendas crescendo 7,2%.

Altero, da XP, analisa que o mercado de médio e alto padrão está sobreofertado e, com juros altos e proximidade com a eleição, compradores estão adiando a decisão de adquirir um imóvel. Ainda segundo ele, "faz todo o sentido", então, que o ritmo de lançamentos também caia.

A Cyrela foi o "ponto fora da curva", na visão do analista, por ter conseguido manter boas vendas, mesmo com um VSO em desaceleração. "Ainda está em patamar que vemos como saudável", diz Altero.

Para ele, pesa a favor da incorporadora o seu grande porte, que lhe confere preferência na hora de obter financiamento para as obras e permite seguir com ritmo forte de lançamentos, enquanto "players menores deixam de lançar", destaca o analista.

A Even, por exemplo, não lançou novos projetos no primeiro trimestre, apenas no segundo, e viu sua VSO cair de 13% para 4% em um ano. "Bem fraca", afirma Altero. A Helbor não lançou no segundo trimestre, enquanto a Mitre ainda não fez lançamentos em 2026.

A Trisul foi outro ponto positivo, na visão da XP. Seu resultado também foi elogiado por analistas do BTG Pactual, que reportaram lançamentos e vendas acima do esperado, destacando o ganho de exposição da incorporadora ao Minha Casa, Minha Vida (MCMV), onde a Trisul fez um lançamento no trimestre.

Com foco na renda média, a mais espremida pelos juros, a Eztec tem conseguido obter bom desempenho comercial, afirma Altero, mas opera em escala considerada pequena. "Queria ver a Eztec lançando perto de R$ 5 bilhões [em valor geral de venda ao ano], não R$ 2 bilhões, mas na média renda não dá para ir muito além disso", afirma.

A incorporadora também continua com um estoque alto de unidades já prontas, que são custosas para a própria empresa, apesar de reforçar promoções. O estoque pronto responde por 36% do total, ou R$ 1,2 bilhão em VGV.

Até no segmento de imóveis populares, das empresas dedicadas ao MCMV, o desempenho foi mais fraco, com lançamentos estáveis — queda de 1% no trimestre, na comparação anual, e alta de 0,7% no semestre.

As vendas ainda crescem, mas de forma mais comedida: houve alta de 3,4% no segundo trimestre e de 7,8% no semestre, com queda no VSO e aumento de estoque.

Para Altero, os lançamentos mais lentos são explicados pelo forte crescimento que as incorporadoras do segmento popular tiveram nos últimos anos. "É difícil conseguir manter o mesmo ritmo", afirma. "Chega um momento em que a prioridade da companhia tem que ser a execução, manter as obras".

Ainda mais porque há falta de mão de obra no setor, o que já tem causado atrasos nas entregas de empreendimentos.

A Cury é citada pelo analista como um exemplo de companhia que cresceu muito — seu VGV lançado saiu de R$ 2,5 bilhões em 2021 para R$ 7,5 bilhões em 2025 — e agora pisa no freio para focar na execução das obras. A empresa lançou 9% menos no primeiro semestre, em relação ao ano passado. A Plano&Plano segue no mesmo caminho. Já a Tenda, que foi muito afetada pela pandemia e vem recuperando seu nível de operação, tem acelerado os projetos, com alta de 59% nos lançamentos no semestre.

A redução de VSO no segmento do MCMV também tem outra motivação, para o analista. Preocupadas com um incremento do custo de materiais por efeito indireto da guerra no Irã, que proporcionalmente poderia afetar mais as empresas do MCMV do que as de médio e alto padrão, as incorporadoras subiram seus preços, de forma defensiva.

"O mercado esperava que elas conseguissem colocar preço e manter margem sem pegar na velocidade de venda, e isso não aconteceu", afirma, acrescentando que considera "natural" que a VSO tenha sido afetada.

A inflação não cresceu tanto quanto se esperava, para alívio do setor, mas o recrudescimento do conflito nas últimas semanas, com novos momentos de subida do petróleo, joga incerteza sobre os custos de obra mais uma vez.

Construtoras seguram lançamentos e vendas crescem menos

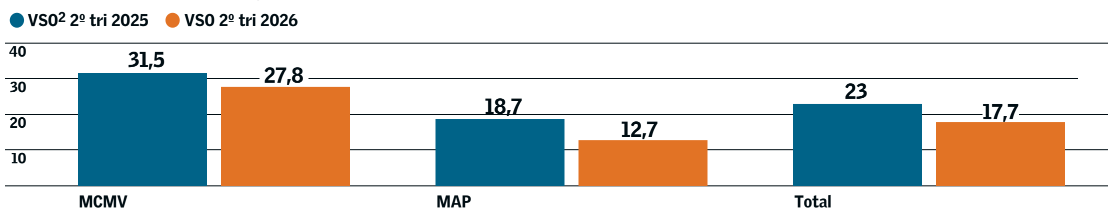
Desempenho no 2º trimestre e no primeiro semestre, em relação aos mesmos períodos de 2025

Dados apontam para desaceleração operacional

2º tri/2026	MCMV[1]	Variação	MAP[1]	Variação	Total	Variação
Lançamentos	9.010,50	-1%	7.471,80	-2,3%	16.482,30	-1,9%
Vendas	8.099,0	3,4%	5.837,50	-5,1%	13.936,50	-1%

1º sem/2026	MCMV[1]	Variação	MAP[1]	Variação	Total	Variação
Lançamentos	17.348,20	0,7%	13.056,70	0,4%	30.404,90	0,2%
Vendas	16.143,60	7,8%	11.483,30	7,2%	27.626,90	7,5%

Velocidade de venda recua, em %



Fonte: prévias operacionais de 14 companhias; valores consideram a participação das empresas nos projetos. Dados em R$ milhões. [1] Minha Casa, Minha Vida e Médio e Alto Padrão. [2] Venda sobre oferta, na média entre as empresas

Petrobras produz mais e quer abrir novos mercados

Petróleo

Kariny Leal
Do Rio

Ainda que a prioridade da Petrobras seja o abastecimento doméstico, a companhia vem buscando novos mercados que passaram a ter dificuldades de serem atendidos por fornecedores tradicionais do Oriente Médio após a eclosão da guerra entre Estados Unidos e Irã, em fevereiro. Como a produção de petróleo da Petrobras supera a capacidade de refino no país, a exportação tem aumentado. "Temos buscado alternativas de clientes, porque estamos aumentando a produção. A curva é ascendente. Precisamos de novos mercados para esse petróleo", disse ao **Valor** Angelica Laureano, diretora de logística e comercialização da estatal.

Ontem, a Petrobras divulgou os dados de produção do segundo trimestre do ano, quando a produção total da empresa bateu recorde de 3,336 milhões de barris de óleo equivalente por dia (Boe/d), aumento de 14,1% na comparação com igual período do ano passado.

O aumento da eficiência operacional permitiu ampliar em 70 mil barris por dia a produção em relação ao segundo trimestre de 2025, informou a estatal. Entraram em operação dez novos poços produtores entre abril e junho, sendo quatro na Bacia de Campos (RJ) e seis na Bacia de Santos. A produção própria da Petrobras no pré-sal também foi recorde no trimestre, com 2,78 milhões de Boe/d, alta de 16,3% na base anual.

Os dados do segundo trimestre refletiram por completo os efeitos da guerra. A exportação de petróleo da Petrobras aumentou 44,3% na comparação com o segundo trimestre de 2025, para 996 mil barris por dia. Houve redução nas vendas para a China. A participação do país asiático nos embarques da empresa para o exterior caiu de 51% para 35%, embora ainda seja o maior destino. Em segundo lugar, a Índia aumentou de 3% para 22%. A Europa saiu de 17% no segundo trimestre de 2025 para 18%.

Nos esforços de diversificação de mercado, a Petrobras tem focado na Ásia e Europa: "Estamos buscando acordo com o Japão. Ainda precisamos fazer testes. Temos exportado bastante para a Índia. A China é o grande mercado, mas também buscamos o mercado europeu por conta da guerra."

Laureano, que antes liderava a área de transição energética, assumiu o cargo atual em abril, logo após o início da guerra. Ela chegou com a saída do então diretor de logística, Claudio Schlosser, que teve mandato encerrado antecipadamente por decisão do conselho.

Segundo Laureano, apesar de ter assumido a área no meio da disparada do petróleo, foi uma transição suave. "Foi tranquilo porque eu conhecia o mercado de derivados. Fiquei 37 anos na Petrobras, me aposentei e voltei. A equipe é boa e a empresa está preparada para crises. Só dei continuidade ao trabalho do antigo diretor."

> "Temos buscado alternativas de clientes, porque estamos aumentando a produção"
> *Angelica Laureano*

Conforme a executiva, ainda que a companhia esteja pronta para lidar com a crise e com a volatilidade dos mercados, a variação do petróleo ao longo desse conflito tem sido maior do que se esperava: "A volatilidade praticamente dobrou o petróleo. O subsídio foi importante neste momento. Foi uma dinâmica acertada. Passados mais de três meses, o nosso preço permanece estável e continuamos atendendo ao mercado."

Para Laureano, a integração das áreas da Petrobras, entre produção, refino e logística, foi importante para passar pelo momento crítico dos efeitos da guerra. "Fomos capazes de atender aos mercados sem grandes esforços. Termos braços no exterior e contratos de longo prazo de transporte também foi importante. Mas a maior lição foi que a segurança energética é um valor importante para a empresa e o país."

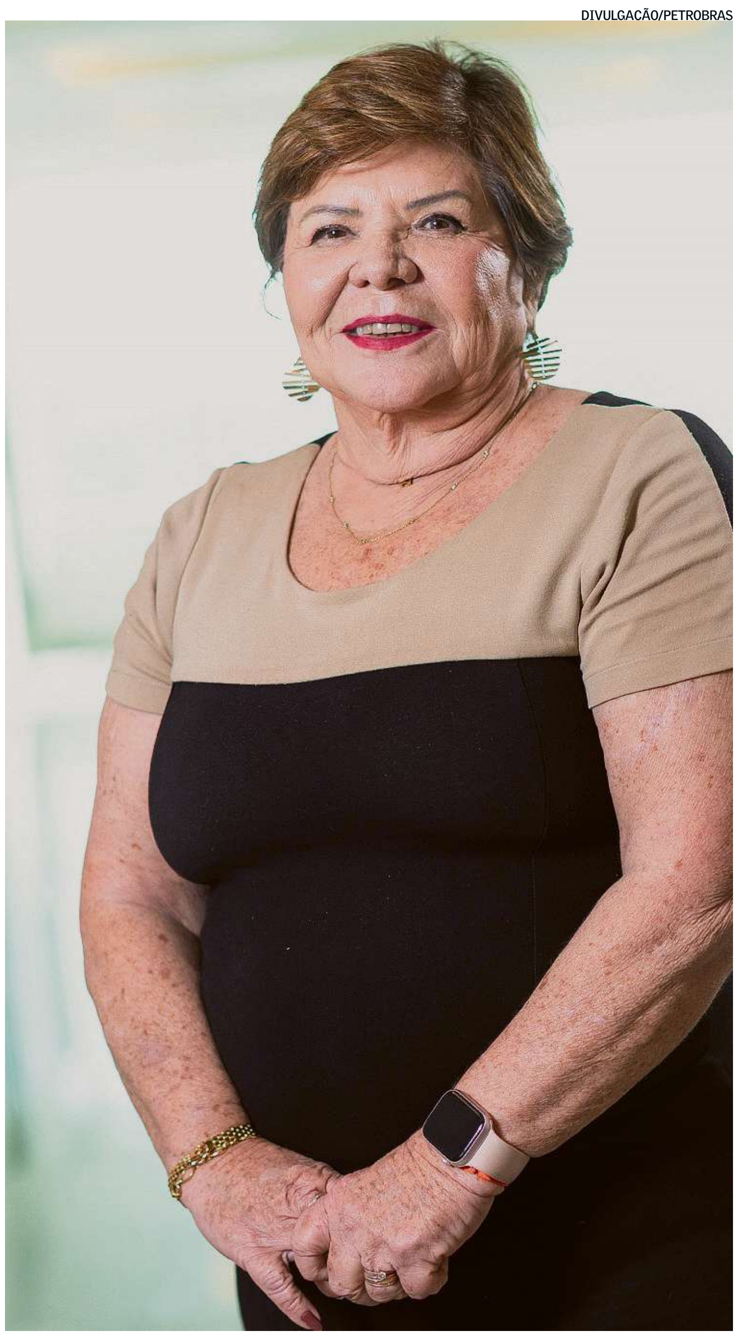
Uma das decisões tomadas pela Petrobras desde o início da guerra foi aumentar a capacidade de refino das unidades, especialmente de diesel, já que o país precisa importar cerca de 30% da demanda. No segundo trimestre, o fator de utilização das refinarias foi de 101%, 10 pontos percentuais de alta anual. As vendas de diesel aumentaram 2,9% no período.

A companhia passou abril e maio sem importar o combustível, com a disparada dos preços no exterior. A Petrobras complementa a produção própria de diesel com importação, normalmente dos Estados Unidos ou Índia, para atender contratos. As compras foram retomadas no fim de junho.

A Rússia, principal fornecedor de diesel ao Brasil, tem restringido exportações do produto para priorizar o mercado doméstico, depois de sofrer ataques da Ucrânia. A Petrobras não compra produto russo por conta das sanções dos Estados Unidos. Ainda assim, a empresa reconhece que as restrições devem pressionar o mercado global: "Os importadores devem passar a procurar diesel de outros supridores, como do golfo americano. A concorrência deve aumentar."

A preocupação do mercado neste momento é o preço do diesel no mercado internacional, que tem se descolado do petróleo e avançado mais rápido. "Não acredito que os prêmios sejam impeditivos. Nós vamos importar, mas nada fora do que estamos acostumados. Temos fornecedores e cargas até setembro", afirmou a diretora.

DIVULGAÇÃO/PETROBRAS



Angelica Laureano, diretora: "Estamos buscando acordo com o Japão"

Curtas

Sherwin vende mais

A fabricante de tintas Sherwin-Williams registrou lucro líquido de US$ 843,6 milhões no segundo trimestre, acima dos US$ 754,7 milhões registrados um ano antes. As vendas cresceram 7,5%, para US$ 6,79 bilhões, superando a projeção de Wall Street, de US$ 6,6 bilhões. As lojas próprias registraram vendas de US$ 3,9 bilhões, alta de 5,1% em relação ao ano anterior, impulsionadas pelos preços mais elevados. As vendas da divisão de marcas para consumidores avançaram 22%, para US$ 983,5 milhões. Segundo a empresa, esse segmento foi impulsionado principalmente pela aquisição da marca brasileira Suvinil, comprada da Basf em outubro.

Ford surpreende

A Ford reportou lucro operacional ajustado do segundo trimestre melhor do que o esperado, com US$ 2,5 bilhões a partir de vendas de US$ 48,3 bilhões. Wall Street projetava lucro operacional de US$ 2,1 bilhões e vendas de US$ 47,2 bilhões. O indicador melhorou na comparação anual, mas houve prejuízo líquido de US$ 1,3 bilhão. O negócio de veículos elétricos (VEs) da Ford perdeu cerca de US$ 1,3 bilhão no segundo trimestre. Espera-se que a montadora registre US$ 4 bilhões de prejuízo no ano.

Projeção da Mondelez

A Mondelez elevou a projeção de crescimento da receita líquida orgânica em 2026 para "pelo menos 2%", após registrar avanço na América Latina no segundo trimestre. A região foi um dos principais motores para os resultados no período, com alta nas vendas em mercados como Brasil e México. Na América Latina, a receita líquida da companhia somou US$ 1,374 bilhão entre abril e junho, alta de 15,1% na comparação anual. Em termos orgânicos, o crescimento foi de 8,4%.

Movimento falimentar

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Cláudio Cassandro Agropecuária, Nome Fantasia Cassandro Agropecuária -** CNPJ: 63.756.609/0001-05 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Cleuza Cassandro Silva Agropecuária, Nome Fantasia Ccs Agropecuária -** CNPJ: 63.758.055/0001-85 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala E, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Denice de Sousa Oliveira Agropecuária, Nome Fantasia Dso Agropecuária -** CNPJ: 63.765.845/0001-98 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala D, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Jhonatan Douglas Ventura Agropecuária, Nome Fantasia Jdv Agropecuária -** CNPJ: 66.513.767/0001-22 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala H, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **José de Carvalho Silva Agropecuária, Nome Fantasia Jcs Agropecuáia -** CNPJ: 63.766.655/0001-95 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala C, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Lucas Cassandro Silva Agropecuária, Nome Fantasia Lcs Agropecuária -** CNPJ: 63.757.019/0001-05 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala A, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Orondino Cassandro Agropecuária, Nome Fantasia Orondino Agropecuária -** CNPJ: 63.790.873/0001-65 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala F, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Terezinha Hubner Cassandro Agropecuária, Nome Fantasia Ubner Agropecuária -** CNPJ: 63.758.123/0001-06 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala G, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Empresa: **Wilson José Cassandro Agropecuária, Nome Fantasia Wjc Agropecuária -** CNPJ: 63.765.842/0001-54 - Endereço: Rua Benedito Leite, 373, Sala B, Centro, Balsas/ma - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: Vara Única de Ribeiro Gonçalves/PI

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Agro Sandri Ltda., Nome Fantasia Agrocomercial Sandri -** CNPJ: 79.658.134/0001-54 - Endereço: Av. Franz Xavier Mainhardt, 545, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sandri Distribuição de Máquinas, Equipamentos & Insumos Agropecuários Ltda. -** CNPJ: 27.565.965/0001-88 - Endereço: Rua Henrique Wichmann, 45, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sandri Stern & Filhos Participações Ltda. -** CNPJ: 33.320.944/0001-03 - Endereço: Av. Franz Xavier Mainhardt, 545, Sala 03, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Construtora Lytorânea S/A -** CNPJ: 07.792.269/0001-05 - Endereço: V Coletora, S/nº, Quadra C, Lote 19, Zona Industrial - Vara/Comarca: 2a Vara de Itaguaí/RJ - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Ines249

Litígio Divergências envolvem versões sobre suposta fusão em 2018; Carrefour foi alvo de busca

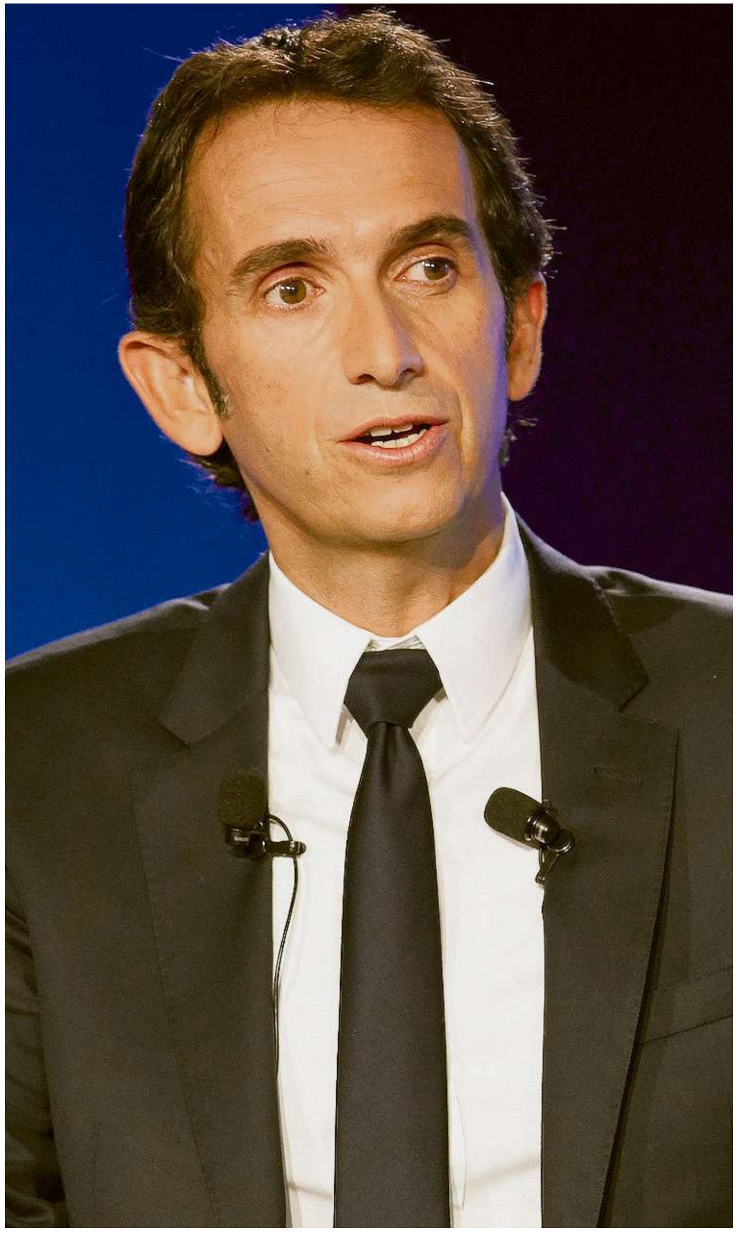
Os bastidores da batalha entre Naouri e Bompard

Adriana Mattos
De São Paulo

SIMONE MARINHO/AGÊNCIA O GLOBO

Jean-Charles Naouri, ex-CEO do Casino, condenado neste ano, se diz vítima

ARNAUD FAVRIER



Alexandre Bompard, do Carrefour, depôs a respeito das alegações de Naouri

No dia 23 de setembro de 2018, o grupo francês Casino publicou um comunicado dizendo que foi contatado pelo Carrefour para uma fusão de negócios global. O anúncio sacudiu o mercado de varejo. Além de ser raríssimo antecipar abertamente negociações desse porte, o tom da nota não era nada amistoso. Jean-Charles Naouri, então CEO do Casino, falava em se defender do rival. Pouco mais de três horas depois, já perto da meia-noite, pelo horário de Paris, o Carrefour soltou uma nota dura negando as conversas, e qualquer interesse no Casino.

Mais do que isso, o concorrente ainda expunha o Casino: falava das dificuldades enfrentadas por ele. Altamente alavancado, numa estrutura complexa de empréstimos, o Casino perdia valor de mercado, e o Carrefour dizia que esses problemas poderiam ter motivado "comunicações enganosas e infundadas", afirmava o texto autorizado para publicação por Alexandre Bompard, presidente do Carrefour.

Na época, ambos terem escancarado que algo não andava nada bem entre duas das maiores redes de varejo alimentar da Europa caiu como uma bomba no país. O Brasil é o segundo maior mercado do Carrefour e o Casino era dono do GPA, que controlava o Pão de Açúcar.

Para Bompard, o Casino buscava criar fatos positivos no mercado para tentar sair das cordas, pressionado por investidores que apostavam contra os papéis da rede na bolsa francesa. E na visão de Naouri, Bompard articulava nos bastidores com boatos negativos para o Casino perder valor, e o Carrefour se fortalecer no mercado eventualmente numa futura fusão ou compra de ativos — algo que nunca aconteceu.

No acumulado de 2018, a ação do Casino caía mais de 40%, num ataque de investidores com vendas a descoberto do papel.

A questão hoje é que, segundo apurou o **Valor**, aquele embate público de versões, e seus desdobramentos, oito anos atrás, é uma das peças de um processo em andamento atualmente na esfera civil que envolveu neste ano uma outra fase, recém-descoberta.

Trata-se de uma operação de busca e apreensão de documentos no escritório sede do Carrefour, em Massy, região metropolitana de Paris, onde trabalha Bompard e o comitê executivo (Comex), ocorrida no dia 3 de fevereiro, segundo relatou na semana passada o site francês La Lettre. O **Valor** confirmou as informações dessa operação com uma fonte a par do tema.

O que motivou as buscas foram dois depoimentos de Naouri, de outubro de 2025 e fevereiro de 2026, que citam suposta atuação de Bompard e de fundos de investimentos, relativos a eventuais irregularidades cometidas pelas partes, na visão do ex-chefe do Casino. A origem das alegações é uma denúncia protocolada por Naouri em julho de 2024, depois de ele já ter sido condenado por corrupção e disseminação de informações falsas num caso paralelo já encerrado. E após Naouri já perdido o controle do Casino por conta de decisões erradas tomadas em sua gestão à frente da empresa.

Segundo a fonte ouvida, após a denúncia de Naouri, de 2024, automaticamente ocorre a abertura de um inquérito judicial para análise das informações pela Justiça francesa, portanto, os investigadores estão seguindo os trâmites normais para esses casos. Os investigadores fizeram buscas por documentos no andar ocupado também pelos 13 integrantes do comitê executivo do Carrefour.

Segundo o site La Lettre, também no dia 3 de fevereiro, a sede do banco Lazard, em Paris, que supostamente teria assessorado o Carrefour em 2018 num projeto de oferta pública de aquisição (OPA) da rede sobre o Casino, como alega Naouri em sua denúncia, também foi alvo da operação.

As buscas foram coordenadas pelo serviço de investigação da Gendarmaria de Paris, polícia local que recolhe provas e conduz inquéritos. Dois juízes de instrução foram designados conjuntamente para o caso, Pascal Gastineau e Fanny Huboux.

Na prática, parte do trabalho em andamento está em questionar o Carrefour de alegações levantadas por Naouri, de uso de informação privilegiada e divulgação no mercado de informações falsas por parte de Bompard e dos fundos.

Por exemplo, entre 2017 e 2018, investidores estrangeiros suspeitavam que o Casino já teria problemas contábeis e de governança muito maiores do que aqueles vistos nas subsidiárias brasileiras da Cnova e do GPA nos últimos anos. Naquela época, já se havia descoberto que a operação on-line da Cnova sofria desvios de mercadorias e uma má contabilidade disso nos estoques e no balanço no país.

O **Valor** apurou que Naouri teria dito em seu depoimento à polícia francesa que, nesse ambiente, Bompard poderia ter repercutido junto ao mercado notícias negativas sobre ativos importantes do Casino, como os do Brasil, que contaminavam a imagem do grupo.

O CEO do Carrefour e presidente do conselho de administração já foi ouvido em outubro de 2024, conforme relato de uma segunda fonte à reportagem, e negou aos investigadores as acusações, e qualquer projeto de fusão com o Casino.

Segundo esta pessoa, Bompard teria alegado que mantém contatos com diversos executivos do ramo varejista, como parte de sua rotina, e mantinha conversas protocolares com Naouri depois que ele, Bompard, se tornou presidente do Carrefour em 2017.

Procurada, a empresa confirma a operação de busca na sede, e refuta veementemente todas as alegações feitas contra o grupo.

Parte da estratégia jurídica de Naouri envolve a existência de troca de mensagens de celulares e e-mails relativos a reuniões entre Naouri, Bompard e a Lazard em datas específicas, e isso foi anexado à denúncia.

A equipe de defesa de Naouri reuniu dados de pelo menos oito encontros marcados entre 1º e24 de setembro de 2018 — pouco antes da publicação do ríspido comunicado público entre as partes naquele ano —, com a presença de Bompard e Naouri, alegam eles.

> Embate de oito anos atrás é uma das peças de um processo em andamento hoje na esfera civil

Em 25 de setembro de 2018, o **Valor** publicou uma reportagem em que citava que o empresário Alain Minc, com bom trânsito no governo francês e próximo a Bompard, teria telefonado a Naouri e proposto um encontro com o chefe do Casino, que levou a outros contatos em seguida. A conversa foi marcada no escritório de Minc, na avenida George V, próxima à Champs-Elysées.

Uma fonte próxima ao Carrefour naquele período, e com conhecimento das movimentações, afirmou ao **Valor** que Bompard teria dito aos investigadores que o Casino poderia até buscar algum tipo de parceria global, mas que o Carrefour nunca havia chegado a tratativas porque buscava outros caminhos de crescimento.

Além disso, uma eventual notícia de uma suposta fusão de Casino e Carrefour, diz esta fonte, com base no comunicado de 2018, teria impulsionado o preço das ações do Casino na época, podendo mudar o rumo dos papéis da rede naquele período, altamente depreciados desde que investidores a descoberto apostaram contra a ação.

Em setembro de 2018, a ação do grupo Casino subiu 7,7%, após ter caído 20% em agosto e 41% no acumulado do ano.

Para Naouri, o declínio do grupo na sua gestão não se deve aos seus passivos bilionários assumidos em vários negócios cruzados, mas aos "ataques" de fundos que assumiram posições vendidas em 2015, disse ele em depoimento após a sua denúncia de 2024. Dezessete fundos se posicionaram contra o Casino coletivamente por meio de vendas a descoberto a partir de 2015.

Os dois depoimentos de Naouri que envolvem Bompard e os fundos — e complementam a denúncia de 2024 — foram prestados entre o fim de 2025 e o início de 2026.

O empresário foi condenado pela Justiça francesa em janeiro deste ano, a respeito de um esquema ligado às notícias relacionadas à suposta fusão de Casino e Carrefour.

Seis meses atrás, o Tribunal Criminal de Paris julgou Naouri culpado por corrupção privada ativa e manipulação de mercado por grupo organizado (através da disseminação de informações falsas ou enganosas), em parte relacionadas com um esquema para melhorar a reputação do Casino sobre o tema da fusão, entre outros assuntos.

A Justiça entendeu que Naouri pagou o jornalista Nicolas Miguet, entre setembro 2018 e maio de 2019, para divulgar informações favoráveis ao Casino na fase de perda de valor de mercado da rede.

O acerto teria ocorrido entre os dois num almoço organizado em setembro de 2018 pelo então diretor de comunicação do Casino (também condenado) Nicolas Boudot. Naouri recorreu da decisão. Alegou que o contrato foi feito para divulgar informações verdadeiras da empresa, quando o grupo estava sob ataque de fundos na posição vendida ("short") e para um serviço de consultoria.

Entre as informações a comentar no boletim do jornalista, segundo o processo, estava a divulgação do tema da suposta oferta de aquisição do Casino pelo Carrefour.

Segundo o tribunal, Miguet recebeu € 823 mil pelo serviço de nove meses, e ele também foi condenado a quatro anos de prisão (dois anos acabaram suspensos e o restante ficou válido, mas com liberdade condicional). O próprio jornalista tinha ações do Casino na carteira, cerca de 125 mil papéis. O Casino foi multado em €40 milhões, com €20 milhões da multa suspensos. A empresa não recorreu.

Naouri foi condenado a quatro anos de prisão (três dos quatro anos acabaram suspensos), sendo um deles em regime de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Houve ainda multa de € 1 milhão, e proibição de ocupar qualquer cargo de gestão por cinco anos.

Procurado, Naouri não se manifestou até o fechamento desta edição. Em nota publicada após a condenação, Naouri disse que está "determinado a lutar para garantir que a Justiça declare sua completa inocência", acrescentando que também apresentou uma queixa relativa à manipulação de mercado da qual o Casino foi vítima entre 2015 e 2018.

Questionado a respeito, o Carrefour confirma, em nota, que foi alvo de uma busca e apreensão há seis meses. Afirma ainda que, como a apresentação de uma queixa formal envolvendo uma ação civil automaticamente acarreta a nomeação de um juiz de instrução, a busca e apreensão é uma etapa processual padrão e rotineira nesses casos, diz na nota.

Também diz que a Autoridade dos Mercados Financeiros, espécie de Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da França, conduziu sua própria investigação, e não encontrou fundamentos para queixa contra o Carrefour neste caso. "O Carrefour se mantém totalmente confiante e refuta veementemente todas as alegações feitas contra o grupo. A empresa fornecerá às autoridades judiciais todas as informações que forem solicitadas", afirma. Nicolas Miguet não se manifestou até o fechamento desta edição.

CEO da Coca-Cola vê melhora no mercado brasileiro

Bebidas

Cristian Favaro e Felipe Laurence
De São Paulo

HOLLIE ADAMS/BLOOMBERG

Henrique Braun, CEO: Crises e inflação reduziram o orçamento das famílias

O CEO global da Coca-Cola, Henrique Braun, disse que o setor no Brasil apresentou sinais de melhoria na perspectiva de consumo. A região da América Latina, entretanto, ainda estaria enfrentando maior pressão.

A Coca-Cola divulgou ontem um balanço bem-recebido pelo mercado, com as ações chegando a subir mais de 5% em Nova York. Entre os fatores de suporte está o bom desempenho da gigante de bebidas durante a Copa do Mundo. O grupo também atualizou suas projeções, com saltos na previsão de receitas e lucro por ação.

"A economia está forte em muitos lugares. Mesmo assim, os consumidores estão enfrentando inflação e crises políticas. Eles estão avaliando o que colocar nas suas cestas. Na Europa, o consumo está pressionado. O sentimento do consumidor na América Latina segue misto. Vemos melhora no Brasil e na América Central", disse o executivo, em teleconferência com analistas. Braun ponderou que no restante da América Latina o segmento tem sido mais pressionado.

O executivo reforçou a estratégia de foco no consumidor que tem sido adotada pela Coca-Cola desde o início de sua gestão. Segundo o CEO, a decisão já começou a trazer frutos, sobretudo nos resultados do negócio durante a Copa do Mundo.

Braun ponderou que o mercado global segue desafiador, com os preços em alta e a queda do poder de compra das famílias funcionando como limitadores do consumo.

Apesar de menos dinheiro no bolso, o executivo destacou que a grande barreira ao consumo não é o preço dos produtos, mas sim o valor dado pelo cliente ao produto a ser comprado. A fala de Braun reforça a estratégia de premiunização que a indústria de bebidas tem adotado globalmente.

A Coca-Cola teve lucro de US$ 4,42 bilhões no segundo trimestre, alta de 16% na comparação anual. A companhia registrou receitas de US$ 13,3 bilhões entre abril e junho, crescimento de 7% sobre o mesmo período de 2025.

16%
foi o salto do lucro no 2º trimestre

A companhia destacou que o aumento do faturamento ao longo do segundo trimestre, que chegou a 6% em termos orgânicos, foi impulsionado por uma alta de 4% nos volumes e de 2% em mudanças de mix e preços.

Na América Latina, incluindo o Brasil, as receitas aumentaram 16%, afirma a Coca-Cola. Em termos orgânicos, sem efeitos cambiais, o crescimento foi de 5%, incluindo alta de 1% nos volumes e 3% no mix e preços.

Com os resultados, a companhia alterou suas estimativas para o ano, agora esperando uma alta de 5% nas receitas orgânicas, contra aumento entre 4% e 5% anteriormente. O lucro por ação ajustado foi revisado do intervalo entre 8% e 9% para 9% e 10%.

Evento Arquitetura volta a abandonar o concreto em excesso e cores neutras para acolher a brasilidade

‘Café com CEOs’ discute o papel da casa como refúgio para saúde emocional

Marli Olmos
De São Paulo

Na entrada da CASACOR, a estrutura de bambu em formato de uma grande mandala simboliza a conexão com o sagrado. No centro, uma luminária feita de material produzido com micélios, as raízes dos cogumelos, completa o ambiente que remete ao tema “Mente e Coração”, escolhido para a mostra deste ano. Essa foi a porta de entrada para as mulheres que participaram na terça-feira (28), do 8º “Café com as CEOs”, fórum de encontro de lideranças femininas promovido pelo **Valor** em parceria com a revista Marie Claire.

“Eu nunca tive uma CASACOR tão afetiva”, afirma Lívia Pedreira, presidente do conselho curador da CASACOR e a entrevistada nesta edição do Café, que desde 2023 conecta dezenas de CEOs, empreendedoras e conselheiras que frequentam esse fórum para troca de experiências e debates sobre diversos temas.

À frente do conselho curador da mostra há 12 anos, Pedreira falou sobre a “mudança de rota”, nos últimos anos, na escolha dos temas para que as novidades da arquitetura, design de interiores e paisagismo da mostra consigam conectar as casas e cidades onde vivemos com nossos mais profundos sentimentos.

Formada em jornalismo e com passagens em revistas de arquitetura e design, Pedreira aponta a necessidade de vincular a moradia “ao que somos e ao momento que vivemos”. “É preciso definir o papel da casa no mundo em transição e quase colapsado.” Sob essa ótica, a casa também precisa garantir a saúde de quem vive nela.

“Os materiais provocam impacto na nossa saúde”, destacou Pedreira. Daí a importância da escolha de cada um. Quanto mais natural, melhor. E, no nosso caso, é preciso acrescentar, como ela diz, uma certa “bossa brasileira”. Num contraponto à inteligência artificial, os materiais exibidos na CASACOR valorizam o que Pedreira chama de “inteligência orgânica”.

Nesse sentido, a arquitetura volta a abandonar o concreto em excesso e também a predominância dos tons de cinza, bege e branco para acolher a brasilidade, seja nos materiais naturais mais leves, nas cores ou na cultura local. “Menos Milão, mais sertão”, diria o arquiteto paranaense Maurício Arruda. Pedreira gosta de falar em “sertão com Milão”, que valoriza o local sem desprezar a qualidade da produção internacional.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Lívia Pedreira, presidente do conselho curador da CASACOR e entrevistada da 8ª edição do evento: “Nunca tive uma CASACOR tão afetiva”

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Marie Claire Brasil e Valor coordenaram fórum que reuniu 85 lideranças femininas, que participaram ontem de visita guiada na CASACOR

A jornalista apontou a cada vez mais forte presença da arquitetura e do design brasileiros nas mostras internacionais e considerou a produção local como fonte inspiradora do mundo, principalmente a partir de Oscar Niemeyer.

Se a casa expressa o que somos é preciso colocar nela também um toque da nossa memória. Objetos familiares dos próprios arquitetos estão em alguns dos 70 ambientes espalhados em dois prédios com fachadas tombadas e construídos em 1929 no Parque da Água Branca.

É o caso da arquiteta Rafaella Manso, que criou uma sala na qual os principais objetos são o piano da avó e o violino do avô. “São ambientes que falam de afetos e memórias e que até nos emocionam”, afirmou Pedreira.

Para ela, preservar o espaço onde moramos tem a ver também com sustentabilidade. “Vou cortar só uma árvore’ também significa desmatar”, disse. Nesse ponto, ela falou sobre a responsabilidade do setor da construção civil e disse considerar o código de obras de São Paulo “anacrônico” quando se levam em conta os impactos na cidade. “Entre 65% e 70% dos resíduos urbanos são da construção civil”, destacou.

O novo contexto social, com famílias menores e aumento na expectativa de vida, está no foco da curadoria da CASACOR, segundo Pedreira. Ela defende políticas que evitem a solidão, “que tem impacto direto na saúde mental”, e favoreçam a vida em comunidade, não apenas entre idosos, mas também incluindo o convívio com as crianças. “Essa convivência é o que nos dá esperança.”

Adquirida este ano pela Editora Globo, a CASACOR é uma das maiores mostras de arquitetura e design do mundo. Inspirada numa mostra argentina, foi criada no fim de 1987.

Ao fim do encontro, as participantes do “Café com as CEOs” puderam fazer visitas à CASACOR com curadores da mostra.

Na 8ª edição, executivas participam de visita guiada na CASACOR

Natália Flach
De São Paulo

Em sua oitava edição, o “Café com as CEOs” reuniu na terça-feira (28) mulheres presidentes de empresas, conselheiras e empreendedoras de organizações de diferentes portes e setores para troca de experiências em um evento na CASACOR em São Paulo, incluindo uma visita guiada com curadores da mostra.

Durante o evento, 85 líderes mulheres assistiram a uma entrevista com a presidente do conselho curador da CASACOR, Lívia Pedreira, sobre como a arquitetura e o design podem ser lugares de afeto e como esses setores conversam com as mudanças da sociedade. A especialista também falou sobre a importância dos projetos brasileiros no cenário mundial.

Criado em dezembro de 2023 pelo **Valor** e realizado em parceria com a Marie Claire, o “Café com as CEOs” se consolidou como um fórum de debates sobre liderança feminina, políticas públicas, saúde, empreendedorismo e outros temas centrais para o avanço das mulheres no ambiente profissional. Também é um espaço de “networking”.

Ao longo das sete primeiras edições, o evento recebeu diversas convidadas: a consultora Vicky Bloch; a jornalista Miriam Leitão; a escritora Carla Madeira; a jornalista Isabel Clemente; a cantora e compositora Fafá de Belém; a cofundadora da Gerando Falcões Mayara Lyra; a empreendedora do projeto Asmara Sabrina Santos da Silva Araújo; a jornalista e apresentadora Fernanda Lima; a médica Carolina Ambrogini; a fundadora da Rede Mulher Empreendedora, Ana Fontes; a consultora de moda Gloria Kalil; a diretora-presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer; a apresentadora Ana Maria Braga; e a psicanalista e colunista do **Pipeline** Maria Homem. O encontro também já promoveu uma visita aos estúdios da Globo na capital paulista.

Resultados da LVMH deixam dúvida se mercado de luxo vai se recuperar

Cenário

Reuters, de Nova York

As ações da LVMH caíram 3,86% de manhã na Bolsa de Paris, após os resultados do segundo trimestre da gigante francesa do luxo não conseguirem tranquilizar os investidores de que uma recuperação na demanda por artigos de luxo está em curso, apesar de sinais de melhora em sua principal divisão de moda e artigos de couro. Mas, no fim do pregão subiram 0,75%.

Os resultados deixaram em aberto a questão sobre se o setor de luxo está saindo de uma retração prolongada, com a alta no negócio mais lucrativo da LVMH ainda ficando abaixo das expectativas.

A LVMH, proprietária de marcas como Louis Vuitton e Dior, afirmou que as vendas de moda e artigos de couro subiram 1% em base orgânica [sem investir em anúncios], atingindo € 8,9 bilhões no segundo trimestre. Embora isso tenha marcado o primeiro aumento trimestral do segmento em dois anos, o resultado ficou abaixo das expectativas dos analistas, que projetavam um avanço de 1,7%.

O grupo registrou um crescimento geral de vendas orgânicas de 3% no trimestre, impulsionado por um aumento de 11% em sua divisão de relógios e joias, seu negócio de crescimento mais rápido.

As ações da LVMH estão sendo negociadas perto de mínimas de seis anos e perderam cerca de 30% de seu valor este ano, refletindo as preocupações dos investidores sobre o ritmo de qualquer recuperação na demanda por luxo.

“Os resultados foram decentes, mas improváveis de mudar o debate”, escreveram os analistas do UBS. Corretoras, incluindo RBC, Morgan Stanley e UBS, cortaram seus preços-alvo após os resultados.

A analista da Morningstar, Jelena Sokolova, afirmou que as tendências estão se tornando mais positivas, embora a LVMH continue a ficar atrás de alguns rivais.

As ações da Kering, dona da Gucci, acumulam queda de cerca de 17% este ano, mas alta de 16,03% em 12 meses, já as da Hermes despencaram 21% no ano e 29% em 12 meses.

Os resultados dos dois grupos serão acompanhados de perto em busca de mais sinais sobre se a demanda por luxo está se recuperando após desaceleração prolongada.

As ações da Kering subiram 3,15% nesta terça-feira (28), enquanto as da Hermes avançaram 2,20%.

A LVMH informou que os gastos relacionados ao turismo na Europa foram afetados pelo conflito entre Israel e Irã, pesando sobre a demanda em uma região que anteriormente havia se beneficiado de visitantes internacionais.

“Embora o desempenho recente tenha sido decepcionante, ele não é inesperado dado esse cenário. No longo prazo, continuamos acreditando que a LVMH está bem posicionada para retornar ao desempenho superior ao da indústria”, disse Sokolova.

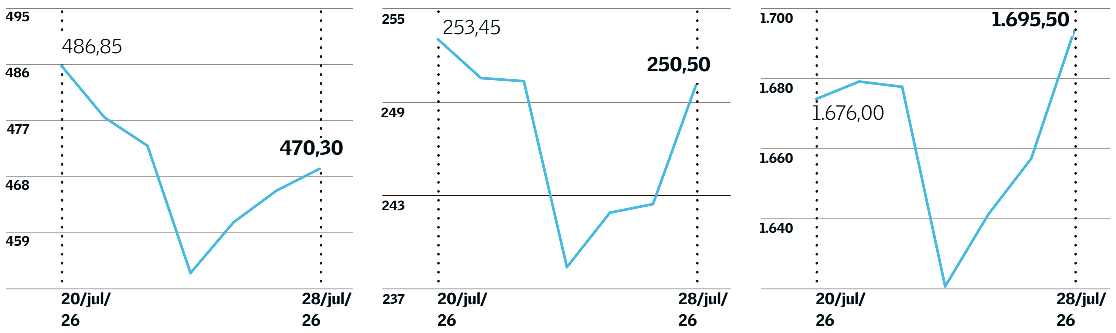
O estrategista de luxo Rafael Carlesso afirmou que o crescimento da divisão de moda parece ter sido sustentado por disciplina de preços e custos, em vez de uma melhora significativa na demanda. “A disciplina é uma alavanca finita. O desejo é a alavanca renovável”, disse Carlesso.

A divisão de vinhos e destilados da LVMH, que inclui a marca de champanhe Moet & Chandon e a fabricante de conhaque Hennessy, registrou um crescimento orgânico de 5%, enquanto as vendas de sua divisão de varejo seletivo, que inclui a marca Sephora, cresceram 6%.

As ações das fabricantes de destilados Pernod Ricard, Diageo e Remy Cointreau, além da L’Oreal, de cosméticos, subiram entre 1% e 2,7%.

> Preços e custos, e não demanda, podem ter sustentado o avanço da divisão de moda
> *Rafael Carlesso*

Desempenho na bolsa
Cotação* dia a dia, € /ação



	LVMH	Kering	Hermes
Variações – No dia	0,75%	3,15%	2,20%
Variações – Em 12 meses	-3,86%	16,03%	-29,00%
Valor de mercado	€ 231,9 bilhões	€ 30,7 bilhões	€ 177,6 bilhões

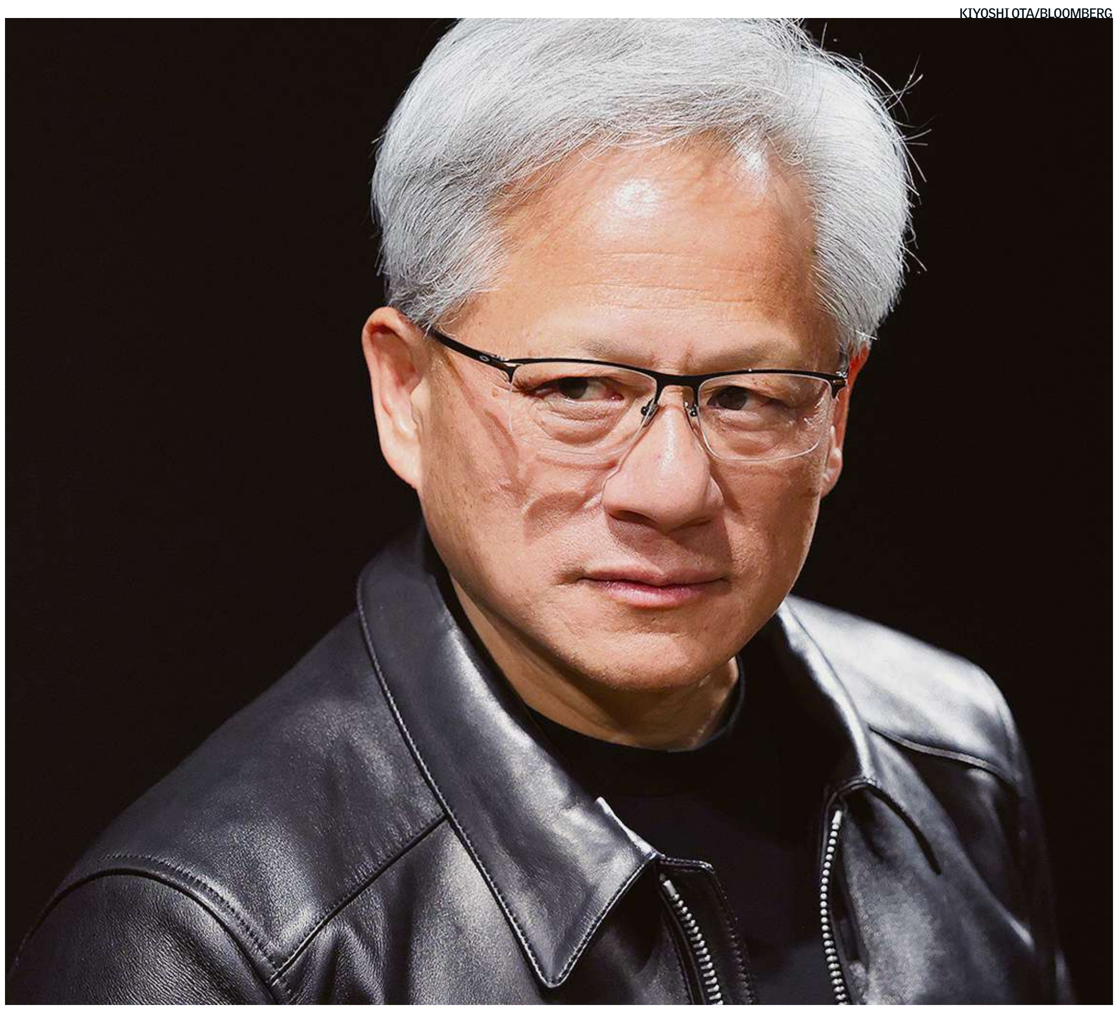
Fontes: Investing e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data * Listada na bolsa de Paris

Ines249

Tecnologia De olho no crescimento do mercado de IA, empresa está arrendando toda a instalação de 1 gigawatt da Hut 8, que usará seus chips

Nvidia tem contratos de US$ 50 bi para um data center no Texas

KIYOSHI OTA/BLOOMBERG



Jensen Huang utiliza agressivamente a força financeira da empresa para mantê-la no centro computacional para IA

Ryan McMorrow e Michelle Chan
Financial Times, de San Francisco e Nova York

A Nvidia assinou contratos de arrendamento no valor de até US$ 50 bilhões para um enorme data center no Texas, um compromisso até então não divulgado que lança nova luz sobre o papel crescente do grupo de semicondutores no financiamento da inteligência artificial.

A empresa, avaliada em quase US$ 5 trilhões, está arrendando toda a instalação de 1 gigawatt que a desenvolvedora Hut 8 está construindo, a qual abrigará centenas de milhares de unidades de processamento gráfico (GPU) da Nvidia, disseram cinco pessoas familiarizadas com o negócio.

Essa medida é o exemplo mais recente do executivo-chefe (CEO) da Nvidia, Jensen Huang, utilizando agressivamente a força financeira da empresa para mantê-la no centro do mercado de rápido crescimento de poder computacional para IA.

Esses esforços incluíram o investimento de bilhões de dólares para fomentar uma nova geração de provedores de infraestrutura de IA, como a CoreWeave, para comprar e operar suas GPUs. O contrato de arrendamento no Texas vai além, colocando a Nvidia por trás das instalações que abrigarão seus chips.

A unidade do Texas garantiu acesso à eletricidade, algo cada vez mais raro, visto que as empresas desenvolvedoras competem pela energia da rede elétrica. A Nvidia usou seu poderio financeiro para assegurar a localização para a produção de seus próprios chips, afirmou um executivo familiarizado com o acordo.

"Eles têm o balanço patrimonial necessário para adquirir energia e, ao fazer isso, garantir que seu produto seja implementado", disse a pessoa, pedindo para não ser identificada.

Uma vez concluída a instalação, a Nvidia poderia sublocar capacidade para seus parceiros "neocloud" que compram suas GPUs e vendem computação em nuvem com IA, disse a fonte.

O acordo intensificará as preocupações com o financiamento circular, uma vez que o grupo de semicondutores passa a garantir uma parcela maior do mercado de seus chips.

> O acordo intensifica preocupações porque a empresa vai garantir parcela maior do mercado para seus chips

A Nvidia também está em negociações para fornecer um aporte de US$ 250 bilhões à OpenAI para ajudá-la a alugar um data center de 10 GW que o SoftBank está construindo em Ohio, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. Detalhes sobre o envolvimento da Nvidia no projeto de Ohio foram divulgados inicialmente pelo The Information e pelo The Wall Street Journal.

O contrato de arrendamento de 15 anos da Nvidia para o local no Texas está avaliado em US$ 19,6 bilhões, e as opções de renovação elevariam o valor total para US$ 50 bilhões ao longo de 30 anos, de acordo com a Hut 8.

Os contratos de arrendamento da fabricante de chips são essenciais para a capacidade da Hut 8 de financiar o projeto a baixo custo, com cerca de US$ 4,3 bilhões em títulos emitidos a 6,129% em junho para apoiar a primeira fase do projeto. Os títulos receberam classificação de grau de investimento da Moody's devido ao contrato de arrendamento e foram precificados em torno de 100 pontos-base acima da dívida de 30 anos do próprio grupo de chips.

A Hut 8 deverá buscar financiamento adicional para apoiar uma segunda fase do projeto, que dobrará o tamanho do campus e que foi anunciada na semana passada.

A Nvidia enfrenta uma concorrência crescente do Google, já que a gigante das buscas também utiliza seu balanço patrimonial para impulsionar seus chips de unidade de processamento tensorial (TPU), incluindo o financiamento de data centers e a obtenção de crédito mais barato para desenvolvedores. Quando um grande grupo de tecnologia garante os contratos de locação de data centers, o custo do financiamento cai praticamente pela metade, segundo banqueiros.

A Hut 8 descreveu publicamente seu cliente no projeto Beacon Point apenas como "uma empresa de alto grau de investimento", com documentos de financiamento identificando seis grandes empresas de tecnologia, incluindo a Nvidia, como clientes permitidos. Fontes familiarizadas com o assunto afirmaram que a Nvidia era a empresa do data center.

O relatório trimestral mais recente da Nvidia mostra US$ 32,4 bilhões em pagamentos de arrendamento de data centers que ainda não começaram a ser efetuados, principalmente para financiar pesquisa e desenvolvimento, um aumento em relação aos US$ 7,4 bilhões do ano anterior. O arrendamento de US$ 9,8 bilhões da primeira fase do Beacon Point, assinado em março, representaria quase um terço desse valor.

A Hut 8 afirmou que a empresa não comentaria "rumores ou especulações sobre a identidade dos clientes" e que não forneceu orientações sobre financiamento adicional além das informações públicas já divulgadas.

A empresa disse que o data center será construído em torno da arquitetura DSX da Nvidia, que padroniza o poder de computação, a rede, a energia e o resfriamento de um local com base no hardware e software do grupo de chips. Questionada sobre o contrato de arrendamento no Texas, a Nvidia afirmou que está "trabalhando com parceiros do ecossistema para acelerar a implantação de infraestrutura de IA eficiente por meio da arquitetura DSX AI Factory", que é um "modelo para construir e operar fábricas de IA". ***(Colaboraram Michael Acton e George Hammond, de San Francisco)***

Agroindústrias Receio com os próximos resultados trimestrais da empresa derrubou ações ontem

3tentos perde R$ 1,2 bilhão em valor na bolsa

Clarice Couto
De São Paulo

A 3tentos perdeu mais de R$ 1 bilhão em valor de mercado na bolsa no pregão de ontem, em meio a temores que se disseminaram no segmento financeiro em relação aos próximos resultados trimestrais da empresa. As ações da companhia fecharam em queda de 16,01% na B3, cotadas a R$ 12,80. Esse foi o maior recuo dos papéis da empresa em um só dia desde sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), em 2021, segundo o **Valor Data**.

A 3tentos encerrou o pregão com valor de mercado de R$ 6,409 bilhões. O montante é R$ 1,222 bilhão menor do que o do dia anterior, quando o valor da companhia era de R$ 7,631 bilhões.

Ontem, em conversas fechadas com investidores sobre o cenário de negócios, executivos da 3tentos compartilharam informações que geraram pessimismo, apurou o **Valor**. Reuniões como essas são comuns entre empresas de capital aberto.

As informações podem ter gerado pessimismo tanto em relação ao balanço do segundo trimestre de 2026, que a empresa divulgará em 13 de agosto, quanto sobre as perspectivas para o segundo semestre do ano, disse uma das fontes, que pediu anonimato.

Após as conversas, alguns investidores passaram a estimar lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) e margens de lucro no segundo trimestre menores do que se esperava até então. O resultado decorreria, em boa medida, de margens menores com a venda de biodiesel, uma consequência da decisão do governo de não elevar para 16% (B16) a mistura do biodiesel no diesel. Hoje, o teor é de 15% (B15).

As reuniões com analistas também levaram a discussões sobre possíveis perspectivas mais fracas para a receita da empresa, pressões de custos e fretes e preocupações com a inadimplência no agronegócio. Os impactos, no entanto, ainda são incertos.

"Até o momento, não há informações concretas ou dados oficiais suficientes para dimensionar o real impacto desses fatores sobre os resultados da companhia", disse o analista Luca Vello, da Genial Investimentos, em nota a clientes. "Dessa forma, ainda é difícil concluir se a queda representa uma reação exagerada do mercado ou o início de uma revisão mais relevante das expectativas".

Na visão de um analista, somente a perspectiva para o balanço do segundo trimestre não seria suficiente para levar a uma queda tão forte das ações. Investidores podem estar mais pessimistas com a perspectiva para a operação industrial da 3tentos no segundo semestre como um todo, ele afirmou. Na operação industrial, a produção de biodiesel responde por quase metade da receita anual.

As margens de produção de biodiesel costumam ser maiores no segundo semestre. Como esse período é de entressafra no Brasil, o preço da soja aumenta no país. Com isso, as empresas que produzem óleo de soja e biodiesel repassam as altas da matéria-prima aos preços dos biocombustíveis.

Investidores passaram a considerar que empresas como a 3tentos teriam acumulado um estoque de biodiesel maior no primeiro semestre porque esperavam o aumento da mistura do biocombustível no diesel, que não se concretizou. Agora, as companhias do segmento podem ter mais dificuldade para reajustar os preços do biodiesel, embora os custos com a compra de soja tendam a subir nessa época do ano.

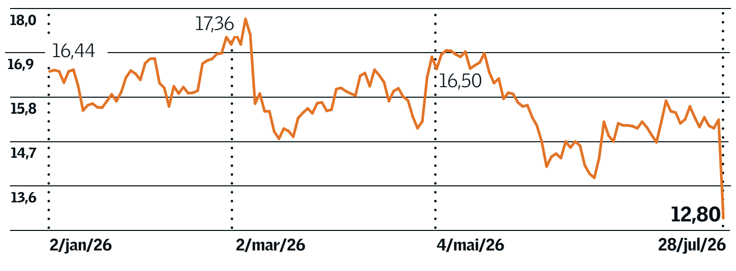
Para um analista, contudo, a reação de investidores pode ter sido exagerada. Segundo a fonte, é mais importante observar outros projetos da 3tentos que estão entrando em operação e suas rentabilidades. Entre eles, está a nova indústria de etanol de milho em Porto Alegre do Norte (MT), que começou a operar no segundo trimestre, o início do esmagamento de canola e uma possível melhoria na carteira de crédito da empresa.

No primeiro trimestre, a receita líquida da 3tentos cresceu 20% em relação ao mesmo período de 2025, para R$ 4,2 bilhões, e o lucro líquido ajustado aumentou 110,7%, para R$ 230,9 milhões.

Procurada pelo **Valor**, a empresa não se manifestou até o fechamento desta edição.

Forte queda na B3

Cotação da 3tentos, dia a dia, em R$/ação



Variações

-16,01% no dia | **-15,23%** no mês | **-21,56%** no ano | **-5,18%** em 12 meses

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Atraso na colheita no Brasil eleva preço do café

Commodities

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

As preocupações com o atraso na colheita da safra brasileira de café levaram a uma alta expressiva dos preços do grão no pregão de ontem na bolsa de Nova York. Os contratos futuros do arábica para setembro avançaram 4,58%, a US$ 3,3940 a libra-peso, o maior valor em duas semanas.

As chuvas dos últimos dias seguem limitando o ritmo de colheita da safra 2026/27 no Brasil, o maior produtor e exportador mundial da espécie arábica. Até meados de julho, a colheita estava em 63% da produção esperada, um andamento inferior aos 76% de um ano antes, de acordo com os dados mais recentes da consultoria Safras & Mercado.

"Provavelmente teremos o nono mês consecutivo com exportações abaixo da média no Brasil, com volumes inferiores a 2 milhões de sacas em julho. Esse quadro mudou a postura do investidor na bolsa, que vai manter a aposta na alta dos preços, já que o mercado não terá uma oferta brasileira abundante no curto prazo como se esperava inicialmente", afirmou Antonio Pancieri Neto, corretor da Painel do Café.

Na visão de Pancieri, novas altas devem acontecer no curto prazo. "Enquanto a oferta não se estabilizar, o mercado deverá continuar nervoso", acrescentou.

Lucca Bezzon, analista de inteligência de mercado da StoneX, observou que as chuvas do último fim de semana atingiram o sul de Minas Gerais, que é o principal polo de produção de café no Brasil. "Há uma preocupação com o El Niño e seus impactos para a safra 2027/28, que já está colaborando para esse movimento de alta no café. Isso porque já temos relatos de floradas em algumas regiões, e agora são esperadas chuvas nas próximas semanas para beneficiar o desenvolvimento das plantas", disse Bezzon.

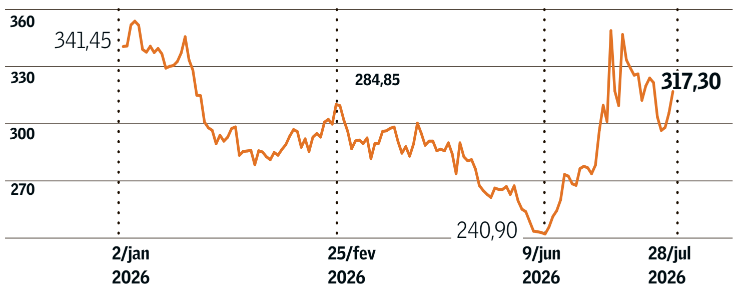
A postura cautelosa dos cafeicultores na comercialização do grão também alimenta a valorização do café neste momento em Nova York, observou o analista. Ele disse ainda que há "uma rápida deterioração dos estoques de café na bolsa", reflexo do ritmo de comercialização abaixo da média. Além disso, a qualidade dos grãos colhidos pode ser afetada e há uma entrada mais lenta do que o esperado da safra no mercado interno.

Para o analista da StoneX, caso haja um clima favorável para a aceleração da colheita brasileira em 2026/27, os preços ainda podem cair, tomando o rumo esperado desde o início da temporada.

"Existe a expectativa de um superávit na produção de 10 milhões de sacas de café neste ciclo. O mercado espera por grandes entregas nos próximos meses, e a concretização disso pode ser um fator de baixa", afirmou.

Atenção à safra brasileira

Cotação* do café em NY, dia a dia - em centavos de US$/libra-peso



Variações - em %

3,73% no dia | **7,03%** no mês | **-4,81%** no ano | **7,69%** em 12 meses

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data.* segunda posição

Ines249

Ambiente Estudo calculou prejuízos potenciais que ocorreriam em dez anos com a eliminação de benefícios da floresta, como a formação de chuvas para a agricultura

Com fim da Moratória da Soja, US$ 8,2 bi em serviços ambientais poderão 'sumir'

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O desmatamento que pode ocorrer como consequência do fim da Moratória da Soja é capaz de gerar prejuízos à sociedade de pelo menos US$ 8,2 bilhões nos próximos dez anos, em perdas de serviços e valores ecossistêmicos, projeta a organização WWF-Brasil. O cálculo baseia-se na estimativa, publicada neste mês na revista Science, segundo a qual o fim do acordo ambiental tem potencial de levar ao desmatamento de 1,4 milhão de hectares na Amazônia.

O montante da perda econômica foi calculado com base em estudos econométricos que atribuem valores aos serviços ecossitêmicos da floresta, como geração de chuva e preservação de biodiversidade.

Segundo o estudo da WWF-Brasil, o desmate potencial com o fim da Moratória pode gerar perdas de US$ 831,6 milhões como consequência da redução de chuvas para a agricultura, perdas de US$ 300 milhões a US$ 400 milhões no setor elétrico decorrentes da diminuição da vazão hidrelétrica e perdas de US$ 7 bilhões associadas à destruição da biodiversidade.

O estudo não considerou o quanto o Brasil pode deixar de vender soja com a perda de acesso a mercados que exigem o cumprimento das regras da Moratória, nem considerou o quanto deixa-se de ganhar, por exemplo, com créditos de carbono gerados pela preservação da vegetação nativa. "Preferimos não considerar o [mercado de] carbono por ele ser precificado de formas muito diferentes e ter uma complexidade envolvida", afirmou Tiago Reis, especialista em Conservação da WWF-Brasil.

Para calcular as perdas decorrentes apenas da redução das chuvas na produção agrícola, a WWF-Brasil levou em conta um estudo deste ano publicado na Nature Communications Earth & Environment, segundo o qual cada hectare de floresta amazônica leva a um volume de chuvas de 3 milhões de litros por ano, o que gera um serviço de irrigação natural no valor médio de US$ 59,40 por hectare ao ano. "Quem paga esse custo é o produtor rural", alertou Reis.

Para calcular as perdas no setor elétrico, a WWF-Brasil adotou a metodologia de um levantamento feito em 2025 pelo Climate Policy Initiative (CPI), que calculou o quanto a redução dos "rios voadores" formados nas áreas de vegetação natural na Amazônia afetam o abastecimento das bacias que garantem a geração de energia nas usinas de Itaipu, Belo Monte e Jirau.

A organização utilizou os dados do estudo do CPI para estimar o quanto cada hectare de floresta preservada na Amazônia contribui para manter a vazão dos rios e evitar perdas de geração elétrica nessas usinas.

Para calcular a perda econômica que pode ocorrer com a perda de biodiversidade, a organização utilizou a metodologia de um estudo publicado na Science em 2025, que considera o potencial de elementos da floresta para a produção de fármacos, o desenvolvimento de biotecnologia, o melhoramento genético e a adaptação climática. A estimativa considerou ainda a importância econômica da manutenção de elementos da floresta para serviços de polinização, controle biológico, resiliência de ecossistemas e estabilidade de serviços como carbono e chuva.

"[O cálculo] é muito conservador, porque nos estudos que usamos com base, são considerados só os valores da biodiversidade de produtos que já são comercializados. Não estamos considerando produtos que ainda nem descobrimos", afirmou Reis. Também entrou na conta dos impactos econômicos da biodiversidade o quanto sua manutenção reduz riscos sistêmicos, como de colapsos ecológicos, quebras abruptas de produtividade e perdas econômicas em cascata.

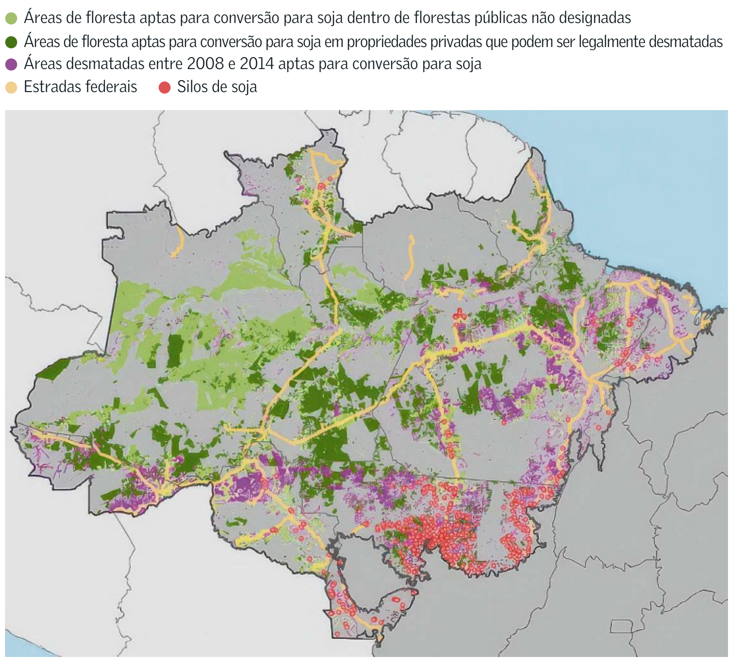
Os pesquisadores olharam para o passado e calcularam quando a Moratória da Soja gerou em valor econômico de serviços ecossitêmicos. De 2006 a 2016, o acordo gerou US$ 10,27 bilhões em benefícios econômicos diretos e mensuráveis, de acordo com o estudo.

Segundo Reis, as perdas potenciais decorrentes do desmatamento serão arcadas em parte pelos produtores rurais, com as quebras de safra decorrentes da redução das chuvas, mas também haverá custos que a sociedade terá que cobrir. "E, no caso da biodiversidade, é [uma perda] para o mundo todo", observou.

O estudo considera que as perdas seriam proporcionais a cada hectare desmatado, mas não leva em conta se o desmate levaria a floresta a atingir "pontos de não retorno". Nesse caso, "o regime climático que mantém a floresta com suas funções ecológicas se altera de forma tão significativa que ela deixa de ser o que é hoje", disse.

Prejuízos sem a Moratória da Soja

Perdas potenciais com desmate decorrente do fim do acordo


Áreas de floresta aptas para conversão para soja dentro de florestas públicas não designadas
Áreas de floresta aptas para conversão para soja em propriedades privadas que podem ser legalmente desmatadas
Áreas desmatadas entre 2008 e 2014 aptas para conversão para soja
Estradas federais
Silos de soja

Tipo de perda	US$ milhões)
Perdas agrícolas por redução de chuvas	831,6
Perdas no setor elétrico	300,0
Perdas associadas à destruição da biodiversidade	7.000,0

Fonte: WWF-Brasil

Brasil deve manter embarques de frango à UE, avalia indústria

Comércio

Clarice Couto
De São Paulo

Uma missão da União Europeia vai inspecionar empresas produtoras de frango do Brasil no fim de agosto para verificar o cumprimento de uma nova etapa de fiscalização, adotada pelo governo brasileiro, relativa ao uso de antimicrobianos na produção. O anúncio foi feito ontem por Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) em entrevista coletiva.

Os europeus querem a garantia de que os avicultores brasileiros não usam antimicrobianos que funcionam como promotores de crescimento na produção animal nem antibióticos de uso humano. Em maio, a Comissão Europeia retirou o Brasil de uma lista de países aptos a exportar produtos de origem animal ao bloco alegando que Brasília não conseguiu comprovar o não uso desses medicamentos na produção. A restrição começa a valer em 3 de setembro.

Segundo Santin, a produção destinada ao mercado europeu nessas empresas será fiscalizada pela missão. Fábricas de ração, granjas e frigoríficos também serão inspecionadas. Ele afirmou que o governo brasileiro já fazia essa fiscalização, mas a UE quer um maior número de inspeções.

Apesar do prazo curto entre a visita da missão europeia e o início das restrições, Santin disse acreditar que o Brasil deve conseguir autorização do bloco para continuar exportando carne de frango ao mercado europeu.

Isso pode ocorrer, afirmou, se as autoridades europeias se contentarem com as informações fornecidas pela missão, antes da entrega do relatório final da comitiva. Os europeus também teriam a opção de, eventualmente, convocar uma reunião extraordinária para discutir a situação após a missão.

"É possível voltar a exportação [de frango] em setembro, sim. A União Europeia já fez visitas anteriores, já verificou isso no dia a dia", acrescentou. "Vamos continuar fazendo o que sempre fizemos, não usamos promotores de crescimento para a União Europeia nem antibióticos de uso humano. Empresas do Brasil não estão fazendo nada diferente do que sempre fizeram, sempre segregamos", continuou.

Mas se a UE não autorizar as exportações do produto a partir de setembro, o Brasil tem condições de redirecionar os volumes a outros importadores e ao mercado interno, segundo Santin. "A UE responde por 7% das nossas exportações [de frango]. Se fechar, tem como distribuir isso no espectro de mais de 150 mercados para os quais a gente exporta".

Na coletiva, o presidente da ABPA divulgou as estimativas para o segmentos de aves e suínos. A projeção é que o Brasil exporte em 2026 até 5,875 milhões de toneladas de frango, alta de 10,3% sobre o ano passado. Para 2027, a expectativa é de aumento de 3% nas vendas externas, para 6,050 milhões de toneladas.

A ABPA estimou ainda que a produção brasileira de carne de frango em 2026 deve crescer até 5,6%, ficando entre 16 milhões e 16,150 milhões de toneladas. A projeção é de uma alta mais modesta em 2027, de 2,8%, para 16,6 milhões de toneladas.

A perspectiva de desaceleração do crescimento da produção no ano que vem se deve a alguns fatores, segundo Santin. De um lado, há o endividamento das famílias brasileiras, que limita a capacidade de consumo. Além disso, com os ganhos de eficiência na atividade, algumas empresas têm optado por "readequar" a produção.

De acordo com ele, as taxas de eclosão — porcentagem de ovos que se convertem em pintinhos e frangos — melhoraram no último ano. Com isso, a produção cresce em 2026 e o volume adicional deve ser absorvido pelo mercado externo. Mas, num cenário de demanda doméstica ainda em recuperação, empresas buscam ajustar a produção.

5,6%
é a alta prevista na produção de frango

GABRIEL REIS/VALOR

Ricardo Santin: missão da UE vai visitar empresas de frango em agosto

País pode ir à OMC contra bloqueio europeu

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal não descarta acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a decisão da União Europeia de tirar o Brasil da lista de exportadores de produtos de origem animal. A diplomacia brasileira disse, em documento enviado ao Congresso Nacional, que os europeus poderiam ter se "engajado" mais no diálogo técnico para evitar a interrupção das vendas.

A informação foi revelada pela TV Globo e confirmada pelo **Valor**. Os europeus excluíram o Brasil da lista de exportadores alegando falhas no controle do uso de antimicrobianos nas cadeias produtivas. O governo brasileiro avalia que a medida pode ter motivação protecionista, com implicações políticas conhecidas pela UE.

Em um ofício enviado à Câmara, em resposta a requerimento do deputado Evair de Melo (Republicanos-ES), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, relatou a atuação da diplomacia brasileira e disse que poderá acionar organismos internacionais. Ele ressaltou que o bloco europeu não questionou, pelo menos até o momento, as informações técnicas apresentadas pelo Brasil na discussão do tema nem deu espaço para o país corrigir eventuais falhas.

"Caso a decisão comunitária não seja revertida até 3/9/2026, o governo brasileiro não descarta adotar medidas diplomáticas, comerciais e jurídicas para contestar e reverter a decisão da União Europeia. A avaliação de medidas jurídicas ou contramedidas dependerá do avanço das negociações com a UE para reverter a decisão de fechamento de mercado. Não está descartado o recurso aos mecanismos de solução de controvérsias da OMC e do Acordo Mercosul-UE", disse, no ofício.

"Embora o protecionismo possa não ter sido o único fator de motivação imediato da medida, pode-se mencionar que os setores que se opõem ao Acordo Mercosul-UE apoiaram e celebraram a medida. Isso significa que, independentemente da motivação, a exclusão do Brasil da lista apresenta dimensão política que certamente é considerada pelas autoridades da UE", acrescentou.

O Itamaraty informou ainda que não houve "qualquer alerta ou comunicação prévia de autoridades ou funcionários da Comissão Europeia" sobre eventuais deficiências na documentação apresentada pelo Ministério da Agricultura em 2025 e que o Brasil não teve oportunidade de sanar eventuais falhas. Vieira escreveu que a autoridade sanitária europeia, a DG-SANTE, "nunca apresentou apreciação ou mesmo reação aos documentos encaminhados" pelo Ministério da Agricultura.

No documento, o ministro disse ainda que "problemas eventualmente identificados nas informações enviadas pelo Brasil previamente tampouco foram suscitados pelo lado europeu no âmbito do Mecanismo de Consultas sobre Temas Sanitários e Fitossanitários Brasil-União Europeia, cuja 9ª reunião foi realizada em 4 e 5 de março de 2026, em Brasília".

Em reuniões, em março e setembro de 2025, funcionários europeus alertaram a equipe técnica brasileira de que as garantias apresentadas até então não seriam suficientes, mas não houve comunicado por escrito. Em maio, a UE anunciou a retirada do Brasil da lista de países aptos a exportar produtos de origem animal ao bloco.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
valor.com.br/agro

Agroindústrias
3tentos perde R$ 1,2 bilhão em valor na bolsa em meio a receios com os resultados
B7

Ines249

Mercados
Fuga de techs para ativos de valor pode beneficiar Brasil, diz Gina Adams, da HB Wealth C2

Habitação
Crédito imobiliário surpreende e cresce 23% no 1º semestre C6

Governança
CVM absolve ex-IRB acusados de informação seletiva e falsa ao mercado C6

Caso Master
Mendonça autoriza PF a rastrear bens de Vorcaro no exterior C4

Finanças

Mercados Dado benigno de inflação reforça expectativa por novo corte da Selic em agosto

IPCA-15 abaixo do esperado derruba juros e impulsiona Ibovespa

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Veronese, da B.Side, vê possibilidade até de deflação em agosto, o que poderia levar a revisões no Focus, ainda que petróleo e El Niño sigam como riscos

Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Luana Reis e Arthur Cagliari
De São Paulo

A surpresa positiva com os números de julho do IPCA-15, a prévia da inflação no Brasil, reforçou a expectativa de participantes do mercado por um novo corte da taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em 5 de agosto. Com isso, os juros futuros tiveram queda firme e o Ibovespa retomou a marca de 176 mil pontos no pregão de ontem.

Na renda fixa, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2029 caiu de 14,435% para 14,25%, e a do DI de janeiro de 2031 recuou de 14,585% para 14,465%. Já o Ibovespa avançou 0,70%, aos 176.565 pontos, após ter tocado a máxima de 178.539 pontos durante a sessão.

A leve alta de 0,06% do IPCA-15 de julho não apenas ficou bem abaixo das estimativas do mercado como também marcou o menor resultado para o mês desde 2023. Além da surpresa com o número "cheio", houve uma melhora qualitativa exibida pelo indicador, conforme destaca Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos.

"Este foi o terceiro dado seguido de IPCA abaixo do esperado, mas os outros dois não tinham trazido uma composição geral tão boa quanto a deste", diz ela, que vê uma "perspectiva boa" para a inflação no curto prazo, não apenas pela sazonalidade favorável de meio de ano como também por sinais concretos de melhora do indicador.

"O que pode fazer com que essa inflação siga baixa é a atividade. Houve um impulso fiscal no primeiro trimestre e agora provavelmente vamos viver uma 'ressaca' desses estímulos", avalia. Veronese vê possibilidade até de deflação em agosto, o que poderia levar a revisões nas expectativas do Boletim Focus, ainda que a possibilidade de um novo choque do petróleo e o El Niño sigam como riscos importantes para o segundo semestre.

Do ponto de vista da política monetária, o IPCA-15 de julho pode "chancelar" um corte da taxa Selic, de 14,25% para 14%, na reunião do Copom na próxima semana. Segundo a economista, "não faria sentido não cortar com esses dados de inflação corrente", dada a comunicação recente do BC. Agora, para ela, a discussão passará a ser se o Copom terá espaço para seguir cortando juros além de agosto.

O cenário-base da B.Side Investimentos inclui duas reduções de 0,25 ponto percentual da Selic, uma na semana que vem e outra em alguma das três reuniões restantes do comitê em 2026. Veronese, que há uma semana via uma assimetria de alta para a sua projeção de Selic a 13,75% no fim deste ano, comenta que o IPCA-15 de julho já a deixa "tranquila" em relação ao seu cenário-base.

O gestor de renda variável da Persevera Asset Management, Fernando Fontoura, vai na mesma linha ao avaliar que, mais do que o número em si, a principal mensagem do IPCA-15 de julho é que o dado afastou a tese de que, eventualmente, o BC poderia realizar uma pausa no ciclo de corte de juros na reunião da semana que vem, o que seria um "erro de política monetária" na avaliação da casa.

De olho em uma maior assimetria positiva para as ações brasileiras neste momento, Fontoura diz que a gestora aumentou a posição direcional para a bolsa local na semana passada.

> "Expectativas longas não se movem só por conta do BC. É um termômetro da credibilidade da política econômica"
> *Natalie Victal*

"Achamos que a bolsa já tinha encontrado um 'fundo' no mercado local. Percebemos que dias mais negativos não estavam fazendo a bolsa cair substancialmente. Por outro lado, dias mais positivos estavam fazendo a bolsa responder de maneira importante, como hoje [ontem]", avalia o executivo da Persevera.

A mudança na alocação também foi motivada pelo baixo posicionamento técnico de investidores locais na bolsa, que estão bastante pessimistas. "Tem muita gente meio que 'jogando a toalha' e meio que desenganada em relação às eleições e à questão fiscal", diz Fontoura. "Chegou a um ponto em que todo mundo está muito fora de Brasil de novo. O 'gringo' pausou para ir para o tema de IA [inteligência artificial]. Não temos visto grande movimentação, mas achamos que, em algum momento, esse fluxo pode voltar", acrescenta.

A questão fiscal é, inclusive, a principal razão para que o Copom não corte ainda mais a taxa Selic e as expectativas de inflação de longo prazo sigam subindo, de acordo com Veronese. "Por que não prevejo mais cortes se a inflação começa a mostrar desaceleração, a atividade enfraquece e temos uma população extremamente endividada? Por causa do risco fiscal", aponta. "Por mais que [o Banco Central] tenha essa tendência de cortar, não pode largar mão de se preocupar com o fiscal."

Já Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, entende também que há um componente de confiança do mercado no próprio BC que tem afetado as expectativas de longo prazo. De acordo com ela, o controverso comunicado da decisão de junho do Copom engatilhou a desancoragem observada nas últimas semanas.

"As expectativas longas não se movem só por conta do BC, eu diria que é um termômetro da credibilidade da política econômica do país como um todo. Mas, no final, o mandato é do BC, então acho que há, sim, um questionamento sobre se ele vai entregar a inflação na meta", diz Victal. Para ela, o mais adequado seria pausar o ciclo de cortes da Selic e voltar a cortar os juros com um cenário menos turbulento, a fim de não correr o risco de ter de reverter a flexibilização monetária adiante.

Apartado da dinâmica da bolsa e dos juros, o mercado local de câmbio operou levemente pressionado ontem por uma nova rodada de queda dos preços do petróleo. O barril do tipo Brent, referência internacional da commodity, fechou ontem em queda de 4,83%, a US$ 84,09, ao passo que o dólar à vista avançou 0,20%, a R$ 5,1216.

O real também se distanciou do desempenho de outras moedas de mercados emergentes. Sinais de que os Estados Unidos e o Irã podem retomar o acordo de cessar-fogo não apenas derrubaram os preços do petróleo como também impulsionaram ativos de risco, mas a fraqueza da commodity energética tirou o suporte do real, que se tornou uma das moedas com pior desempenho durante a sessão.

Já em Nova York, o mercado acionário encerrou o dia sem direção única, já que o desempenho negativo de ações de empresas fabricantes de semicondutores acabaram pesando em parte dos índices, limitando os ganhos potenciais com a redução do prêmio de risco geopolítico. Assim, o S&P 500, referência da bolsa nova-iorquina, fechou em leve alta de 0,21%, aos 7.428,78 pontos.

Leia mais na página C2

Indicador recoloca comunicação do BC no centro do debate

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Banco Central (BC) foi alvo de críticas de setores do mercado financeiro porque, num ambiente que descreve como repleto de incertezas, não deu nenhuma indicação antecipada de que pretende interromper o ciclo de baixa da Selic na reunião de seu Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem.

A prévia da inflação de julho, o IPCA-15, veio novamente mais baixa do que o esperado — e mostra que, pelo menos por enquanto, os dados recentes parecem compatíveis com a estratégia adotada pelo BC.

O IPCA-15 ficou em 0,06%, abaixo do 0,21% esperado pelo mercado, com núcleos e inflação subjacente de serviços um pouco menores do que a encomenda. Não é um dado isolado: o IPCA-15 e o IPCA de junho já haviam surpreendido pelo lado positivo.

Esse conjunto de dados, por si só, não garante nada para a decisão do Copom da semana que vem: o comitê deixou em aberto o que vai fazer e, por definição, isso significa que só após o término da própria reunião a decisão será conhecida.

Até lá, teremos a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e também indicadores importantes sobre a situação do mercado de trabalho no Brasil, que saem na quinta-feira.

O mercado, ontem, fazia o esperado: ponderava as chances de corte de juros, à luz das novas informações. Ninguém sabe como o Copom, que não tinha nenhum pronunciamento agendado no último dia antes do início do período de silêncio, tinha recebido a informação — mas não deve ser diferente do mercado, já que seus integrantes olham as mesmas coisas. O que tem de diferente é que o Copom não precisa marcar a mercado cada novo dado divulgado.

> Desafio para o BC será convencer de que a falta de uma sinalização firme não representa uma indicação suave de baixar a Selic

Mas, se os dados recentes provavelmente não antecipam a decisão sobre a Selic, é possível que sejam vistos pelo colegiado como um respaldo à estratégia de comunicação adotada. Ou seja, o BC pode interpretar que os dados reforçam sua decisão de não oferecer uma sinalização prévia — o chamado "forward guidance" — num ambiente muito incerto.

Em junho, alguns analistas sugeriam não apenas que o Copom decretasse antecipadamente o fim do ciclo de baixa da Selic. Havia uma parcela, ainda que não numerosa, que pregava um novo ciclo de aperto monetário.

O problema não é, exatamente, prever que será necessário apertar mais a Selic — num ambiente de grande incerteza, em tese, cenários mais negativos podem ocorrer. A questão é o BC fazer uma aposta antecipada de que o cenário mais adverso vai se confirmar. O mesmo raciocínio, naturalmente, vale também para cenários mais benignos.

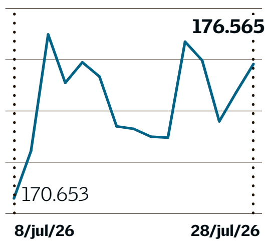
O desafio para o BC será convencer os mercados de que a falta de uma sinalização firme sobre os seus passos futuros não representa uma sinalização "dovish" — ou seja, que o Copom, ao não sinalizar nada, na verdade esteja sinalizando de antemão a intenção de baixar a Selic a despeito da evolução dos dados econômicos. A falta de sinalização vale para os dois lados. Muitos se esqueceram que, depois do início da guerra no Oriente Médio e da divulgação de dados mais fortes sobre a atividade econômica, o Copom colocou em banho-maria seus planos iniciais para este ciclo de distensão.

É compreensível que, no mercado, haja uma demanda por sinalizações mais explícitas. A previsibilidade ajuda a reduzir a volatilidade e melhora a transmissão da política monetária. O outro lado do argumento é que, se o BC sinalizar algo em meio a tantas incertezas, pode cristalizar as apostas do mercado, que deixaria de ajustar as suas posições de acordo com a evolução do cenário econômico. Nessas circunstâncias, o ajuste é abrupto, aumentando a volatilidade.

Mais do que os sinais futuros, o mais importante provavelmente será entender a função de reação do BC, ou seja, como o colegiado deverá se portar de acordo com a evolução do cenário econômico. O Copom tem insistido que olha um conjunto de informações, e não apenas um dado isolado.

Ines249

Ibovespa
Em pontos



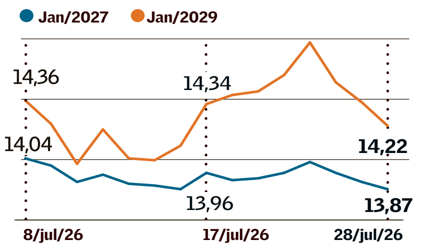
Alta de **0,70%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

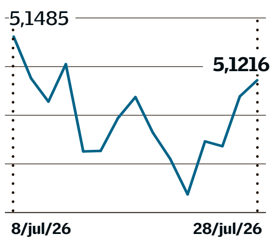
Bolsas internacionais
Variações no dia 28/jul/26 - em %

Dow Jones	1,03
S&P 500	0,21
Euronext 100	-0,03
DAX	0,41
CAC-40	0,63
Nikkei-225	-3,95
SSE Composite	-1,16

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

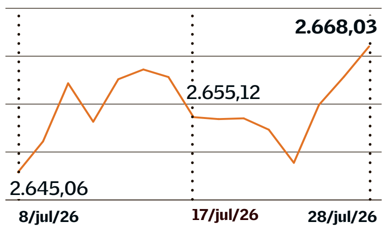


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,20%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Ativos Disparada do CDS e tombo das ações de semicondutores mostram que investidores passaram a questionar o custo da corrida pela inteligência artificial

IA perde 'benefício da dúvida' no mercado

INTRADAY

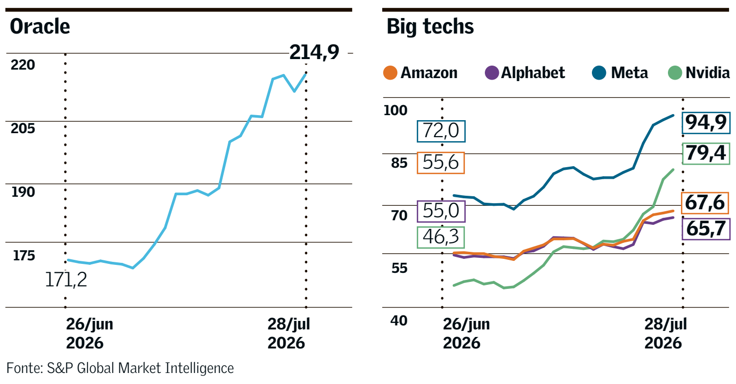
Victor Rezende
De São Paulo

As big techs têm uma missão ingrata pela frente. Em meio à divulgação de seus resultados trimestrais, as companhias terão de convencer investidores de que o pesado "capex" (investimento em capital) destinado à inteligência artificial (IA) continua fazendo sentido. Em um momento em que o volume de emissões de dívida para financiar esses investimentos já desperta preocupação, a ascensão da China como concorrente na cadeia de semicondutores intensificou o mau humor do mercado, provocando um forte tombo das ações do setor em Nova York e em Seul, e uma disparada no risco de crédito das empresas, medido pelos spreads de "credit default swap" (CDS).

Foi bastante relevante o comportamento da bolsa de Seul no pregão de ontem. Sustentada por semicondutores, a bolsa enfrentou mais um "circuit breaker" e, mesmo assim, viu o índice Kospi encerrar o dia em queda de 10,84%, ao enfrentar o tombo de 14,65% das ações da SK Hynix e de 13,39% dos papéis da Samsung Electronics. O mau humor se espalhou para Nova York, onde a Micron Technology perdeu 8,85%; a AMD recuou 8,15%; e a Sandisk enfrentou um tombo de 14,25% no dia.

Boa parte do estresse veio após o site The Information apontar que a China iniciou a fabricação de máquinas domésticas de litografia por ultravioleta profundo com imersão (DUV), um equipamento para a produção de chips historicamente dominado pela empresa holandesa ASML. Há, na visão do mercado, a sensação de uma maior competição por parte da China em toda a cadeia da IA, o que alimenta o fantasma de que algumas ações de empresas de semicondutores podem ter ainda "valuations" bastante esticados.

Piora no risco de crédito
Spreads dos CDS de 5 anos das big techs - em pontos-base



Fonte: S&P Global Market Intelligence

No mercado de crédito, os temores são ainda maiores e se dão às vésperas da divulgação de diversos balanços importantes, em um movimento que tem provocado uma disparada dos spreads de CDS das big techs, em um sinal de maior demanda dos mercados por proteção. Ontem, o CDS de cinco anos da Oracle avançou 1,85%, para 214,9 pontos-base; o da Meta Platforms, controladora do Instagram e do Whatsapp, subiu 1,43%, para 94,9 pontos-base; e o da Nvidia saltou 3,61%, a 79,4 pontos-base.

Isso ocorre em um momento no qual as próprias agências de classificação de risco começam a emitir sinais de alerta sobre os riscos relacionados às big techs.

Para a Fitch, a vulnerabilidade dos mercados a uma correção relacionada à IA e ao conflito no Oriente Médio é "crescente".

"A dimensão do boom de investimentos em IA e a aceleração do ciclo global de tecnologia têm sido um importante motor das valorizações do mercado acionário americano e das emissões de títulos corporativos ao longo do último ano", observa a agência, ao avaliar ainda que o potencial de médio e longo prazo da tecnologia "permanece altamente incerto". Na avaliação da Fitch, a incerteza sobre geração futura de receitas e o grau de dependência dos mercados de capitais e da economia em relação à IA "criou uma vulnerabilidade para o mercado de crédito caso haja uma reavaliação do potencial de retorno de longo prazo desses investimentos".

> "Sinais emitidos pelo mercado de crédito são um indicador mais relevante para a avaliação de curto prazo das big techs"
> *Manish Kabra*

A Fitch nota que episódios de maior volatilidade já foram observados em ações e em alguns índices com concentração de techs. "No entanto, uma correção mais ampla e prolongada poderá produzir efeitos mais significativos sobre os mercados, a economia e o crédito, a depender de sua magnitude, duração e capacidade de contágio."

Os sinais emitidos pelo mercado de crédito, em particular, são neste momento "um indicador mais relevante para a avaliação de curto prazo das hyperscalers do que o lucro por ação", afirma o chefe de estratégia das ações americanas do Société Générale, Manish Kabra, ao se referir às gigantes globais da computação em nuvem. Ele nota que a abertura de spreads do CDS nos últimos dias pressionou os múltiplos das empresas e levou o preço/lucro projetado para os próximos 12 meses para cerca de 18 vezes. "É o menor nível desde o lançamento do ChatGPT", enfatiza.

"Um pico nos spreads de CDS sinalizaria que o mercado começa a precificar uma melhora do fluxo de caixa livre e o fim da fase de compressão de múltiplos. Até lá, mantemos nossa recomendação 'underweight' [exposição abaixo da média do mercado]", afirma Kabra, ao apontar que a piora no risco de crédito das companhias já mostra algumas empresas com CDS acima dos níveis mais amplos de empresas com grau de investimento.

"Isso sugere que o mercado de crédito começou a incorporar a necessidade prolongada de financiamento dessas empresas", diz o estrategista. Nos níveis atuais, os spreads de CDS de cinco anos da Oracle operam em nível especulativo (ou "junk", no jargão do mercado), muito acima do risco de países que não têm grau de investimento, como Brasil (127 pontos-base) e Colômbia (148 pontos-base), e próximos dos patamares de países como Jordânia e Egito, que enfrentam desconfiança adicional devido à guerra no Oriente Médio.

De acordo com Kabra, uma inflexão no fluxo de caixa livre das hyperscalers é esperado somente no segundo semestre de 2027, na medida em que o capex deve continuar crescendo até 2028.

Na visão do estrategista de crédito Michael Teig, do italiano UniCredit, as big techs estão em um momento de transição de modelos de negócios pouco intensivos em capital para modelos que exigem investimentos muito maiores. "Ainda assim, apesar do forte aumento do capex, os perfis de crédito dessas empresas permanecem sólidos, sustentados por modelos de negócios robustos, posições dominantes de mercado e elevada capacidade de geração de caixa."

Para ele, a recente abertura de spreads reflete alguns fatores técnicos, como limites de exposição a emissores individuais e uma elevada concentração das posições. Até agora, foram emitidos US$ 114 bilhões em títulos pelas hyperscalers neste ano. Para Teig, porém, o aumento dos spreads não é um motivo de preocupação significativa, já que reflete, somente, o maior volume de emissões de dívida.

Petróleo cai 4% sem novidades sobre guerra

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclydes
De São Paulo

Embora o cenário no Oriente Médio permaneça incerto, o alívio causado pela trégua entre EUA e Irã persistiu nos mercados internacionais, na ausência de atualizações sobre as negociações para acabar com o conflito. Os preços do petróleo estenderam as perdas da véspera e terminaram o dia em queda, assim como os rendimentos dos Treasuries e o dólar. Em Wall Street, as bolsas de Nova York fecharam em direções opostas, com um forte movimento de venda nas ações de fabricantes de chips e semicondutores pesando sobre o desempenho do índice S&P 500 e, em especial, do Nasdaq.

O petróleo tipo Brent, referência mundial, com vencimento em setembro caiu 4,83%, cotado a US$ 84,09 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI, referência americana, com entrega prevista para o mesmo mês recuou 4,06%, a US$ 79,26 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex).

Os contratos futuros do petróleo estenderam as perdas vistas na véspera, diante da pausa nos ataques entre EUA e Irã. Embora a incerteza permaneça elevada no Oriente Médio, com tensões entre os houthis e a Arábia Saudita no Mar Vermelho, a esperança de que o conflito possa estar perto do fim e rumores de que as negociações estariam avançando sustentaram a continuidade do movimento de alívio nos mercados.

No fim do pregão, o rendimento do Treasury de dois anos caía para 4,308%, de 4,322% no fechamento anterior, e o do título de dez anos recuava para 4,607%, ante 4,658% na última sessão. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, cedia 0,12%, aos 101,417 pontos.

No mercado de ações, as fabricantes de chips e semicondutores estenderam as perdas da véspera e pesaram sobre o desempenho das bolsas americanas, em linha com o movimento visto em outros mercados. O índice Dow Jones fechou em alta de 1,03%, aos 52.747,32 pontos; o S&P 500 subiu 0,21%, aos 7.428,78 pontos; e o Nasdaq caiu 0,22%, aos 24.876,912 pontos.

Os setores de energia (-1,40%) e tecnologia (-1,17%) lideraram as perdas de maneira consistente ao longo do dia, em linha com a desvalorização dos preços do petróleo e com peso das fabricantes de chips e semicondutores. As ações da Sandisk (-14,25%), Micron Technology (-8,85%), AMD (-8,15%) e Marvell Technology (7,77%) ficaram entre as maiores quedas do Nasdaq, índice mais penalizado pela desvalorização no setor.

Por outro lado, resultados positivos impulsionaram o Dow Jones, que também se beneficiou da melhora na percepção de risco nos mercados. As ações da Coca-Cola terminaram em alta de 5%, após a empresa aumentar suas projeções de lucros, e as da Sherwin-Williams avançaram 8,25%, com investidores reagindo bem aos seu balanço.

1,03%
foi a alta do índice Dow Jones, para 52.747,32 pontos

Fuga de techs para ativos de valor pode beneficiar Brasil

Luana Reis
De São Paulo

Ainda que a inteligência artificial (IA) se mantenha no centro das atenções dos investidores, outras histórias vêm ganhando protagonismo nas últimas semanas e o momento pode ser favorável para o mercado de ações do Brasil. Segundo Gina Martin Adams, estrategista-chefe de mercados da HB Wealth, gestora de patrimônio com US$ 30 bilhões em ativos, já há um movimento de rotação na liderança do mercado americano, o que faz a executiva manter uma visão otimista para os setores de energia e materiais.

Em entrevista ao **Valor**, Adams aponta que a HB Wealth mantém um viés otimista para o mercado acionário dos EUA, justificada pela continuidade da recuperação econômica, crescimento dos lucros das empresas e em valuations relativamente favoráveis. No entanto, a estrategista observa um movimento de rotação entre setores, com a liderança das bolsas dos Estados Unidos deixando de se concentrar apenas em tecnologia.

"Energia e materiais básicos são, de longe, os nossos setores favoritos neste momento", ela afirma. "Há dois anos, fazia sentido concentrar os portfólios em tecnologia, porque esse era praticamente o único setor do S&P 500 que apresentava crescimento. Agora, o cenário é muito diferente. Os lucros de tecnologia estão começando a desacelerar, especialmente entre as 'hyperscalers', e isso está permitindo que outros setores comecem a ganhar destaque."

Martins Adams tem observado uma correlação entre esses setores em um movimento que tende a beneficiar mercados mais expostos a commodities, como o Brasil. Em momentos em que as ações de tecnologia perdem força, seja pelas dúvidas em torno da inteligência artificial ou maior percepção de risco, as empresas de energia tendem a assumir maior protagonismo. Por outro lado, quando o sentimento em relação à tecnologia melhora ou ocorre uma eventual trégua no conflito entre Estados Unidos e Irã capaz de reduzir a pressão sobre os preços do petróleo, a dinâmica pode se inverter.

"O Brasil é um mercado mais sensível a commodities e ao setor financeiro, então o fato de os juros globais estarem, em geral, subindo em um ambiente inflacionário acaba sendo positivo para ações da América Latina, especialmente para as brasileiras", ela afirma, destacando que esses momentos de rotação podem trazer boas oportunidades de compra.

Adams acredita que essa tendência deve continuar, pelo menos no curto prazo, na medida em que o sentimento nos mercados tem sido moldado pelos desdobramentos do Oriente Médio e a disparada dos preços do petróleo. Para a estrategista, embora o setor de energia possa passar por uma correção quando o conflito entre Estados Unidos e Irã chegar a uma nova resolução, o caminho no longo prazo ainda é de alta.

"Os setores de energia e materiais básicos estão passando por uma recuperação extraordinária dos lucros, depois de terem ficado muito para trás em termos de desempenho nos últimos três anos", ela argumenta, citando que esses setores também se beneficiam dos elevados investimentos de empresas de tecnologia em data centers de inteligência artificial.

Entre energia e tecnologia, Adams acredita que é difícil dizer qual dos dois setores deve trazer o melhor retorno no longo prazo. No entanto, ela observa um movimento de rotação para "ativos de valor", o que pode favorecer as empresas de energia. "Depois de um período extraordinário de desempenho superior da tecnologia, faz sentido que estejamos entrando em uma fase em que outros setores assumam a liderança e conduzam o mercado para cima", explica a estrategista. "Podemos ter uma reprecificação relevante em tecnologia, que permita ao setor renovar sua tendência de alta. Mas, por enquanto, parece que a energia está na posição de liderança."

Ela reconhece que a perspectiva de aperto monetário pelo Federal Reserve (Fed) e a instabilidade no Oriente Médio trazem riscos para o desempenho das bolsas americanas, mas destaca que há uma tendência de maior participação de diferentes setores no crescimento econômico nos EUA. "Estamos começando a ver, finalmente, sinais de uma expansão econômica mais disseminada, não apenas um crescimento concentrado em tecnologia", afirma. "Isso está ajudando a impulsionar o otimismo em relação aos lucros das empresas que compõem o S&P 500."

PAULO BARETA/XP

Gina Martin Adams, da HB: "Barra ficou alta para empresas de chips"

No setor de tecnologia, a HB Wealth prefere adotar uma abordagem diversificada entre os diferentes segmentos. Adams acredita que embora a perspectiva de lucro para os semicondutores seja positiva por enquanto, diante da forte demanda das 'hyperscalers', boa parte desse retorno já foi precificado pelo mercado e dificilmente essas empresas serão capazes de sustentar o ritmo acelerado de crescimento visto até o momento.

"A barra de expectativas para as empresas de semicondutores está muito alta", ela explica. "Será muito difícil que as empresas de semicondutores continuem entregando uma aceleração dos lucros suficiente para sustentar um ritmo muito forte de valorização das ações. Isso significa que elas provavelmente vão perder protagonismo para outros setores ou segmentos de tecnologia dentro do mercado acionário mais amplo."

A HB Wealth também apresenta maior cautela quanto às 'hyperscalers', diante das despesas elevadas. "Elas estão destinando uma parcela extraordinariamente elevada do seu fluxo de caixa para construir data centers e financiar toda essa promessa da inteligência artificial para o futuro, sem ainda demonstrar um retorno realmente expressivo sobre esses investimentos", afirma a estrategista. Adams acredita que, para que essas empresas voltem a ganhar fôlego, será necessário apresentar números muito mais fortes de retorno sobre capital investido. "Estou esperando sinais mais claros de que esses investimentos em IA comecem, de fato, a gerar retornos significativos."

Remuneração Cifra representa 89% do lucro apurado no ano passado, abaixo do percentual de 2024

Conselho do FGTS aprova distribuição de R$ 13 bi

Giordanna Neves
De Brasília

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem a distribuição de R$ 13,042 bilhões entre os trabalhadores cotistas. O valor representa 89% do lucro apurado pelo FGTS em 2025, de R$ 14,7 bilhões. Em 2024, o lucro registrado foi de R$ 13,6 bilhões e foram distribuídos R$ 12,9 bilhões, o equivalente a 95% do resultado.

A Caixa Econômica Federal fará a distribuição dos recursos até 31 de agosto, de forma proporcional ao saldo de todas as contas vinculadas que apresentaram saldo positivo em 31 de dezembro de 2025. Ao todo, cerca de 138 milhões de trabalhadores serão contemplados.

Para calcular a valor a ser creditado, o trabalhador deve multiplicar o saldo existente na conta de FGTS no dia 31 de dezembro de 2025 pelo índice de 0,01868341. A título de exemplo, quem tinha R$ 10 mil naquela data receberá um valor total de R$ 186,83.

Com a distribuição dos lucros, a rentabilidade das contas vinculadas do FGTS em 2025 será de 6,9%, acima da inflação registrada no mesmo período, de 4,26%, o que garante ganho real ao trabalhador, diz a Caixa. De acordo com a legislação, a remuneração do FGTS é baseada em TR (Taxa Referencial) + 3% ao ano, somada à distribuição de resultados.

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, quando esse cálculo não repuser o IPCA, caberá ao Conselho Curador do fundo determinar a forma de compensação. Na prática, a inflação é uma espécie de "piso" na correção dos saldos — mas apenas para os depósitos feitos a partir da decisão do Supremo.

O cálculo da remuneração do FGTS tem sido maior do que o IPCA desde 2016, ano em que o Conselho Curador do fundo passou a ser autorizado a distribuir até 99% dos resultados anuais. A única exceção foi 2021, quando houve um pico de inflação de 10,06%.

6,9%
é a rentabilidade das contas em 2025 com a distribuição do lucro

Segundo a Caixa, o FGTS registrou, em 2025, a maior arrecadação de sua história, de R$ 212,6 bilhões, crescimento de 10,4% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento da contribuição dos próprios empregadores.

Os saques totalizaram no ano passado R$ 190,4 bilhões, avanço de 18,3% ante o exercício anterior, fruto do contexto de "pleno emprego" e rotatividade dos trabalhadores, de acordo com o banco. As principais modalidades de saque foram: rescisão contratual e multa rescisória (31,3%); saque-aniversário (28,6%); habitação (14%); aposentadoria (7,5%); e multa rescisória do saque-aniversário (7,2%).

Segundo o balanço apresentado pela Caixa, o FGTS também registrou, em 2025, o maior volume histórico de desembolsos. Foram R$ 112 bilhões liberados em operações de crédito, alta de 1% em relação ao ano anterior.

O desempenho foi impulsionado pelo volume recorde de operações, com destaque para os financiamentos de infraestrutura, cujos desembolsos cresceram 57,9%; de saneamento, com alta de 27,5%; e de apoio à moradia, com avanço de 4,2% sobre 2024.

Já os ativos do FGTS alcançaram R$ 837,7 bilhões em 2025, impulsionados pelas operações de crédito e pelas aplicações financeiras. O patrimônio líquido teve crescimento de 6,1%, de R$ 118,7 bilhões em 2024 para R$ 126 bilhões no ano passado.

Desenrola de inadimplente terá mais 30 dias

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo vai prorrogar até 31 de agosto o programa Desenrola, de renegociação de dívidas para pessoas inadimplentes. O programa foi lançado em maio, mas com 90 dias de duração, portanto está próximo do prazo de encerramento.

"Então temos um último mês para aquelas pessoas que estão na fila para renegociar suas dívidas com os bancos", afirmou nesta terça-feira. O ato será publicado até sexta-feira.

O ministro disse que a prorrogação será feita sem custos adicionais para o Tesouro Nacional, porque os recursos existentes serão suficientes para cobrir as famílias que ainda podem renegociar suas dívidas.

"E as condições do programa se mantêm as mesmas do que foram originalmente [anunciadas]", disse.

Ele também disse que o prazo adicional vai ser importante, inclusive, para que as pessoas que hoje estão tentando acessar os programas para troca de carro ou moto possam resolver eventuais pendências que tenham nos bancos.

Segundo Durigan, o Desenrola Inadimplentes já beneficiou mais de 9 milhões de pessoas. Dessas, 2,5 milhões renegociaram suas dívidas bancárias e pagaram à vista, tendo a sua condição de acesso a crédito restabelecida. Outras 1,6 milhão de pessoas renegociaram débitos e estão pagando parceladamente. E outras 5 milhões de pessoas tiveram dívidas perdoadas, sendo desnegativadas, porque tinham débitos de até R$ 100.

"Acho que, com esse mês adicional, nós atingiremos um total de 10 milhões de pessoas beneficiadas", projetou Durigan.

O Desenrola Inadimplentes tem descontos de 30% e 90%, podendo chegar a 99% no caso do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). É elegível quem ganha até cinco salários mínimos (R$ 8.105). O teto de juros é de 1,99% ao mês, com até 48 parcelas e valor máximo de R$ 15 mil na dívida original. É permitido o uso de parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) para pagar as dívidas.

Há quem apareça numa era. E há quem atravesse todas elas. Só no Safra você une a solidez de uma história centenária à oportunidade da inteligência artificial.

Há 2 anos, o Safra identificou o potencial transformador da inteligência artificial e estruturou uma estratégia que alcançou mais de 600% do CDI*.

Mais do que investir em IA, no Safra você tem um banco com **visão para identificar as próximas transformações.**

Abra sua conta no Safra
e traga seus investimentos.

Safra
Quem **sabe,** Safra.

	Junho/2026	2026	12 meses	24 meses	Início / 2024
Fundo Safra Inteligência Artificial	**3,16%**	**48,15%**	**92,09%**	**120,95%**	**143,86%**
IMA-B (Índice do fundo)	-1,04%	4,08%	8,26%	16,19%	14,71%
Diferença IMA-B	4,21%	44,07%	83,83%	104,76%	129,15%
CDI	1,12%	6,85%	14,78%	28,70%	32,01%
% do CDI	**282,42%**	**703,30%**	**622,93%**	**421,42%**	**449,41%**

Autorregulação ANBIMA
Distribuição de Produtos de Investimento

***Período aferido: junho de 2025 a junho de 2026. Para mais informações sobre o fundo, acesse:** https://www.safra.com.br/external-files/documentos-externos/Fundo_Safra_IA.pdf. A rentabilidade divulgada refere-se ao rendimento acumulado nominal do fundo desde a data de sua constituição, sendo que tal rentabilidade foi alcançada pelo investidor que permaneceu com seus recursos aplicados no fundo neste mesmo período, de forma ininterrupta e sem resgates.

Ines249

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 1/2026 – FEUSP
PROCESSO SEI Nº: 154.00011641/2026-00

A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 1/2026 - FEUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA PLOTTER COLORIDA DE GRANDE FORMATO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/07/2026 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 10/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações publicas nacionais através do sítio **https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/07/2026, além da página do ComprasGov, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br.**

ALLOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 05.878.397/0001-32 - NIRE nº 33.3.0033251-1
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Junho de 2026

Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 23/06/2026, às 11 horas, via conferência. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Sr. Renato Feitosa Rique foi eleito para presidir os trabalhos e convidou a Sra. Paula Guimarães Fonseca para secretariar a reunião. **Deliberações:** Após a discussão da Ordem do Dia e a análise de todos os documentos pertinentes, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, e sem ressalvas, as seguintes deliberações: Aprovar a celebração do Primeiro Aditamento ao Protocolo e Justificação brMalls, conforme o **Anexo I** à presente ata; Aprovar a celebração do Primeiro Aditamento ao Protocolo e Justificação Tissiano, conforme **Anexo II** à presente ata e respetiva retificação do laudo de avaliação a valor contábil da Tissiano, conforme **Anexo III** à presente ata; e Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. Rio de Janeiro, 23/06/2026. **Presidente:** Sr. Renato Feitosa Rique; **Secretária:** Sra. Paula Guimarães Fonseca. **Membros do Conselho:** Renato Feitosa Rique, Peter Ballon, Marcos Haertel Vieira Lopes de Oliveira, Volker Kraft, Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira, Eduardo Christovam Galdi Mestieri, Marília Artimonte Rocca, Carla Schmitzberger, e Roberto Diniz Junqueira Neto. Rio de Janeiro, 23/06/2026. **Paula Guimarães Fonseca** - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: ALLOS S.A. NIRE: 333.0033251-1. Protocolo: 2026/00707491-0. Data do protocolo: 24/06/2026. Certifico o arquivamento em 26/06/2026 sob o número 00007863377. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 929906 7/2026 - PNCP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 888/2026– GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO: Nº 25.780.700-2. OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XXV – Produtos em pó para bebidas (mistura para preparo) nos sabores café com leite, cappuccino, chocolate, coco, baunilha e morango, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A aquisição será dividida em 6 (seis) lotes. VALOR MÁXIMO: R$ 141.776.000,00 (cento e quarenta e um milhões, setecentos e setenta e seis mil reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA**: 17 de agosto de 2026, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). MODO DE PARTICIPAÇÃO: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.transparencia.pr.gov.br INFORMAÇÕES: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8287. DATA: 28/07/2026. Unidade de Licitação.

Caso Master Pedidos de cooperação internacional já apresentados envolvem busca de iate avaliado em R$ 500 milhões e aeronave

Mendonça autoriza PF a rastrear bens de Vorcaro no exterior

Mateus Coutinho
De Brasília

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal (PF) a rastrear em outros países bens e valores ligados ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, apurou o **Valor**. A autorização também vale para outros investigados no caso do Banco Master.

O **Valor** apurou que já foram apresentados ao menos dois pedidos de cooperação internacional no âmbito do inquérito principal do caso Master, que investiga as fraudes envolvendo a tentativa de aquisição da instituição pelo Banco de Brasília (BRB). O primeiro, já autorizado por Mendonça, foi apresentado em maio. O segundo, ainda pendente de manifestação protocolar pela Procuradoria-Geral da República (PGR), foi apresentado em julho. A tendência é que Mendonça, relator do caso no STF, também dê prosseguimento a esse pedido. Ambos os pedidos foram feitos antes de o relator autorizar a investigação sobre repasses de Vorcaro para o filme Dark Horse, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, e não envolvem esse episódio.

O primeiro pedido envolve cooperação com a Alemanha e outros países para identificar e bloquear um iate de cerca de R$ 500 milhões encomendado por Vorcaro antes de sua prisão, além de outros bens e ativos. O segundo envolve uma aeronave ligada a Vorcaro nos EUA. Neste caso, há um receio entre os investigadores de que o mal-estar causado pela negativa recente de vistos do Brasil a autoridades americanas impacte as tratativas.

Nos dois pedidos, a PF solicita autorização do Supremo para compartilhar provas e informações das investigações com outros países com o objetivo de adotar "medidas destinadas à identificação, preservação, bloqueio e sequestro de produtos, proveitos e instrumentos de crime". Nas solicitações, a corporação cita exemplos de países com os quais pretende cooperar, mas não delimita todos que devem ser contatados.

> Em paralelo, já há um processo nos EUA movido pelo liquidante do Master para rastrear ativos do ex-banqueiro e de seus familiares

Nos pedidos, as autoridades brasileiras enviam um resumo com detalhes do caso e dos personagens envolvidos e pedem auxílio a autoridades de outros países para mapear se há algum bem ou ativo ligado aos personagens ou empresas citados na investigação. No caso do Brasil, o órgão responsável por fazer essa interlocução com outros países é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

Em paralelo aos esforços de cooperação dos investigadores brasileiros, já há um processo nos EUA movido pelo liquidante do Master para rastrear ativos do ex-banqueiro e seus familiares.

Procurada, a defesa de Vorcaro não comentou o assunto.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/07/26

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1	20.582,86	0,08	1,06	7,76
IRF-M	1+	24.640,23	0,34	0,31	4,80
IRF-M	Total	22.815,63	0,27	0,51	5,60
IMA-B	5	11.458,44	-0,03	1,13	7,69
IMA-B	5+	12.396,29	-0,32	0,16	2,37
IMA-B	Total	11.452,46	-0,19	0,60	4,70
IMA-S	Total	8.791,59	0,05	1,06	8,09
IMA-Geral	Total	10.237,88	0,04	0,83	6,71

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/07	13/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	35,38	42,01	34,83	30,33	31,49	37,64
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	27,65	27,49	29,62	28,98	27,64	29,80
Conta garantida pré - a.a.	65,28	62,41	60,78	53,89	57,62	45,94
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,83	23,36	23,48	22,28	22,28	24,78
Vendor pré - a.a.	19,29	19,29	19,96	19,77	20,92	19,88
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	21,88	23,59	24,71	21,98	23,39	21,68
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,97	19,67	19,80	19,30	20,81	19,03
Conta garantida pós - a.a.	28,47	28,33	27,71	27,88	28,65	27,31
ACC pós - a.a.	6,22	6,55	7,45	6,82	6,80	7,36
Factoring - a.m.	3,07	3,09	3,09	3,07	3,10	3,18

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/07/26	27/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6400	3,6200	3,6800	3,6200	4,3600
Média em 1 mês	-	3,6181	3,6157	3,6318	3,6328	4,3473
Média em 3 meses	-	3,6252	3,6264	3,6346	3,6356	4,3409
Média em 6 meses	-	3,6637	3,6642	3,6723	3,6759	4,3750
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	2,1850	2,1840	2,1820	2,1810	1,9230
Média em 1 mês	-	2,1853	2,1847	2,0343	2,0053	1,9244
Média em 3 meses	-	2,0467	2,0327	1,9712	1,9602	2,0472
Média em 6 meses	-	1,9966	1,9896	1,9586	1,9529	2,3046
Média em 1 ano	-	1,9761	1,9725	1,9565	1,9536	2,8436
Euribor ***						
1 mês	-	2,175	2,181	2,201	2,179	1,881
3 meses	-	2,454	2,456	2,324	2,291	2,016
6 meses	-	2,707	2,690	2,568	2,596	2,101
1 ano	-	2,982	2,912	2,728	2,764	2,131
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
T-Bill (1 mês)	3,70	3,75	3,71	3,68	3,64	4,33
T-Bill (3 meses)	3,85	3,90	3,84	3,83	3,75	4,34
T-Bill (6 meses)	4,04	4,02	4,02	3,99	3,93	4,26
T-Note (2 anos)	4,29	4,32	4,30	4,18	4,10	3,92
T-Note (5 anos)	4,38	4,41	4,42	4,23	4,13	3,97
T-Note (10 anos)	4,61	4,65	4,67	4,47	4,37	4,41
T-Bond (30 anos)	5,09	5,14	5,15	4,96	4,86	4,96

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	**jul/26***	**jun/26**	**mai/26**	**abr/26**	**mar/26**	**fev/26**	**Ano***	**12 meses****
Selic	1,06	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	7,97	14,78
CDI	1,06	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	7,97	14,78
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	1,01	1,01	6,06	11,86
Poupança (2)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
Poupança (3)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
IRF-M	0,51	0,69	0,68	1,24	-0,59	0,99	5,60	12,12
IMA-B	0,60	-1,04	0,31	1,81	0,17	1,79	4,70	8,26
IMA-S	1,06	1,12	1,09	1,09	1,27	1,01	8,09	14,99
Renda Variável								
Ibovespa	2,64	-1,01	-7,22	-0,08	-0,70	4,09	9,58	23,89
Índice Small Cap	-0,71	-3,28	-3,66	-3,16	-5,77	1,88	-5,25	-1,35
IBrX 50	2,66	-1,28	-7,48	-0,06	-0,26	4,27	10,29	24,75
ISE	1,02	0,31	-8,10	-1,64	-2,39	3,72	1,91	8,82
IMOB	-7,38	1,79	-3,63	-3,78	-9,36	8,09	-3,88	22,97
IDIV	2,28	1,79	-7,62	-1,18	-0,23	4,38	9,43	22,30
IFIX	-0,61	-1,21	-1,33	1,53	-1,06	1,32	0,84	9,96
Dólar Ptax (BC)	-1,14	2,37	1,37	-4,42	1,36	-1,54	-6,99	-5,14
Dólar Comercial (mercado)	-0,80	2,39	1,83	-4,38	0,87	-2,16	-6,69	-4,98
Euro (BC) (4)	-1,28	0,08	0,94	-2,67	-1,12	-2,29	-9,81	-7,98
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,14	0,30	1,20	-2,91	-1,37	-2,55	-9,55	-7,83
Ouro (BC)	-0,73	-9,71	0,33	-4,41	-10,73	2,72	-12,77	16,16
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,58	0,67	0,88	0,70	3,36	4,64
IGP-M	-	-0,50	0,84	2,73	0,52	-0,73	3,27	3,16

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 28/07/26. ** Até jun/26. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 23/07/26

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	**R$ milhões (1)**	**no dia**	**no mês**	**em 2026**	**em 12 meses**	**no dia**	**no mês**	**no ano**	**em 12 meses**
Renda Fixa	4.826.439,22					6.509,94	29.935,60	152.449,51	101.045,98
RF Indexados (2)	128.791,33	0,01	0,61	6,50	12,48	-26,48	793,02	-2.647,84	-8.573,02
RF Duração Baixa Soberano (2)	838.792,51	0,05	0,83	7,19	13,56	3.136,71	11.748,96	49.866,14	-14.634,01
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	1.053.883,85	0,05	0,91	7,80	14,67	794,16	5.070,44	-7.591,52	-52.210,38
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	302.239,99	0,05	0,05	7,79	14,70	307,08	4.882,35	11.934,76	25.889,86
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	213.268,22	0,03	0,46	6,55	10,47	-61,50	-1.075,70	-2.835,15	3.469,24
RF Duração Livre Soberano (2)	291.959,67	0,04	0,73	7,17	13,02	436,94	8.419,99	4.688,44	5.293,86
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	790.882,01	0,03	0,79	7,40	13,64	-620,42	10.401,24	2.137,65	-28.259,04
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	721.383,48	0,06	0,80	6,30	12,52	716,80	-12.920,72	9.190,79	108.202,21
Ações	676.349,25					62,31	-913,14	-6.645,51	-9.009,43
Ações Indexados (2)	13.675,28	-0,52	2,14	8,81	29,28	40,19	82,03	922,48	1.097,90
Ações Índice Ativo (2)	18.392,63	-0,60	1,41	6,47	25,00	-4,14	-84,03	-2.260,13	-4.917,12
Ações Livre	235.732,73	-0,76	0,26	2,03	18,77	4,31	-1.776,38	-9.068,70	-10.708,71
Fechados de Ações	78.505,66	-0,44	-0,31	-5,79	-5,34	-11,36	-188,91	-5.481,80	-6.868,38
Multimercados	1.548.568,35					-1.111,15	-4.489,14	-12.581,16	4.148,55
Multimercados Macro	97.843,73	-0,05	0,00	4,24	10,56	-123,15	-1.721,29	-7.925,33	-13.057,40
Multimercados Livre	578.686,99	0,01	0,43	5,31	13,22	-1.196,21	-2.254,63	-12.065,74	-15.959,93
Multimercados Juros e Moedas	39.280,40	0,10	0,89	7,35	13,83	-14,00	521,81	-2.215,79	-5.240,68
Multimercados Invest. no Exterior (2)	745.907,68	-0,09	-0,16	3,05	9,33	224,94	-956,91	8.593,16	39.363,75
Cambial	6.967,52	0,67	-1,21	-4,81	-3,14	-45,12	-664,30	193,53	168,93
Previdência	1.859.647,98					-180,08	-865,17	-8.648,22	-25.140,22
ETF	120.573,68					-33,15	2.307,13	34.822,20	54.081,74
Demais Tipos	2.761.778,61					1.677,14	2.726,88	89.333,20	48.156,75
Total Fundos de Investimentos	**9.038.546,00**					**5.202,75**	**25.310,98**	**159.590,36**	**125.295,56**
Total Fundos Estruturados (3)	**2.128.251,53**					**160,88**	**954,68**	**79.194,35**	**115.768,12**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.843,09**					-	-	-	-
Total Geral	**11.214.640,63**					**5.363,62**	**26.265,66**	**238.784,70**	**241.063,68**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2026 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/07/26	27/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	15,00
Selic - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
Selic - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
Selic - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,29	14,90
Selic - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,1195	1,2757
CDI - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
CDI - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
CDI - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,29	14,90
CDI - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,1195	1,2757
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,89	13,92	13,94	14,03	14,06	14,93
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,89	13,93	13,95	13,99	14,05	14,92
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,99	14,01	14,05	14,15	14,15	14,92
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,94	13,96	13,98	14,08	14,10	14,93
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,90	13,92	13,95	14,04	14,05	14,93
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,88	13,90	13,93	14,01	14,02	14,94
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,89	13,93	13,94	14,00	14,05	14,91
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,96	13,99	14,07	14,04	14,17	14,66

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/07/26

				Cotação - em % ao ano		
DI de 1 dia	**PU de ajuste**	**Taxa efetiva - em % ao ano**	**Contratos negociados**	**Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	99.790,17	14,149	64.638	14,146	14,158	14,151
Vencimento em set/26	98.709,30	13,991	233.054	13,974	13,993	13,985
Vencimento em out/26	97.647,54	13,930	275.437	13,911	13,939	13,928
Vencimento em nov/26	96.601,54	13,888	44.453	13,870	13,890	13,890
Vencimento em dez/26	95.662,71	13,875	53.362	13,865	13,880	13,870
Vencimento em jan/27	94.584,43	13,873	877.119	13,845	13,880	13,865
Vencimento em fev/27	93.607,12	13,890	3.220	13,870	13,890	13,885
Vencimento em mar/27	92.736,80	13,900	1.404	13,860	13,910	13,905
Vencimento em abr/27	91.684,77	13,908	99.002	13,855	13,920	13,905
Vencimento em mai/27	90.690,43	13,916	8.067	13,865	13,925	13,925
Vencimento em jun/27	89.749,63	13,928	1.353	13,885	13,940	13,940

				Cotação - R$/US$ 1.000,00		
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	5.124,90	0,15	174.080	5.114,50	5.134,50	5.131,50
Vencimento em set/26	5.160,57	0,15	4.995	5.150,00	5.169,00	5.169,00
Vencimento em out/26	5.194,96	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/26	5.226,75	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/26	5.256,65	-	0	0,00	0,00	0,00

				Cotação - R$/€ 1.000,00		
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	5.862,38	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/26	5.905,34	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/26	5.957,53	-	0	0,00	0,00	0,00

				Cotação - pontos do índice		
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	177.649	0,62	45.870	177.075	179.600	177.570
Vencimento em out/26	181.414	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/26	185.244	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/07/26

			Variações %			
Indicador	**Compra**	**Venda**	**No dia**	**No mês**	**No ano**	**12 meses**
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1171	5,1177	0,34	-1,14	-6,99	-8,41
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1210	5,1216	0,20	-0,80	-6,69	-8,39
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1455	5,3255	0,17	-0,89	-6,60	-8,34
Euro (BC) - (R$/€)	5,8335	5,8347	0,56	-1,28	-9,81	-10,06
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8314	5,8320	0,35	-1,14	-9,55	-9,99
Euro Turismo (R$/€)	5,8976	6,0776	0,32	-1,21	-9,47	-10,21
Euro (BC) - (US$/€)	1,1400	1,1401	0,22	-0,15	-3,03	-1,80
Ouro						
Banco Central (R$/g)	665,5092	665,5872	-0,46	-0,73	-12,77	11,78
Nova York (US$/onça troy)¹	-	4.028,19	-1,09	0,56	-6,86	21,61
Londres (US$/onça troy)¹	-	4.037,70	-1,31	0,52	-6,27	20,95

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

			No fim de		Variação - em %		
Índice	**28/07/26**	**27/07/26**	**jun/26**	**dez/25**	**dia**	**mês**	**Ano**
Valor-Coppead Performance	174.730,13	174.587,11	169.363,20	187.981,61	0,08	3,17	-7,05
Valor-Coppead Mínima Variância	120.590,92	119.287,90	115.631,74	112.063,66	1,09	4,29	7,61

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	5,625	-	-
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	6,4	-	-
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/30	48	2.360	4	4,24	145,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/33	84	1.770	4,875	5,031	210,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/36	120	1.770	5,5	5,627	255,0
Minerva	22/04/26	22/04/36	120	600	7,5	7,65	-
Rede D'Or	abr/26	abr/36	120	500	6,55	6,55	255,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/07/26. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação. (2) Emissão em euros - spread sobre o Mid-swap

ADR - Índices

Em 28/07/26

			Em			Variação - em %			
Índice	**28/07/26**	**27/07/26**	**30/06/26**	**31/12/25**	**28/07/25**	**dia**	**mês**	**ano**	**12 meses**
S&P BNY	265,45	266,59	273,67	236,21	207,55	-0,43	-3,00	12,38	27,90
S&P BNY Emergentes	574,20	580,59	634,48	520,39	449,71	-1,10	-9,50	10,34	27,68
S&P BNY América Latina	275,85	277,20	270,61	237,47	198,19	-0,49	1,94	16,16	39,19
S&P BNY Brasil	260,84	261,23	251,68	216,99	185,06	-0,15	3,64	20,21	40,95
S&P BNY México	403,79	407,33	412,49	364,17	311,50	-0,87	-2,11	10,88	29,63
S&P BNY Argentina	445,42	453,77	433,37	420,37	369,81	-1,84	2,78	5,96	20,45
S&P BNY Chile	233,77	236,38	241,89	228,03	160,29	-1,11	-3,36	2,52	45,84
S&P BNY Índia	2.426,79	2.377,39	2.443,84	3.194,82	3.357,71	2,08	-0,70	-24,04	-27,72
S&P BNY Ásia	347,78	351,50	369,73	311,85	274,46	-1,06	-5,94	11,52	26,71
S&P BNY China	355,20	352,34	315,85	436,07	406,80	0,81	12,46	-18,54	-12,68
S&P BNY África do Sul	390,50	396,89	391,17	497,42	304,00	-1,61	-0,17	-21,50	28,45
S&P BNY Turquia	27,43	27,18	28,76	26,22	26,97	0,91	-4,63	4,59	1,68

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/07 a 11/08	0,1695	0,6703	0,6703	1,0088
12/07 a 12/08	0,1713	0,6722	0,6722	1,0571
13/07 a 13/08	0,1731	0,6740	0,6740	1,1054
14/07 a 14/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1042
15/07 a 15/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1039
16/07 a 16/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0540
17/07 a 17/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0081
18/07 a 18/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0082
19/07 a 19/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0564
20/07 a 20/08	0,1731	0,6740	0,6740	1,1046
21/07 a 21/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1089
22/07 a 22/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1084
23/07 a 23/08	0,1714	0,6723	0,6723	1,0610
24/07 a 24/08	0,1695	0,6703	0,6703	1,0089
25/07 a 25/08	0,1695	0,6703	0,6703	1,0104
26/07 a 26/08	0,1713	0,6722	0,6722	1,0587
27/07 a 27/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1071

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/07/26

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
		Variação % em reais			
Ibovespa	176.565	0,70	2,64	9,58	33,63
IBrX	74.402	0,65	2,50	9,39	33,23
IBrX 50	29.739	0,64	2,66	10,29	34,38
IEE	126.964	0,94	-0,88	3,18	32,02
SMLL	2.184	0,50	-0,71	-5,25	5,23
ISE	4.251	0,45	1,02	1,91	18,97
IMOB	1.265	0,07	-7,38	-3,88	23,60
IDIV	12.568	0,57	2,28	9,43	29,65
IFIX	3.807	0,24	-0,61	0,84	10,96
		Variação % em dólares			
Ibovespa	34.501	0,36	3,82	17,82	45,90
IBrX	14.538	0,31	3,68	17,61	45,47
IBrX 50	5.811	0,30	3,85	18,58	46,72
IEE	24.809	0,60	0,26	10,93	44,15
SMLL	427	0,17	0,43	1,87	14,89
ISE	831	0,11	2,18	9,58	29,90
IMOB	247	-0,27	-6,31	3,34	34,95
IDIV	2.456	0,24	3,46	17,65	41,55
IFIX	744	-0,10	0,53	8,42	21,15

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Criptomoedas

Desempenho das criptos em 28/07/26*

		Variações (%)	
Cripto	**Cotação US$**	**dia**	**12 meses**
Bitcoin	63.932,01	-1,04	-45,85
Ethereum	1.921,07	-0,48	-49,43
Solana	74,00	-1,63	-59,59
XRP	1,07	-1,25	-65,84
Cardano	0,16	2,91	-79,48
Chainlink	8,42	-1,70	-53,53
Celestia (TIA)	0,33	-0,87	-82,60
Litecoin	46,24	-0,56	-57,59
Uniswap	3,91	4,13	-62,67

Fontes: Binance e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * até o fechamento desta edição.

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/25	370.828	16/07/26	371.580
dez/25	372.984	17/07/26	371.825
jan/26	379.117	20/07/26	371.450
fev/26	382.824	21/07/26	371.505
mar/26	372.752	22/07/26	371.653
abr/26	376.713	23/07/26	370.348
mai/26	377.237	24/07/26	370.899
jun/26	371.608	27/07/26	371.065

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/07/26	27/07/26	24/07/26	23/07/26	22/07/26	21/07/26
Índice	2.668,03	2.662,51	2.657,35	2.646,78	2.652,83	2.654,90
Var. no dia	0,21%	0,19%	0,40%	-0,23%	-0,08%	0,01%
Var. no mês	0,76%	0,55%	0,35%	-0,05%	0,18%	0,26%
Var. no ano	6,24%	6,02%	5,81%	5,39%	5,63%	5,72%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/07/26

	Em US$ *		Em R$ **	
Moeda	**Compra**	**Venda**	**Compra**	**Venda**
Baht (Tailândia)	33,4500	33,4800	0,15280	0,15300
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1171	5,1177
Bolívar Soberano (Venezuela)	740,9535	742,8105	0,0068890	0,0069070
Boliviano (Bolívia)	11,3000	11,4500	0,4469	0,4529
Colon (Costa Rica)	450,0400	460,0000	0,011120	0,011370
Coroa (Dinamarca)	6,5562	6,5572	0,7804	0,7806
Coroa (Islândia)	124,5800	124,8700	0,04098	0,04108
Coroa (Noruega)	9,6818	9,6976	0,5277	0,5286
Coroa (Rep. Tcheca)	21,1930	21,2030	0,2413	0,2415
Coroa (Suécia)	9,6789	9,6807	0,5286	0,5287
Dinar (Argélia)	132,6340	133,9610	0,03820	0,03859
Dinar (Kuwait)	0,3079	0,3080	16,6140	16,6213
Dinar (Líbia)	6,4163	6,4401	0,7946	0,7976
Direitos Especiais de Saque ***	1,3546	1,3546	6,9316	6,9324
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6725	3,6727	1,3933	1,3935
Dirham (Marrocos)	9,3817	9,3897	0,5450	0,5455
Dólar (Austrália)***	0,6982	0,6983	3,5728	3,5737
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1171	5,1177
Dólar (Belize)	2,0002	2,0222	2,5305	2,5586
Dólar (Canadá)	1,4091	1,4094	3,6307	3,6319
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	6,1283	6,1845
Dólar (Cingapura)	1,2909	1,2916	3,9618	3,9644
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1171	5,1177
Dólar (Hong Kong)	7,8404	7,8407	0,6526	0,6527
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5796	0,5799	2,9659	2,9678
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7597	6,8260	0,7496	0,7571
Euro (Comunidade Européia)***	1,1400	1,1401	5,8335	5,8347
Florim (Aruba)	1,7800	1,8400	2,7810	2,8751
Franco (Suíça)	0,8169	0,8172	6,2617	6,2648
Guarani (Paraguai)	6005,6900	6025,8700	0,0008492	0,0008521
Hryvnia (Ucrânia)	44,9954	45,0120	0,1137	0,1137
Iene (Japão)	163,6500	163,6700	0,03126	0,03127
Libra (Egito)	50,4500	50,5500	0,1012	0,1014
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000057	0,000057
Libra (Síria)	121,5500	122,5500	0,04176	0,04210
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3306	1,3313	6,8088	6,8132
Naira (Nigéria)	1363,5200	1366,7700	0,00374	0,00375
Lira (Turquia)	47,3744	47,3844	0,1080	0,1080
Novo Dólar (Taiwan)	32,3400	32,3700	0,15810	0,15820
Novo Sol (Peru)	3,4014	3,4056	1,5026	1,5046
Peso (Argentina)	1499,5000	1500,0000	0,00341	0,00341
Peso (Chile)	933,3000	935,1000	0,005472	0,005483
Peso (Colômbia)	3202,6300	3210,6300	0,001594	0,001598
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2132	0,2132
Peso (Filipinas)	61,4780	61,5000	0,08320	0,08324
Peso (México)	17,4199	17,4310	0,2936	0,2938
Peso (Rep. Dominicana)	57,8200	58,2000	0,08792	0,08851
Peso (Uruguai)	40,2000	40,2400	0,12720	0,12730
Rande (África do Sul)	16,6437	16,6496	0,3073	0,3075
Rial (Arábia Saudita)	3,7539	3,7541	1,3631	1,3633
Rial do Qatar (Qatar)	3,6455	3,6460	1,4035	1,4038
Rial (Irã)	1374705,0000	1375205,0000	0,0000037	0,0000037
Ringgit (Malásia)	4,0890	4,0950	1,2496	1,2516
Rublo (Rússia)	78,6500	78,6700	0,06505	0,06507
Rúpia (Índia)	95,8525	95,8625	0,05338	0,05339
Rúpia (Indonésia)	18055,0000	18065,0000	0,0002833	0,0002835
Rúpia (Paquistão)	277,6500	277,9000	0,01841	0,01843
Shekel (Israel)	3,0486	3,0505	1,6775	1,6787
Won (Coréia do Sul)	1453,2700	1453,5100	0,003521	0,003522
Yuan Renminbi (China)	6,7710	6,7715	0,7557	0,7558
Zloty (Polônia)	3,7907	3,7916	1,3496	1,3501

	Cotações		Em R$(1)	
	Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	4045,25	0,00769	665,5092	665,5872

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

						Variações %			Em 12 meses	
País	**Cidade**	**Índice**	**28/07/26**	**27/07/26**	**No dia**	**No mês**	**No ano**	**Em 12 meses**	**Menor índice**	**Maior índice**
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	52.747,32	52.210,08	1,03	0,82	9,75	17,64	43.588,58	53.055,91
EUA	Nova York	Nasdaq-100	27.763,13	28.039,21	-0,98	-8,30	9,95	18,87	22.763,31	30.660,60
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	24.876,91	24.932,08	-0,22	-5,10	7,03	17,46	20.650,13	27.093,90
EUA	Nova York	S&P 500	7.428,78	7.413,18	0,21	-0,94	8,52	16,26	6.238,01	7.609,78
Canadá	Toronto	S&P/TSX	35.749,70	35.568,14	0,51	2,56	12,73	30,45	27.020,43	35.749,70
México	Cidade do México	IPC	67.307,54	67.157,91	0,22	0,51	4,66	17,91	56.650,26	71.601,35
Colômbia	Bogotá	COLCAP	2.301,24	2.282,91	0,80	1,42	11,28	30,57	1.751,56	2.521,54
Venezuela	Caracas	IBVC	5.135,29	5.158,53	-0,45	-10,33	146,62	860,60	528,11	6.964,71
Chile	Santiago	IPSA	10.879,65	10.964,11	-0,77	0,37	3,80	34,74	8.074,31	11.627,58
Peru	Lima	S&P/BVL General	-	-	-	-	-	4,64	33.022,36	34.937,73
Argentina	Buenos Aires	Merval	3.256.361,65	3.305.315,90	-1,48	2,77	6,71	47,11	1.683.959,61	3.379.771,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.904,55	1.905,04	-0,03	-1,13	10,69	19,91	4.087,82	5.056,38
Alemanha	Frankfurt	DAX	25.464,01	25.361,03	0,41	1,87	3,98	6,23	22.300,75	25.817,89
França	Paris	CAC-40	8.458,78	8.406,06	0,63	0,65	3,80	8,43	7.546,16	8.620,93
Itália	Milão	FTSE MIB	51.698,19	52.054,95	-0,69	0,03	15,03	26,92	39.942,82	52.959,14
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	5.745,96	5.707,41	0,68	-0,09	13,14	25,07	4.565,37	5.813,65
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.644,67	1.621,91	1,40	2,85	2,27	-8,60	1.356,45	1.799,34
Espanha	Madri	IBEX-35	19.727,00	19.741,30	-0,07	1,31	13,98	38,73	14.126,70	19.852,40
Grécia	Atenas	ASE General	2.521,18	2.517,84	0,13	2,50	18,88	29,28	1.950,12	2.560,34
Holanda	Amsterdã	AEX	1.092,50	1.081,13	1,05	1,14	14,84	20,31	883,89	1.102,38
Hungria	Budapeste	BUX	144.278,74	144.473,37	-0,13	3,14	29,94	42,42	98.014,87	144.765,41
Polônia	Varsóvia	WIG	144.132,02	144.284,37	-0,11	6,26	22,94	34,98	103.935,91	145.201,06
Portugal	Lisboa	PSI-20	9.134,58	9.122,03	0,14	0,02	10,54	19,05	7.626,71	9.484,93
Rússia	Moscou	RTS*	877,11	895,16	-2,02	-7,19	-21,27	-18,87	786,94	1.185,76
Suécia	Estocolmo	OMX	3.224,22	3.217,89	0,20	0,66	11,84	24,51	2.533,59	3.247,03
Suíça	Zurique	SMI	14.571,33	14.421,97	1,04	2,66	9,83	22,29	11.755,32	14.571,33
Turquia	Istambul	BIST 100	13.687,86	13.774,77	-0,63	-3,07	21,55	29,84	10.208,76	15.133,54
Israel	Tel Aviv	TA-125	4.023,47	4.095,62	-1,76	0,31	9,82	29,59	2.941,06	4.481,04
África do Sul	Joanesburgo	All Share	109.904,10	110.109,60	-0,19	-0,37	-5,12	11,36	97.744,13	128.455,70
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	62.364,92	64.931,19	-3,95	-10,99	23,89	52,12	40.290,70	72.366,34
Austrália	Sidney	All Ordinaries	9.112,00	9.063,80	0,53	1,40	1,03	1,66	8.552,60	9.435,60
China	Shenzhen	SZSE Composite	2.410,42	2.490,11	-3,20	-15,15	-4,76	8,97	2.175,10	2.949,07
China	Xangai	SSE Composite	3.813,31	3.858,25	-1,16	-6,87	-3,92	5,99	3.559,95	4.242,57
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	6.023,66	6.755,75	-10,84	-28,94	42,94	87,68	3.119,41	9.114,55
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	25.310,85	25.207,18	0,41	10,62	-1,25	-0,98	22.671,86	27.968,09
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.765,92	76.835,78	-0,09	0,38	-9,92	-5,10	71.947,55	85.762,01
Indonésia	Jacarta	JCI	6.130,59	6.185,78	-0,89	8,64	-29,10	-19,49	5.342,14	9.134,70
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.624,47	-	2,09	28,96	33,47	1.218,33	1.652,97
Taiwan	Taipé	TAIEX	41.603,36	43.634,19	-4,65	-9,80	43,64	77,69	23.201,52	47.741,51

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

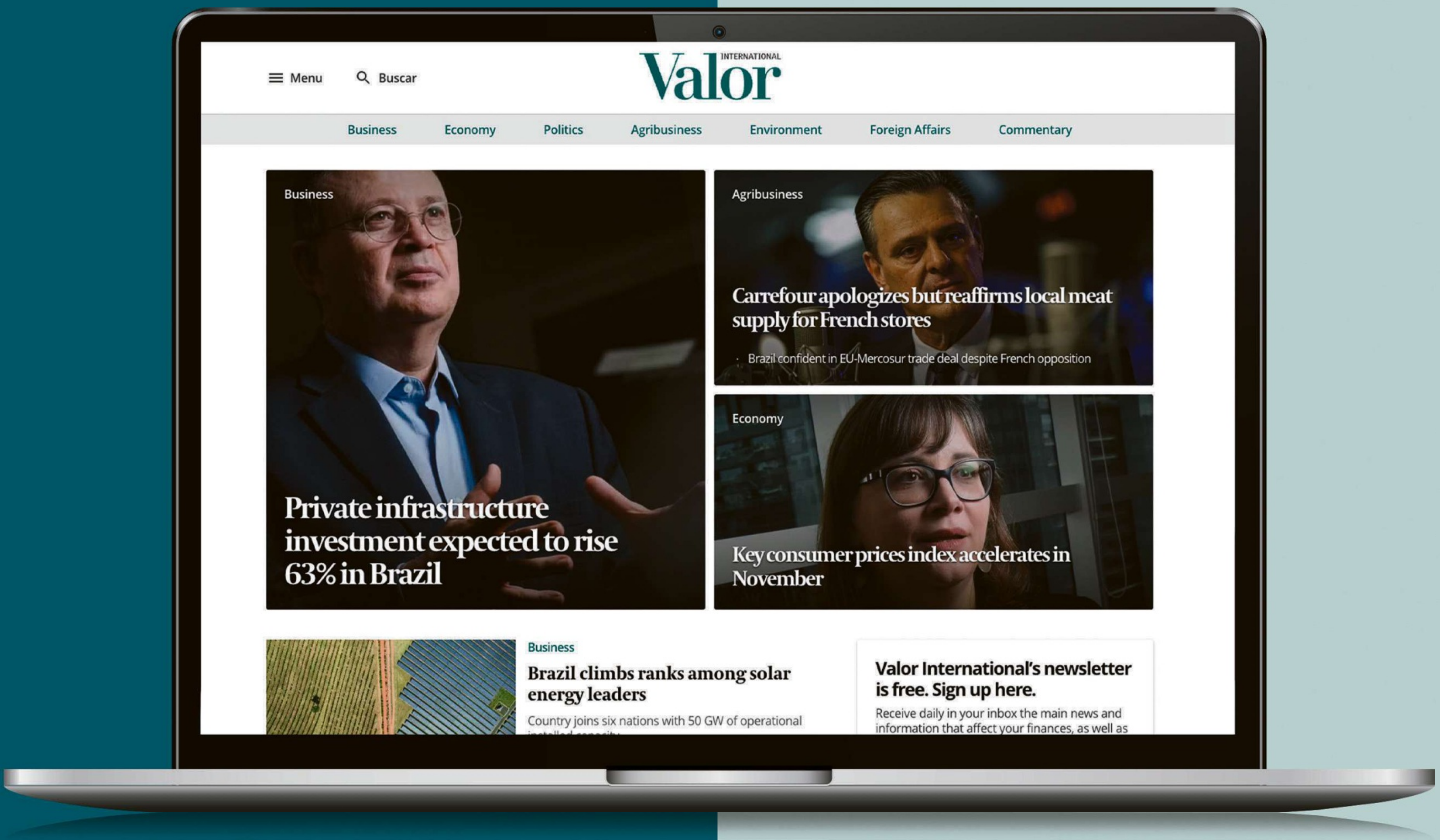
Valor INTERNATIONAL

Valuable insights for foreign investors in Brazil

Maior cobertura para investidores estrangeiros no Brasil

Whether you are an experienced investor or someone planning to invest in Brazil, **Valor International** is your trusted resource for a comprehensive understanding of the country's economic and political environment.

Seja você um investidor experiente ou alguém que pretende investir no Brasil, o **Valor International** é a referência para entender o cenário econômico e político do país de forma clara e aprofundada.



Business

Private infrastructure investment expected to rise 63% in Brazil

Agribusiness

Carrefour apologizes but reaffirms local meat supply for French stores

- Brazil confident in EU-Mercosur trade deal despite French opposition

Economy

Key consumer prices index accelerates in November

Business

Brazil climbs ranks among solar energy leaders

Country joins six nations with 50 GW of operational

Valor International's newsletter is free. Sign up here.

Receive daily in your inbox the main news and information that affect your finances, as well as

Sign up for the
Valor International newsletter
and stay always informed!

valorinternational.com.br

Inscreva-se agora na newsletter
do **Valor International**
e fique sempre bem-informado!

valorinternational.com.br

Valor utilizes generative AI to translate its content, with oversight from the editorial team to ensure accuracy. In accordance with Grupo Globo's Editorial Principles, the texts contain notices indicating the use of AI under human supervision.

O **Valor** utiliza IA generativa na tradução dos conteúdos, sempre supervisionados pela equipe editorial para garantir precisão. Em conformidade com os Princípios Editoriais do Grupo Globo, os textos incluem avisos indicando o uso de IA sob supervisão humana.

Valor INTERNATIONAL

Ines249

Apostas e alavancagem no mercado financeiro

Palavra do Consultor

Marcelo d'Agosto

Desde a renúncia de João Pedro Nascimento, em julho de 2025, até a nomeação de Otto Lobo, em junho de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) funcionou com um presidente interino e a diretoria incompleta.

Esse descaso com um órgão regulador pode ser problemático. Isso porque, mesmo com as instituições responsáveis por supervisionar o mercado de capitais trabalhando normalmente, vários problemas podem aparecer.

Um exemplo é o mercado de ações na Coreia. Duas empresas coreanas, Samsung Electronics e SK Hynix, representam atualmente 66% da capitalização do mercado.

Os índices que medem a variação do mercado acionário, como o Ibovespa ou o índice coreano Kospi, são construídos levando em conta o valor de mercado de cada companhia. E esse valor de mercado é dado pela multiplicação do preço por ação que está sendo negociado na bolsa pelo total de ações emitidas pela companhia.

A utilização da capitalização de mercado é um padrão do mercado financeiro. A ideia é que essa ponderação do índice da bolsa pelo tamanho de cada companhia tenha correspondência com a importância relativa da empresa na economia do país.

Teoricamente, as empresas com faturamento e lucros maiores são mais valiosas, empregam mais pessoas, contratam mais fornecedores e pagam mais impostos. Portanto, são mais determinantes para o crescimento econômico do país.

A Samsung Electronics e a SK Hynix produzem chips que são usados nos grandes data centers usados pelos desenvolvedores de programas de inteligência artificial (IA). Portanto, atuam no setor econômico mais dinâmico da economia mundial no momento.

Como o jogo no mercado acionário é tentar prever o que pode acontecer no futuro, vários investidores coreanos, especialmente no varejo, decidiram apostar nas ações das duas companhias. São investimentos que podem apresentar valorizações expressivas caso as projeções sobre a revolução da IA venham a ser confirmadas.

Para comprar essas ações e participar dos ganhos potenciais, o investidor pode fazer o caminho tradicional. Sacar seus recursos depositados no banco, e que estão rendendo juros proporcionalmente irrisórios quando comparados à expectativa de retorno de empresas atuantes num setor promissor, buscar uma corretora e comprar as ações.

Mas pode ser que seja injusto que apenas os investidores mais afluentes, com recursos depositados em bancos, tenham acesso a essa oportunidade. Se o retorno potencial é tão bom, faz sentido tomar dinheiro emprestado para comprar as ações dessas companhias. Afinal, o ganho com o investimento pode ser muito superior aos juros do empréstimo.

Para tornar o mercado ainda mais acessível, é razoável que as corretoras ofereçam produtos financeiros mais eficientes. Por exemplo, em vez de tomar um empréstimo, o investidor pode comprar um derivativo vinculado à diferença entre o ganho com as ações e o custo do empréstimo. Tudo empacotado e estruturado por uma instituição financeira.

Um passo adicional pode ser dado por meio do investimento em um ETF alavancado. Trata-se de um fundo de investimento negociado na bolsa em que o gestor escolhe as melhores opções para financiar a compra da maior quantidade possível de ações a partir de um certo capital.

Como o ETF alavancado é acessível a qualquer investidor com conta em uma corretora, é uma democratização de um mercado que, de outra forma, seria restrito a poucos.

Todos esses produtos foram aprovados pelos reguladores coreanos. Essa conjuntura fez a bolsa da Coreia triplicar de valor desde o começo de 2025. No entanto, desde junho deste ano o índice Kospi recuou 25%.

O principal motivo foi que os investidores passaram a adotar uma postura de apostas de curto prazo sobre o desempenho das duas maiores companhias coreanas. Isso porque, além de apostar na alta, é possível investir para lucrar com a baixa das ações.

Os ETFs alavancados precisam ajustar as carteiras conforme o sobe e desce diário da cotação das ações. E na mesma direção do movimento de preços.

Assim acontece uma situação estranha para os padrões tradicionais e conservadores do mercado financeiro. Se a ação sobe, o fundo precisa comprar mais papéis, contribuindo para aumentar ainda mais os preços. Mas, se as ações caem, o ETF é obrigado a vender, jogando mais lenha na fogueira da queda dos preços.

Os reguladores coreanos estão preocupados com a oscilação do índice Kospi. Afinal, essa volatilidade é ruim para as demais empresas que fazem parte do índice. E prejudica, também, a percepção de solidez da economia coreana. No entanto, a ideia de simplesmente proibir os ETFs alavancados nessa altura do campeonato parece fora de questão.

O ponto importante que pode servir de lição para o Brasil é a necessidade de manter órgãos reguladores capacitados para acompanhar os desenvolvimentos no mercado de capitais no Brasil e no mundo.

A recomposição da diretoria da CVM é apenas um primeiro passo para reequipar a autarquia.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Governança Para o colegiado, não havia evidências ou provas suficientes de irregularidades

CVM absolve ex-IRB acusados de informação seletiva e falsa

Liane Thedim
Do Rio

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu Fernando Passos, ex-vice-presidente financeiro (CFO) do IRB Brasil Re, e José Carlos Cardoso, ex-presidente da resseguradora. Passos foi acusado de irregularidades que teriam ocorrido entre 2019 e 2020, como divulgação seletiva de informações sigilosas e relevantes; prestar informação falsa ao mercado; autorizar recompra irregular de ações; e liberalidade na aprovação de pagamentos indevidos de bônus milionários. Cardoso também foi incluído na acusação relacionada à aprovação dos bônus.

Em três acusações, a absolvição foi por maioria e em duas, por unanimidade. O caso, aberto em 2020, teve relatoria do então diretor e atual presidente, Otto Lobo, que votou em dezembro de 2025 pela absolvição dos dois em todas as acusações. Em relação a Passos, afirmou que não houve provas suficientes que permitissem comprovar responsabilidade. Quanto a Cardoso, disse que não há evidências de que tenha atuado de forma irregular.

Na ocasião, o julgamento foi suspenso após pedido de vista do superintendente Luis Felipe Lobianco, substituto da diretora Marina Copola, que se declarou impedida. A sessão foi retomada em junho deste ano, quando Lobianco votou pela condenação de Passos em três acusações, absolvição em uma e pela absolvição de Cardoso. Novamente interrompido por pedido de vista do diretor João Accioly, o julgamento retornou ontem. Accioly e o novo diretor Igor Muniz, nomeado no início de junho, votaram pela absolvição.

Segundo a Superintendência de Processos Sancionadores (SPS), que formulou a acusação, Passos divulgou ao mercado comunicado considerado falso ao negar a renúncia do então presidente do conselho de administração do IRB, Ivan Monteiro, mesmo após o protocolo formal do pedido de demissão do executivo.

A acusação sustentou ainda que Passos executou um programa de recompra de ações acima do limite autorizado pelo conselho, adquirindo 7,85 milhões de papéis quando o teto seria de 5 milhões.

Outro ponto central envolvia a autorização de pagamentos de bônus considerados irregulares. A SPS apontou que Passos e Cardoso teriam praticado atos de liberalidade ao autorizar a distribuição de cerca de R$ 46,6 milhões em prêmios a executivos, incluindo eles próprios, relacionados a vendas de ativos. Para a área técnica, os pagamentos teriam desrespeitado limite aprovado em assembleia e não passaram pelos comitês internos.

O processo julgado ontem foi instaurado a partir de investigações iniciadas para outro processo, pelo qual Passos foi condenado em 2024, por unanimidade, à multa de R$ 20 milhões por manipulação de preços de ações. Já Cardoso foi absolvido, também por unanimidade, da acusação de descumprimento do dever de diligência — o colegiado entendeu que ele confiou nas informações de Passos.

Segundo o relator do caso que resultou na condenação, o então diretor Daniel Maeda, as provas mostraram que Passos foi a origem da informação falsa de que a Berkshire Hathaway havia adquirido participação no IRB, em reunião com analistas em fevereiro de 2020. O voto afirma que ele adulterou documentos internos e criou mecanismos para dar credibilidade à informação. Poucos dias depois, a Berkshire afirmou que não pretendia investir na empresa. A negativa desencadeou queda das ações do IRB, que haviam subido com a informação falsa anterior.

Procurado, o IRB não respondeu ao pedido de comentário. A defesa de Passos afirmou que "a verdade dos fatos "prevaleceu neste julgamento de integral absolvição." Já a de Cardoso ressaltou que é a segunda vez que a CVM absolve o ex-CEO, que por anos "respondeu a uma acusação grave por fatos dos quais sequer tinha conhecimento."

Crédito imobiliário surpreende e cresce 23% no semestre

Do Rio

Com emprego e renda se mantendo fortes no país, apesar dos juros altos, o desempenho do crédito imobiliário foi melhor que o esperado no primeiro semestre, com crescimento de 23% frente ao mesmo período do ano passado. O avanço levará a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) a revisar suas projeções para o ano, segundo o presidente da instituição, Michel Cury. A estimativa divulgada em janeiro indicava expansão de 16% e volume aproximado de R$ 375 bilhões.

"O setor mantém trajetória positiva, com desempenho acima das expectativas até junho, mas depende de uma base de funding mais ampla e diversificada", afirmou.

O executivo fez também a ressalva de que o crescimento no semestre ocorreu a partir de uma base de comparação fraca no financiamento à construção do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) no início de 2025 e que o resultado deste ano representa um retorno aos patamares observados entre 2021 e 2024.

Por outro lado, as concessões com recursos do FGTS, sobretudo no programa Minha Casa Minha Vida, alcançaram patamar expressivo, com avanço de 22%. E, no próprio SBPE, o financiamento para aquisição de imóveis cresceu 12%.

A entidade informou que as concessões de crédito imobiliário no Brasil somaram R$ 180,9 bilhões no primeiro semestre de 2026, enquanto entre janeiro e junho do ano passado o total havia sido de R$ 147,1 bilhões. Ao todo, foram financiados aproximadamente 850 mil imóveis entre janeiro e junho, considerando operações com recursos de SBPE, FGTS e fontes livres.

Cury, que assumiu a presidência da Abecip em março, frisou que a poupança não consegue mais, isoladamente, acompanhar a expansão da demanda. No primeiro semestre de 2026, a captação líquida da aplicação ficou negativa em R$ 31 bilhões, ante retiradas líquidas de R$ 38 bilhões no mesmo período de 2025.

Ao mesmo tempo, a carteira de crédito imobiliário vinculada ao SBPE chegou a R$ 601 bilhões, o que equivale a 121% dos recursos que precisam ser direcionados ao segmento (de R$ 764 bilhões no SBPE em junho deste ano, R$ 535 bilhões correspondem ao que é exigido por lei para a habitação). Cury citou instrumentos de captação bancária, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) como fontes que vêm ganhando relevância para compensar a poupança.

Concessões com recursos do FGTS, sobretudo no programa Minha Casa Minha Vida, avançaram 22%

DIVULGAÇÃO

Cury: crédito imobiliário precisa de funding mais amplo e diversificado

Os financiamentos com recursos do SBPE foram os que tiveram o maior avanço, com concessões para aquisição e construção que somaram R$ 93,7 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 29% frente aos R$ 72,9 bilhões do mesmo período de 2025. Já no caso do crédito para construção, o volume passou de R$ 12,8 bilhões para R$ 26,5 bilhões, alta de 107%. Para aquisição de imóveis, o volume de financiamentos foi de R$ 67,2 bilhões, um aumento de 12%. Mais de 70% das operações foram feitas para compra de imóveis usados, de um total de 130 mil unidades no semestre.

As concessões via FGTS, por sua vez, atingiram R$ 77,6 bilhões, com impulso do Minha Casa Minha Vida. Já os financiamentos com recursos livres tiveram queda de 8% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R$ 9,6 bilhões frente aos R$ 10,4 bilhões do ano anterior. Esses empréstimos são as operações que não usam o funding da poupança ou do FGTS e servem principalmente para imóveis de valor mais alto ou fora do padrão regulado, como os imóveis comerciais ou a aquisição de segundo imóvel para investimento.

Ainda conforme os dados da Abecip, o Crédito com Garantia de Imóvel (CGI) somou R$ 6,67 bilhões entre janeiro e junho de 2026, o que significa crescimento de 30,9% frente aos R$ 5,10 bilhões do mesmo período de 2025. *(LT)*

Demanda por criptoativos cresce 135% na 1ª metade de 2026, diz BC

Hamilton Ferrari
De Brasília

A demanda por criptoativos no Brasil saltou 135% no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo estatísticas divulgadas pelo Banco Central (BC) nesta terça-feira. Os dados apontam que a aquisição de ativos virtuais de janeiro a junho totalizou US$ 14,68 bilhões, ante US$ 6,24 bilhões registrados em 2025. Apenas em junho, o montante atingiu US$ 2,54 bilhões, superando o US$ 1,48 bilhão de junho do ano passado.

A autoridade monetária busca mensurar a compra de criptomoedas por residentes no país, com foco em empresas que negociam ativos virtuais (traders). Esse levantamento estatístico do BC é feito a partir de criptoativos que possuem um emissor identificado.

"A demanda por residentes no Brasil por criptoativos tem crescido", afirmou o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha. "O mercado de criptoativo é relativamente novo, já não tão novo assim. Ainda está em expansão, tanto no Brasil quanto no mundo. Está se consolidando e se descobrindo aplicações e usos."

US$ 2,5 bi
foi o montante de criptomoedas adquiridas em junho

Rocha ressaltou que, há alguns anos, a procura concentrava-se principalmente em bitcoin ou em moedas de maior volatilidade (não estáveis). No entanto, o interesse do mercado brasileiro migrou para as stablecoins — moedas digitais emparelhadas a divisas tradicionais, como o dólar e o real.

"Mudou radicalmente. Mais de cerca de 90% a 95% da demanda que o Banco Central identifica são por stablecoins, que podem ser usadas como ativos ou como forma de investimento, mas, principalmente, tendem a ser usadas como meios de pagamento e outras formas de liquidar transações."

Apesar dos avanços, ele ponderou que as estatísticas sobre o uso de criptomoedas ainda precisam de aprimoramentos. Hoje, o BC monitora de forma limitada os contratos cambiais firmados pelas prestadoras do serviço, não dispondo de detalhes sobre a destinação final dos recursos dentro do balanço de pagamentos.

"É como se a gente tivesse acesso às fontes desses recursos, mas não sabe, exatamente, o uso", pontuou. "A partir do ano que vem, teremos uma visão mais completa."

A partir de 1º de janeiro de 2027, as plataformas de criptoativos e as sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais (SPSAV) deverão se adequar ao arcabouço prudencial que rege as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Ines249

TJSP
Escola que esqueceu menina de quatro anos em ônibus indenizará família
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Recuperação extrajudicial como remédio para o produtor rural
E2

Fio da Meada
Imposto Seletivo: transição, não prorrogação
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Quarta-feira, 29 de julho de 2026

Legislação & Tributos SP

Tributário Órgão mudou de ideia e reconheceu que não deve ser aplicado o corte de 10% imposto aos benefícios fiscais pela LC 224/2025

Receita mantém imunidade tributária nas vendas para a Zona Franca de Manaus

Laura Ignacio
São Paulo

A Receita Federal reformou seu entendimento sobre a tributação das vendas realizadas para empresas na Zona Franca de Manaus (ZFM). Agora, a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) decidiu que a alíquota zero de PIS e Cofins, prevista na Lei nº 10.996, de 2004, não é alcançada pelo corte de 10% imposto a benefícios fiscais pela Lei Complementar (LC) nº 224, de 2025.

Essa reviravolta está formalizada por meio da Nota Cosit/Sutri/RFB nº 207, de 2026. A questão veio à tona porque a Confederação Nacional da Indústria (CNI) solicitou manifestação técnica sobre o assunto por meio do Receita Soluciona, voltado para facilitar o diálogo entre o órgão e confederações nacionais, centrais sindicais e entidades de classe de âmbito nacional.

A LC 224/2025 determina a aplicação de 10% da alíquota do sistema padrão de tributação para empresas com benefício fiscal. Portanto, quanto ao PIS/Cofins, esse percentual deve ser aplicado sobre a alíquota de 3,65% (apuração cumulativa) ou 9,25% (não cumulativa) do faturamento.

Primeiro, por meio da Nota Cosit /Sutri/RFB nº 141, de 2026, a Receita Federal havia dito que o corte de 10% abrangeria as vendas para a Zona Franca de Manaus, para consumo ou industrialização. Na prática, isso significaria, segundo especialistas, um aumento de carga tributária para quem está instalado na região, com impacto indireto nas empresas que comercializam para elas.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) chegou a obter decisão judicial para afastar autuações fiscais das associadas, em caso de descumprimento sobre o corte de 10%. Outras empresas, segundo tributaristas, começaram a cogitar ir ao Judiciário para tentar obter o mesmo direito.

Proferida pelo juiz Ricardo A. Campolina De Sales, da 3ª Vara Federal Cível da Justiça do Amazonas, a decisão estabelece que a Receita fique "impedida de utilizar referida orientação como fundamento para exigir, constituir, autuar, lançar, cobrar, inscrever em dívida ativa, negar certidões de regularidade fiscal, aplicar penalidades ou impor qualquer restrição fiscal à categoria" (processo nº 1035306-40.2026.4.01.3200).

A revisão do posicionamento pela Receita foi vista, por especialistas, como uma decisão acertada. "Existe uma jurisprudência vinculante que reconhece para as vendas à ZFM um tratamento diferenciado, em que há equiparação à exportação. Isso impede a aplicação dos 10%", afirma Fabio Calcini, sócio da banca Brasil Salomão. "A própria LC 224 é clara no sentido de que não se aplica às imunidades", acrescenta.

Para o tributarista, esse é o caminho que a sociedade quer ver, de colaboração e boa-fé, na relação entre contribuinte e Fisco, "e que eles tenham a humildade intelectual de revisitar um tema e mudar o posicionamento".

Na nova nota, diz Douglas Campanini, sócio diretor da Athros Auditoria e Consultoria, o próprio órgão menciona posição do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre a imunidade tributária desse tipo de operação.

A Receita diz que "a Suprema Corte, no referido julgado [ADI nº 310/AM], assentou que a legislação pré-constitucional de incentivos à ZFM foram recepcionados pelo artigo 40 do ADCT [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias] e, por conseguinte, tais normas têm natureza de imunidade tributária".

Em outro trecho da nota, o órgão aponta que o Carf editou a Súmula nº 153, aprovada pela 3ª Turma do Conselho Superior, no ano de 2019, com o seguinte teor: "As receitas decorrentes das vendas de produtos efetuadas para estabelecimentos situados na Zona Franca de Manaus equiparam-se às receitas de exportação, não se sujeitando, portanto, à incidência das contribuições para o PIS e para a Cofins".

LUIS USHIROBIRA/VALOR

Fabio Calcini: esse é o caminho que a sociedade quer ver, de colaboração e boa-fé, na relação entre contribuintes e Fisco

Segundo o presidente da Fieam, Antonio Silva, a retificação da Receita corrige um equívoco interpretativo. "Essa revisão técnica garante a correta aplicação da exceção prevista na Lei Complementar nº 224, de 2025, respeitando e preservando o arcabouço jurídico da nossa região", diz. A norma lista alguns benefícios fiscais que não se submetem ao corte de 10%.

Sobre o principal impacto para as indústrias, Silva afirma que "ao consolidar institucionalmente que as receitas decorrentes de vendas para a ZFM não sofrem a incidência dessas contribuições, em virtude de sua natureza constitucionalmente protegida, o Fisco devolve a previsibilidade indispensável para a continuidade segura das operações fabris".

Antes, a Receita havia levado em consideração apenas a literalidade da lei complementar que corta os benefícios fiscais, de acordo com a advogada Ana Flora Diaz, sócia do HRSA Sociedade de Advogados. "Mesmo as empresas que fazem parte da Fieam só tinham uma tutela provisória, que poderia cair a qualquer momento. Agora, com o novo entendimento da Receita, há de fato segurança jurídica para todos que fazem operações com a ZFM."

Ana ainda lembrou que as contribuições PIS e Cofins deixam de existir em dezembro deste ano, por causa da reforma tributária, que as substituirá pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "Mas a antiga nota da Receita criaria um precedente perigoso, que poderia ser usado como munição para outros ataques à ZFM, no contexto da reforma", diz ela.

Caso tenham sido realizadas operações que se sujeitaram ao corte de 10%, entre a publicação da primeira e da segunda nota da Receita Federal, de acordo com o advogado Gustavo Faviero, do AMFF Almeida Prado, Marx, Faviero e Flôr Advogados, as empresas podem postular a recuperação dos valores pagos ou, por meio judicial, pedir o direito ao crédito correspondente. "Empresas que venderam por um preço mais caro para a ZFM por causa do pedágio de 10% também podem judicializar", afirma. "Felizmente a Receita reconheceu o equívoco, mas isso ilustra bem a insegurança jurídica que existe no Brasil."

Por meio de nota, a Receita explicou que "a análise inicial constante da Nota Cosit nº 141/2026 restringiu-se ao exame da hipótese prevista no inciso II do § 8º do art. 4º da LC nº 224/2025, que trata da salvaguarda constitucional da ZFM. Todavia, após reavaliação decorrente de pedido de revisão, a Receita constatou que o afastamento da redução linear do benefício da Lei nº 10.996/2004 fundamenta-se, de forma precisa, no inciso I do § 8º do art. 4º da LC 224". Procurada pelo **Valor**, a CNI disse preferir não comentar.

Fisco lista 22 empresas como devedoras contumazes

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A Receita Federal ampliou para 22 o número de empresas classificadas como devedoras contumazes. Essa lista começou a ser divulgada em junho e contava, até então, com cinco empresas. As novas inclusões foram feitas ontem, por meio de 17 novos atos declaratórios executivos (ADEs) publicados no Diário Oficial da União.

Até o momento, as empresas listadas concentram-se majoritariamente nos setores de cigarros e combustíveis, entre outros. A previsão é que a lista seja atualizada de tempos em tempos. A relação completa está disponível no site da Receita.

A classificação de devedor contumaz foi criada para combater a inadimplência tributária reiterada e injustificada, especialmente nos casos em que o não pagamento sistemático de tributos é utilizado como estratégia de negócio. A previsão consta na Lei Complementar nº 225/2026.

Com a divulgação, os contribuintes passam a se sujeitar às restrições estabelecidas na lei complementar, como o impedimento de fruição de quaisquer benefícios fiscais, de participação em licitações promovidas pela administração pública e de propositura de recuperação judicial.

Também estão previstas, entre as sanções, a declaração de inaptidão da inscrição no cadastro de contribuintes e o cancelamento dos selos adquiridos em programas de conformidade.

DIVULGAÇÃO

Marcio Alabarce: listagem não é efetiva para elevar a arrecadação por si só

Segundo a Receita, as restrições buscam "fortalecer a conformidade tributária, promover a concorrência leal entre empresas e ampliar a transparência das ações da administração tributária".

A relação das empresas classificadas como devedor contumaz é dinâmica e deverá passar por atualizações frequentes, com a inclusão de novos CNPJs à medida que os processos administrativos forem concluídos. Antes do enquadramento, acontece um processo administrativo específico, conduzido pelo Fisco. Esse processo é iniciado por meio de notificação que detalha os créditos tributários que motivam a medida.

Os contribuintes notificados têm 30 dias para regularizar sua situação fiscal ou apresentar defesa com efeito suspensivo. Em caso de indeferimento da defesa, ainda é possível interpor recurso administrativo no prazo de dez dias.

Ao fim do procedimento, apenas os contribuintes que não regularizarem seus débitos ou tiverem decisões definitivas desfavoráveis serão qualificados como devedores contumazes e incluídos na lista pública. O processo é movido pela Receita Federal e conta com a participação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável por se manifestar sobre questões relacionadas aos débitos sob sua gestão.

Segundo a Receita, há previsão de ampliação das notificações para outros setores econômicos com histórico de inadimplência tributária, que ainda estão sob análise. Embora não haja cronograma definido, essas novas notificações deverão ocorrer ao longo dos próximos meses.

Para Marcio Alabarce, sócio do Canedo, Costa, Pereira e Alabarce Advogados, a divulgação da listagem é importante, mas por si só não é efetiva para elevar a arrecadação tributária, por exemplo. Isso porque, segundo ele, "a divulgação e as demais penalidades podem asfixiar empresas que ainda estejam operativas, inviabilizando suas atividades ou a recuperação, no caso de recuperação judicial".

Mesmo assim, ele avalia que é "uma sinalização relevante do empenho [da Receita] com a arrecadação, a ser complementada mediante melhora na qualidade dos cadastros fiscais, cruzamento de informações financeiras e movimentação de patrimônio e, sobretudo, agilidade nas cobranças executivas". "Para isso, o engajamento do Poder Judiciário é também fundamental", diz.

Victor Corradi, sócio da área tributária do WFaria Advogados, afirma que a divulgação da lista de devedores contumazes está dentro do esperado. Mas ele também diz que vê "com muita restrição" a possibilidade de a lista resultar em maior arrecadação e justiça tributária. "São empresas em gravíssima dificuldade financeira", afirma. "Isso vai contribuir basicamente para as falências de empresas."

> "Divulgação da lista de devedores vai contribuir basicamente para as falências de empresas"
> *Victor Corradi*

Destaque

Número de CPF

A União deverá pagar indenização por danos morais, no valor de R$ 15 mil, a uma mulher que teve o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) atribuído a outra pessoa. A decisão é da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). Os magistrados negaram recurso da União contra sentença que também determinou o cancelamento da inscrição e a substituição do número do documento. As duas contribuintes que utilizavam o mesmo CPF tinham apenas um sobrenome diferente entre si. A autora da ação disse que a duplicidade causou transtornos como restrições indevidas. Ela argumentou que buscou a solução administrativa por longo período sem êxito. "Não há dúvidas acerca do ato ilícito, ou seja, da atribuição indevida pelo Poder Público da mesma numeração de CPF a mais de uma pessoa, e do liame causal que o vincula ao evento danoso, isto é, aos transtornos mencionados que ultrapassam os meros aborrecimentos e dissabores cotidianos", afirmou em seu voto a relatora, desembargadora Consuelo Yoshida. No recurso ao TRF-3, a União alegou que não haveria possibilidade de atribuição de novo número de CPF. Porém, de acordo com a relatora, a Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015 prevê três hipóteses de cancelamento da inscrição: atribuição de mais de um número para uma mesma pessoa física; por decisão administrativa; e por determinação judicial (processo nº 5000400-87.2021.4.03.6105).

Recuperação extrajudicial como remédio para o produtor rural

Opinião Jurídica

Pedro Ludovico e Eduardo Muniz Machado Cavalcanti

Em 2025, o agronegócio brasileiro registrou 1.990 pedidos de recuperação judicial, o maior volume desde o início da série histórica da Serasa Experian, com alta de 56,4% em relação ao ano anterior. Margens apertadas, juros elevados e um grau de alavancagem que, para muitos produtores, se tornou insustentável.

A recuperação judicial virou uma das respostas mais comuns nesse cerário. Há uma lógica aparente: o stay period, período de suspensão das execuções previsto na Lei nº 11.101/2005, oferece fôlego imediato e sensação de controle sobre um passivo que parece descontrolado. Mas isso tem um preço que raramente aparece na conta feita às pressas, como restrição severa de acesso ao crédito durante o processo, estigmas junto a tradings e fornecedores de insumos, e impossibilidade prática de emitir outros instrumentos essenciais ao financiamento da safra seguinte. O produtor que entra em recuperação judicial tenta resolver o passado, mas compromete seriamente o futuro.

Antes de qualquer decisão, é indispensável mapear a natureza de cada dívida. Esse diagnóstico, frequentemente negligenciado na urgência do momento, é o que determina qual estratégia faz sentido e qual representa desperdício de tempo e dinheiro, bem como máculas à reputação.

Dívidas garantidas por alienação fiduciária de bem imóvel, de máquinas ou de safra vinculada formam o núcleo mais crítico desse passivo, já que podem ser excutidas durante o stay period, salvo bens de capital essenciais para a atividade do devedor.

O credor fiduciário mantém o direito de consolidar a propriedade ou executar a garantia independentemente do processo, ou seja, protocolar uma recuperação judicial sem antes endereçar esse extrato da dívida é, na prática, ineficaz para a parcela mais grave do problema, enquanto impõe ao produtor todos os custos e restrições do rito judicial.

Já as dívidas quirografárias e aquelas com garantia real mais fraca apresentam uma dinâmica diferente. O credor que enxerga um processo duradouro e custoso no horizonte, com perspectiva de receber menos, mais tarde, após anos de litígio, frequentemente prefere sentar à mesa e negociar. Reconhecer tal diferença é o primeiro passo para distinguir uma reestruturação bem conduzida de um pedido de recuperação judicial precipitado.

Chegar à mesa com um diagnóstico técnico consistente faz diferença. O credor que recebe projeção de fluxo de caixa realista, laudo atualizado dos ativos e plano de safra com premissas defensáveis tende a negociar de forma mais racional do que aquele que está diante de um devedor sem dados.

Acordos bilaterais bem estruturados, com carência, alongamento de prazo e eventual desconto de encargos, têm potencial de resolver parcela expressiva dos passivos sem passar pelo filtro do Judiciário e sem deixar rastros que encarecem o crédito futuro.

Esse movimento também oferece velocidade e discrição. Enquanto um processo judicial se arrasta por meses e é público por natureza, uma renegociação bem conduzida pode ser concluída antes que o mercado perceba.

Em que pese a eficiência das renegociações, nem sempre a negociação bilateral é suficiente. Quando há uma massa crítica de credores resistentes e o perfil do passivo não é dominado por garantias fiduciárias, a recuperação extrajudicial, prevista no artigo 161 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, é o instrumento mais adequado.

O mecanismo é menos conhecido do que deveria ser. O devedor negocia um plano com parte dos credores e obtém sua homologação judicial, que vincula os dissidentes da mesma classe. A lei exige a adesão prévia de credores titulares de ao menos três quintos dos créditos de cada classe abrangida.

Esse quórum, construído por meio de estudo técnico criterioso da base de credores, é o coração do processo e onde reside o trabalho jurídico mais relevante.

As vantagens são concretas. A recuperação extrajudicial não impõe a publicidade negativa associada à recuperação judicial, não afasta o produtor da gestão do negócio, tramita com custo menor e preserva a reputação de crédito do devedor. O produtor que conclui uma recuperação extrajudicial sai em posição substancialmente melhor para retomar o acesso ao mercado de financiamento do que o egresso de uma recuperação judicial.

O debate sobre o endividamento rural no Brasil concentra-se, quase sempre, na suspensão das execuções. Mas a questão economicamente relevante é como o produtor financiará a próxima safra. Num ambiente de insumos caros, juros nas alturas e crédito restritivo, a capacidade de se alavancar no ciclo seguinte vale mais do que qualquer acordo de alongamento de prazo.

É esse raciocínio que deve orientar a escolha do instrumento de reestruturação. Preservar a capacidade de se alavancar em condições razoáveis, no momento em que a operação voltar ao normal, é o critério central.

O produtor rural em dificuldade financeira precisa, antes de qualquer peça judicial, de uma estratégia que resolva o presente sem inviabilizar o futuro. Isso pode significar uma negociação bilateral direta onde há abertura para isso, uma recuperação extrajudicial quando a massa de credores resistentes exigir um instrumento mais robusto ou, quando não houver alternativa real, a recuperação judicial.

Os números de 2025 revelam um setor pressionado. Mas revelam também uma pergunta que raramente é feita antes de se bater na porta do tribunal: existe outro caminho? Na maioria dos casos, sim.

Pedro Ludovico e Eduardo Muniz Machado Cavalcanti são sócios da Bento Muniz Advocacia

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 245ª E 269ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20I0815541, 20I0815543) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 245ª e 269ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de agosto de 2026,** às **10:50 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 245ª e 269ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20I0815541, 20I0815543), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 154ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18I0295213) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de agosto de 2026,** às **10:30 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 154ª Série da 1ª Emissão – (IF 18I0295213), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 262ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20I0795196) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de agosto de 2026,** às **10:40 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 262ª Série da 1ª Emissão – (IF 20I0795196), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 17ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13J0006684) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de agosto de 2026,** às **10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. **(ii)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 17ª Série da 1ª Emissão - (IF 13J0006684), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 162ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18H0104568) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOVAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 162ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de agosto de 2026,** às **10:20 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 162ª Série da 1ª Emissão - (IF 18H0104568), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 390ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639671) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 390ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (“Termo de Securitização) em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 390ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639671), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

A principal fonte de informação para quem decide.
Acesse valor.globo.com
Valor ECONÔMICO

Acompanhe o Valor também nas redes sociais.
Conteúdo relevante, análises e bastidores direto no seu feed.

Dados que transformam informações em decisões estratégicas.

Conheça valor.globo.com /valor-data

Valor | Valor Data
Melhores da bolsa hoje
Ação
Código
Var. (%)
VAMOS ON NM
VAMO3
8,66
CEA MODAS ON NM
CEAB3
7,26
ASSAI ON NM
ASAI3
4,01
MULTIPLAN ON N2
MULT3
3,38
RAIADROGASILON NM
RADL3

Valor ECONÔMICO

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA FREGUESIA/ BRASILÂNDIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90008/SUB-FB/2026** - PROCESSO SEI **Nº 6037.2026/0001283-0**

Objeto: **Aquisição de Fitas de Impressão Ribbon e Rolo de Etiquetas Adesivas Couche para identificação de bens patrimoniais móveis; conforme as especificações constantes - deste Aviso de Contratação Direta. - Conforme Quantidades e Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto e seus anexos -** Data da abertura: **04/08/2026 das 08:00h às 14:00h** - Critério de julgamento: **menor preço Total** - Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ **UASG: 925073** - Download do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br

---

ERRATA DE EDITAL

SEI: 387.00003778/2026-01 – P.G 31.51.014 – Pregão Eletrônico n.º 014/2026 – Compras.Gov.Br n.º 2/2027 – UASG 253101 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de transporte de móveis, equipamentos, utensílios domésticos e outros pertencentes às famílias inseridas nos Programas Habitacionais e nas ações desenvolvidas ou executadas pela CDHU.

ONDE SE LÊ:

Compras.Gov.Br n.º **90.114/2026**

LEIA-SE:

Compras.Gov.Br n.º **2/2027**

Em razão da alteração acima, a CDHU comunica a prorrogação da data de abertura do Pregão Eletrônico para o dia **13/08/2026**, às **9h**

CDHU

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna pública as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/.

PROCESSO: **6018.2026/0079884-8** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 196/2026-SMS.G**

Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de cartucho plástico, 3,15 ml cx c/5 (accu-check) - ação judicial.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30, do dia 13 de agosto de 2026**, a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2026/0072257-4** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 197/2026-SMS.G**

Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de removedor de oxidação de instrumental cirúrgico.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30, do dia 17 de agosto de 2026**, a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2026/0083124-1** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 199/2026-SMS.G**

Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de material/medicamento odontológico prilocaina.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30, do dia 18 de agosto de 2026**, a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2026/0079086-3** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 201/2026-SMS.G**

Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de balão de borracha (baraka) 5 litros - adulto**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 10 de agosto de 2026**, a cargo da **10ª CPL/SMS.**

Atlântica Vila Mariana Serviços Hospitalares S.A.

CNPJ nº 54.571.303/0001-93 – NIRE 35.300.635.256

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.6.2026

Data, Hora e Local: Em 17.6.2026, às 11h, na sede social, Rua Domingos de Morais, 716, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP 04010-100. **Mesa:** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter. **Quórum de Instalação:** Totalidade do capital social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** Aprovaram o aumento do capital social no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), elevando-o de R$41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais), para R$61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), proposto pela Diretoria na reunião daquele Órgão desta data (17.6.2026), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em seguida, disse o senhor Presidente que: serão emitidas 181.434 (cento e oitenta e uma mil, quatrocentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$0,110232328 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 31.5.2026; a redação do "caput" do artigo 6º do estatuto social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos: 1) a acionista Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. declarou que abriu mão do seu direito de subscrição em favor da acionista Atlântica Hospitais e Participações S.A., que, por seus representantes legais, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 181.434 (cento e oitenta e uma mil, quatrocentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais) para R$61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), dividido 323.862 (trezentas e vinte e três mil, oitocentas e sessenta e duas) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais."; 3) aprovada a consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo I desta Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter; Acionistas: Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., representadas por seus procuradores, Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Carlos Alberto Iwata Marinelli - Presidente da Mesa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 294.986/26-1, em 17.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

sabesp

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2026

Ficam os acionistas da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP** ("Companhia"), nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, de seu Estatuto Social, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **28 de agosto de 2026, às 11h** (horário de Brasília), **de modo exclusivamente digital**, por meio da Plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 22 de março de 2022, a fim de examinar, deliberar e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(i) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato unificado com término na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026;

(ii) caracterização da qualidade de independente de Alexandre Gonçalves Silva, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80");

(iii) caracterização da qualidade de independente de Gustavo Rocha Gattass, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução CVM 80; e

(iv) caracterização da qualidade de independente de Mateus Affonso Bandeira, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução CVM 80.

Orientações para participação na Assembleia:

Com o intuito de ampliar a participação da base acionária da Companhia, a Administração entende ser mais adequada a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital.

Os acionistas que desejarem participar por meio da Plataforma Digital deverão realizar o pré-cadastro no seguinte link https://assembleia.ten.com.br/340699337, até o dia 26 de agosto de 2026, seguindo o passo a passo indicado no Manual de Participação, divulgado pela Companhia na presente data. Esclarecemos que o acionista poderá participar diretamente, por seu representante ou por intermédio de procurador devidamente constituído, por meio da Plataforma Digital. O acesso à Assembleia será restrito àqueles que realizarem o credenciamento dentro do referido prazo e tiverem seus cadastros validados pela Companhia.

Alternativamente, os acionistas poderão votar a distância por meio de: **(a)** envio de instruções de preenchimento do boletim de voto aos respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; **(b)** envio de instruções de preenchimento do boletim de voto para o Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; **(c)** transmissão das instruções de voto via Plataforma Digital; ou **(d)** utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em https://www.investidor.b3.com.br/), na seção "Serviços", clicando em "Assembleias em Aberto".

Em qualquer das alternativas acima, o acionista deverá apresentar a seguinte documentação:

- Pessoa física - CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal[1];
- Pessoa jurídica - (i) CPF e documento de identidade com foto de seu representante legal[2]; (ii) contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, e (iii) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; e
- Fundo de investimento - (i) regulamento do fundo, (ii) estatuto social ou contrato social do administrador do fundo[3], e (iii) ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Excepcionalmente, a Companhia dispensará (i) o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, (ii) a apresentação de cópias autenticadas; (iii) a notarização e consularização ou apostilamento dos documentos lavrados em língua estrangeira; (iv) a tradução juramentada: (a) de documentos nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, e (b) de documentos nas demais línguas estrangeiras que venham acompanhados de tradução livre nos respectivos idiomas.

O acionista será responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia, seja via Plataforma Digital ou por envio do boletim de voto a distância, bem como as regras para outorga de procuração constam no Manual de Participação divulgado pela Companhia na presente data.

Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia, observados os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no artigo 6º do Estatuto Social, é vedado a qualquer acionista ou "Grupo de Acionistas" (conforme definido no referido artigo) o exercício do direito de voto em número superior a 30% do total de ações em que se dividir o capital social votante da Companhia, independentemente de sua participação acionária. Em razão desta limitação, a Companhia solicita que os acionistas que pertençam a algum "Grupo de Acionistas" informem esse fato à Companhia até as **11h (horário de Brasília) do dia 24 de agosto de 2026**, bem como sinalizem quais outros acionistas também compõem referido "Grupo de Acionistas".

Em primeira convocação, deverá estar presente, no mínimo, ¼ do capital votante da Companhia, para que a Assembleia seja instalada. Caso esse quórum não seja atingido, a Companhia publicará novo edital de convocação com a indicação de nova data para a realização da Assembleia. A Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes.

Os acionistas que desejarem requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, e poderão exercer esse direito até às **11h (horário de Brasília) do dia 26 de agosto de 2026**, mediante o envio de comunicação à Diretoria de Relações com Investidores (i) entregue na sede social da Companhia, localizada na Rua Costa Carvalho, n° 300, São Paulo/SP, CEP 05.429-900, ou (ii) encaminhada para o e-mail dri@sabesp.com.br. A Companhia recomenda que os pedidos de adoção do voto múltiplo sejam formulados com a maior antecedência possível, a fim de facilitar seu processamento e assegurar a adequada participação dos demais acionistas.

Os documentos pertinentes à Assembleia, incluindo o Manual de Participação e a Proposta da Administração, estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia nesta data, em sua página de Relações com Investidores (https://ri.sabesp.com.br/) e nos *websites* da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Eventuais esclarecimentos sobre os assuntos da ordem do dia poderão ser obtidos por meio do e-mail: dri@sabesp.com.br.

São Paulo, 29 de julho de 2026

Alexandre Gonçalves Silva
Presidente do Conselho de Administração

---

[1] Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida no Brasil.

[2] Idem nota 1.

[3] Para fundos de investimentos, serão aceitos os documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

PREFEITURA DE SÃO PAULO

GESTÃO

AVISO DE LEILÃO PÚBLICO Nº 03/SEGES/2026

LEILÃO **Nº 03/SEGES/2026** - Processo SEI **nº 6013.2026/0002061-0**

Objeto: **ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**. A abertura será no dia **20/08/2026 às 10h00** - Local: www.sumareleiloes.com.br - Os bens estarão expostos à visitação pública, que poderá ocorrer até a véspera da realização do leilão, em dia útil, em horário comercial e nos locais indicados no item 4.9.1 do Edital. Os bens também poderão ser vistos no PORTAL pelo endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos nos sites: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br e www.sumareleiloes.com.br. Os participantes deverão efetuar seu CADASTRO com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a realização do leilão, pelo endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br mediante a confirmação do contido no "Termo de Aceite" constante do PORTAL. Leiloeiro: **Sr. GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA**, matriculado na **JUCESP sob nº 640**.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º PÚBLICO LEILÃO: 06/AGOSTO/2026, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 07/AGOSTO/2026, ÀS 11:00h - LEILÃO *ONLINE*

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelo Credor Fiduciário **TRI-KA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA.**, inscrito no **CNPJ/RFB sob nº 04.154.547/0001-00**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução da Escritura Pública de Venda e Compra com Alienação Fiduciária, lavrada em 24 de maio de 2024, pelo 1ª Tabelião de Notas do Guarujá/SP, Livro 1012, Folhas 020/031, o seguinte **IMÓVEL: Apartamento nº 132, localizado no 14ª pavimento, do Edifício Aracati, situado na Alameda Marechal Floriano Peixoto, nº 113, no município de Guarujá do Estado de São Paulo, CEP: 11410-240**, com área útil de 104,220m2, área comum de 39,935m2, área de garagem de 20,070m2, área total construída de 164,225m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 1,5149% no terreno, confrontando de quem do hall de circulação do pavimento olha para a unidade autônoma, pela frente com os halls social e de serviço, apartamento de final 1 e poço de elevador, pelo lado direito com a área de recuo da construção na Alameda Marechal Floriano Peixoto, pelo lado esquerdo com elevador de serviço e espaço vazio da construção e nos fundos com a área de recuo da construção, cabendo-lhe o direito de uso de duas vagas em locais indeterminados e sujeito ao auxilio de manobristas, localizados no subsolo e pavimento térreo. Matrícula imobiliária nº 70.295 do Cartório de Registro de Imóveis do Guarujá/SP. Cadastro municipal nº 0.0001.026.047. Consolidação da propriedade em 27/04/2026. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 498.363,53 - 2º LEILÃO: R$ 572.720,41. REGRAS, CONDIÇÕES E INFORMAÇÕES:** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus,* sendo o imóvel entregue no estado em que se encontra. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital e Regras para Participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, **http://www.silveiraleiloes.com.br**, bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ao Credor e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior. Fica o Fiduciante, **Rodrigo Santos Cavalcante, inscrito no CPF/RBF sob nº 312.910.858-07** expressamente comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Maiores informações: telefone: (19) 3794-2030 e celular/WhatsApp (19) 98138.3065 e e-mail: **contato@silveiraleiloes.com.br**.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT) a emissão da Licença Prévia (LP) para implantação do Hospital Regional de Pontes e Lacerda, a ser localizado nas coordenadas geográficas de latitude 15°15'20.6"S e longitude 59°19'04.5"W, no município de Pontes e Lacerda (MT).

JULIANO SILVA MELO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

---

sabesp

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2026 ÀS 9H.

CERTIDÃO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o número 295.055/26-1 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

ORDEM DE SERVIÇO 003/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT
CONTRATADA: CONSTRUTORA PREMYER LTDA
CONTRATO Nº: 034/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 641/2026
OBJETO DA OBRA: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA E ADEQUAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL MARIA DA GLÓRIA VARGAS OCHOA, MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU – MT, NO ÂMBITO DO CONVÊNIO SEDUC-MT Nº 2298-2023"
DATA DE EMISSÃO: 28/07/2026
PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 (trezentos) dias.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 2.155.652,28 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).

AUTORIZAÇÃO

Pela presente Ordem de Serviço, fica autorizada a **CONSTRUTORA PREMYER LTDA CNPJ 14.471.207/0001-59** a iniciar os serviços referentes à obra supracitada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato nº 034/2026.

Cotriguaçu, 27 de julho de 2026.
MOISÉS FERREIRA DE JESUS
PREFEITO MUNICIPAL

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 391ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização) em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **11:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams, e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 391ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 182ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18G0704721) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 182ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de agosto de 2026**, às **10:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, *e* quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 182ª Série da 1ª Emissão – (IF 18G0704721), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026

O Município de Cotriguaçu-MT torna público que o **Pregão Eletrônico nº 048/2026**, cujo objeto é a **aquisição de materiais têxteis e de armarinho para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Cotriguaçu-MT**, foi **HOMOLOGADO** em **23 de julho de 2026,** nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Empresas vencedoras:
· MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI;
· REI DOS TAPETES LTDA.

Cotriguaçu-MT, 23 de julho de 2026.
MOISÉS FERREIRA DE JESUS
Prefeito Municipal

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Junho de 2026

Data, Horário e Local: 30/06/2026, às 9h, na sede da Companhia, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas representando a integralidade do capital social. **Mesa:** Maurizio Billi, Presidente, e Ricardo Xavier de O. Neto, Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** (i) Aprovada a distribuição de **juros sobre capital próprio**, referentes ao período de **1º de abril a 30 de junho de 2026**, no montante total de **R$ 66.196.818,89**, correspondente ao valor bruto de **R$ 0,066919 por ação**, com base na posição acionária de **03/07/2026**, a serem pagos ou capitalizados até **31/12/2026**, sendo o valor líquido imputado aos dividendos do exercício social de 2026; e (ii) Autorizados os representantes legais da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação aprovada. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Íntegra registrada na **JUCESP** nº 294.031/26-1 em 16/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Sua versão na íntegra está disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

AVISO DE LICITAÇÕES

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura das seguintes licitações:

SEI: 387.00002159/2026-91 – PG 10.51.026 – Licitação n.º 026/2026 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para ações de melhorias habitacionais em 33 domicílios do Núcleo AE Jardim Veloso, no município de Osasco/SP, em cumprimento ao Programa Viver Melhor. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br/cdhu** a partir das 00h00min do dia 30/07/2026 – Esclarecimentos e Impugnações até 14/08/2026 – Abertura: 21/08/2026 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 1º andar bloco 05 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

SEI: 387.00003271/2026-40 – PG 10.51.028 – Licitação n.º 028/2026 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para Retaludamento e Drenagem, no empreendimento denominado Lucélia "G", no município de Lucélia/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br/cdhu** a partir das 00h00min do dia 30/07/2026 – Esclarecimentos e Impugnações até 17/08/2026 – Abertura: 24/08/2026 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 1º andar bloco 05 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

SEI: 387.00004587/2026-59 – PG 10.51.037 – Licitação n.º 037/2026 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia destinados à demolição de muros, execução de muretas e implantação de fechamento perimetral em gradil metálico na área do futuro Parque do Moinho, abrangendo os empreendimentos SP-Santa Cecília "G" e SP-Bom Retiro "F", no município de São Paulo/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br/cdhu** a partir das 00h00min do dia 30/07/2026 – Esclarecimentos e Impugnações até 13/08/2026 – Abertura: 20/08/2026 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 1º andar bloco 05 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

MOINHO PAULISTA S.A.

("Companhia") CNPJ nº 33.390.527/0001-29 - NIRE 35300386451

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

Realizada no dia 27/04/2026, às 10h00, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, com a totalidade do capital social. **MESA:** Presidente: **JOSÉ ROBERTO DE PAIVA VERÍSSIMO;** e Secretária: **CARMEN SILVIA PAPAZISSIS. RESOLUÇÕES:** Após os esclarecimentos necessários, as acionistas da Companhia, sem quaisquer restrições, reservas ou ressalvas: **1.** Aprovam as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social 2025, de acordo com os Artigos 122, Inciso III, e 132, Inciso I, LSA. **2.** Considerando que a Companhia, durante o Exercício Social 2025, auferiu o lucro líquido de R$ 25.376.526,00, possuindo ainda um valor de reserva do ativo imobilizado no valor de R$ 411.341,04, resolve-se o seguinte: **(i)** Aprovar a retenção de R$ 10.787.867,04 do lucro líquido e da reserva de ativo imobilizado, em conformidade com orçamento de capital proposto pela administração da Companhia e aprovado por esta assembleia geral, tudo sendo realizado de acordo com o Artigo 196 da LSA; e **(ii)** Ratificar a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 15.000.000,00 deliberado em 19 de fevereiro de 2026, com base nas demonstrações financeiras parciais relativas ao período de 1º/01/2025 a 30 de setembro do mesmo ano. **3.** Fixar a remuneração máxima global anual dos administradores para o exercício social com início em 1º/01/2026 e encerramento em 31 de dezembro do mesmo ano, no valor de R$ 10.500.000,00, sendo R$ 8.000.000,00 para os membros da Diretoria e R$ 2.500.000 para os membros do Conselho de. Tal remuneração é estabelecida: **(i)** de acordo com o parâmetro de mercado do setor; e **(ii)** com respeito à capacidade financeira, bem como de geração de resultados da Companhia. **4.** Aprovar a complementação à remuneração global dos administradores para o Exercício Social de 2025, no valor de R$ 500.000,00, em razão do atingimento de metas de performance pelos membros da Diretoria. **5.** Por fim, faz constar que a administração da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos que se fizerem necessários para implementação das deliberações aprovadas acima. Nada mais. **MESA: JOSÉ ROBERTO DE PAIVA VERÍSSIMO** - Presidente da Mesa; **CARMEN SILVIA PAPAZISSIS** - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 221.262/26-0 em 27/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 28.438.913/0001-03 - NIRE 3530050751-7 - ("Companhia")
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada em 19 de maio de 2026, às 9 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala I, CEP 13.053-024. **2. Convocação e Presença:** Dispensada convocação prévia nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), em razão da presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Marcelo José Cavalcanti Lopes e Sra. Marcela Ollero, respectivamente. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **(1)** Aumento de Capital Social da Companhia e **(2)** alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** O acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer restrições: **5.1.** O aumento do capital social, atualmente no valor de R$ 1.360.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais), mediante a emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações, totalizando o novo Capital Social em R$ 1.365.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais). Conforme consta no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I, as ações emitidas neste ato pela acionista Neoenergia S.A. em moeda nacional. **5.2.** Considerando o aumento do capital social aprovado acima, o artigo 5º do Estatuto Social é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.365.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais) dividido 1.365.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Consequentemente, fica consolidado o Estatuto Social da Companhia que passará a ter a redação conforme o Anexo II da presente ata. **6. Encerramento:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, ficando cientes os representantes do acionista da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A. Campinas (SP), 19 de maio de 2026. Confere com o original lavrado em livro competente. **Marcela Ollero - Secretária.**

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL DA "NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A." CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, DURAÇÃO: Artigo 1º - A Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída como subsidiária integral da Neoenergia S.A., e reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - Constitui objeto da Companhia: desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional previstas no Contrato de Concessão nº 02/2019-ANEEL, de 22 de março de 2019. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala I, CEP 13.053-024, e poderá constituir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração até 5º aniversário subsequente ao término do contrato, incluindo eventuais renovações, celebrado junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica para desenvolver, operar e explorar concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.365.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais) dividido 1.365.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - A titularidade das ações de emissão da Companhia será comprovada através de inscrição própria no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo Segundo** - Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 6º** - A Neoenergia S.A., na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para exercer todas as atribuições previstas em lei como de competência privativa da Assembleia Geral da Companhia e decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social, assim como adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos interesses da Companhia e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. **Parágrafo Segundo** - Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelo Acionista Único. **Parágrafo Terceiro** - O Acionista Único poderá ser representado na Assembleia Geral por um procurador constituído há menos de 1 (um) ano antes da reunião, o qual deverá ser acionista ou administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Quarto** - Compete à Assembléia Geral, sem prejuízo das demais atribuições fixadas neste Estatuto Social e na legislação aplicável: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(c)** deliberar sobre as alterações ao Estatuto Social da Companhia; **(d)** eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; **(e)** deliberar sobre a participação da Companhia em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das S.A.; **(f)** deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e/ou transformação da Companhia; e **(g)** deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger os seus liquidantes. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 7º** - A Companhia terá uma Diretoria composta por pelo menos 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. **Artigo 8º** - O mandato dos membros da Diretoria será de até 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. **Artigo 9º** - Havendo vacância na Diretoria, ou renúncia de um de seus membros, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações serão aplicáveis. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos Diretores da Companhia. **Artigo 11º** - Compete à Diretoria, agindo como órgão colegiado: **(i)** Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral e nas reuniões da Diretoria; **(ii)** Praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; **(iii)** Aprovar a emissão das demonstrações financeiras da Companhia; e **(iv)** Apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após a manifestação do Conselho Fiscal, quando instalado, as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de proposta para a destinação do lucro líquido e, se conveniente, para a constituição de reservas, além da legalmente obrigatória. **(v)** Aprovar a celebração de contratos para aquisição de bens e/ou serviços, cujo valor total seja superior a R$ 6.500.000,00 até R$ 30.000.000,00. Especificamente para contratações relacionadas à proteção de exposições ("Hedge"), a competência caberá ao Diretor, individualmente, independentemente do valor. **Artigo 12º** - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exigir, por convocação de qualquer dos Diretores, sendo tal convocação efetivada por qualquer meio físico ou eletrônico, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecem todos os seus membros. **Artigo 13º** - Caberá aos Diretores, atuando em conjunto, a representação judicial e extrajudicial da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - Os documentos que constituam a Companhia em obrigação ou exonerem terceiros de responsabilidade conterão a assinatura de 2 (dois) Diretores, ou de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 2 (dois) procuradores com poderes especiais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os procuradores da Companhia serão constituídos mediante a outorga de instrumentos de mandato específicos que deverão ser outorgados nos termos do Parágrafo Primeiro acima, com especificação dos poderes outorgados, os quais, com exceção das que contenham a cláusula "ad judicia", deverão ter prazo de validade determinado. **Parágrafo Terceiro** - Poderá a Diretoria deliberar sobre a constituição de um ou mais procuradores, que agirão isoladamente, para o fim especial de representar a Companhia no endosso de cheques para depósito em conta corrente bancária da Companhia, na emissão de ordens de pagamento, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria, na assinatura de contratos de trabalho e no recebimento, em nome da Companhia, de citações, notificações e intimações, bem como em reuniões e/ou Assembleias de associações, comitês, fundações e/ou outras entidades dos quais a Companhia seja membro ou participe. **Artigo 14º** - É vedado à Diretoria, em conjunto ou separadamente, prestar avais e fianças ou quaisquer outros atos que obriguem a Companhia em negócios estranhos aos seus interesses e objeto social. Os Diretores poderão prestar garantias fidejussórias, avais e fianças em favor de subsidiárias, controladas e coligadas, desde que em negócios pertinentes ao objeto social de tais sociedades. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL: Artigo 15º** - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido do Acionista Único e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DIVIDENDOS: Artigo 16º** - O exercício social terá início em 12 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 17º** - Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. **Artigo 18º** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá declarar juros sobre capital próprio, nos termos do parágrafo 72 do artigo 92 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19º** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto sobre a renda, a Diretoria submeterá à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido. **Parágrafo Primeiro** - Do lucro líquido assim remanescente: **(i)** 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; **(ii)** 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e **(iii)** quanto ao saldo, as demonstrações financeiras contemplarão proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre sua destinação total, observado o disposto nos a Artigos 193 a 203 da lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - O pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar. **CAPÍTULO XI - DISSOLUÇÃO: Artigo 20º** - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação. JUCESP. Certifico o registro sob o número 259.168/26-9 em 22/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Informação de qualidade constrói decisões mais seguras.
Há 25 anos, o Valor acompanha os protagonistas
da economia brasileira.

Valor ECONÔMICO

Acesse valor.globo.com

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 3ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 031/2026

A agente de contratação da Procuradoria Regional da República da 3ª Região – UASG 200204 torna público que realizará no dia 18 de agosto de 2026, às 14:00 horas, licitação na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada (monitoramento), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital está à disposição para consulta no endereço eletrônico: https://www.gov.br/pncp/pt-br

São Paulo, 24 de julho de 2026
SUELY SANTOS SILVA
Agente de Contratação

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Junho de 2026

Data, Horário e Local: 30/06/2026, às 8h, na sede da Companhia, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Maurizio Billi, Presidente, e Marco Billi, Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações: (i)** Aprovada a distribuição de **juros sobre capital próprio**, referentes ao período de **1º de abril a 30 de junho de 2026**, no montante total de **R$ 66.196.818,89**, correspondente ao valor bruto de **R$ 0,066919 por ação**, com base na posição acionária de **03/07/2026**, a serem pagos ou capitalizados até **31/12/2026**, sendo o valor líquido imputado aos dividendos do exercício social de 2026; e **(ii)** Autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização e execução da deliberação, ratificando os atos já praticados. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Íntegra registrada na **JUCESP** nº 294.032/26-5 em 16/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Sua versão na íntegra está disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA PERUS/ ANHANGUERA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **nº 06/SUB/PR/2026** - Processo SEI **nº 6049.2026/0000408-5**
Objeto: **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção e conservação de galerias e demais dispositivos de drenagem com equipamentos, operador e transporte para os locais de trabalho junto ao sistema de monitoramento e rastreamento por GPS nas áreas sob jurisdição da Subprefeitura Perus/Anhanguera** - Local - https://www.gov.br/compras/pt-br/ - **UASG nº 925085.**
Data e hora de abertura da sessão pública: **13/08/2026 às 10h00 -** Critério de julgamento: **menor preço - valor total global (12 meses) -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 28.438.913/0001-03 - NIRE 3530050751-7
("Companhia")
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada em 27 de abril de 2026, às 9 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala I, CEP 13.053-024. **2. Convocação e Presença:** Dispensada convocação prévia nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), em razão da presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Marcelo José Cavalcanti Lopes e Sra. Marcela Ollero, respectivamente. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **(1)** Aumento de Capital Social da Companhia e **(2)** alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** O acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer restrições: **5.1.** O aumento do capital social, atualmente no valor de R$ 1.355.971.227,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais), mediante a emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações, totalizando o novo Capital Social em R$ 1.360.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais). Conforme consta no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I, as ações emitidas neste ato pela acionista Neoenergia S.A. em moeda nacional. **5.2.** Considerando o aumento do capital social aprovado acima, o artigo 5º do Estatuto Social é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.360.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais) dividido em 1.360.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Consequentemente, fica consolidado o Estatuto Social da Companhia que passará a ter a redação conforme o Anexo II da presente ata. **6. Encerramento:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, ficando cientes os representantes do acionista da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A. Campinas (SP), 27 de abril de 2026. Confere com o original lavrado em livro competente. **Marcela Ollero - Secretária.**

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL DA "NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.". CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, DURAÇÃO: Artigo 1º - A Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída como subsidiária integral da Neoenergia S.A., e reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - Constitui objeto da Companhia: desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional previstas no Contrato de Concessão nº 02/2019-ANEEL, de 22 de março de 2019. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala I, CEP 13.053-024, e poderá constituir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração até o 5º aniversário subsequente ao término do contrato, incluindo eventuais renovações, celebrado junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica para desenvolver, operar e explorar concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.360.971.227,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais) dividido em 1.360.971.227 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - A titularidade das ações de emissão da Companhia será comprovada através de inscrição própria no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo Segundo** - Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 6º** - A Neoenergia S.A., na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para exercer todas as atribuições previstas em lei como de competência privativa da Assembleia Geral da Companhia e decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social, assim como adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos interesses da Companhia e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. **Parágrafo Segundo** - Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelo Acionista Único. **Parágrafo Terceiro** - O Acionista Único poderá ser representado na Assembleia Geral por um procurador constituído há menos de 1 (um) ano antes da reunião, o qual deverá ser acionista ou administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Quarto** - Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das demais atribuições fixadas neste Estatuto Social e na legislação aplicável: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(c)** deliberar sobre as alterações ao Estatuto Social da Companhia; **(d)** eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; **(e)** deliberar sobre a participação da Companhia em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das S.A.; **(f)** deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e/ou transformação da Companhia; e **(g)** deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger os seus liquidantes. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 7º** - A Companhia terá uma Diretoria composta por pelo menos 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. **Artigo 8º** - O mandato dos membros da Diretoria será de até 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. **Artigo 9º** - Havendo vacância na Diretoria, ou renúncia de um de seus membros, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações serão aplicáveis. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos Diretores da Companhia. **Artigo 11º** - Compete à Diretoria, agindo como órgão colegiado: **(i)** Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral e nas reuniões da Diretoria; **(ii)** Praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; **(iii)** Aprovar a emissão das demonstrações financeiras da Companhia; **(iv)** Apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após a manifestação do Conselho Fiscal, quando instalado, as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de proposta para a destinação do lucro líquido e, se conveniente, para a constituição de reservas, além da legalmente obrigatória; e **(v)** Aprovar a celebração de contratos para aquisição de bens e/ou serviços, cujo valor total seja superior a R$ 6.500.000,00 até R$ 30.000.000,00. Especificamente para contratações relacionadas à proteção de exposições ("Hedge"), a competência caberá ao Diretor, individualmente, independentemente do valor. **Artigo 12º** - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exigir, por convocação de qualquer dos Diretores, sendo tal convocação efetivada por qualquer meio físico ou eletrônico, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecem todos os seus membros. **Artigo 13º** - Caberá aos Diretores, atuando em conjunto, a representação judicial e extrajudicial da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - Os documentos que constituam a Companhia em obrigação ou exonerem terceiros de responsabilidade conterão a assinatura de 2 (dois) Diretores, ou de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 2 (dois) procuradores com poderes especiais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os procuradores da Companhia serão constituídos mediante a outorga de instrumentos de mandato específicos que deverão ser outorgados nos termos do Parágrafo Primeiro acima, com especificação dos poderes outorgados, os quais, com exceção das que contenham a cláusula "ad judicia", deverão ter prazo de validade determinado. **Parágrafo Terceiro** - Poderá a Diretoria deliberar sobre a constituição de um ou mais procuradores, que agirão isoladamente, para o fim especial de representar a Companhia no endosso de cheques para depósito em conta corrente bancária da Companhia, na emissão de ordens de pagamento, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria, na assinatura de contratos de trabalho e no recebimento, em nome da Companhia, de citações, notificações e intimações, bem como em reuniões e/ou Assembleias de associações, comitês, fundações e/ou outras entidades dos quais a Companhia seja membro ou participe. **Artigo 14º** - É vedado à Diretoria, em conjunto ou separadamente, prestar avais e fianças ou quaisquer outros atos que obriguem a Companhia em negócios estranhos aos seus interesses e objeto social. Os Diretores poderão prestar garantias fidejussórias, avais e fianças em favor de subsidiárias, controladas e coligadas, desde que em negócios pertinentes ao objeto social de tais sociedades. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL: Artigo 15º** - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido do Acionista Único e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DIVIDENDOS: Artigo 16º** - O exercício social terá início em 12 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 17º** - Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. **Artigo 18º** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá declarar juros sobre capital próprio, nos termos do parágrafo 72 do artigo 92 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19º** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto sobre a renda, a Diretoria submeterá à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido. **Parágrafo Primeiro** - Do lucro líquido assim remanescente: **(i)** 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; **(ii)** 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e **(iii)** quanto ao saldo, as demonstrações financeiras contemplarão proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre sua destinação total, observado o disposto nos a Artigos 193 a 203 da lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - O pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar. **CAPÍTULO XI - DISSOLUÇÃO: Artigo 20º** - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação. JUCESP. Certifico o registro sob o número 213.536/26-2 em 12/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 67/2026 – UASG 200100

Nº Processo: 1.00.000.008831/2025-31. Objeto: Contratação de 1 licença para 5 usuários simultâneos da solução de Software como Serviço (SaaS) para assinatura de plataforma de ativos digitais ilimitados como imagens, ilustrações, vídeos em alta resolução (4K/HD), trilhas sonoras, efeitos sonoros, templates editáveis, fontes, fotos, elementos gráficos, modelos 3D, Áudio, IA Generativa, edição de imagem, edição de vídeo, modelo de apresentação, templates web, complementos (Add ons), licença perpétua com direitos de uso em mídias sociais, conteúdo digital, web, impresso e broadcast nacional, conforme as especificações e as condições estabelecidas no Termo de Referência. Total de itens licitados: 1. Edital. 29/07/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 04, Conj. "C", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto – BRASÍLIA – DF ou https://www.gov.br/compras/edital 200100 67/2026. Entrega das Propostas a partir de 29/07/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/08/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Subsecretário de Licitações e Dispensas Eletrônicas
SUBLDE/SA

---

sabesp

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2025 ÀS 9H.

CERTIDÃO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o número 295.054/26-8 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

sabesp

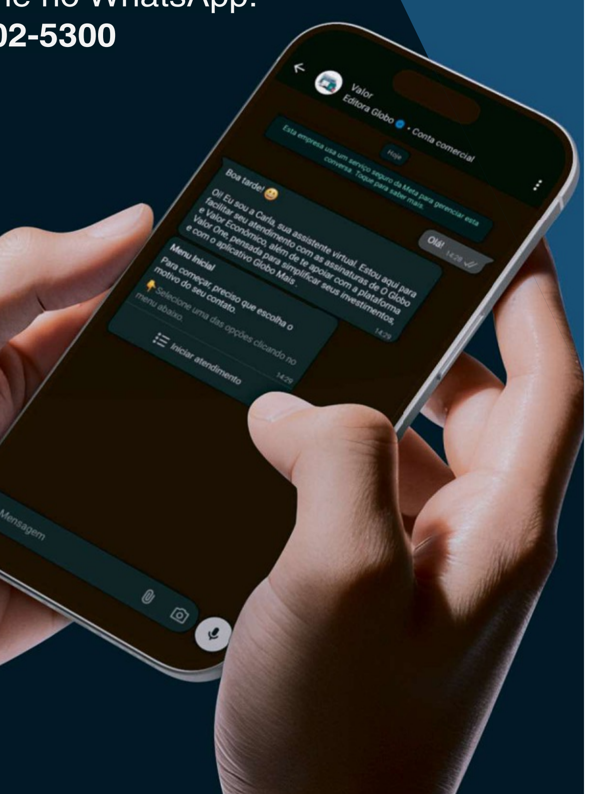
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2025 ÀS 9H.

CERTIDÃO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o número 295.053/26-4 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



Dúvidas sobre a sua assinatura?

Acesse o **Portal do Assinante**
ou chame no WhatsApp:
(21) 4002-5300

Valor ECONÔMICO

PORTAL DO ASSINANTE
O GLOBO Valor Valor one Globo+
ENTRAR
Bem-vindo ao novo Portal do Assinante!
- Clique em "ENTRAR" e informe seu login e senha;
- Se já estiver logado, você será direcionado para a página de atendimento.
EDIÇÕES DIGITAIS
Acesse a edição digital do GLOBO ou do Valor Econômico. É um serviço exclusivo para assinantes que permite ler o jornal impresso na íntegra, com todas as seções, matérias e anúncios.
O GLOBO EDIÇÃO DIGITAL
ACESSAR
Valor EDIÇÃO DIGITAL
ACESSAR
DÚVIDAS FREQUENTES
ACESSAR
FALE CONOSCO
ACESSAR

Precisa de ajuda com sua assinatura?
Fale com o Valor.

portaldoassinante.com.br

Valor ECONÔMICO

Ines249

Prevenção de riscos Empresas usam robôs de inspeção para substituir humanos em áreas perigosas F7

Conectividade Automação em regiões remotas exige a adoção de redes privativas F4

Planejamento Análise avançada de dados indica rumos para corporações F6

Cibersegurança Ameaças de hackers levam à implementação da “confiança zero” F8

Valor F
Quarta-feira, 29 de julho de 2026

Especial
Tecnologia corporativa

Revolução trilionária

Investimentos Gastos globais em tecnologia da informação (TI) devem atingir US$ 8,6 trilhões em 2026, com destaque para a expansão de data centers e o desenvolvimento de inteligência artificial

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Os números dos orçamentos de tecnologia no mundo corporativo estão em escalada. De acordo com a empresa de pesquisas Gartner, os gastos mundiais com tecnologia da informação (TI) crescerão 10,8% em 2026, ante 2025, totalizando US$ 6,1 trilhões. A maior parte da fatura deve ir para a área de data centers, que prevê um aumento de 31,7% nos investimentos em comparação ao ano passado, ultrapassando US$ 650 bilhões até dezembro. Já o segundo maior avanço previsto está no segmento de software, com um salto de 14,7% e aquisições avaliadas em US$ 1,4 trilhão.

Correndo por fora do escopo “tradicional” do mercado de TI — formado por equipamentos, serviços e sistemas —, a inteligência artificial (IA) surge como a cereja do bolo da indústria. A previsão é que os gastos mundiais nesse campo totalizem US$ 2,5 trilhões em 2026, alta de 44% em relação a 2025, podendo chegar a US$ 3,3 trilhões em 2027. Soluções de infraestrutura ou a base de hardware e software necessária para desenvolver e executar os modelos de linguagem devem representar a maior parte dos cheques.

“Hoje, a IA é vista como o motor de uma nova era nos negócios”, explica Yran Dias, sócio sênior da McKinsey e líder de transformação em IA e tecnologia da consultoria na América Latina. Mas a grande virada de chave do mercado consumidor, diz ele, será entender que não estamos mais falando de automação de rotinas, mas de uma revolução empresarial. “Enquanto a automação soa como ‘fazer um processo de trabalho de uma forma mais rápida’, a IA tem a capacidade de reinventar modelos de negócios.”

Porém, para extrair mais valor da nova tecnologia, não basta apenas automatizar o passado, acrescenta. Uma pesquisa da McKinsey indica que 88% das empresas relatam o uso regular da IA, mas as líderes de mercado se diferenciam da concorrência por adotarem uma “visão de ruptura” sobre o tema. Segundo Dias, 64% dos executivos afirmam que a IA deixou de ser uma ferramenta de eficiência para se tornar uma viabilizadora de inovação nas organizações. O levantamento ouviu 1,9 mil gestores em 105 países, incluindo o Brasil.

Na empresa de cosméticos Natura, a IA já é considerada uma das principais frentes de transformação tecnológica, de acordo com o diretor de dados e “analytics” Daniel Marques. “É aplicada de forma transversal, em áreas como operações, logística e vendas”, diz.

Em 2025, a companhia investiu R$ 1,4 bilhão em inovação — 6,5% da receita líquida do ano —, um crescimento de cerca de 40% diante do montante aplicado em 2024. Além de despesas com sistemas de TI, a soma inclui verbas para logística, pesquisa e desenvolvimento. Marques diz que a principal métrica de sucesso das iniciativas de IA é o retorno financeiro. “A cada R$ 1 investido no setor, temos um retorno incremental de receita bruta de cinco vezes”, garante.

Na Ânima Educação, ecossistema de ensino com 18 mil funcionários, o investimento em TI se manteve estável, de 2,6% da receita em 2024 para 2,7% no ano passado. “Os recursos apoiam a evolução de plataformas digitais, iniciativas de IA e de segurança e análise de dados”, afirma Bruno Machado, vice-presidente de tecnologias educacionais e mindset digital. “A prioridade é ajustar o orçamento para um melhor aproveitamento dos avanços com a IA, por meio de governança e capacitação.”

Machado conta que o letramento em IA inclui a produção de agentes para a resolução de problemas reais. “Na alta gestão, temos seis vice-presidentes em treinamento de um total de dez”, conta. “O plano é impactar 100% dessa camada de liderança até o final do ano.”

Empresas de menor porte também reservam maiores fatias do planejamento financeiro para a área de TI. Na SuperFrete, plataforma de logística para pequenos e médios negócios com 170 funcionários, o plano é injetar R$ 12 milhões em 2026, um acréscimo de 70% em relação a 2025. “O investimento está concentrado em infraestrutura de nuvem e dados, fortalecimento das equipes e em IA, a nossa maior prioridade”, detalha o diretor de TI André Abadesso.

Segundo o executivo, os resultados do uso da IA estão aparecendo no dia a dia. “Nossa agente de atendimento responde por 100% das conversas recebidas como primeiro contato e resolve 80% das demandas”, compara. A SuperFrete processa mais de 1 milhão de envios para 150 mil clientes ativos ao mês.

Yran Dias, da McKinsey, afirma que a maior parte das organizações percebeu que o ecossistema tecnológico foi ampliado de suporte operacional para uma via de reinvenção nos negócios — mas é importante separar o “joio do trigo” na hora de ir às compras. “A pergunta que os gestores devem fazer não é ‘qual ferramenta comprar?’, mas ‘qual oportunidade tem o maior potencial de geração de valor para a organização?’”

Do lado dos fornecedores de soluções, a IBM tem observado que a relação comercial com o mercado ficou mais estratégica. “Em 2019, a conversa girava em torno de migração para a nuvem e automação”, relata Fabrício Lira, diretor de IA e dados da IBM Brasil. O cliente queria reduzir custos e ganhar eficiência, destaca. “Agora, a tecnologia entrou na agenda do conselho e a IA, que era uma questão exclusivamente tecnológica, é vista como uma alavanca de transformação nas operações.”

Na avaliação de Dennis Herszkowicz, CEO da Totvs, de sistemas corporativos, o empresário não acorda de manhã querendo comprar nuvem ou IA. “Ele busca uma solução para um problema de negócio, quer reduzir custos, mas também simplificar a complexidade da gestão”, afirma. “A procura não é por softwares horizontais [para atender funções comuns a qualquer empresa], mas por soluções integradas”.

Patrícia Monteiro, vice-presidente de serviços da Dell Technologies para a América Latina, concorda com Herszkowicz e chama a atenção para uma maior combinação de recursos, como infraestrutura para IA, software e serviços especializados, na lista de interesse dos clientes. “O mercado não demanda apenas equipamentos”, defende. “Quer parceiros capazes de acelerar a transformação digital nos negócios.”

Ricardo Alem, líder para a América Latina de IA agêntica e generativa na AWS (Amazon Web Services), de computação em nuvem, avisa que a multinacional não vai tirar o pé do acelerador para atender a demanda da clientela. “Até 2034, teremos investido R$ 5,6 bilhões em infraestrutura de data centers no Brasil”, diz. A empresa pretende capacitar 1 milhão de brasileiros com habilidades de nuvem e IA até 2028. “Nosso investimento no país vai além de infraestrutura de TI, envolve pessoas.”

Orçamentos em alta

10,8%
é o aumento previsto para os gastos mundiais com TI em 2026, ante 2025

44%
é o aumento previsto para os gastos mundiais com IA em 2026, ante 2025

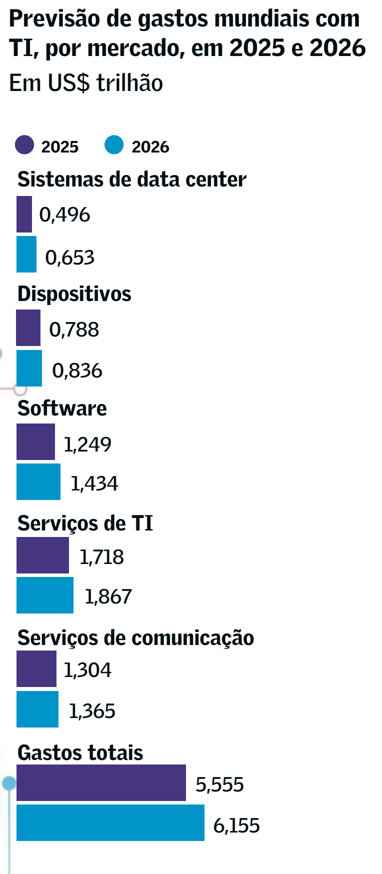
US$ 5
é o gasto recomendado, para requalificação de funcionários, a cada ...

... US$ 1
investido em tecnologias de IA

Previsão de gastos mundiais com IA por mercado entre 2025-2027
Em US$ milhões

	2025	2026	2027
	439.438	588.645	761.042
Serviços	25.920	51.347	85.997
Cibersegurança	283.136	452.458	636.146
Software	14.416	26.380	43.449
Modelos de IA	21.868	31.120	44.482
Plataformas para aprendizado de máquina	6.587	8.416	10.922
Plataformas de desenvolvimento de aplicações	827	3.119	6.440
Dados	964.960	1.366.360	1.748.212
Infraestrutura	1.757.152	2.527.845	3.336.690

Fonte: Gartner, 2026; Pesquisa "The state of organizations 2026" ("O estado das organizações 2026"), McKinsey&Company



Previsão de gastos mundiais com TI, por mercado, em 2025 e 2026
Em US$ trilhão

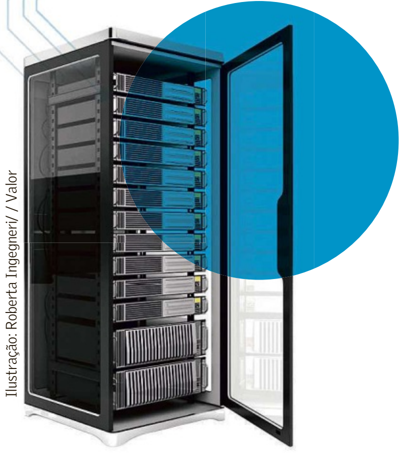
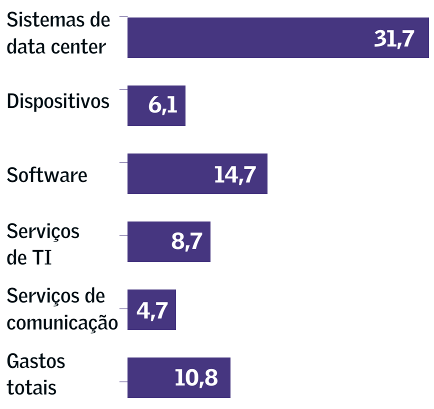


Ilustração: Roberta Ingegneri/ / Valor



Crescimento previsto para 2026
Em %

Ines249

MPEs Marketing e vendas e atendimento aos clientes são as áreas que empresas priorizam

Micros têm opções para aderir às tecnologias

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

A virada de chave na transformação digital das micro e pequenas empresas não depende de acesso às ferramentas, mas da democratização do conhecimento e da simplificação de processos. "A inovação deixou de ser um diferencial e é uma engrenagem de sobrevivência e eficiência operacional", diz André Alves, diretor de vendas para a América Latina (SMB & startups) do Google Cloud.

Pesquisa do Sebrae de 2026 mostra que pouco mais de um terço das MPEs pretende investir na digitalização em seis meses. Enquanto médias e grandes priorizam operações internas (32,1%) e marketing e vendas (25,5%), as pequenas focam no marketing e vendas (37,8%) e atendimento ao cliente (16,4%). "O desafio é usar a tecnologia com estratégia, organização e foco em resultado", afirma Eder Max, consultor de negócios do Sebrae-SP.

O segmento tem à disposição tecnologias cada vez mais acessíveis e que pesam pouco no bolso. "Com cerca de US$ 20 a US$ 25 por usuário/mês, elas podem acessar ferramentas de IA com capacidades semelhantes às utilizadas pelas grandes", diz João Pedro Brasileiro, CEO da Innovation Latam. O executivo cita os recursos que facilitaram a integração da IA com sistemas corporativos, que começou com o Claude, da Anthropic, e os demais avançam nessa direção. O MCP (model context protocol) cria uma camada que permite à IA "conversar" com diferentes sistemas de forma simples.

Brasileiro reforça que é importante reservar tempo para a capacitação durante a jornada de trabalho. "O diferencial competitivo está na capacidade das pessoas de validarem o que a IA produz. É o que chamamos de 'human in the loop': a IA gera, o ser humano valida", afirma o CEO.

O sistema de gestão é outro aliado para destravar o avanço do pequeno negócio. A Omie oferece uma plataforma completa na nuvem que tem custo acessível — menos de R$ 500 por CNPJ — e oferece o back office completo: integração financeira, fiscal e contábil, gestão de estoques, de canais de venda etc. "O contador é o influenciador da digitalização nas pequenas empresas", diz Marcelo Lombardo, fundador e CEO da empresa. Mais de 25 mil são parceiros da Omie. "Por meio do WhatsApp, o empreendedor pode fazer várias ações no seu sistema ao enviar mensagens de texto ou áudio."

Conhecer a tecnologia foi crucial para que a fisioterapeuta Maira Figueiredo tirasse sua ideia do papel. Ela idealizou o aplicativo NuRótulo para ajudar quem tem restrições alimentares. Tudo começou com uma motivação pessoal: a dificuldade de fazer a escolha segura de alimentos que não causassem uma reação alérgica em sua filha.

"Com cerca de US$ 20 a US$ 25 por usuário/mês, elas podem acessar ferramentas de IA"
João Brasileiro

DIVULGAÇÃO

Maira Figueiredo: aplicativo NuRótulo vai incorporar inteligência artificial

Ao escanear o rótulo pelo celular, o consumidor verifica se o produto contém itens alergênicos listados pela Anvisa. O app está integrado ao Cadastro Nacional de Produtos, da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, reunindo com mais de 50 milhões de produtos. "Vamos incorporar a IA para apoiar processos regulatórios e a análise de requisitos técnicos, contribuindo para que as empresas desenvolvam e revisem seus rótulos seguindo a legislação", diz Figueiredo, CEO e fundadora da empresa.

O Google aposta no desenvolvimento de ferramentas de IA e educação em escala, como o programa Negócio em dIA. Trata-se de uma iniciativa com Sebrae, Itaú Unibanco e a plataforma Tera para capacitar 1 milhão de empreendedores de todo o país. Um de seus produtos mais usados é o Google Perfil da Empresa, ferramenta pública e gratuita para garantir a presença digital.

A plataforma do Google Cloud possibilita a migração com arquitetura de padrões abertos e multicloud, evitando a perda de investimentos prévios. Para ganhar agilidade, o Google tem o Gemini embutido nas ferramentas do Workspace. Segundo o diretor da empresa, IA e a nuvem têm destaque e valor no atendimento ao cliente com a ferramenta conversacional, automação de processos operacionais repetitivos e complexos, além do combate às ameaças de segurança."A IA é a engrenagem mais visível, mas ela não opera de forma isolada. É necessária uma fundação tecnológica robusta."

Uma das vitrines do pequeno negócio é a "mensageria": mais da metade dos brasileiros conversa com empresas diariamente, segundo levantamento do instituto de pesquisas Kantar. Cerca de 70% descobriram PMEs locais por anúncios nesse meio. "O maior desafio é escalar o atendimento sem perder qualidade. O Meta Business Agent possibilita filtrar e qualificar automaticamente quem entra em contato e garante atendimento 24/7", afirma Conrado Leister, vice-presidente da Meta Brasil. Em minutos, os usuários do aplicativo WhatsApp Business gratuito — além do Messenger e, em breve, do Instagram — podem configurar o Meta Business Agent, sem investimento inicial nem conhecimento técnico. "O agente aprende com o catálogo e conversas do negócio", afirma o vice-presidente da Meta Brasil.

Plataformas low-code barateiam e aceleram a criação de softwares

Roberta Prescott
Para o Valor, de São Paulo

Foi para ganhar velocidade nos desenvolvimentos de aplicações e acelerar a transformação digital que a Vivix, fabricante nacional de vidros e espelhos, adotou a plataforma "low-code" da Mendix. Ferramentas do tipo "low-code"/"no-code", que requerem pouca ou nenhuma programação manual, têm ganhado relevância, porque fornecem uma maneira mais fácil e rápida de construir softwares. As soluções, normalmente, entregam camadas de segurança, governança e linguagens atualizadas.

"Entendemos que seguir pelo caminho de 'low-code' nos dava independência de fazer internamente, usando os engenheiros que conhecem as máquinas e processos industriais para desenvolver software", diz Aristóteles Neto, gerente de transformação industrial da Vivix. Em três anos, foram criadas 30 aplicações de negócios, o que antes não era possível por não ter times maduros e seniores de tecnologia. O desenvolvimento se deu dez vezes mais rápido na comparação com o método tradicional.

As novas aplicações na esteira da transformação digital se traduziram em aumento de 10% da eficiência industrial, redução de perto de 4% nas "opex" (despesas operacionais) e diminuição do tempo resposta do cliente para três dias. "Perto de 90% dos pedidos são colocados diretamente pelos clientes na plataforma, sem a intermediação de uma pessoa, produtividade aumentou quase 10% e as paradas não planejadas de produção na fábrica se reduziram a perto de zero", enumera Henrique Lisboa, presidente da Vivix.

Para Fabio Yoshitome, sócio da Kearney no Brasil e líder da prática de operações, o maior ganho não é apenas fazer mais barato, é testar em semanas o que antes levava meses. "Os 'benchmarks' de mercado mais citados apontam uma faixa de 50% a 80% de redução no tempo de desenvolvimento em casos adequados, sobretudo em aplicações internas, automações e fluxos de trabalho de baixa ou média complexidade."

Entretanto, ele alerta para a importância de separar custo de desenvolvimento do custo de operação. "A economia está em construir; operar pode custar igual ou mais, com licenças recorrentes, governança e manutenção de um portfólio que cresce rápido. A decisão não deve olhar só o preço de entrega, mas o custo total de propriedade", analisa.

Luis Blando, diretor-executivo de produto e tecnologia da OutSystems, aponta que o mais importante do processo — e que cabe ao humano — é a validação. "O valor de gerar a aplicação é atraente, porque eu aperto um botão e aparece como se já estivesse pronto. Mas a realidade é que é muito mais importante validar se realmente funciona, se opera corretamente, do que gerá-la em si", frisa.

Para tanto, é necessário contar com um profissional técnico com expertise para realizar a validação e a produção. Esse tipo de plataforma não vai substituir o trabalho de desenvolvedores, mas complementá-lo. "Se antes o programador demorava um dia para criar três telas, hoje, leva uma hora ou menos para criar as mesmas três telas", diz Blando.

Vicente Lima, principal da prática de digital e analytics da Kearney no Brasil, explica que as plataformas funcionam bem quando a aplicação tem baixo risco operacional, escopo relativamente estável, integração manejável e necessidade limitada de customização profunda. Mas, se há requisitos de alta resiliência, segurança crítica, rastreabilidade regulatória, engenharia de dados complexa ou grande volume transacional, o desenvolvimento tradicional continua dominante.

"No passado, você escrevia a aplicação e, com o passar dos anos, as linguagens acabavam virando legado. A vantagem do 'low-code' é que o fornecedor da plataforma fica responsável por modernizar o que está por cima", explica Ricardo Perdigão, líder do time de IA para Américas da Mendix.

Isso não significa, contudo, que pessoas totalmente leigas conseguirão desenvolver aplicações corporativas do zero. "Não estamos ainda nesse ponto. Hoje, a principal alternativa para 'no-code' é usar assistente de IA. O problema é que os protótipos de inteligência artificial generativa não chegam ao nível de produção empresarial", pondera Perdigão.

IA física dá percepção e raciocínio a equipamentos

Renata Turbiani
Para o Valor, de São Paulo

A inteligência artificial começa a ultrapassar as fronteiras do ambiente digital para atuar no mundo concreto. Conhecida como IA física ("physical AI"), essa tecnologia consiste na aplicação da inteligência artificial em robôs, máquinas, drones, veículos e outros dispositivos, tornando-os capazes de perceber o ambiente, tomar decisões em tempo real e executar tarefas com mínima intervenção humana. Áreas que já se beneficiam são indústria, agronegócio, varejo, saúde e logística.

"A IA generativa com bots como Gemini e ChatGPT faz coisas incríveis, mas opera no mundo digital. O nosso mundo, porém, é físico, definido pelo conceito de espaço-tempo", explica Fernando Osório, coordenador do Centro de Robótica da Universidade de São Paulo (USP) São Carlos.

Segundo ele, chatbots falham em compreender a continuidade, as relações espaciais e a evolução de estados necessárias para predições precisas. "Se queremos uma inteligência que reproduza a humana, ela obrigatoriamente tem que ser física", afirma.

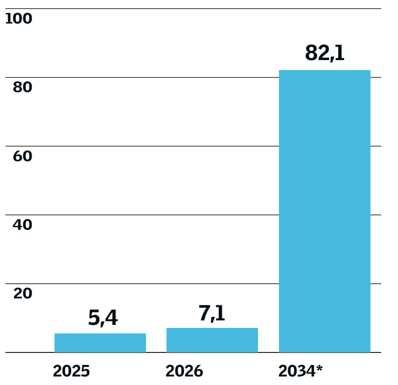
Marcio Aguiar, diretor para a América Latina da divisão enterprise da Nvidia, gigante que fornece infraestrutura computacional para IA, aponta que a tecnologia reúne técnicas de "machine learning", "deep learning", IA generativa, IA perceptiva e IA agêntica. "É uma combinação para que diversos equipamentos tenham capacidade de percepção, raciocínio, reação e tomada de decisão para executarem ações no mundo real."

DIVULGAÇÃO

Robô quadrúpede que está sendo testado pela Pollux Automation para utilização em tarefas de inspeção industrial

Em expansão

Tamanho do mercado global de IA física – em US$ bilhões



Avanço da IA física nas empresas**

79% investem em IA física

27% implantaram ou estão ampliando o uso

60% acreditam na adoção da robótica em áreas que antes eram impossíveis ou pouco viáveis

43% veem como um facilitador da produção em larga escala dentro de seus próprios países

Fonte: Fonte: Towards Healthcare e Instituto de Pesquisa da Capgemini. *Estimativa, **Organizações com receita anual superior a US$ 1 bilhão, em 16 países da América do Norte, da Europa e da Ásia-Pacífico

Impulsionado pela crescente escassez de mão de obra e a necessidade de maior eficiência operacional, o mercado global de IA física movimentou, em 2025, US$ 5,4 bilhões, de acordo com a consultoria Towards Healthcare. A previsão é que alcance US$ 82 bilhões até 2035, expandindo a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 31,26%.

Em relatório, o Instituto de Pesquisada Capgemini, multinacional focada em analisar o impacto de tecnologias emergentes nos negócios, revela que 79% das organizações com receita anual superior a US$ 1 bilhão de 16 países da América do Norte, da Europa e da Ásia-Pacífico já utilizam a IA física.

José Rizzo Hahn Filho, fundador e diretor da Pollux Automation, que implementa projetos com a tecnologia, ressalta que, embora o Brasil não esteja no centro do desenvolvimento global, possui alto potencial como usuário. "Essa, inclusive, é uma oportunidade de reduzirmos a distância que temos em relação aos países desenvolvidos", salienta, complementando que a primeira onda da IA física será para suprir a falta de mão de obra nas fábricas. "Os robôs, principalmente, vão ocupar postos de trabalho que as indústrias não conseguem preencher, e ainda vão executar as atividades de maneira mais eficiente, precisa e com mais segurança que os humanos."

Aguiar observa que o Brasil possui startups e centros de pesquisa desenvolvendo soluções nessa área, mas tende a absorver as inovações à medida que elas amadurecem globalmente.

"Estamos vivendo um momento inédito, de uma autonomia que não existia antes"
José Hahn Filho

Apesar do grande potencial de transformação, a implementação da IA física apresenta desafios: falta de mão de obra especializada, investimento elevado, disponibilidade de dados de qualidade e integração com sistemas existentes.

Ainda há a questão ética, envolvendo a autonomia das máquinas. "Estamos vivendo um momento inédito, de uma autonomia que não existia antes, e vamos ter de acompanhar com cuidado, sobretudo quando chegarem os robôs humanoides", observa Hahn Filho.

Outro ponto de discussão é se a tecnologia substituirá o trabalho humano. Os especialistas consultados observam que ela tende a ser um complemento ao assumir tarefas repetitivas, pesadas ou de maior risco.

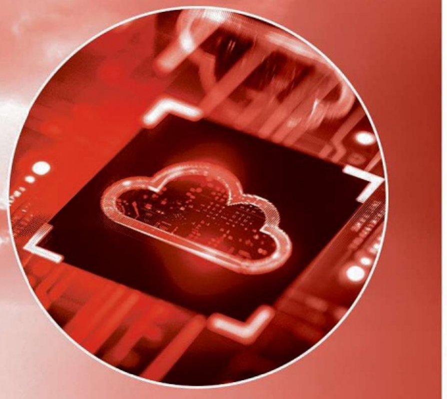
Um setor que já adota IA física é o automotivo. A Volkswagen, por exemplo, conta com diversas aplicações em seu processo produtivo. Em estamparia e pintura, o sistema Smart Inspection, por meio de IA, analisa o serviço e, caso note alguma não conformidade, toma a decisão e envia um alerta a uma tela para que o operador cuide das providências.

"Além da assertividade, as avaliações por IA ocorrem em tempo real, garantindo eficiência e velocidade. Outra vantagem é o armazenamento e a rastreabilidade de dados, permitindo que o sistema evolua em suas análises e ofereça suporte para a melhoria contínua", diz Valdomiro Alves Cerqueira, gerente-executivo de planejamento estratégico da montadora.

APRESENTADO POR Claro empresas

IA coloca segurança, redes e governança no centro dos negócios

Nova temporada da websérie **“Vamos habilitar o próximo novo?”** reúne especialistas e executivos para discutir como esses três pilares determinam a competitividade das empresas



A transformação digital deixou de ser um projeto de inovação para se tornar um fator estratégico para a competitividade das empresas. Em um cenário marcado pelo avanço da inteligência artificial (IA), pelo aumento dos riscos cibernéticos e pela necessidade de conectar operações cada vez mais complexas, infraestrutura, segurança e governança passaram a definir a capacidade das organizações de crescer, inovar e responder às mudanças do mercado.

Os números refletem essa transformação. Segundo levantamento da consultoria IDC para a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), o mercado brasileiro de tecnologia da informação (TI) movimentou US$ 67,8 bilhões em 2025, crescimento de 18,5% em relação ao ano anterior, consolidando o país como o décimo maior mercado de TI do mundo. Mais do que ampliar investimentos, porém, as empresas precisam transformar tecnologia em resultado de negócio.

É justamente esse cenário que orienta a nova temporada da websérie “Vamos habilitar o próximo novo?”, realizada pela Claro empresas em parceria com a Editora Globo e veiculada pelo Valor Econômico. Ao longo de três episódios, a série analisa como segurança, redes inteligentes e governança se tornaram pilares para acelerar a inovação nas organizações. A condução é de Ronaldo Lemos, advogado, professor e diretor científico do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), e Silvio Meira, cientista-chefe da TDS Company, que recebem lideranças empresariais para discutir experiências práticas em diferentes setores da economia.

SEGURANÇA ESTRATÉGICA

A digitalização amplia oportunidades de negócio, mas também expõe empresas a ameaças cada vez mais sofisticadas. O mesmo levantamento da IDC aponta que dados consistentes e confiáveis são hoje o principal fator para acelerar a transformação digital, enquanto cibersegurança e compliance aparecem entre os maiores desafios enfrentados pelas organizações.

A confiabilidade das informações caminha lado a lado com a proteção — dois aspectos cada dia mais pressionados nas organizações. Afinal, os criminosos agem de forma organizada e consistente. “Hoje é fundamental adotar uma arquitetura de zero confiança”, diz Ronaldo Lemos, no primeiro episódio da websérie. “Os atacantes estão usando IA para tornar as ações mais complexas e mais difíceis de serem defendidas. Precisamos formar as pessoas para viver e trabalhar em um ambiente em que quase tudo pode ser um ataque”, alerta Silvio Meira.

Para Tomaz de Oliveira, diretor-executivo de Vendas e Alianças da Claro empresas, o tema deve ser preocupação de todos. “Uma quantidade significativa de empresas dá prioridade a uma entrega em detrimento à segurança de dados, que deve ser central em todas as atividades.” Leonardo Teixeira, coordenador de Infraestrutura na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), lembra da importância de contar com um parceiro estratégico para atender a essas novas demandas. “Contar com uma empresa especialista em segurança da informação é essencial para que eu consiga me proteger melhor.”

REDES INTELIGENTES

Se a segurança protege os ativos digitais, a conectividade é o que permite transformar tecnologia em eficiência operacional. As redes corporativas evoluíram para plataformas inteligentes, capazes de integrar nuvem, edge computing e inteligência artificial em um mesmo ambiente.

“Essa é a nova economia: juntar SD-WAN com potencial de cloud, uma arquitetura edge e IA rodando sobre toda essa infraestrutura. É um ecossistema completo”, descreve Maria Teresa Lima, diretora-executiva para Governo da Claro empresas, no segundo episódio.

A experiência do Banco do Brasil ilustra essa evolução. Marisa Reghini, vice-presidente de Negócios Digitais e Tecnologia da instituição, mostra como redes autogerenciáveis ajudam a sustentar 16 bilhões de transações diárias, reduzindo incidentes, ampliando a disponibilidade dos serviços e aumentando a eficiência operacional. “A tecnologia SD-WAN se autogerencia, o que se traduz em alta latência, segurança e disponibilidade 24 por 7”, diz a executiva do BB.

GOVERNANÇA

Na base da implementação das redes inteligentes e de soluções e rotinas eficientes de cibersegurança estão as práticas de governança, que vêm sendo rapidamente transformadas pela utilização intensiva da IA. No setor farmacêutico, por exemplo, essa é uma demanda urgente. “O volume de dados das empresas do setor farmacêutico é surpreendente: pesquisa de mercado, produção, P&D, além dos dados do consumidor final. Por isso, montamos um data lake único onde centralizamos essas informações”, relata Diego Neufert, CTO e CIO da EMS, grupo farmacêutico com aproximadamente 11 mil colaboradores e faturamento na casa de R$ 10 bilhões. O executivo já projeta os ganhos com o uso da tecnologia: “Para um remédio chegar hoje ao mercado leva de 15 a 20 anos. Com a IA, o objetivo é reduzir talvez à metade do tempo”.

“Ter boa governança habilita a expansão dos negócios. A implementação precisa ser multidisciplinar, transversal e em alto nível”, finaliza Adriano Rosa, diretor-executivo da Claro empresas.

▶ EPISÓDIO 1
SEGURANÇA
Protege dados, aplicações e operações diante de ameaças cada vez mais sofisticadas, permitindo que a IA seja adotada com confiança.

▶ EPISÓDIO 2
REDES INTELIGENTES
Conectam pessoas, dados, nuvem e aplicações, garantindo desempenho, disponibilidade e capacidade para novas cargas de trabalho baseadas em IA.

▶ EPISÓDIO 3
GOVERNANÇA
Organiza dados, estabelece diretrizes e cria mecanismos de controle para que a inteligência artificial seja utilizada de forma ética, segura e alinhada à estratégia do negócio.

Tomaz de Oliveira
Claro empresas

Leonardo Teixeira
CSN

Marisa Reghini
Banco do Brasil

Maria Teresa Lima
Claro empresas

Adriano Rosa
Claro empresas

Diego Neufert
EMS

MEDIAÇÃO

RONALDO LEMOS,
advogado, professor e diretor científico do ITS Rio

SILVIO MEIRA,
cientista-chefe da TDS Company

▶ ASSISTA À WEBSÉRIE COMPLETA

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR G. lab

Claro empresas

Quais horizontes podemos alcançar com a Inteligência Artificial?

Assista à websérie completa em:
VALOR.GLOBO.COM

Silvio Meira, cientista-chefe da TDS Company

Ronaldo Lemos, advogado, professor e diretor científico do ITS Rio

Ines249

Meio ambiente De acordo com pesquisa, só um terço das empresas brasileiras investe em TI verde

Sustentabilidade permanece como desafio

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

O uso cada vez mais disseminado e intensivo da inteligência artificial e de tecnologias inovadoras traz, ao lado das transformações do modelo de negócios, impactos negativos sobre o meio ambiente, acelerando as mudanças climáticas.

Para se ter uma ideia da dimensão do problema, data centers de todo o mundo poderão consumir tanta eletricidade quanto o Japão até o fim deste ano, aumentando os riscos decorrentes da elevação das emissões de gases de efeito estufa, conforme estimativa da Agência Internacional de Energia (IEA). Empresas pesquisadas pelo Carbon Disclosure Project (CDP), em 2025, previram perdas de US$ 898 bilhões decorrentes de eventos climáticos extremos — e metade desses riscos estão no radar para ocorrerem nos próximos dois anos.

Tudo se transforma

Estratégias para aumentar a sustentabilidade da TI corporativa

Reduzir: Foco no corte do consumo de energia e no desperdício de recursos, incluindo virtualização de servidores, otimização do uso de energia e diminuição do número de dispositivos em uso.

Reutilizar: Uso mais eficiente de equipamentos e recursos existentes, como o reaproveitamento de equipamentos mais antigos, recuperação de materiais para reciclagem e emprego de TI ociosa para outras finalidades.

Reciclar: Recuperação de materiais para utilização em novos produtos, abrangendo a reciclagem de equipamentos de TI (computadores, celulares) e componentes eletrônicos.

Refabricar: Restauração de equipamentos de TI existentes para uso futuro, prolongando sua vida útil em outros ambientes, como escolas ou organizações sem fins lucrativos.

Fonte: NTT DATA e MIT Technology Review Brasil - "TI Verde: do discurso à ação".

No relatório do CDP, organização global sem fins lucrativos que afirma ter o banco de dados ambientais mais abrangente do mundo, as organizações também estimaram que a redução da capacidade produtiva em função das mudanças climáticas gerará impactos de US$ 326 bilhões, enquanto a desvalorização de ativos somaria US$ 218 bilhões.

Para mitigar tais efeitos são necessários investimentos das empresas em processos e produtos da chamada TI verde, o que vem ocorrendo de forma sistemática em grandes empresas em países da Europa e no Japão. Já no Brasil a realidade é outra. Há investimentos em tecnologia voltada para ESG, mas em valores inferiores aos necessários, conforme recente pesquisa "Green IT Brasil 2025", da NTT DATA e do MIT Tech Review. Apesar do potencial de redução de até 50% nos custos de energia, só um terço das empresas brasileiras ouvidas investe em TI verde.

O levantamento mostra a necessidade de avanços expressivos por parte das organizações a fim de mitigar impactos do uso de IA e da tecnologia sobre o clima; apenas 27% das mais de 120 organizações pesquisadas de oito setores diferentes aplicam rotinas efetivas de otimização de software e infraestrutura, prática com potencial de reduzir custos e emissões. O estudo, divulgado no fim do ano passado, revela que apesar do claro avanço cultural — 52% das empresas já possuem equipes dedicadas e metas ambientais, e 46% adotam práticas como o prolongamento da vida útil de equipamentos e parcerias de reciclagem —, as ações ainda carecem de profundidade estratégica e financeira: apenas 33% possuem orçamento dedicado, e somente 25% utilizam créditos de carbono como compensação.

"Para muitas empresas brasileiras, investimentos em TI verde ainda são acanhados, ao contrário do que ocorre em outros países. A dificuldade maior é mostrar o retorno desses projetos aos acionistas. Sustentabilidade fica para um segundo momento. Vi um movimento importante das grandes empresas na COP30, mas passado o momento o tema saiu de pauta", diz Roberto Celestino Pereira, executivo sênior de inovação digital e sustentabilidade, responsável pelo levantamento realizado no Brasil.

A questão, conforme Pedro Veras, professor de ciência de dados da Strong Business School, vem chamando mais atenção do mundo acadêmico do que do empresarial. "Estamos no processo de convencimento. O mundo corporativo, muitas vezes, é reativo. Ainda não aconteceu nenhum grande incômodo para fazer com que as empresas comecem a reagir para se protegem de eventuais perdas", diz Veras, doutor em teoria econômica.

> "Vi um movimento importante na COP30, mas passado o momento o tema saiu de pauta"
> *Roberto Pereira*

Hoje as empresas estão investindo mais em segurança da informação, item que se tornou estratégico no modelo de negócios para evitar fraudes e invasões no sistema, o que demanda mais recursos de IA e de tecnologia de ponta, do que em tecnologias para economizar recursos naturais, de acordo com Veras.

Ainda assim, em novos investimentos já prevalecem opções por sistemas tecnológicos que embutem requisitos de segurança e sustentabilidade — os "security by design" —, reduzindo o volume de processos, uma vez que utilizam menos recursos de computação, logo menos energia e água. A demanda, de acordo com Veras, tem se concentrado em novos projetos de desenvolvimento de plataformas, não em substituição aos antigos. "Levará algum tempo para se proliferar no mercado", diz.

De fato, a pesquisa "Green IT Brasil 2025" mostra que 41% das empresas brasileiras acompanham em tempo real o consumo de energia. Percentual relevante, segundo Pereira, mas insuficiente para atender à escala exigida pela transição verde.

DIVULGAÇÃO

Alexandre Faller, da Bradesco Seguros: consumidor está mais exigente após mudanças provocadas pela pandemia

SACs investem em IA, mas não dispensam humanos

Roberta Prescott
Para o Valor, de São Paulo

O atendimento ao consumidor mudou: está, cada vez mais, digital e sendo executado por assistentes virtuais, agentes e robôs com inteligência artificial generativa. "O pós-pandemia trouxe uma exigência muito grande na experiência do cliente para todos os ramos. A Bradesco Seguros não é comparada apenas a outras seguradoras, mas também à experiência de outros ramos de negócio", diz Alexandre Faller, superintendente-sênior de tecnologia do Grupo Bradesco Seguros, que atua nos segmentos de automóvel, residência, previdência privada, vida e saúde.

No caso da seguradora, há um agravante: o contato dos clientes se dá, normalmente, em momentos críticos e estressantes. Para ampliar a disponibilidade e qualidade de atendimento, o Grupo Bradesco Seguros reviu processos e migrou a operação da central de atendimento para plataforma baseada em nuvem da Genesys, com URA (unidade de resposta audível, sistema automatizado de atendimento telefônico), chat, WhatsApp, redes sociais e análise do sentimento do cliente por voz e texto.

Antes, o atendimento era humano, com predominância de voz e distribuição por URA. Faller diz que os ganhos estão relacionados à diminuição da dependência de ligações e ao aumento da satisfação. "Quanto mais elaborado e eficaz o autosserviço é, mais o cliente tem resolutividade sem precisar falar com atendente e pelo celular", afirma.

A Light também apostou nos canais digitais e na robotização para proporcionar maior rapidez nos atendimentos. Focou no WhatsApp e, hoje, 96% dos atendimentos acontecem por lá, o que representa cerca de 50% de redução no call center entre 2024 e 2026. "A IA permite personalizar um atendimento massificado", ressalta Lais Tovar, superintendente de experiência do cliente da empresa. "O cliente quer simplicidade, rapidez e transparência", completa Angelo Coelho, diretor de tecnologia e inovação da Light.

Ao mesmo tempo em que prometem rapidez e mais opções de autosserviços, as novas tecnologias devem beneficiar o consumidor — e não ser uma má experiência. Uma pesquisa do Procon-SP de 2024 sobre uso de IA no comércio eletrônico apontou que os consumidores reclamam de respostas imprecisas, insatisfatórias ou incompletas da IA.

Luiz Orsatti, diretor-executivo do Procon-SP, avalia que, apesar do avanço das tecnologias, os problemas seguem. Cita, como exemplo, a dificuldade do consumidor em ser atendido; a falta de identificação quando não é um atendimento por um humano; e o "looping" (volta ao início do atendimento automatizado).

As empresas erram, segundo ele, em presumir que conhecem o cliente. "Às vezes, querem empacotar o consumidor na ferramenta de prateleira que adquiriram, quando deveria ser o contrário: desenvolver de acordo com o perfil dele", diz. "A tecnologia por si só não é um problema, mas ela tem que ter a sua função de atender mais e melhor", completa Orsatti.

Ele alerta para a necessidade de haver, nos canais digitais, um meio fácil de ser direcionado para o atendimento humano. No Bradesco Seguros, Faller diz que o autoatendimento é usado, principalmente, para sanar dúvidas frequentes e verificar status de pedidos, e não para solicitações críticas. Tanto no autosserviço como via chat existe a opção de ser transferido para um atendente humano. "Isso garantiu sucesso, porque a jornada fica fluida", avalia o executivo.

O mesmo ocorre nos canais digitais da Light, que dão a opção de falar com humanos. "Não é obrigatório ficar na IA, você pode pular para humano", explica Tovar, assegurando que o atendimento humano é minoria e ocorre quando o digital não resolve.

Thiago Siqueira, vice-presidente de vendas para o Cone Sul da empresa de softwares NiCE, aponta que o descontentamento do consumidor deve-se ao fato de que a experiência digital foi por muito tempo robotizada, mas isso tem mudado com a evolução das plataformas de IA conversacional que entendem o contexto e dão respostas mais assertivas.

Automação em regiões remotas exige rede privada

Carmen Nery
Para o Valor, do Rio

DIVULGAÇÃO

Alexandre Gomes, da Claro: empresa viabiliza redes privadas para grandes clientes

A digitalização do chão de fábrica ganhou um aliado com a consolidação das redes privadas na indústria e que também avançam em empresas de mineração, petróleo, energia, mídia e agro, para automação das operações em áreas inóspitas ou remotas. O movimento começou com redes privativas 4G e evolui para 5G, conectando, com menor latência e maior capacidade, robôs, sensores de IoT (internet das coisas), máquinas pesadas, veículos autônomos e sistemas integrados de produção.

A Claro tem cerca de 20 projetos de redes privativas — entre as quais Nestlé, Gerdau, Usiminas e Rumo — e atua como integradora de todas as partes envolvidas na solução em que a rede 5G é apenas um dos componentes. No caso da Nestlé, isso inclui câmeras, esteiras, braços robóticos, processamento remoto e aplicações de "analytics" e inteligência artificial.

"Atuamos como orquestrador tanto do nosso ecossistema como do cliente. Em um dos maiores projetos portuários com operação remota de equipamentos de movimentação de carga e veículos autônomos, garantimos a interoperabilidade de tudo isso e o controle e monitoramento de pessoas", diz Alexandre Gomes, diretor de marketing da Claro Empresas.

A Petrobras iniciou o movimento de redes privativas em 2019, para cobrir plantas de processo de nove plataformas offshore com 4G LTE. Depois expandiu para mais plataformas e para os ambientes industriais em terra.

A empresa usa as redes para conectar robôs e também pessoas que puderam passar a fazer as inspeções em dispositivos digitais e com recursos de realidade aumentada. A empresa tem ainda um plano de sensorização das plantas de processo (como plataformas e refinarias) para avançar com IoT industrial e manutenção preditiva. Após prova de conceito com Nokia e Vivo, usando frequência própria obtida na Anatel, a estatal comprovou a maior eficácia do 5G. "Poderemos ter uma implementação progressiva para 5G em aplicações que fizerem sentido", diz Maximilliam Vieira, consultor da gerência de tecnologia da informação e comunicação da Petrobras.

A Vale combina frequências próprias autorizadas junto à Anatel e frequências contratadas de operadoras de telecomunicações. As redes privativas LTE 4G/5G somam 50 "sites" (instalações) em operações de mineração e logística. A companhia também opera, em Carajás (PA), uma rede privativa exclusivamente 5G, para teleoperação, que exige alta capacidade e baixa latência. "A conectividade privada permite integrar equipamentos, sensores e sistemas operacionais em tempo real. E apoia a evolução da mineração para modelos mais autônomos, remotos e orientados por dados", diz Claudia Mazzi, diretora de infraestrutura tecnológica da Vale.

As redes estão em nove operações de minas no Pará e em Minas Gerais e portos no Maranhão e no Espírito Santo. Adriano Pereira, diretor de IoT, big data e inovação B2B da Vivo, afirma que a mineradora mantém redes privativas 4G da Vivo em Carajás, na ferrovia que liga essa planta ao porto do Maranhão, no Porto de Tubarão (ES) e em campos de mineração em Minas Gerais.

No final de 2025, a Vale fechou contrato com a TIM para implantação do 5G em novos projetos e operações que ainda não têm cobertura completa. O objetivo é conectar dispositivos e soluções que demandem maior capacidade e conexões mais rápidas, complementando a atual rede 4G já implantada e usada para conectar caminhões, perfuratrizes e outros dispositivos.

> "É preciso oferecer outras tecnologias, como IoT, 'analytics' e IA, trazendo valor adicionado"
> *Fabio Costa*

Fabio Costa, vice-presidente de vendas B2B da TIM, diz que a operadora procura oferecer também soluções corporativas, estratégia reforçada após a aquisição da V-8, empresa de serviços digitais. "É preciso oferecer outras tecnologias, como IoT, 'analytics' e IA, trazendo valor adicionado que gere retorno ao cliente", diz Costa.

A Vivo, por sua vez, conquistou projeto na usina sucroalcooleira São Martinho, tradicional cliente da TIM. O projeto da Vivo abrange três milhões de hectares, com 44 torres, que levarão sinal 4G, NB-IoT e LTE-M para atender os quatro complexos agroindustriais.

A rede NB-IoT permitirá o uso de sensores fixos em equipamentos e sistemas de irrigação inteligente e dispositivos de monitoramento ambiental. Já a tecnologia LTE-M dará suporte a telemetria de frotas, colhedoras e tratores conectados, fundamentais para a gestão de grandes áreas agrícolas.

Dados da pesquisa "Mapa de Redes Privativas no Brasil" apontam que, das cerca de 500 redes privativas LTE/5G existentes no país, só 30% foram implantadas por operadoras. Uma das maiores redes privativas está sendo implantada para a Cemig, com 80 instalações e mais de 6 mil dispositivos cobrindo Minas Gerais, pela Aldak, integradora especializada em conectividade de missão crítica.

"A Aldak já implantou 20 redes privativas LTE/5G completas. Auxiliamos os clientes na obtenção das outorgas junto à Anatel, não só de 5G, mas também de frequências de 450 MHz, 700 Mhz e 2,3 GHz em caráter secundário [compartilhado]", diz Matheus Silva, COO da Aldak.

BETC HAVAS

TIM

TECNOLOGIA, DADOS E INTELIGÊNCIA QUE TRANSFORMAM NEGÓCIOS.

A TIM combina conectividade, Analytics, IA, IoT, Cloud, computação de borda e cibersegurança para apoiar empresas na integração de dados, pessoas e operações.

Essas soluções tornam os processos mais eficientes, aumentam a produtividade e aceleram a tomada de decisões com mais inteligência e competitividade.

***Conheça as soluções** da TIM que estão transformando grandes empresas.*

Ines249

Planejamento Com união de aprendizado de máquina, IA e big data, empresas constroem modelos para tomar decisões mais precisas

Análise avançada de dados indica rumos para corporações

DIVULGAÇÃO

Rosely Boer, da Allianz: exame de históricos de apólices, sinistros e interações com clientes possibilita identificar padrões

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

A análise avançada de dados (“advanced data analytics”) já desponta como um dos principais pilares da estratégia de grandes corporações. Combinando inteligência artificial, aprendizado de máquina e big data, empresas utilizam modelos analíticos para identificar cenários e tendências, prever comportamentos, antecipar demandas, agir com mais velocidade, tomar decisões mais precisas, em tempo real, e reduzir custos.

“Imagine três engrenagens que trabalham juntas”, compara Paulo Cordeiro, presidente da 4MDG, uma plataforma dedicada à padronização e automação do processamento de cadastros. “A primeira engrenagem reúne uma quantidade enorme de informação, de dentro e de fora da empresa — o que se costuma chamar de big data. A segunda olha para toda essa informação e vai descobrindo padrões, como perceber que sempre que chove as vendas de um produto sobem. É o aprendizado de máquina, que fica mais esperto quanto mais dados recebe. A terceira usa esses padrões para prever o que tende a acontecer e sugerir ou até executar uma ação, e é aí que entra a inteligência artificial”, detalha.

O presidente da consultoria Datarisk, Jhonata Emerick, exemplifica com sua própria análise casual do custo das bets para o país, numa tarde de domingo de 2024. “Como trabalho com dados, sempre olho o Google Trends. Nesse domingo, estava em casa, no Recife, com minha mulher, e vi no Google Trends que as maiores buscas, coisa de mais de 60 primeiras buscas, eram sobre futebol. Como estamos no país do futebol, não era nada demais. Porém, um dado chamou minha atenção: buscas sobre futebol da Estônia. E futebol feminino”, conta o cientista de dados, que logo imaginou se tratar de apostas esportivas.

Sabendo que o presidente do Banco Central, naquela semana, solicitara a discriminação dos pagamentos de apostas on-line de brasileiros, que integram gastos com serviços no exterior, isto é, remessa de dólares, cruzou dados das bets com os da balança comercial, e viu que os valores das apostas eram maiores que as exportações de carne bovina.

“Isto mostra como a análise avançada permite enxergar relações que não são óbvias à primeira vista. Um fenômeno aparentemente restrito ao entretenimento pode afetar o orçamento das famílias, o desempenho do comércio, a indústria de bens de consumo e indicadores macroeconômicos”, sublinha ele.

As aplicações variam conforme o setor, mas o objetivo costuma ser o mesmo: transformar grandes volumes de dados em ações concretas. Em áreas como saúde, finanças, varejo, indústria e agronegócio, essas tecnologias apoiam a análise de riscos, a previsão de cenários, a personalização de ofertas, a otimização de processos e a inovação nos modelos de negócio.

"A análise avançada permite enxergar relações que não são óbvias"
Jhonata Emerick

Rosely Boer, diretora-executiva de operações e TI da Allianz Seguros, diz que o mercado segurador analisa dados históricos de apólices, sinistros, interações com clientes, canais digitais e outras fontes relevantes para identificar padrões, estimar probabilidades, prever comportamentos e dar apoio à tomada de decisões.

Segundo Lígia Vasconcellos, sócia e diretora de operações da datatech Assertiva, a análise avançada de dados tende a propiciar aumento da produtividade mediante a automação de tarefas, que pode reduzir em 30% a 70% o tempo gasto em atividades repetitivas. Também oferece maior eficiência operacional com a otimização de processos que reduz erros e retrabalho, gerando economias de 20% a 40% em custos operacionais. A personalização de ofertas e recomendações pode elevar as taxas de conversão de vendas entre 10% e 30% graças à melhoria da experiência do cliente e ao atendimento automatizado e personalizado que aumenta a satisfação e reduz o tempo de resposta.

“No setor financeiro, essas aplicações permitem um melhor direcionamento do crédito para quem precisa e tem reais intenções e capacidade de pagar, ao mesmo tempo em que também é uma poderosa arma contra fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro e golpes”, ressalta Murilo Garcia, analista-chefe da Núclea, a sucessora da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) que processa todas as transferências de dinheiro do Sistema Financeiro Nacional.

Mas, de modo geral, como lembra Garcia, o uso dessas tecnologias extrapola campos fabris, mineração, extração de óleo e gás, chegando a atendimento ao cliente de diferentes setores e até a empresas de delivery com otimização da malha logística.

Nesse sentido, a Siemens simula e testa todo o comportamento de uma planta industrial no ambiente virtual antes de qualquer execução física, antecipando tendências e propondo condutas com enorme poder de acerto, relata o líder de empreendimentos digitais da multinacional no Brasil, Davi Carboni. “Nesse contexto, desenvolvemos soluções capazes de tornar o deslocamento de pessoas mais ágil nos horários de maior demanda e de viabilizar inovações que atendam a necessidades cada vez mais específicas do público, sem comprometer o ritmo de produção de bens e serviços, elevar seus custos unitários ou exigir a substituição de estruturas produtivas já estabelecidas diante de novas demandas.”

Funcionários precisam de ‘alfabetização’

DIVULGAÇÃO

Com treinamento, as áreas fazem pedidos mais claros e entendem melhor as informações que precisam, diz Paulo Ruza, do Carrefour

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

Empresas não se tornam orientadas por dados apenas porque compraram tecnologia, criaram áreas de “analytics” ou melhoraram a qualidade de suas bases. O fator decisivo continua sendo a capacidade das pessoas de compreender, interpretar e utilizar essas informações no cotidiano, afirma o americano Jordan Morrow, vice-presidente sênior de transformação de dados e IA da AgileOne. “Essa alfabetização é importante para capacitar as pessoas não apenas a olhar para painéis e ver o que aconteceu, mas a descobrir o porquê e dar vida aos dados”, diz.

Em um mundo que produz cerca de 400 milhões de terabytes de dados por dia, segundo o site Exploding Topics, compreender e aplicar essas informações tornou-se essencial. Relatório do site DataCamp com líderes dos EUA e Reino Unido mostra que 40% apontam a perda de produtividade como principal consequência da baixa alfabetização em dados.

A TIM iniciou essa jornada há quatro anos. “Temos três trilhas. A Expert prepara durante seis meses cientistas, engenheiros e arquitetos de dados; a Consumer atende quem utiliza dados nas decisões cotidianas; e a Translator forma profissionais capazes de traduzir necessidades das áreas de negócio para os times técnicos”, diz Maria Antonietta Russo, VP de pessoas, cultura e organização da TIM.

Segundo ela, o programa já alcançou 96% dos colaboradores. “Quando as pessoas compreendem melhor os dados, conseguem transformar problemas em hipóteses, hipóteses em análises e análises em decisões mais conectadas aos objetivos da companhia.”

No Banco Carrefour, o projeto começou na instituição financeira e depois foi expandido para o restante do grupo. “Foi um programa do zero, explicando o que é dado e sua importância na tomada de decisão. Depois gravamos esse treinamento em módulos e o disponibilizamos para os 120 mil colaboradores”, afirma Paulo Ruza, superintendente de dados e IA.

Segundo ele, as áreas passaram a formular pedidos mais claros e compreender melhor quais informações de fato precisavam. A alfabetização também despertou novos interesses. “Uma colaboradora da comunicação achava que nem precisava. Fez o treinamento, gostou, buscou outros cursos e, um ano depois, veio trabalhar com a gente na área de dados”, diz Ruza.

O Grupo Boticário também vem acelerando sua cultura de dados. “Decidimos investir na alfabetização para garantir que os mais de 20 mil colaboradores pudessem usar a informação de forma ética, eficiente e estratégica”, afirma Renato Pedigoni, CTO da companhia. Considerada a segunda empresa mais admirada em dados da América Latina pela pesquisa “State of Data Brazil 2025-2026”, da Data Hackers e Bain & Company, a empresa aposta em uma jornada que começa com plataformas de análise e SQL (linguagem universal usada para conversar com bancos de dados). “Hoje, com agentes de IA, um colaborador consegue realizar análises altamente complexas sem necessariamente escrever código”, diz Pedigoni.

Para Henrique Portella, fundador da DataSchool, especializada em alfabetização de dados, o objetivo não é transformar todos os funcionários em analistas ou programadores, mas criar uma linguagem comum. “Não é usar Excel, pois isso é letramento digital. Estamos falando de entender gráficos de dispersão, correlação, a diferença entre mediana e média e como contar uma história com dados”, afirma. Segundo ele, investir milhões em plataformas de “business intelligence” (BI), IA e “analytics” ou contratar cientistas de dados não basta se poucos conseguem usar essas análises.

Marcos Sirelli, vice-presidente de tecnologia, dados e atendimento do Grupo Porto, afirma que a empresa estruturou sua trilha de dados primeiro em nível inicial e intermediário, em que o foco é saber ler e interpretar o negócio através de dados. “Tivemos um colaborador, por exemplo, que desenvolveu uma ferramenta que reúne milhares de pesquisas de Net Promoter Score [NPS], que é uma métrica padrão global para medir a lealdade e a satisfação dos clientes, para indicar automaticamente onde as jornadas precisam ser melhoradas e quais mudanças têm maior potencial de impacto na experiência do consumidor.”

Gêmeos digitais abrem uma janela para o futuro

Rui Dantas
Para o Valor, de São Paulo

O professor Arlindo Galvão, ligado ao Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia), da Universidade Federal de Goiás (UFG), lembra da cena do filme “Homem de Ferro”, na qual o alter ego de Tony Stark conversa com Jarvis, uma inteligência artificial que funciona também como um gêmeo digital, para explicar até onde a indústria já está chegando, quando diversas tecnologias dialogam no processo produtivo. Essas novidades já são capazes de espelhar, com auxílio de múltiplos sensores, tudo o que acontece no chão de fábrica, além de antever os resultados finais, se houver alterações, por exemplo, nos insumos, temperatura, entre outras milhares de possibilidades.

Na cena em questão, Jarvis simula visualmente a armadura do herói, acopla diferentes tipos de apetrechos e é capaz de prognosticar suas capacidades futuras. Esse tipo de revolução já está ocorrendo na indústria, e o Brasil tem diversos exemplos de sucesso dessas novas aplicações em plantas espalhadas pelo país.

Galvão, que também é diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a Embrapii, já participou de projetos que associam IA e digitalização a processos produtivos de companhias líderes, como Petrobras, WEG e Natura. Ele aponta três pilares para definir o que é exatamente o gêmeo digital, definição que considera muitas vezes utilizada imprecisamente.

“Precisa ter um software que simula a realidade. Ter uma inteligência plugada a uma planta real, ou seja, os simuladores têm de sentir o que a realidade está sentindo”, explica. “E o sistema tem de usar IA para poder fazer predição e trazer os resultados previstos, quando qualquer tipo de alteração for proposta.”

Os ganhos são muitos. O sistema permite demonstrar a fadiga de peças e equipamentos inteiros, antes de o processo entrar em colapso. Verifica pequenas alterações, que seriam imperceptíveis para os humanos, por falta de acuidade visual ou por ocorrerem dentro de um maquinário, por exemplo.

É o que ocorre na fábrica da N&L, que o Grupo José Alves inaugurou no início do mês em Trindade (GO). A nova unidade está acoplada a um complexo fabril de produtos de limpeza e tem capacidade para produzir 4,2 milhões de caixas de sabão em pó por mês.

"Pagamos R$ 15 mil pela tecnologia e já celebramos R$ 10 milhões em ganhos"
Judson Ataíde

O custo total da planta, que começou em 2023, chegou a R$ 600 milhões com a última inauguração. Com um investimento de R$ 800 mil nesta modelagem, a fábrica da N&L instalou um simulador matemático que possibilita testar e analisar todas as variáveis do processo de forma virtual, antes mesmo da execução real.

“Graças à automação e à inteligência artificial, a operação de uma planta de pó que tem sete andares necessita apenas de duas pessoas por turno, enquanto uma outra, em que trabalhei na concorrência, exigia no mínimo 12 pessoas em atuação”, compara o diretor de operações industriais da N&L, Leandro Silva.

O sistema previne paradas não programadas, alertando o operador para limpar o bico ou atuar em válvulas antes que atinjam níveis críticos de operação. “Também permite ajustar o processo para trabalhar em faixas de tolerância muito mais estreitas, reduzindo desperdícios de matéria-prima, corrigindo automaticamente as dosagens e garantindo a conformidade do produto final”, arremata Silva.

No Pará, a Belém Bioenergia Brasil produz óleo de palma, insumo de biodiesel, alimentos e cosméticos com auxílio de uma inteligência artificial desenvolvida pela empresa NoLeak. Ela foi acoplada ao gêmeo digital da fábrica para analisar o transportador da fibra residual da palma que é levada às caldeiras da produção. O monitoramento por IA alerta quando ocorrerão quebras ou saídas de trilho desse transportador, chamado de “redler”.

“A empresa sofria até três paradas não programadas por mês. Cada parada total da planta durava de 16h a 20h para restabelecimento, gerando um prejuízo de R$ 1 milhão a R$ 1,5 milhão por evento devido à perda de produção”, calcula Judson Ataíde, coordenador de engenharia industrial na BBB. “Pagamos R$ 15 mil pela implementação da tecnologia e já celebramos R$ 10 milhões em ganhos em um ano.”

Já no setor de óleo e gás, a Wiise é uma empresa que desenvolve gêmeos digitais para a Petrobras. O software soluciona problemas complexos de engenharia, como o escoamento de fluidos e o comportamento de válvulas em operação em altas profundidades no pré-sal. “O sistema modela a geometria dos equipamentos e compara os cálculos matemáticos com os dados reais enviados pelos sensores dos poços [como pressão e temperatura] para validar o modelo e prever anomalias”, revela Rodrigo Dias, CEO da Wiise.

Ines249

Trabalho Representantes do setor alertam que maior preocupação é a capacitação de profissionais para tecnologias emergentes, como IA e computação quântica

Cresce número de formados, mas ainda há escassez de mão de obra

Maria Ligia Pagenotto
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil quase dobrou o número de formados em cursos superiores de tecnologia da informação e comunicação (TIC) entre 2020 e 2024, mas representantes do setor afirmam que a principal preocupação deixou de ser ampliar a oferta de profissionais e passou a ser formar especialistas com as competências exigidas pelas empresas.

Dados da Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), com base no Censo da Educação Superior, mostram que o número de concluintes passou de 56.223, em 2020, para 110.960, em 2024. A maior parte dos diplomados concentra-se em cursos mais generalistas: análise e desenvolvimento de sistemas responde por 40%, enquanto engenharia de software representa 2,7%, segurança da informação, 1,5%, e ciência de dados, 1,2%. No mesmo período, 351.070 estudantes abandonaram a graduação antes da conclusão.

A percepção também mudou na Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). Segundo Affonso Nina, presidente-executivo da entidade, o país atingiu o maior número de graduados em TIC da série histórica e o ponto crítico passou a ser aproximar a formação das necessidades das empresas, acelerar a inserção dos profissionais no mercado e intensificar a formalização da mão de obra.

"O desafio deixou de ser quantitativo e passou a ser qualitativo", afirma Nina. A escassez permanece em áreas como inteligência artificial, ciência de dados e cibersegurança, mas está concentrada em profissionais com competências específicas e experiência prática. Na avaliação do executivo, enfrentar esse cenário exige uma estratégia nacional voltada à educação digital e maior alinhamento entre formação e mercado de trabalho.

O diagnóstico é reforçado pelo relatório "Perspectivas do Mercado de Trabalho do Macrossetor TIC", da Brasscom, que projeta a criação de 33 mil empregos formais até o fim de 2026. Entre 2023 e 2025, o setor incorporou 111,1 mil profissionais, dos quais 44,4% em vagas com carteira assinada e 55,6% como microempreendedores individuais (MEIs) ou outras formas de ocupação.

110.960
estudantes se graduaram em TIC no Brasil em 2024

Na Softex, a avaliação converge com a da Brasscom. Para Christian Tadeu, presidente da entidade, a expansão da inteligência artificial fez crescer a demanda por talentos especializados em diferentes setores da economia. "O principal desafio do Brasil para nós não é a falta absoluta de profissionais, mas o crescente descompasso entre as competências exigidas e a formação disponível", afirma.

Segundo ele, a resposta passa por educação, inclusão, requalificação e fortalecimento das capacidades nacionais, estratégia que considera essencial para a soberania digital do país. Além da inteligência artificial, Tadeu aponta a computação quântica como uma das próximas fronteiras tecnológicas, com potencial para transformar áreas como segurança da informação e criptografia e ampliar a demanda por profissionais especializados.

Os dados da entidade mostram que o número de especialistas em tecnologia passou de 355 mil para 501 mil profissionais entre 2020 e 2025, crescimento de 41%. No mesmo período, foram criados cerca de 325 mil vínculos formais. As vagas que exigem competências em inteligência artificial saltaram de 63 mil para 182 mil entre 2024 e 2025, e quase metade das grandes empresas brasileiras já utiliza IA em seus processos. "O mercado está procurando profissionais que apliquem IA em ambientes corporativos, integrem dados, segurança e processos de negócios", diz Tadeu.

Outra prioridade é estimular a diversidade da força de trabalho. Segundo a Softex, apenas 19,5% dos especialistas em TIC são mulheres, embora elas representem cerca da metade da população economicamente ativa. Para Tadeu, aumentar a participação feminina e investir na formação de grupos sub-representados também faz parte da estratégia para elevar a oferta de talentos qualificados.

André Batista, professor do Insper, afirma que aproximar universidades e empresas será decisivo para reduzir o descompasso entre formação e mercado. A inteligência artificial, diz o pesquisador, mudou o perfil das contratações e aumentou a procura por profissionais capazes de combinar conhecimento técnico, experiência prática e visão de negócios. "Antes a pergunta era se você sabia escrever o código. Hoje é se você sabe julgar o código que a máquina escreveu", aponta. Segundo Batista, além de incorporar inteligência artificial aos currículos, a formação deve reforçar competências humanas, como comunicação, pensamento crítico e entendimento do negócio, que ganham importância à medida que a inteligência artificial assume tarefas rotineiras.

A especialização também se reflete na remuneração. Dados da Softex mostram que profissionais de tecnologia recebem, em média, salários 64% superiores aos do conjunto do setor de serviços. Entre aqueles com competências em inteligência artificial, a remuneração média é 62% maior do que a dos demais profissionais de tecnologia.

Drones, robôs e sensores reduzem os riscos de acidentes

Michele Loureiro
Para o Valor, de São Paulo

A segurança do trabalho entrou na era preditiva. Em vez de apenas proteger trabalhadores quando o risco já existe, empresas brasileiras usam inteligência artificial, veículos autônomos, drones, robôs, sensores e sistemas conectados para antecipar acidentes e reduzir a exposição humana às atividades mais perigosas.

O que parecia futurista há poucos anos já faz parte da rotina de setores como petróleo, mineração e energia. Na Petrobras, robôs submarinos operados remotamente assumem inspeções antes realizadas por mergulhadores, drones alcançam áreas de difícil acesso e sistemas de inteligência artificial analisam imagens para identificar situações de risco. Em alguns casos, medições que antes exigiam dias de preparação passaram a ser feitas em cerca de 30 segundos. O resultado é uma redução de aproximadamente 4,7 milhões de horas anuais de exposição ao risco.

DIVULGAÇÃO

Caminhão autônomo da Vale em mina em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)

A transformação é conduzida pelo Laboratório de Inovação em Segurança (LIS), criado em 2020. O centro reúne 135 projetos voltados ao desenvolvimento de robótica, sensores inteligentes e sistemas autônomos. Desde sua criação, o portfólio recebeu cerca de R$ 500 milhões em investimentos e já gerou R$ 2,5 bilhões em benefícios econômicos, principalmente pela redução da mobilização de embarcações, equipes especializadas e interrupções operacionais. "As tecnologias não substituem procedimentos, padrões e nem a decisão técnica das equipes. Elas ampliam a consciência situacional e qualificam a tomada de decisão", afirma Guilherme Fortes, gerente do LIS.

A mesma lógica avança em outros setores. Na mineração, a Vale utiliza mais de 70 equipamentos autônomos, entre caminhões, perfuratrizes e máquinas de pátio, reduzindo a presença de pessoas em áreas operacionais. Além de ganhos de até 15% no rendimento operacional e redução de até 7,5% no consumo de combustível, registrou queda de 68% nos acidentes desde 2019. "O objetivo é desenvolver soluções que aumentem simultaneamente a segurança das pessoas, a eficiência operacional e a sustentabilidade dos ativos", afirma Rafael Bittar, vice-presidente executivo técnico da Vale.

Na transmissão de energia, a ISA Energia Brasil investiu cerca de R$ 5 milhões em uma frota de mais de 160 drones, que inspecionam mais de 39 mil torres da companhia. Em seis anos, a iniciativa evitou 83 mil horas-homem de exposição ao risco, reduziu em 50% o tempo de inspeção e identificou 40% mais anomalias em comparação aos métodos convencionais. "A eficiência operacional e a redução de custos são consequências importantes, mas o eixo central sempre foi a segurança das pessoas", afirma Bruno Isolani, diretor-executivo de operação da ISA Energia Brasil.

Segundo a MSA Safety, fabricante global de tecnologias para segurança ocupacional, a discussão vem ganhando corpo. "O debate deixou de ser sobre quais tecnologias adotar e passou a se concentrar em como gerar valor real por meio delas", diz Mauricio Alvares, diretor de desenvolvimento de negócios, serviços e soluções para a América Latina da empresa. O cenário se reflete no Safety Innovation Awards 2026, prêmio da empresa voltado a iniciativas de inovação em segurança do trabalho. Dos mais de 220 projetos inscritos, cerca de 85% incorporavam inteligência artificial, sensores conectados ou análise de dados.

> "Segurança continua sendo uma decisão de cultura organizacional"
> *Luiz Bezerra*

A integração entre segurança e eficiência também é acompanhada pela Honeywell, fornecedora global de tecnologias para automação industrial. Segundo o CEO da empresa, José Fernandes, as organizações mais avançadas passaram a reunir dados de trabalhadores, ativos e processos em uma única plataforma. "Essa integração permite respostas mais rápidas a situações críticas, reduz riscos e aumenta a eficiência operacional."

A digitalização também muda o perfil dos profissionais da área. "O especialista deixa de atuar apenas na fiscalização do cumprimento de normas para assumir uma função baseada na interpretação de dados e no gerenciamento de riscos", diz Maria Sartori, diretora da Robert Half.

Para Luiz Rafael Bezerra, líder de saúde e benefícios da Mercer Brasil, os ganhos da tecnologia dependem de uma cultura organizacional voltada à prevenção. "Ferramentas digitais ampliam a capacidade de monitoramento, mas segurança continua sendo uma decisão de cultura organizacional."

Treinamento entra na era da simulação ultrarrealista

Caroline Marino
Para o Valor, de São Paulo

Dados globais da PwC apontam que o uso de tecnologias de realidade estendida ("extended reality", ou XR) pode aumentar a produtividade das empresas em até 40%, reduzir significativamente o tempo de treinamento e ampliar a retenção do conhecimento. A consultoria estima que, até 2030, a aplicação de realidade virtual (RV) e realidade aumentada (RA) em programas de desenvolvimento de pessoas deverá acrescentar US$ 356 bilhões ao PIB global, ao permitir a simulação de situações em que a prática no mundo real é inviável ou envolve riscos.

Setores de alto risco, como mineração, saúde e aviação, já utilizam óculos imersivos e projeções digitais para acelerar a curva de aprendizado de equipes e simular situações críticas. "As organizações precisam se concentrar em projetar soluções para resolver problemas específicos de negócios, como acelerar processos, melhorar a segurança, reduzir custos ou abrir novas fontes de receita", diz Jeremy Dalton, head de realidade virtual e realidade aumentada da PwC.

Os benefícios das tecnologias imersivas se destacam principalmente pela capacidade de oferecer treinamentos padronizados, repetíveis e seguros, criando com fidelidade situações críticas, como explica Joyce Barreto, gerente do Centro de Simulação Realística do Hospital Israelita Albert Einstein. "Conseguimos reproduzir cenários complexos e de alto risco sem expor pacientes, equipes ou operações", diz. Na instituição, as ferramentas são aplicadas em áreas assistenciais de maior complexidade, incluindo unidades de terapia intensiva (UTI) e pronto atendimento, além de atividades de ensino voltadas aos cursos de graduação em medicina e enfermagem.

Um dos exemplos é a simulação de atendimentos em uma ambulância virtual voltada a médicos e residentes. De acordo com Barreto, os participantes relatam ganhos na organização do raciocínio clínico, na resolutividade dos casos e na agilidade para tomar decisões. Outro benefício é a possibilidade de realizar treinamentos colaborativos remotos simultâneos.

Se, de um lado, a adoção de tecnologias imersivas exige investimentos relevantes em hardware e software customizado, de outro, ajuda na redução de acidentes e na diminuição da necessidade de estruturas físicas para capacitações. Em segmentos que operam com ativos de alto valor, como aviação, transporte ferroviário e mineração, o retorno financeiro é evidente. Simuladores substituem, por exemplo, o uso de cockpits e cabines de comando reais durante o treinamento.

DIVULGAÇÃO

O Hospital Israelita Albert Einstein utiliza óculos de realidade aumentada para capacitação de funcionários

Para Antonio Valerio Netto, pesquisador em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de tecnologia educacional, a principal contribuição dessas ferramentas está na possibilidade de desenvolver habilidades e atitudes. Isso porque, enquanto o conhecimento está amplamente disponível em vídeos, documentos e outras plataformas digitais, o aprimoramento de competências exige experiências que envolvam percepção, ação e tomada de decisão. "RA e RV permitem transportar profissionais para cenários críticos, criando gatilhos mentais que os ajudam a tomar decisões na hora certa e reagir de forma adequada", afirma.

> "Conseguimos reproduzir cenários complexos e de alto risco sem expor pacientes"
> *Joyce Barreto*

Netto ressalta, porém, que os resultados não dependem apenas da tecnologia, mas da maneira como ela é incorporada ao processo de aprendizagem. As ferramentas devem estar associadas a outras metodologias de ensino. Segundo ele, o ideal é seguir o método conhecido como CHA (conhecimento, habilidade e atitude). "Só a tecnologia não funciona", afirma. "Ela é um meio, mas sem uma metodologia de ensino não é capaz de promover, sozinha, o desenvolvimento das habilidades."

No Einstein, os impactos são acompanhados por indicadores educacionais e operacionais que incluem desempenho nas avaliações, evolução das competências, tempo necessário para aquisição de proficiência, percepção dos participantes e avaliação dos facilitadores, além de métricas relacionadas à qualidade assistencial. Embora a instituição observe ganhos, Joyce Barreto destaca que ainda não é possível atribuir isoladamente à RV melhorias nos desfechos assistenciais. "As simulações fazem parte de programas educacionais mais amplos."

Ines249

Cibersegurança Empresas restringem privilégios e verificam identidade, dispositivo, localização e comportamento do usuário

Ameaças de hackers levam à adoção da 'confiança zero'

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

A cibersegurança das empresas deixou de ser apenas uma proteção restrita à área de tecnologia para se tornar uma questão vital para o negócio. Na esteira dessas mudanças, a adoção de arquiteturas de confiança zero, ou "zero trust", avançou. Em vez de presumir que um usuário é confiável por estar dentro da rede corporativa, cada acesso precisa ser verificado continuamente.

A mudança acompanha um ambiente de risco mais complexo. Vazamentos de dados, uso de ferramentas de inteligência artificial sem autorização e ataques contra credenciais ampliaram o risco de exposição das companhias. Segundo o estudo "Cost of a Data Breach Report 2025", da IBM Security, o custo médio global de um único incidente com vazamento de dados é de US$ 4,44 milhões.

Entre as 600 organizações estudadas, cerca de 20% afirmaram terem sofrido uma violação devido a incidentes de segurança envolvendo inteligência artificial oculta, o uso de ferramentas de IA dentro de uma organização sem aprovação ou controle das áreas responsáveis. Para organizações com altos níveis de IA oculta, essas violações adicionaram US$ 670 mil ao custo médio da violação em comparação com as que tinham níveis baixos ou nenhum nível de IA oculta.

Segundo Nicolas Mucci, líder em serviços de cibersegurança para a IBM América Latina, as cifras não se limitam aos valores necessários para a recuperação técnica dos sistemas comprometidos. "Essa costuma ser apenas uma parte da conta", afirma. "A empresa precisa investigar o incidente, conter o ataque, restaurar operações, atender exigências regulatórias e, muitas vezes, oferecer suporte a clientes afetados. Se o negócio parar durante algumas horas ou dias, há também perda de receita e produtividade."

Outra pesquisa, a "Microsoft Digital Defense Report 2025", apontou que em 80% dos incidentes investigados pelas equipes de segurança da Microsoft os invasores buscavam roubar dados, e que mais da metade dos ataques com motivação conhecida envolveu extorsão ou ransomware, o "sequestro" de dados. "Ou seja, o risco cibernético hoje tem impacto direto sobre operação, reputação, continuidade e resultado de negócio", diz André Toledo, líder de segurança na Microsoft Brasil.

O desafio se torna maior porque a rotina de trabalho mudou nas empresas, com a rede corporativa deixando de ser um ambiente concentrado em um único perímetro. É nessa lógica que entra o "zero trust". A estratégia parte do pressuposto de que nenhum acesso deve ser automaticamente confiável. É uma abordagem baseada em três princípios: verificar explicitamente, conceder apenas o privilégio necessário e assumir que uma violação pode acontecer. "Cada solicitação de acesso deve ser autenticada e autorizada com base em sinais como identidade, dispositivo, localização, comportamento e nível de risco", afirma Toledo.

O perfil dos ataques atuais ajuda a explicar esses cuidados. A maioria deles não é uma invasão sofisticada, mas, sim, um acesso legítimo comprometido, usado exatamente como deveria ser usado, só que pela pessoa errada, diz Luciano Simão, chief information security officer (CISO) da Claranet Brasil. "Os atacantes não gastam mais tempo e energia para 'arrombar a porta', eles investem em soluções mais simples e rápidas e fazem login."

A expansão da inteligência artificial generativa acrescentou uma nova camada de preocupação. O problema, segundo Mucci, aparece quando esse uso ocorre sem regras claras. Um colaborador, por exemplo, pode inserir em uma plataforma pública informações confidenciais, contratos, código-fonte ou dados de clientes sem avaliar os riscos envolvidos.

Wesney Bolzan Silva, CEO e cofundador da TBRsafe, empresa participante do hub Moov4, também vê o uso desgovernado de IA como um risco emergente e avalia que muitas companhias ainda confundem confiança zero com a compra de uma solução tecnológica. "Penso que o maior erro é imaginar que 'zero trust' seja uma tecnologia ou algum componente que pode ser comprado e resolver os problemas de segurança. Não. Definitivamente não", afirma. Segundo ele, trata-se de uma mudança de arquitetura e de mentalidade. "Hoje, a identidade é o novo perímetro."

Esse modelo também muda a forma de lidar com incidentes. Em vez de trabalhar apenas para impedir ataques, a empresa passa a estruturar sua arquitetura considerando que uma violação pode acontecer e que seu impacto precisa ser limitado rapidamente.

Para Natalian Silva, identity advisor partner na IAM Brasil, as empresas mais maduras já tratam a cibersegurança como um processo permanente de gestão de riscos, mas essa não é a regra. "Ainda observamos que grande parte das empresas brasileiras intensifica os investimentos em cibersegurança após sofrer um incidente, uma exigência regulatória ou uma recomendação de auditoria", afirma. "Embora esse cenário esteja mudando, a prevenção ainda não é o principal motivador para muitas organizações."

> "A prevenção ainda não é o principal motivador para muitas organizações"
> *Natalian Silva*

Rede de vulnerabilidades

Ataques de hackers causam prejuízos globais

	Custo médio global da violação (US$ milhões)	Tempo de identificação (em dias)	Tempo de contenção (em dias)	Ciclo total (em dias)
2020	**3,86**	207	73	280
2021	**4,24**	212	75	287
2022	**4,35**	207	70	277
2023	**4,45**	204	73	277
2024	**4,88**	194	64	258
2025	**4,44**	181	60	241

Fonte: "Relatório do Custo das Violações de Dados 2025", IBM

DIVULGAÇÃO

Fernanda Spinardi, da AWS: empresa investe em serviços que permitam aos clientes unificar informações na nuvem

Computação em nuvem facilita a visão holística

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Na BMW, o processamento diário de cerca de 10 terabytes de dados, gerados por 1,2 milhão de veículos, sustenta desde insights em tempo real a assistentes pessoais veiculares, tudo a partir de dados de telemetria de veículos e clientes. Na Pedra Agroindustrial, dados de desempenho das plantas, solo, chuvas, declividade e pragas permitem definir a variedade de cultura de cana com melhor aproveitamento para cada área, enquanto o governo de Angola combina informações diversas para monitorar a gestão de mais de 500 projetos de 15 províncias.

Os exemplos mostram a relevância da integração de dados maciços de diferentes áreas das empresas para apoiar tomada de decisão, tendência acirrada pelo maior uso da inteligência artificial (IA). O cenário é favorecido pela computação em nuvem, dada sua capacidade elástica de armazenamento e processamento.

O Brasil acompanha o cenário mundial de adoção de infraestrutura em nuvem (IaaS), com penetração praticamente total em empresas de grande porte, conforme Luciano Ramos, country manager da consultoria IDC. O segmento deve avançar 18,6% neste ano, e o crescimento alcança até 25% no caso de softwares (SaaS).

Em infraestrutura, a estratégia é prioritariamente híbrida, com nuvem pública somada a data center tradicional, dentro de infraestrutura própria ("on-premise") ou de terceiros, ou mesmo nuvem privada. Do ponto de vista de aplicações, prevalece a nuvem múltipla ("multicloud"), com provedores diferentes. "A nuvem facilita a visão unificada", diz Ramos.

A AWS investe em serviços para unificar informações mesmo enquanto soluções "on-premise" ainda consomem cerca de 85% dos gastos globais com tecnologia (TI), segundo a líder de soluções para clientes Fernanda Spinardi. A BMW, um dos exemplos maduros, baseia na AWS seu repositório ("date lake") para desenvolver soluções orientadas a dados. Outro exemplo é o Grupo Boticário, que depois de unificar dados em nuvem desenvolveu assistente de compras com IA que aumentou a conversão de vendas em 46%.

"A nuvem tem impulsos como modernização de aplicações e dados para IA", avalia Spinardi. Para cruzar "silos" de informação, a empresa lançou o Quick, assistente que conecta desde e-mail e calendários a documentos e "data lakes", "raciocinando" sobre essas fontes para entregar respostas em segundos.

Dados da pesquisa "CEO Study 2025", do IBM for Business Value (IBV), com 2 mil dirigentes de 33 países, indicam que 68% dos CEOs consideram uma arquitetura integrada de dados essencial para a colaboração entre áreas da empresa. "Em ambiente impulsionado por IA e análises de dados [analytics], é necessário transformar dados dispersos em visão única do negócio", explica Thiago Videira, head de nuvem para a América Latina na IBM. De acordo com ele, o desafio de superar a fragmentação prescinde de centralização, já que arquiteturas híbridas e "multicloud" permitem conectar aplicações e dados seja onde estiverem hospedados, por meio de acesso seguro e governado às informações.

A Pedra Agroindustrial optou pela centralização, com organização e orquestração da base iniciada há cinco anos apoiada pela consultoria Stefanini. Mais de cem soluções estão conectadas à base para IA e aprendizado de máquina em nuvem, reunindo desde dados administrativos até os capturados por equipamentos no campo. "Em ambiente interno seria necessário comprar infraestrutura visando médio prazo. Em nuvem, o investimento é orgânico, na medida que traz retorno", explica o coordenador de TI Wanceslau Marcomino.

A consultoria Simbiox apoiou o governo de Angola na implantação de um projeto para o fortalecimento da governança que combina dados, georreferenciamento, "analytics" e IA para transformar informações dispersas em indicadores para tomada de decisão. Já a cooperativa paranaense Coasul aposta em nuvem privada, com plataforma da Nutanix, que reúne bancos de dados, arquivos corporativos e sistemas. "A integração reduziu silos tecnológicos entre processamento, armazenamento, proteção e gestão", conta o gerente de infraestrutura da Coasul, Juliano Drehmer.

18,6%
é a expansão prevista para a infraestrutura em nuvem em 2026

Edge computing ganha espaço nas empresas

Mario Camera
Para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Carlos Sampaio, head de cloud da Nava: "O edge não elimina a nuvem"

Nem todo dado precisa mais viajar até um grande data center. Com o avanço de sensores, câmeras e máquinas conectadas, empresas começam a adotar o edge computing — ou computação de borda — para processar parte das informações no próprio local onde elas são geradas, reduzindo atrasos, custos de transmissão e dependência da nuvem.

Ao contrário do servidor que pode estar a milhares de quilômetros de distância, o edge computing leva parte do processamento para perto de onde o dado é gerado. "O Brasil avançou muito no tema nos últimos cinco anos, mas ainda está em estágio de 'adoção prática'. Já existem projetos reais em indústria, telecom, data centers, varejo, energia, saúde e logística operando em edge", afirma Carlos Sampaio, head de cloud da Nava.

A International Data Corporation (IDC) estima que os investimentos globais em edge computing cresçam cerca de 15% ao ano e somem US$ 450 bilhões em 2029.

"A pergunta não é quais dados devem ficar no edge ou no data center, mas qual é a arquitetura mais eficiente para cada aplicação", afirma Thiago Pongelupe, da Elea Data Centers. "Na prática, os dados que exigem resposta imediata permanecem no edge, enquanto demandas mais pesadas seguem para a nuvem."

Para Sampaio, o edge não substituirá a nuvem, mas irá complementá-la. "O correto é usar edge para processar perto da operação, e cloud para escalar, armazenar, integrar, analisar e governar", afirma Sampaio.

Numa indústria moderna, por exemplo, uma planta com câmeras de inspeção pode gerar dezenas ou centenas de terabytes por mês. Se tudo for enviado à nuvem, a empresa depende de conexão constante, armazenamento elevado e processamento remoto. Com edge, o modelo roda localmente, identifica anomalias e envia apenas o evento detectado, a imagem relevante e os metadados. "O edge não elimina a nuvem, mas ele filtra, decide e reduz o custo do projeto antes da nuvem", diz Sampaio.

O varejo também começa a levar o processamento para perto das lojas. A tecnologia já é usada no controle de estoques, prevenção de perdas, automação de caixas, gestão de energia e ajuste das equipes ao movimento dos consumidores. "No varejo, a discussão não é mais se a tecnologia será adotada, mas em quais áreas ela gerará retorno mais rapidamente", afirma Fábio Rosa, diretor sênior de varejo da A&M Performance.

A promessa de economia depende do caso. O edge exige investimento inicial em equipamentos, energia, conectividade, segurança, suporte e manutenção. Em projetos mais robustos, pode envolver servidores, redundância elétrica e conexão com nuvens públicas ou data centers. "A implantação de um data center distribuído exige investimento inicial elevado e retorno de longo prazo. Antes da construção, é necessário avaliar se existe demanda suficiente na região para justificar o investimento", afirma Pongelupe.

O retorno tende a ser melhor quando a operação gera muito dado, precisa de resposta imediata, sofre com conexão instável ou paga caro para transmitir e armazenar tudo fora da unidade. A nuvem segue mais competitiva quando o volume é menor ou a resposta não precisa ser instantânea.

"O maior desafio do conceito é que a complexidade deixa de estar concentrada e passa a ficar distribuída em múltiplos pontos físicos, como fábricas, lojas, hospitais, filiais, sites remotos, gateways, sensores, câmeras e microambientes locais", explica Sampaio. Segundo ele, a arquitetura amplia a superfície de ataque e exige criptografia, segmentação, gestão de identidades e monitoramento contínuo.

No varejo, um dos principais desafios está na integração dos novos sistemas com a infraestrutura já existente. O setor brasileiro ainda convive com sistemas antigos de gestão, plataformas de comércio eletrônico e soluções desenvolvidas internamente.

"Fazer com que esses sistemas conversem de forma eficiente é, muitas vezes, mais complexo do que implantar a própria tecnologia", diz Rosa. Apesar dos desafios, ele afirma que a tendência é de aceleração da adoção. "À medida que os custos diminuem e os casos de sucesso se multiplicam, o edge computing deve seguir o mesmo caminho observado anteriormente com a computação em nuvem, deixando de ser um diferencial para se tornar parte da infraestrutura básica do varejo moderno."

> "Na prática, os dados que exigem resposta imediata permanecem no edge"
> *Thiago Pongelupe*

Contratos
Repactuação traz regras mais claras e pode destravar obras paradas, diz Aline Klein G5

Ines249

Concessões
Projetos para rodovias e portos somam investimentos de R$ 244 bi G2

Entrevista
Para Tadini, da Abdib, União tem que investir para ‘ciclo virtuoso’ continuar G6

Integração
Ferrovias podem desenvolver novos polos de exportação no país G7

Especial
Rodovias, portos e ferrovias

Necessidade multimodal

Infraestrutura País estuda criar 31 corredores logísticos para promover o uso combinado de diferentes meios de transporte, ampliar canais de escoamento e reduzir o custo da movimentação de cargas, que equivale hoje a 9% do PIB brasileiro

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

A integração entre modais de transporte pode estimular a migração de cargas para opções com fretes mais baratos e eficientes, com impacto direto no planejamento e no caixa das grandes empresas e no chamado “custo Brasil”. Hoje, o custo do transporte de cargas no país corresponde a 9% do Produto Interno Bruto (PIB), calcula o Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), contra 5,7% nos Estados Unidos. Quando se observa a operação logística total, que engloba também gastos com armazenagem e estoque — elevados diante da imprevisibilidade das entregas de insumos e produtos acabados —, a desvantagem brasileira é ainda maior. Enquanto o país gasta 15,6% do PIB nessa conta, a média de custo logístico entre os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 8,4%.

Especialistas avaliam que a formação de corredores intermodais integrados tem potencial de reduzir a dependência brasileira do modal rodoviário, com impactos positivos nos custos do transporte de cargas. “Poderíamos reduzir em dois pontos percentuais do PIB os custos logísticos se tivéssemos uma matriz de transporte mais equilibrada entre modais e integrada”, diz Pedro Moreira, presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog). “Seria uma economia de R$ 250 bilhões por ano.”

> “As empresas buscam novos modais. O que falta é disponibilidade de alternativas”
> *Maria F. Hijjar*

O Ilos constatou que o interesse por troca de modais é alto, mesmo diante das limitações atuais da infraestrutura. Pesquisa concluída em julho com as 100 maiores empresas brasileiras da indústria, do agronegócio e do varejo, indica que 25% delas pretendem alterar imediatamente o meio de transporte de suas mercadorias. “As empresas buscam novos modais logísticos. O que falta é disponibilidade de infraestruturas alternativas”, diz Maria Fernanda Hijjar, sócia diretora do Ilos.

Está nos planos do governo federal a criação de 31 corredores logísticos prioritários para o transporte de cargas, compostos por infraestruturas novas e já existentes, passíveis de ampliação. A medida, que faz parte do Plano Nacional de Logística (PNL 2050), prevê a substituição do modelo que sempre privilegiou projetos e obras isoladas por um planejamento que promova o uso combinado de modais para gerar fluidez no transporte.

“Os corredores contemplam projetos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e a integração entre esses modais, numa abordagem de transporte multimodal”, diz Gabriela Monteiro Avelino, subsecretária de fomento e planejamento do Ministério dos Transportes. A ideia é concluir o PNL 2050 até agosto.

Hoje viajam por caminhão 63% das mercadorias do país, segundo o Ilos. Em outros países de grandes extensões, como EUA e China, rodovias respondem respectivamente por 50% e 29% da matriz de transportes; na União Europeia, 24%. Essa diferença é um dos fatores que encarece a movimentação de cargas no país. “O transporte rodoviário é improdutivo, não há ganho de escala”, diz Hijjar.

Um vagão de soja transporta o equivalente a três caminhões de seis eixos — e uma única locomotiva puxa 50 vagões. “O caminhão só é eficiente a uma distância de até 300 km. Além disso, é preciso usar ferrovias, hidrovias e cabotagem”, diz Paulo Resende, professor de logística da Fundação Dom Cabral (FDC). “Temos caminhões rodando mil, 2 mil km por falta de transportes alternativos.”

Já a oferta ferroviária é muito baixa. São 30 mil km de trilhos, sendo 21 mil km operacionais. Os EUA têm 225 mil km de ferrovias, e a China, 162 mil km. A oferta hidroviária também é limitada; são 20 mil km, apesar do país contar com 41,7 mil km de rios navegáveis, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). E as hidrovias não são estruturadas com cartas náuticas, balizamento, nem têm manutenção regular para garantir a navegação o ano inteiro.

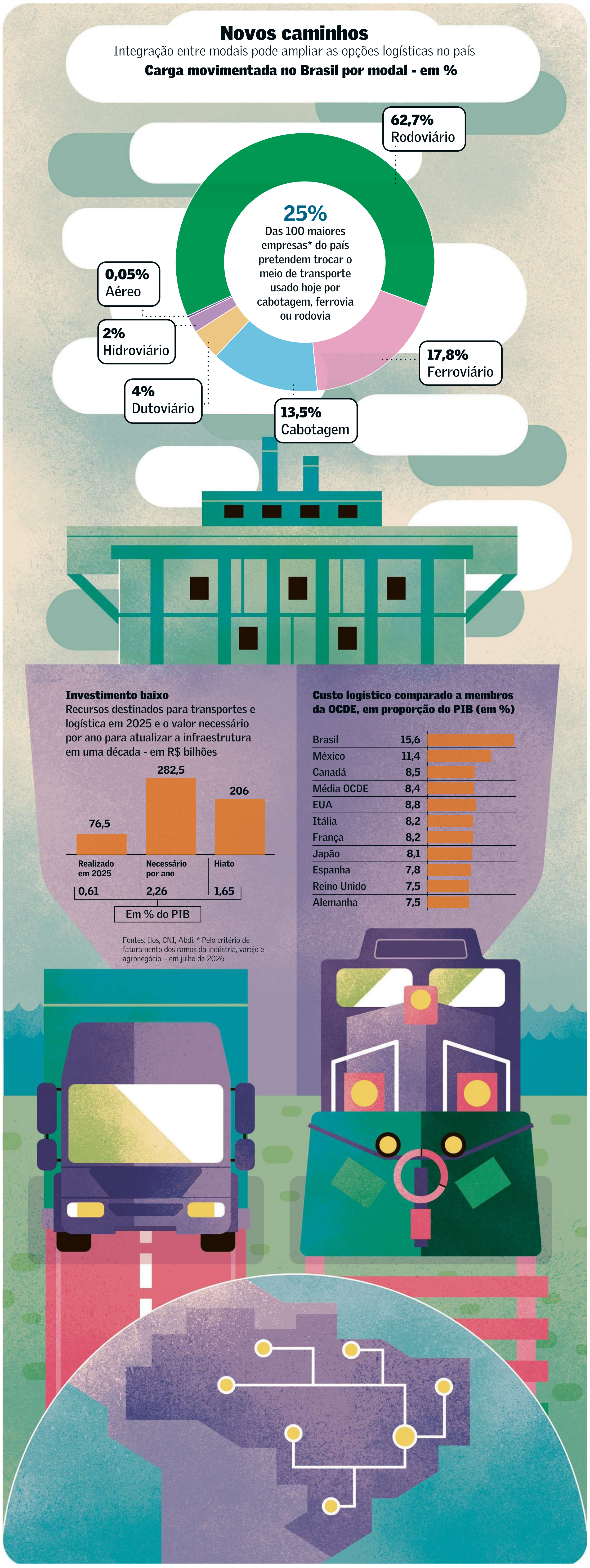
Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) detectou que só 8% das grandes e médias indústrias brasileiras usam trens para transportar a produção, mas 28,5% optariam pelo modal se houvesse uma oferta ferroviária adequada.

Promover a intermodalidade demanda mais do que investimentos. “A disponibilidade de infraestrutura é a base; será necessário interconectar os modais”, diz Hijjar. “Os modais de transportes no Brasil não se conversam. A maioria dos portos não é atendida por ferrovias. As ferrovias não possuem oferta adequada de pontos de transbordo para receber os caminhões”, completa Resende.

Os planos do governo federal vão na direção de ampliar a oferta multimodal. O Ministério dos Transportes programa oito leilões de ferrovias em 2026 e terminais para transbordo na Ferrovia Norte-Sul, com projeção de estimular investimentos de R$ 160 bilhões. Mas nenhum dos leilões já tem agenda definido.

O Ministério dos Portos e Aeroportos, por sua vez, chegou a anunciar planos de leiloar em 2026 as hidrovias dos rios amazônicos Madeira, Tapajós e Tocantins, fundamentais para o escoamento da produção agrícola do Norte e do Centro-Oeste, e da hidrovia do rio Paraguai, mas todos foram adiados para 2027. Na área portuária, houve avanços, com 28 concessões de terminais e canais de acesso marítimo desde 2023, que vão gerar investimentos de R$ 8,5 bilhões. As iniciativas federais, até agora, têm beneficiado mais o modal rodoviário; foram 25 concessões desde junho de 2026.

Para o professor da FDC, além de criar conexões físicas, será preciso integrar os modais com softwares que planejem o fluxo de mercadorias de acordo com a programação dos navios, por exemplo. “Hoje, os caminhões com a produção ficam parados, às vezes por dias, nos terminais ferroviários, esperando o comboio de vagões. E depois os trens seguem em direção aos portos, sem saber quando os navios vão atracar”, diz. Já Moreira propõe que o país invista em plataformas multimodais de grande porte, hubs com infraestrutura de armazenagem, consolidação de cargas, centros de distribuição, serviços aduaneiros e atividades de valor agregado. “Cinco grandes plataformas logísticas regionais atenderiam bem as nossas necessidades.”



Novos caminhos
Integração entre modais pode ampliar as opções logísticas no país

Carga movimentada no Brasil por modal - em %

Investimento baixo
Recursos destinados para transportes e logística em 2025 e o valor necessário por ano para atualizar a infraestrutura em uma década - em R$ bilhões

Custo logístico comparado a membros da OCDE, em proporção do PIB (em %)

Brasil	15,6
México	11,4
Canadá	8,5
Média OCDE	8,4
EUA	8,8
Itália	8,2
França	8,2
Japão	8,1
Espanha	7,8
Reino Unido	7,5
Alemanha	7,5

Fontes: Ilos, CNI, Abdi. * Pelo critério de faturamento dos ramos da indústria, varejo e agronegócio – em julho de 2026

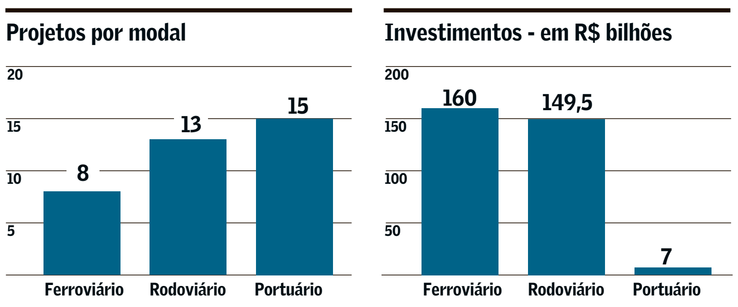
Ines249

Investimentos Concessões de ferrovias e hidrovias, essenciais para a diversidade na matriz de transporte, ainda não saíram do papel

Rodovias e portos somam R$ 277 bilhões contratados

Certames

36 concessões podem ir a leilão neste ano



Fontes: Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

As concessões de infraestruturas logísticas de rodovias e terminais portuários progrediram significativamente nos últimos anos e somam investimentos de R$ 288 bilhões, mas ainda não avançaram em ferrovias e hidrovias. Desde 2023 foram leiloados 25 lotes rodoviários, com investimentos de R$ 277,6 bilhões em 30 anos — o último, da Régis Bittencourt (BR-116) entre Curitiba e São Paulo, realizado na semana passada, prevê o aporte de R$ 11,12 bilhões. Outros dez leilões estão previstos para este semestre, com investimentos estimados em R$ 117 bilhões.

O Ministério dos Transportes trabalha na estruturação de outras 35 concessões rodoviárias, a maioria no Nordeste, onde ainda são poucas as estradas repassadas para a iniciativa privada. Os leilões estão previstos para ocorrer a partir de 2027, já no próximo governo, e podem ter novos modelos de concessão, adequados à realidade econômica da área de influência do ativo.

Segundo Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário, uma opção em estudo é a “concessão gatilhada”, sistema que implica mais investimentos na via — e novos valores de pedágio — à medida em que o tráfego de veículos aumentar. No modelo atual, elaborado para rodovias de grande fluxo, os investimentos são previamente definidos.

“As concessões rodoviárias estão consolidadas como mecanismo de modernização das vias. Gera grande interesse dos investidores e continuará nos próximos governos, independente da coloração partidária”, diz Eduardo Corsetti, head de infraestrutura do Itaú BBA.

Hoje há 31,2 mil km, espalhados por 79 rodovias federais e estaduais, concedidos ao setor privado, segundo a Infra S.A. As vias sob gestão privada têm qualidade superior às geridas pelo poder público; 67,8% das estradas concedidas estavam em estado ótimo ou bom em 2025, segundo a Pesquisa CNT de Rodovias, realizada pela Confederação Nacional do Transporte. Entre as públicas, o índice cai para 27,2%.

As concessões de infraestrutura portuária também avançaram, com 28 leilões de terminais e canais de acesso marítimo desde 2023, que vão gerar investimentos de R$ 8,5 bilhões. O principal projeto no setor, entretanto, está emperrado. O leilão do Terminal de Contêineres Santos 10, o Tecon 10, já foi adiado oito vezes desde 2025 e não há previsão de novo agendamento pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O terminal terá capacidade de movimentar 3,5 milhões de TEUs (contêineres de 20 pés) por ano, o que ampliará em 50% a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos. O investimento estimado é de R$ 6,45 bilhões em 25 anos.

O Ministério dos Portos e Aeroportos chegou a anunciar uma agenda de concessões em 2026, que abrangia também os leilões das hidrovias dos rios amazônicos Madeira, Tapajós e Tocantins, e do rio Paraguai, no Centro-Oeste. O processo foi paralisado após protestos de povos indígenas e comunidades ribeirinhas, mas o governo federal sinalizou a possibilidade de retomada no ano que vem.

Entre os embarcadores de grandes volumes e operadores logísticos, a principal expectativa é a efetivação do processo de licitações ferroviárias. O Ministério dos Transportes anunciou a programação de oito leilões de ferrovias em 2026, que gerariam investimentos de R$ 160 bilhões.

Dois projetos estavam programados para o primeiro semestre, mas foram adiados para outubro. O corredor Minas-Rio, entre Varginha (MG) e o Porto de Angra dos Reis (RJ), e o Anel Ferroviário do Sudeste, que ligará São João da Barra (RJ), onde fica o Porto do Açu, e Santa Leopoldina (ES), próxima a complexos portuários do Espírito Santo.

31,2 mil
km de rodovias federais concedidas

Também fazem parte da programação a relicitação da Malha Oeste, entre Corumbá (MS) e Mairinque (SP), e de três trechos que compõem a Malha Sul, os corredores Paraná - Santa Catarina; Rio Grande, entre o Porto de Rio Grande (RS) e Cruz Alta (RS); e Mercosul, que liga Iperó (SP) a Uruguaiana (RS). As duas outras concessões que fazem parte da programação é o corredor Leste-Oeste, que ligará Ilhéus (BA) à região agrícola de Lucas do Rio Verde (MT), e a construção da Ferrogrão, linha férrea prevista para conectar Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA), às margens do rio Tapajós.

Três dos oito projetos dependem de obras greenfields: o Anel Ferroviário do Sudeste, o corredor Leste-Oeste e a Ferrogrão. Juntos, demandam investimentos de R$ 81,75 bilhões. A maior parte do capital terá origem privada, mas o modelo de concessão também prevê o uso de recursos públicos complementares.

A Política Nacional de Outorgas Ferroviárias prevê o uso de recursos financeiros oriundos de repactuações e renovações antecipadas de contratos de ferrovias para financiar parcialmente os projetos. Outro instrumento previsto é o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável. Os instrumentos financeiros estão em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). “A modelagem das concessões ainda não está concluída e ela é chave para a licitação”, afirma Corsetti, do Itaú BBA. “Há interesse, mas os investidores só vão, de fato, estruturar propostas quando o modelo de negócio estiver definido.”

Investidor não vê eleição como risco para leilões

Mario Camera
Para o Valor, de São Paulo

As eleições deste ano não devem tirar o apetite de investidores em leilões de infraestrutura no Brasil. Consultores, advogados e representantes do setor afirmam que projetos maduros continuam de pé, mesmo com a indefinição sobre quem comandará o país a partir de 2027. O ruído eleitoral pode atrasar parte da carteira e deixar o governo mais cauteloso, mas o interesse por bons ativos continua alto.

“Não vejo o mercado hoje com uma visão de risco político”, diz Filipe Bonaldo Alves, managing director da consultoria Alvarez & Marsal. Para ele, concessões já leiloadas não provocam receio de ruptura. “O que já está leiloado tem pouca preocupação dos investidores. Essa é a vantagem de o Brasil já ter uma certa maturidade de concessão”, afirma.

“O Brasil tem, sim, um arcabouço jurídico sólido e sofisticado para esses contratos de longo prazo, como concessões e PPPs [parcerias público-privadas]. Há lei de concessões desde 1995, lei de PPPs desde 2004, legislação setorial, agências reguladoras e controle externo estruturado, com regras do jogo bem definidas”, completa o advogado Rafael Vanzella, sócio do Machado Meyer.

"Essa é a vantagem de o Brasil já ter uma certa maturidade de concessão"
Filipe B. Alves

A legislação eleitoral também não trava licitações. O período de defeso limita publicidade institucional, transferências voluntárias e atos que possam desequilibrar a disputa. Não impede projetos em curso de ir a leilão. O risco, segundo Vanzella, está menos na lei e mais na reação das instituições à lei. Em ano eleitoral, gestores, agências e órgãos de controle tendem a elevar o cuidado com atos que possam ser questionados, em um movimento de “prudência excessiva”. “O projeto pode atrasar mesmo sem haver proibição legal”, afirma.

A cautela pesa mais sobre projetos ainda em estruturação. Concessões com edital avançado e passagem por órgãos de controle atravessam melhor uma troca de governo. “Uma mudança de agenda de curto prazo sempre é possível”, diz Bonaldo. “Mas não vejo uma mudança material que faça com que um setor deixe de ser atrativo.”

A carteira oficial ainda prevê projetos em rodovias e ferrovias até o fim do ano, mas parte desse calendário pode escorregar para 2027. Entre os casos mais relevantes está a Ferrogrão, projetada para ligar Sinop (MT) a Itaituba (PA), que voltou à agenda ferroviária, mas ainda depende de etapas ambientais e da análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

A natureza dos contratos explica parte do posicionamento dos investidores. Para Ronei Glanzmann, CEO da MoveInfra — entidade que reúne os seis principais grupos de infraestrutura do país atuando nos modais de transporte e logística —, concessões não cabem em um mandato e devem ser encaradas como política de Estado. “São contratos que duram mais de 30 anos e perpassam vários governos”, afirma.

Do lado do investidor estrangeiro, a visão é a mesma. Segundo Vanzella, o Brasil é visto como mercado juridicamente estruturado, mas ainda sujeito a prêmio de risco regulatório. “O investidor aceita risco de demanda, aceita risco de obra, aceita risco macroeconômico. O que ele não aceita, ou tende a precificar com mais severidade, é risco de mudança de regra do jogo depois de investimento realizado”, afirma.

Na conta dos investidores, a eleição pesa menos que o custo do dinheiro. Projetos de infraestrutura dependem de dívida longa. Com a Selic elevada, o custo da dívida entra diretamente no modelo e reduz o espaço para ofertas mais agressivas. Uma mudança de orientação fiscal que abrisse caminho para juros menores poderia melhorar o retorno dos projetos, mas essa hipótese não aparece como cenário-base nos modelos dos investidores.

“Os investidores continuam animados em participar, mas vão precificar o ativo como se não tivesse uma mudança [de governo]”, afirma Bonaldo. Em um leilão de transmissão, exemplifica, o investidor pode oferecer deságio de 50% considerando a taxa atual. Se tivesse segurança de queda no custo da dívida, poderia chegar a 60%. “O apetite continua mesmo. O ponto é que a linha de transmissão mais cara é mais cara para o consumidor final.”

Protocolos minimizam os atritos nas desapropriações

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

Grandes projetos de infraestrutura logística começam a incluir programas de inteligência territorial para acelerar desapropriações e evitar que o histórico de planejamento insuficiente, irregularidades fundiárias, disputas judiciais e burocracia travem os empreendimentos. Nos projetos declarados como de utilidade pública ou com obras iniciadas, a aposta continuará sendo os mutirões para dar agilidade a litígios com expropriados, comunidades e ocupações ilegais.

A ideia é evitar problemas como o do trecho inicial da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico 1), em Goiás, onde um trajeto de 30 km levou três anos para ser desapropriado. Outro imbróglio aconteceu na construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo, obra ainda em andamento, que gerou litígios envolvendo indenizações milionárias — e, até mesmo, um suposto esquema de superfaturamento dos imóveis avaliados para a indenização.

“A inteligência territorial mostra, por exemplo, imóveis públicos que dependerão de autorização legislativa para desapropriar ou que demandarão negociações complexas. Com o diagnóstico profundo, conseguimos antecipar os desafios à frente e agir. A lógica é olhar o território com mais cuidado”, diz Bruno Marques, superintendente de gestão ambiental e territorial da Infra S.A., estatal que estrutura grandes projetos de infraestrutura. O trabalho segue diretrizes do Ministério dos Transportes.

Para destravar obras já em andamento, caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 2), na Bahia, e da Transnordestina, que assumiu recentemente, a Infra S.A. realiza mutirões com expropriados, em parceria com Justiça Federal e Defensoria Pública. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) também faz mutirões semelhantes há, pelo menos, dez anos.

No pipeline da Infra S.A., seis ferrovias estão com leilões previstos até março de 2027, incluindo o trecho Sinop (MT) - Itaituba (PA) da Ferrogrão, com mais de mil km, e a Malha Sul, com 1,5 mil km desde Ourinhos (SP) até o porto de São Francisco do Sul (SC). As concessionárias vencedoras poderão assumir a tarefa das desapropriações.

"Temos que observar como o trabalho [...] e até o deslocamento das pessoas podem ser afetados pelas desapropriações antes de começar qualquer etapa"
Alexandre Baltar

A Odebrecht Engenharia & Construção reconhece que o tema é um dos mais sensíveis no ramo do transporte. “No caso dos portos, por exemplo, a complexidade [das desapropriações] sempre foi imensa. A infraestrutura portuária está perto das cidades, em áreas densamente povoadas, e expropriar um grupo grande de famílias em contexto urbano não é simples. Os entraves geram impactos nos prazos e sobrecusto”, afirma Alexandre Baltar, diretor de ESG da companhia.

Segundo ele, a nova modelagem das concessões impõe à concessionária a gestão do impacto social da infraestrutura, com base em padrões internacionais de desempenho. “Temos que observar como o trabalho, o cotidiano, o emprego e até o deslocamento das pessoas do entorno podem ser afetados pelas desapropriações antes de começar qualquer etapa concreta. O processo também precisa ser transparente e participativo, o que diminui os riscos de conflito com a sociedade. A situação está melhor do que no passado”, diz.

DIVULGAÇÃO

Trecho norte do Rodoanel de São Paulo; desapropriações atrasam cronograma de obras de infraestrutura

De acordo com o advogado André Luiz Freire, sócio de infraestrutura do escritório Mattos Filho, eventuais problemas podem começar já na declaração de utilidade pública da área. “Às vezes, o poder público demora para publicar a declaração, que tem validade de cinco anos. O atraso pode comprometer cronogramas”, afirma.

“Outra dificuldade ocorre quando o traçado recai sobre comunidades tradicionais. Nestes casos, o projeto precisa respeitar as definições da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à consulta livre, prévia e informada dos povos. Veja o caso da Ferrogrão e a disputa com os indígenas do Pará em curso", emenda Henrique Silveira, também do Mattos Filho.

O Brasil é signatário do tratado global cujas regras valem desde 2003 no território nacional.

APRESENTADO POR CEDRO PARTICIPAÇÕES

Cedro abre novo capítulo com governança renovada e plano bilionário de mineração sustentável

Entrada de José Carlos Martins no conselho marca transição planejada que une profissionalização da gestão, compromisso ambiental e expansão da produção rumo a 20 milhões de toneladas até 2030

A produção de pellet feed, o chamado "minério verde", reduz em cerca de 50% as emissões de carbono na fabricação do aço, atendendo à crescente pressão global pela descarbonização da siderurgia

FOTOS: DIVULGAÇÃO

A Cedro Participações anunciou a chegada de José Carlos Martins, executivo com passagem pelos maiores grupos do setor de mineração e siderurgia do país, à presidência do seu conselho de administração. O movimento marca uma transição planejada de governança na holding mineira, que sinaliza sua maturidade institucional para sustentar um plano de R$ 5 bilhões em investimentos até 2030 e uma expansão que vai triplicar sua produção nos próximos anos.

A mudança foi pensada para manter a solidez e o crescimento dos negócios. Lucas Kallas, fundador da Cedro, permanece próximo ao grupo, agora com foco na expansão internacional da marca, um papel estratégico que reflete a confiança na estrutura interna. Com o novo modelo de operação, dois novos conselheiros independentes reforçam o conselho, e a companhia avança com plena autonomia de gestão, sustentada pela geração de caixa própria.

— Para o mercado, investidores e parceiros, essa transição sinaliza, acima de tudo, solidez e maturidade institucional. A saída do nosso fundador, Lucas Kallas, da presidência do conselho para focar novos negócios reflete uma "passagem de bastão" natural de uma governança que já está consolidada — ressalta José Carlos Martins, novo presidente do conselho de administração da Cedro Participações.

BAGAGEM DE PESO

A escolha de Martins para liderar o conselho é estratégica. Com uma carreira sólida no setor, o executivo chega à Cedro com ampla bagagem para navegar pelos desafios de empresas que operam em escala nacional e global. Para Martins, trazer essa bagagem para uma empresa de capital fechado como a Cedro, que está em forte ritmo de expansão, permite ajudar a acelerar o amadurecimento das decisões estratégicas da holding.

— Embora sejamos de capital fechado, a nossa mentalidade, controle e ambição são de grande porte. Minha função é garantir que o crescimento expressivo que estamos buscando aconteça com disciplina operacional e alinhamento estratégico impecável — destaca.

TRANSPARÊNCIA E CRESCIMENTO

A Cedro é auditada pela KPMG há cinco anos, mantendo um processo de verificação independente de suas demonstrações financeiras. A estrutura de governança também foi reforçada com a incorporação de conselheiros independentes e com a obtenção da classificação de risco da Fitch Ratings, em escala local, enquanto a avaliação global está em elaboração.

> **"ESSA TRANSIÇÃO SINALIZA, ACIMA DE TUDO, SOLIDEZ E MATURIDADE INSTITUCIONAL. A CEDRO HOJE TEM PLENA AUTONOMIA OPERACIONAL E CAMINHA COM AS PRÓPRIAS PERNAS, RESPALDADA POR UMA GERAÇÃO DE CAIXA PRÓPRIA E PROJETOS ESTRUTURADOS. A EMPRESA COMBINA A AGILIDADE DE SEU DNA EMPREENDEDOR COM O RIGOR DE UMA GOVERNANÇA DE ALTÍSSIMO NÍVEL"**
>
> **JOSÉ CARLOS MARTINS,** presidente do conselho da Cedro Participações

— Ter demonstrações financeiras auditadas de forma independente pela KPMG há mais de cinco anos, somadas à classificação de risco da Fitch Ratings, demonstra o nosso compromisso inegociável com a transparência — diz Martins.

Esse conjunto de medidas serve a um objetivo claro: reforçar a confiança de investidores, parceiros e do setor no plano que projeta levar a produção da Cedro dos atuais 7 milhões de toneladas anuais, com receita de R$ 2,5 bilhões, para 20 milhões de toneladas até 2030.

— Isso reduz a percepção de risco e eleva a visibilidade internacional da Cedro, mostrando que somos um porto seguro e altamente profissionais para grandes aportes — comenta o executivo.

Por trás dos números de produção, há uma aposta de longo prazo que vai além do volume. A Cedro direciona seus investimentos para o pellet feed, o chamado "minério verde", um minério de ferro de alto teor e baixa impureza que reduz em cerca de 50% as emissões de carbono na fabricação do aço. Com a descarbonização das cadeias industriais ganhando força, esse produto posiciona a Cedro na vanguarda de um mercado global em transformação.

Soluções para reduzir impactos ambientais, como caminhões 100% elétricos e reaproveitamento da água, e a diversificação da atuação para o agronegócio por meio da produção de cafés especiais fazem parte da estratégia de longo prazo da companhia

Do lado operacional, a empresa é pioneira no empilhamento a seco de rejeitos em 100% de suas minas, uma prática que elimina barragens convencionais e os riscos ambientais que elas representam. A infraestrutura logística também está sendo construída do zero: a Ferrovia Serra Azul, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), e o Porto do Meio, em Itaguaí (RJ), formarão um corredor integrado que permitirá à Cedro controlar toda a cadeia, da extração ao embarque, tornando-a a primeira mineradora brasileira de capital fechado com esse nível de integração.

ALÉM DA MINERAÇÃO

Ao longo dos anos, a Cedro também diversificou sua operação para o agronegócio, com a produção de cafés especiais e cacau na Serra do Cabral, no centro-norte de Minas Gerais, além de também atuar no mercado imobiliário e em infraestrutura logística.

Esse perfil multissetorial convive com um compromisso social que já soma mais de R$ 80 milhões investidos em mais de 60 projetos nas cidades de Nova Lima e Mariana (MG).

— O Grupo Cedro quer ser lembrado por impulsionar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais ao mesmo tempo que protege o meio ambiente e cuida ativamente das comunidades onde atua. Como diz uma frase que faz parte da cultura da Cedro: "o que nos mantém de pé é a profundidade das nossas raízes. E as nossas são muito profundas" — afirma Martins.

A chegada de José Carlos Martins é o ponto de partida de uma nova fase da companhia, com foco em mais estrutura, mais transparência e com os olhos voltados para 2030. Segundo Martins, um plano robusto de R$ 5 bilhões, desenhado para elevar a produção anual a 20 milhões de toneladas de minério de ferro por meio de pellet feed, exige acima de tudo disciplina, foco e estabilidade institucional.

— A nova configuração do nosso conselho de administração foi desenhada exatamente para dar sustentação a essa jornada de longo prazo. É essa combinação entre o domínio da nossa identidade operacional e o rigor técnico externo que garante à Cedro a consistência e a autonomia necessárias para cumprir cada uma das metas estabelecidas até 2030 — conclui o executivo.

CEDRO EM NÚMEROS

PRODUÇÃO ATUAL: 7 milhões de toneladas/ano

RECEITA: R$ 2,5 bilhões

META: 20 milhões de toneladas/ano até 2030

R$ 5 BILHÕES em investimentos até 2030

AUDITADA PELA KPMG há 5 anos

100% DAS OPERAÇÕES com empilhamento a seco de rejeitos

MAIS DE R$ 80 MILHÕES investidos em mais de 60 projetos sociais

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR G.lab

Ines249

Entrevista Para Venilton Tadini, aporte público é essencial para viabilizar ferrovias, rodovias e portos

Ciclo é virtuoso, mas a União precisa investir mais, diz presidente da Abdib

Dauro Veras
Para o Valor, de Florianópolis

DIVULGAÇÃO

Tadini: Agências reguladoras perderam orçamento e capacitação justamente quando aumentaram os projetos

O Brasil vive um ciclo inédito de expansão da infraestrutura, com 470 projetos que somam quase R$ 760 bilhões em licitações nos próximos oito anos, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Entretanto, a continuidade desse cenário é ameaçada pelo baixo volume dos aportes públicos. Para o presidente-executivo da entidade, Venilton Tadini, o país se beneficia do amadurecimento da gestão pública, mas a retomada dos investimentos da União é essencial para viabilizar ferrovias, rodovias e portos.

Outros entraves a superar são a distorção das prioridades do orçamento federal, a escassez de profissionais qualificados e a debilidade das agências reguladoras. “Elas perderam orçamento, pessoal e capacitação tecnológica, justamente quando aumentaram os projetos”, afirma Tadini.

Economista com mais de quatro décadas de experiência e à frente da organização setorial desde 2016, depois de passar por BNDES, Tesouro Nacional e Banco Fator, ele defende a ampliação das rodovias e diz que a interligação da malha ferroviária de carga geral do Nordeste ao Sudeste poderá exigir a duplicação, ou até mesmo a triplicação, da estrutura portuária atual. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O país está em uma retomada sustentável de expansão da infraestrutura ou apenas repõe a depreciação dos ativos?*

Venilton Tadini: É uma retomada forte. Esse ciclo se deve a uma curva de aprendizado de quase uma década até atingirmos o nível de eficiência e eficácia na estruturação de projetos, estudos de viabilidade e análise de mercado. Isso está associado a uma mudança na governança do setor público. Hoje há mais articulação entre reguladores, órgãos de controle, ministérios e agências de fomento.

Valor: *Mais de 80% dos aportes em infraestrutura vêm atualmente do setor privado. É possível manter a longevidade desse ciclo com pouco investimento público?*

Tadini: É fundamental que o setor público volte a investir em projetos estruturantes. Nos últimos dez anos, o governo federal não fez uma única PPP [parceria público-privada], apenas concessões. Hoje temos um estoque de projetos viáveis que dá o horizonte para atrair investimentos, não só do Brasil como de fora.

Valor: *O senhor tem criticado o volume de emendas parlamentares. O que precisa mudar nesse aspecto?*

Tadini: É preciso que as prioridades dos programas sejam refletidas no orçamento da União. As emendas são feitas de acordo com interesses, legítimos ou não, dos parlamentares em relação às suas bases, independentemente da sincronia com os projetos definidos nos programas de governo. Isso é inaceitável do ponto de vista do planejamento. Um orçamento materializa o planejamento, e nós estamos longe disso.

Valor: *O que falta para que as ferrovias voltadas à carga geral e à cabotagem saiam do papel?*

Tadini: Temos dois projetos bem avançados: a EF-118 [anel ferroviário do Sudeste] e a Ferrogrão [entre MT e PA]. Para que se viabilizem, é preciso haver recursos públicos de contrapartida, pois eles têm fluxo de caixa negativo por vários anos. Do ponto de vista das concessões, no ano passado a malha rodoviária pavimentada federal já atingiu 30% de transferência para a iniciativa privada. Com os projetos em licitação, vai a 37%. Esse é hoje o maior programa de concessões de rodovias do mundo e, nos últimos cinco anos, praticamente não houve nenhum leilão fracassado por falta de investidor.

> “Temos um estoque de projetos viáveis que dá o horizonte para atrair investimentos”

Valor: *Como a Abdib avalia o atual modelo de gestão portuária?*

Tadini: Avançou-se no arrendamento de terminais, principalmente com a participação de grandes produtores. Temos um bom desenvolvimento ferroviário para grãos, minérios e commodities, mas na carga geral está a maior ausência de eficiência do custo de transporte e logística. A Abdib endossa um projeto enviado ao Ministério dos Transportes para integrar a malha de carga geral do Nordeste ao Sudeste. Quando isso for feito, o impacto na estrutura portuária vai exigir que a capacidade atual dobre ou triplique.

Valor: *Qual é a sua visão sobre o desempenho das agências reguladoras?*

Tadini: Melhorou muito a articulação entre os entes públicos, mas as agências praticamente dobraram sua atividade. Elas perderam orçamento, pessoal e capacitação tecnológica, justamente quando aumentaram os projetos. Houve melhoria recente na aprovação de licenças ambientais. A legislação permite que estudos de um projeto numa determinada microrregião sejam disponibilizados para outros investidores, sem precisar começar do zero. A outra questão é disciplinar a organização do tratamento dos projetos entre os entes federativos. Ninguém é a favor de um “fast track” indiscriminado, mas a legislação já prevê que projetos prioritários estratégicos tenham tratamento diferenciado.

Valor: *O sr. tem alertado sobre o risco de apagão de engenheiros e técnicos, que pode limitar o ritmo das obras. Qual seria a solução?*

Tadini: Temos um comitê de construção pesada que fez um diagnóstico; essa questão não tem solução de curtíssimo prazo. Há uma queda nas matrículas de engenharia civil, por causa da baixa remuneração e da dificuldade de emprego. Muitos formados acabam indo para o setor financeiro. Temos procurado mostrar ao governo o que está acontecendo, mobilizar universidades e dar subsídios para estimular a participação de estudantes. Há também deficiência de mão de obra em geral, dado o ritmo dos projetos.

Valor: *O sr. também afirma que o Brasil tem atualmente uma janela de oportunidade comparável à dos anos 1970 para uma reindustrialização de baixo carbono. Qual é o desafio central?*

Tadini: É preciso levar adiante a mudança na matriz de transportes. Temos 60% de rodovias e isso faz parecer que o país é muito rodoviarista, mas na verdade a malha é pequena: são cerca de 1,8 milhão de km, contra 6,6 milhões nos Estados Unidos e 6,4 milhões na Índia. Precisamos aumentar a malha rodoviária e mudar a estrutura de consumo de carbono, com estruturas distintas para caminhões, ônibus e carros de passeio.

Valor: *E no curto prazo, quais são os nós prioritários a desatar?*

Tadini: O primeiro é a segurança jurídica. Precisamos dar mais autonomia para agências reguladoras e garantir o funding, como tem sido feito pelo BNDES, que voltou a ser um banco de fomento com condições de oferecer atratividade para o investimento externo. Hoje o país tem reservas e mais garantia de flutuação cambial. Isso precisa ser mantido. Também é importante manter o benefício fiscal para as debêntures de infraestrutura e garantir mais recursos no orçamento para projetos que precisam de complementação pública.

Valor: *Em síntese, o senhor está otimista?*

Tadini: Vivemos um ciclo virtuoso e essa é a razão do nosso otimismo. Há cerca de 470 projetos, distribuídos pelas regiões do país e por diversos tipos de investimento. Estamos falando de quase R$ 760 bilhões nos próximos oito anos, fora os projetos que já estão em andamento e que vão se sobrepor aos que começarem agora. Isso nos permite estimar um crescimento que não cobre apenas a depreciação.

Entidades pedem maior conexão entre os modais

De Florianópolis

O Brasil vive um novo ciclo de expansão na infraestrutura, com investimentos em curva ascendente que somam R$ 1,2 trilhão desde 2021, de acordo com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Nos próximos oito anos, em torno de R$ 760 bilhões serão aplicados em 470 projetos, considerando concessões federais e estaduais. Esse cenário é interpretado pelo mercado como um sinal de amadurecimento institucional, mas a lista de obstáculos permanece extensa e complexa, segundo organizações do setor produtivo ouvidas pelo **Valor**.

Em comum, entidades de diferentes áreas cobram mais infraestrutura e integração intermodais para melhorar a logística de suas operações e um ambiente amigável para atração de investimentos privados. A avaliação é que é necessário aproveitar o boom atual para garantir as obras e aportes necessários.

“Vivemos um ciclo de investimento em infraestrutura que nunca tivemos e nunca [mais] teremos”, diz o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Emir Cadar Filho. “Para que o atual ciclo de retomada seja permanente, precisamos garantir segurança jurídica, continuidade dos investimentos e uma carteira consistente de projetos”, afirma o presidente-executivo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes. Avaliação semelhante tem a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), por exemplo, a falta de integração entre portos, rodovias e ferrovias gera um custo logístico de R$ 30,7 bilhões anuais apenas ao Estado. “Embora o Brasil aplique cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura total, apenas 0,72% vai para rodovias, ferrovias e portos”, aponta o superintendente de infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) também insiste na necessidade de integração multimodais. Seu presidente, Bruno Veloso, assinala que o trecho pernambucano da ferrovia Transnordestina, excluído do projeto original por impasses contratuais, é prioritário para que o porto de Suape (PE) ganhe competitividade. Outras obras essenciais, na avaliação da entidade, são o Arco Metropolitano do Recife e a melhoria de rodovias como a BR-232, que corta o Estado de leste a oeste.

Planejamentos interestaduais também são igualmente relevantes. Minas Gerais tem ganhado relevância logística por sua posição estratégica para escoar produtos pelos portos de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro — os investimentos projetados para a infraestrutura rodoferroviária mineira atingem R$ 140 bilhões, de acordo com a Fiemg.

Segundo o superintendente de logística da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé, em MG), Deivison Ricciardi Ferreira, a saturação da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte à capital paulista, e os entraves na descida ao porto de Santos (SP), são obstáculos críticos às exportações.

A entidade aposta na expansão do terminal portuário Tecon Santos (SP) e na viabilização do corredor ferroviário Minas-Rio para diversificar as rotas de escoamento de café. A Firjan, por sua vez, destaca projetos como o EF-118, anel ferroviário que deve ligar portos do Sudeste, e a modernização da BR-040 (que liga o Estado a Belo Horizonte) e da Via Dutra (Rio-São Paulo) para elevar a competitividade industrial.

O avanço da agropecuária em direção a novas fronteiras agrícolas impõe ainda atenção ao chamado Arco Norte, diante da relevância que os portos amazônicos ganharam na exportação de grãos. “Precisamos trazer o Estado brasileiro para o século 21 na Amazônia”, afirma o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Augusto César Barreto Rocha. Ele defende que as deficiências de infraestrutura poderiam ser amenizadas com investimentos de 2,5% do PIB do Norte na própria região.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) identifica que há um descompasso entre o rápido crescimento das safras e a evolução dos projetos. O escoamento do agro depende de rodovias que, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), aumentam em 32,5% os custos logísticos do setor devido à precariedade das vias, quadro agravado pelo déficit de armazenagem, que força o escoamento imediato e inflaciona os fretes. A CNI acrescenta que mais de 60% das estradas federais estão em condições deficientes.

“A ampliação da densidade ferroviária é indispensável para consolidar o Brasil como um dos principais fornecedores mundiais de alimentos”, destaca o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Lucas Beber. Entre os projetos pleiteados pela entidade, ele destaca a Ferrogrão, a ligação entre as ferrovias de integração Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol) e a ampliação da Norte-Sul.

Para a assessora de infraestrutura e logística da CNA, Elisângela Lopes, a principal causa da deficiência logística do país é a morosidade no licenciamento ambiental, agravada pela falta de regulamentação da consulta prévia a comunidades tradicionais, que mantém projetos em suspenso. Vander Costa, presidente da CNT, defende a agilização do licenciamento ambiental por meio de ritos proporcionais ao impacto das obras e investimento público em trechos sem atratividade para o capital privado.

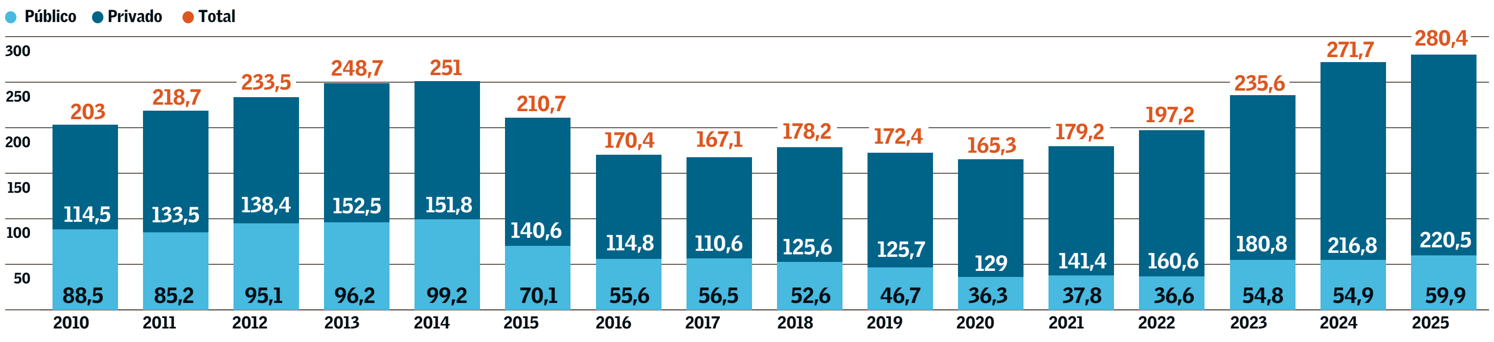
> Continuidade dos investimentos também depende de segurança jurídica e projetos consistentes

A OCB, por sua vez, reivindica a revisão do marco legal das parcerias público-privadas (PPPs) para viabilizar consórcios de cooperativas que possam gerir e conservar estradas vicinais e eixos estaduais ligados às suas fábricas. A CBIC também sugere PPPs, assim como fundos garantidores, para viabilizar trechos em que há dificuldade de captar investidores. Já a CNI propõe um modelo simplificado de concessão de manutenção, que priorize conservação e segurança viária.

Com as alterações climáticas, especialistas alertam para a necessidade de obras mais resilientes a eventos extremos. No Rio Grande do Sul, entidades cobram a conclusão de pontes e acessos ainda impactados pelas enchentes de 2024 que devastaram parte da infraestrutura do Estado, além da duplicação de eixos rodoviários como as BRs 116 e 290. A modernização da malha é vital para conter a pressão sobre o preço final ao consumidor, diz Luiz Henrique Hartmann, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista do Rio Grande do Sul (Sindiatacadistas/RS), que reúne mais de 18 mil empresas. *(DV)*

Em obras

Investimento* em infraestrutura no Brasil - em R$ bilhões



Fonte e elaboração: Abdib. *Em valores contstante de 2025

Ines249

Otimização Modelo contorna devolução de vias sob administração privada ao governo e exige retomada imediata de investimentos

Repactuação de contratos retoma obras paralisadas

Denise Chrispim Marin
Para o Valor, de São Paulo

O estresse entre concessões rodoviárias em crise e usuários prejudicados por estruturas deterioradas, vigente por mais de dez anos, pode ter os dias contados. O regime de otimização das vias federais, adotado desde 2023, não apenas suscitou a repactuação dos compromissos das concessionárias. Trouxe, também, o reinício de obras antes suspensas ou abandonadas. A repactuação é um regime especial para empresas que, nos últimos anos, avaliavam ou chegaram a pedir a devolução das rodovias ao poder público. Sobretudo, para as outorgas realizadas entre 2007 e 2013, com base em premissas que inviabilizaram o equilíbrio econômico das vias assumidas.

A otimização possibilita rever concessões com baixa execução de investimentos, acesso a recursos e retomada imediata dos projetos, com ganho de quatro anos na execução das obras em comparação a um novo certame, informou o Ministério dos Transportes. Desde o ano passado cinco repactuações foram firmadas com a pasta, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Outros 13 leilões podem ocorrer até 2027.

O leilão possibilita a eventual mudança do consórcio, com base em ofertas de deságio nos pedágios. Isso ocorreu com as rodovias Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, assumida pela Motiva Minas–SP em abril, e Régis Bittencourt, entre a capital paulista e Curitiba, cujo leilão foi vencido na semana passada pela EPR. "Nossa estratégia é sempre olhar para corredores importantes de infraestrutura, de corredores logísticos estratégicos no Brasil. Nós estamos presentes no Paraná, estamos presentes em Minas Gerais e essa ligação entre Curitiba e São Paulo é uma ligação bastante importante", disse na ocasião José Carlos Cassaniga, diretor-presidente da EPR.

Negociações consideram dificuldades enfrentadas pela antiga concessão, como insumos mais caros, queda no fluxo de veículos e dificuldades de crédito, e o desequilíbrio da matriz de risco contida no contrato anterior. Todas as repactuadas até agora, porém, acataram obrigações mais duras e renunciaram disputas judiciais contra o poder público. "A repactuação não passa a mão na cabeça das concessionárias que não cumpriram o contrato anterior", diz a advogada Aline Klein, sócia do Vernalha Pereira. "Trouxe regras mais claras e pode resolver o impasse em torno de obras paradas."

Por três anos, as operadoras estarão submetidas a fiscalizações trimestrais e, no caso de dois períodos de descumprimento do calendário de obras, sujeitas à perda da concessão. Poderão aplicar a tarifa cheia somente após a conclusão dos projetos programados.

"A medida alinha o interesse econômico da concessionária ao interesse público e traz benefício concreto ao usuário", defende o Ministério dos Transportes. "A política de otimização permite a padronização dos contratos, maior previsibilidade dos serviços e a comparação dos desempenhos de diferentes concessões. Além disso, facilita a fiscalização e amplia a transparência para a sociedade."

A repactuação da Ecovias Capixaba - BR-101, do trevo de Mucuri (BA) a Mimoso do Sul (ES), concluiu a retomada das obras antes da realização do leilão, em 2025. Roberto Amorim, diretor-superintendente da empresa, diz que o primeiro compromisso anual, de duplicar 25 km, será entregue no prazo. Projetos previstos até 2028 já começaram a ser executados.

"Essas obras resultam de uma matriz de risco moderna adotada pela ANTT, do aporte de R$ 1,2 bilhão pelo acionista controlador (o grupo italiano ASTM) e do saldo que ainda temos em financiamento a ser liberado", explica Amorim. "Foi o que nos credenciou para o primeiro contrato repactuado."

A Motiva Pantanal fechou a repactuação de sua concessão da BR-163, no Mato Grosso do Sul, com o compromisso de investir R$ 9,3 bilhões em melhorias e modernização da via nos primeiros nove anos, segundo Nelson Soares Neto, diretor-presidente da concessionária. Assim como a Ecovias Capixaba, manteve-se na operação da rodovia. "A otimização foi a melhor alternativa para nos permitir a retomada dos investimentos e a antecipação de obras e para reduzir os conflitos regulatórios e adequar as nossas obrigações à realidade atual e futura", diz Soares.

Otimização

Concessões reestruturadas programadas para este ano

Concessão	Estado	Previsão
Rota Arco Norte (BR-163)	MT e PA	Agosto
Rota do Pequi (BRs 060 e 153)	GO e DF	Agosto
Rota 2 de Julho (BRs 116 e 324)*	BA	Outubro
Rota Portuária Sul (BRs 116 e 392)*	RS	Outubro
Rodovias Integradas - Lote 1 (BRs 153, 282 e 470)*	SC	Novembro
Rodovias Integradas - Lote 3 (BRs153, 282 e 480)*	SC	Novembro
Rota Integração do Sul (BRs 116, 158, 290 e 392)*	RS	Novembro
Transbrasiliana (BR-153)	SP	Dezembro
Rota Vale do Café (BR-393)*	RJ	Dezembro
Rota Planalto Sul (BR-116)	PR e SC	Dezembro
Rota Litoral Sul (BRs 116, 376 e 101)	PR e SC	Indefinido

7 concessões já estão com contratos de otimização em curso no país

Fontes: Ministério dos Transportes e ANTT

Seguro ajuda a viabilizar novas infraestruturas

Carlos Alberto Pacheco
Para o Valor, de São Paulo

Apólices de seguro para infraestrutura vêm deixando de ser só um mecanismo de proteção patrimonial para tornarem-se um instrumento de viabilização de investimentos. Seguradoras e corretoras estruturam produtos próximos de empreendimentos, com acompanhamentos para garantir a viabilidade e a continuidade das obras.

O estímulo veio do seguro-garantia com cláusula de retomada, que permite a seguradora assumir a obra em caso de inadimplência, evitando paralisações, o que levou companhias a acompanhar mais de perto os projetos. "Esse movimento tende a ampliar a demanda por soluções de seguros cada vez mais especializadas e customizadas, capazes de acompanhar projetos de elevada complexidade técnica e financeira", diz o presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Ney Ferraz Dias.

O seguro-garantia cresceu 24% no ano passado, com arrecadação de R$ 6,2 bilhões, alta superior a de modalidades como riscos de engenharia (22,4%), grandes riscos (12%) e transportes (7,74%). O seguro de responsabilidade civil para riscos ambientais registrou uma das maiores expansões do período, com alta de 39,3%.

A expectativa é que essas cifras sigam avançando diante dos projetos no pipeline para os próximos anos. "Estamos falando de um ciclo de investimentos da ordem de trilhões de reais ao longo da próxima década", diz Fábio Scatigno, superintendente de garantia da AXA no Brasil. Além dos riscos tradicionais de construção, a companhia mira nos impactos climáticos, riscos ambientais, atrasos de cronograma e exigências dos financiadores.

Esses produtos vêm acompanhados de visitas técnicas, análises de risco e monitoramento. As seguradoras não participam da gestão da obra; atuam de forma mais consultiva, de modo a prevenir sinistros, mitigar gargalos e contribuir para que o empreendimento avance com maior previsibilidade, segurança e proteção financeira.

"O acompanhamento técnico das obras é cada vez mais relevante em um cenário em que atrasos e aumentos de custos representam riscos significativos para o sucesso dos projetos", segue Scatigno. É uma "parceira estratégica na gestão de riscos, engenharia e governança dos projetos", como diz Sidney Cezarino, diretor de seguros patrimoniais da Tokio Marine.

Segundo André Dabus, diretor de infraestrutura da Marsh Risk, produtos para obras de infraestrutura, concessões e parcerias público-privadas (PPPs), os produtos são desenhados a partir das características de cada projeto, incluindo exigências de financiadores, aspectos regulatórios e exposição a eventos climáticos extremos.

"O foco passou a ser a construção de soluções capazes de acompanhar o empreendimento desde sua estruturação até a conclusão da obra, integrando instrumentos em um grande ecossistema de gestão", completa Cristina Tseimatzidis, diretora de construção e garantias da WTW Brasil.

PORTO DO AÇU
CONEXÕES QUE IMPULSIONAM O DESENVOLVIMENTO
PORTO DO AÇU

Conectado aos mercados globais de mineração, siderurgia, agronegócio e energia, **o Porto do Açu oferece infraestrutura robusta e soluções logísticas integradas para impulsionar os negócios mais estratégicos do país**. Com investimentos contínuos, ampliou recentemente em 30% sua capacidade de movimentação de cargas gerais e oferece infraestrutura e serviços prontos para novos projetos.

O Açu é um ecossistema de inovação e transição energética, **preparado para receber novos projetos industriais e acelerar a economia de baixo carbono, integrando energia e consumo industrial.**

30 EMPRESAS
instaladas

3 GW
de capacidade instalada
em geração de energia

1M M²
licenciados hub hidrogênio e
derivados de baixo carbono

Conheça mais sobre a gente!

Ines249

Telefonia Cobertura cresce com exigências da Anatel e da ANTT e busca de concessionárias por infraestrutura para inovação

Novas regras ampliam a conectividade nas estradas

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

As políticas públicas das agências reguladoras e a crescente negociação entre concessionárias e operadoras móveis abrem perspectivas para redução do atraso do Brasil na implementação de conectividade nos seus 446 mil km de rodovias pavimentadas. Considerando todas as tecnologias, o sinal cobre 122,4 mil km de estradas federais, o equivalente a 58,9% do total, e 323,6 mil km das estaduais, ou 57,8% delas, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Além dos compromissos de cobertura vinculados aos leilões de frequência da Anatel, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem criado obrigações de conectividade nas concessões e estuda criar compromissos em contratos antigos.

A EcoRodovias já conectou 100% da malha de quatro concessões — Ponte Rio-Niterói, Ecovias Rio-Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Araguaia —, somando 2,2 mil km, implanta o sinal em outros 840 km (Ecovias Imigrantes, Ecovias Leste Paulista, Ecovias Raposo-Castelo e Ecovias Minas-Goiás) e planeja levar a rede a outros 1.170 km da Ecovias do Cerrado e da Ecovias das Gerais até o ano que vem.

Rodovia inteligente permite instalar equipamentos que possibilitam ações preditivas, dando mais segurança aos usuários

"Tudo isso vai somar 4,2 mil km, quase a totalidade de nossas concessões [5,5 km], faltando apenas a Ecovias Capixaba e a Ecovias Norte Minas", afirma o gerente de automação da empresa, Paulo Capelatto.

A Nova Rodovias antecipou em 30 meses a cobertura total em sua área de atuação em Minas Gerais e deve garantir o sinal em toda a extensão do contrato em Rondônia até o final do ano. "Na rodovia inteligente consigo colocar equipamentos, como estações meteorológicas, que levam informações para o CCO [centro de controle operacional], permitindo ações preditivas para a segurança do usuário", diz Moisés Sathler, gerente-executivo.

A Motiva tem 75% de seus mais de 5 mil km em sete Estados com cobertura, com destaque para as BRs 116 e 101, totalmente cobertas, e Autoban e Fernão Dias, com 95% de cobertura. A empresa negocia com operadoras para levar o sinal para a Pantanal (MS), a SP Vias (SP) e a Motiva Paraná (PR). "Temos a ambição de investir, até 2035, R$ 1 bilhão em novas tecnologias, como inteligência artificial, IoT [internet das coisas], automação e robotização. Não conseguiremos nada disso sem conectividade", diz Jorge Pereira, gerente-executivo de estratégia de operações da plataforma.

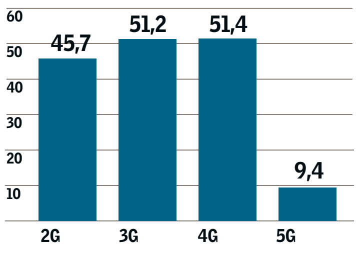
Especialistas estimam que, para cobrir os trechos federais hoje sem rede, seria necessário um investimento de R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões. José Felipe Ruppenthal, diretor da Telco Advisors, destaca que o leilão de 5G, realizado em 2021, estabeleceu como obrigação para a faixa de 700 MHz a oferta gradual do 4G nessas vias até 2029. Mas a vencedora do certame, que deveria cobrir 35 mil km, desistiu do direito de explorá-lo em 2023. "Ficamos desde 2021 sem que ninguém tivesse um compromisso regulatório de cobrir essas rodovias", diz ele.

A Anatel realizou um novo leilão em maio, prorrogando a cobertura até 2030 para mais de 6,5 mil km nas BRs 101, 116, 163, 364, 242 e 135, com investimentos de cerca de R$ 2 bilhões. A faixa foi dividida em cinco lotes, que foram adquiridos por operadoras regionais: Amazônia 5G (lote A1, Norte e SP), Brisanet (lotes A2, Nordeste, e A3, Centro-Oeste), Unifique (A4, Sul), e iez! Telecom (lote A5, MG RJ e ES).

A Anatel ainda reavalia a regulamentação sobre compartilhamento de rede e roaming. "Não há sentido econômico ou técnico em construir redes em duplicidade ao longo das rodovias", defende Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, que representa as operadoras. Segundo ele, também pode haver desafios em negociações comerciais, principalmente em rodovias com menos densidade de usuários ou dificuldade de acesso a infraestrutura como energia elétrica.

Entre as operadoras, a TIM lidera a cobertura, presente em 47,5% das vias federais e em 44,2% das estaduais, segundo a Anatel. A Vivo cobre 46,8% das rodovias federais e 45,2% das estaduais, e a Claro, 45,9% e 42,1%, respectivamente.

Tem sinal
Malha viária* com telefonia móvel – em %



58,9%
das estradas federais têm rede móvel

57%
das estradas estaduais estão cobertas

Fonte: Telco Advisors e Anatel *Federais e estaduais, pavimentadas

Pedágio sem cabine acelera adoção de apps

De São Paulo

Aplicativos das concessionárias de rodovias deixam de ser apenas canais de atendimento e passam a oferecer diversos serviços para tornar a viagem mais segura por meio de botão de SOS e socorro de emergência, chat de atendimento, câmeras em tempo real e pagamento de pedágio. Agora, a implementação do free flow — sistema de pedágio eletrônico em livre passagem — está acelerando a adoção de apps pelas concessionárias, que são obrigadas a oferecer a facilidade para o pagamento nas estradas que não têm ou que estão eliminando as praças de pedágio.

Pelo meio do SOS ViaPaulista, por exemplo, usuários que trafegam pelos 720,6 km de rodovias que a Arteris administra nas regiões de Araraquara, Riversul, Ribeirão Preto, Franca e São Carlos, no interior paulista, podem solicitar apoio mecânico, informações ou atendimento pré-hospitalar, além de consultar tarifas de pedágio, usando uma rede de wi-fi gratuita. Já a Nova Rodovias, que opera apenas com free flow, usa o mesmo aplicativo que outras 18 concessionárias espalhadas pelo país.

Mas limitações como pouca integração com sistemas de navegação e a falta de interoperabilidade entre diferentes aplicativos limitam seu uso — questão que está no radar da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR).

"Há um movimento de mercado como o Pedágio Digital, iniciativa de duas concessionárias para interoperabilidade dos aplicativos. Pelo poder público, em São Paulo, o Siga Fácil é um site que reúne todas as informações de passagem nas rodovias do Estado. E há a consolidação das informações sobre passagem e pagamento na CNH Digital, após deliberação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com prazo até 7 de agosto para entrar em vigor", diz Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da entidade.

O Pedágio Digital foi criado em dezembro pelas concessionárias Motiva e EcoRodovias, mas atua de forma independente para atrair o maior número de concessionárias e garantir a interoperabilidade, segundo o CEO, Rodrigo Zambon. "Já temos quase a totalidade das concessionárias com free flow e 96% dos pórticos de São Paulo", diz ele. ***(CN)***

DIVULGAÇÃO

Rodrigo Zambon, do Pedágio Digital; aplicativo foi criado para garantir interoperabilidade entre vias pedagiadas

Avanço tecnológico melhora operações logísticas

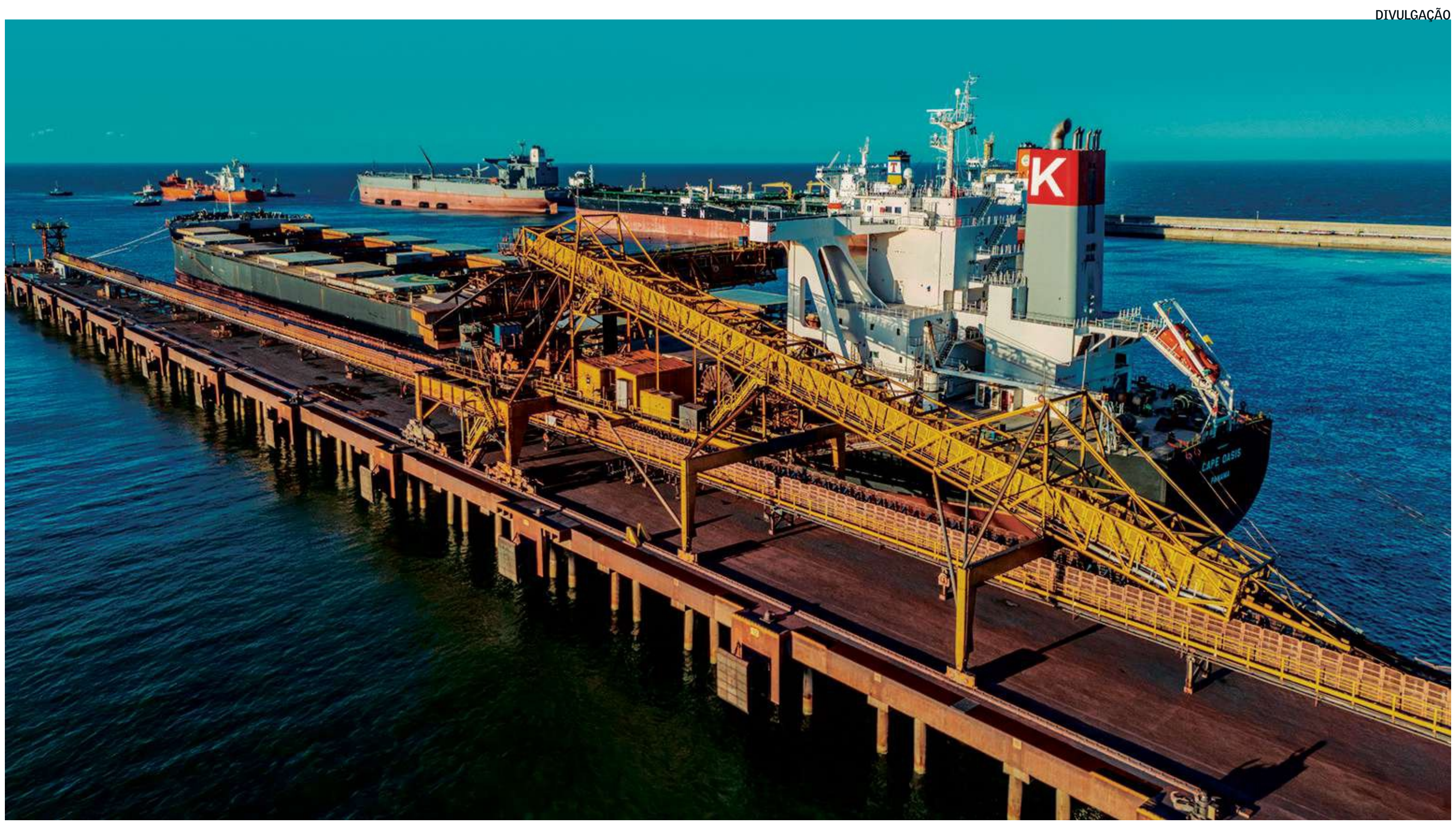
Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

O arsenal tecnológico em prol de avanços em infraestrutura reúne de recicláveis misturados ao asfalto a monitoramento do transporte de minério de ferro no porto com inteligência artificial, passando por inovações para modernizar a gestão e operação de estradas e terminais. Além disso, desde 2013 as concessões rodoviárias federais são obrigadas a recolher o Recurso para Desenvolvimento Tecnológico (RDT), valor que deve ser aplicado em pesquisa e desenvolvimento. A conta já soma R$ 162 milhões em 131 projetos.

Um deles investiga o potencial de microorganismos vivos que produzem luz e energia para criar dispositivos inteligentes de sinalização e iluminação natural, parceria da EcoRodovias com a Regenera Moléculas. A concessionária, que dispõe de cerca de R$ 600 milhões por ano para implementações tecnológicas, tem cerca de 3 mil câmeras em 4,3 mil km para identificação automática de incidentes, como falta de cinto de segurança. Em breve planeja usar os equipamentos também para identificar padrões como direção perigosa e, com isso, ganhar capacidade preditiva.

"Ainda falta padrão de conectividade, mas o futuro caminha para integração de dados enviados pelos veículos", diz o diretor de tecnologias da empresa, Afranio Spolador. Até o início do ano que vem a empresa terá 60 pórticos de free flow (pedágio sem catraca) e 22 balanças para pesagem em movimento. Sistemas de iluminação inteligente, monitoramento meteorológico e sensores de movimento ajudam a lidar com chuvas e relevos acidentados.

DIVULGAÇÃO



Ferroport usa IA para monitorar as esteiras de minério de ferro na operação do Porto do Açu

A Nova Rota do Oeste criou, com apoio do RDT, um monitoramento automático de pavimento a partir de câmeras instaladas em uma van. O sistema entrega relatórios de vida útil e serviços da lisura do asfalto. "Tínhamos um relatório amostral a cada semestre. Hoje é completo e mensal, com precisão acima de 90%", afirma o diretor de operações e tecnologia da empresa, Wilson Ferreira. A concessionária também está desenvolvendo um detector automático de incidentes baseado em algoritmos a partir de imagens geradas por mais de 500 câmeras.

O Grupo EPR vem empregando inovações como o uso de asfalto-borracha e de asfalto com PET reciclado em Minas Gerais, e avança em frentes como automação de cobrança, monitoramento digital e conectividade. No trecho de serra da BR-277 entre Curitiba e Paranaguá (PR), desenvolve um sistema de comunicação cromática com refletores de LED para sinalizar níveis de atenção ao longo da via, e usa câmeras térmicas para monitorar a temperatura de freios de caminhões, com apoio de rede 4G dedicada.

"As iniciativas integram o projeto Conexão Litoral, desenvolvido em parceria com a ANTT, que cria ambiente de testes monitorados para novas soluções", afirma o CEO da EPR, José Carlos Cassaniga. Pedágios eletrônicos funcionam na EPR Paraná e na EPR Iguaçu, que também ganhou sistema de pesagem de caminhões em alta velocidade e testa solução com IA para monitorar a infraestrutura.

90%
de precisão na análise do asfalto

O concreto, mais durável que o asfalto, também ganha espaço. Sua participação nas rodovias pavimentadas do país passou de 2% para 4,5% nos últimos seis anos, com impulso principalmente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e de Estados do Sul e Nordeste. O maior uso ainda é em manutenções, como a aplicação sobre a pista antiga, mas a construção de trechos inteiros com o material começa a ganhar espaço nas novas concessões, segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

O setor portuário também desenvolve inovações. A Santos Brasil, que opera oito terminais em portos como os de Santos (SP), Imbituba (SC) e Itaqui (MA) usa guindastes elétricos e com operação autônoma assistida. A análise de grande volume de dados, com inteligência artificial integrada, torna mais precisa a alocação de recursos para operação e previsão de atracação de navios.

Já na Ferroport, que opera o terminal de minério de ferro no Porto do Açu (RJ), adotou o Sistema Inteligente de Detecção para Contaminantes, tecnologia com visão computacional e IA que monitora o fluxo de minérios nas correias transportadoras. A inteligência artificial também é aplicada na aferição documental, reduzindo o tempo de análise de 2 horas para 10 minutos.

Integração Projetos são conectados à malha e portos atuais ou terão terminais dedicados

Ferrovias poderão diversificar polos de exportação do país

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

Os próximos projetos ferroviários que devem ir a leilão — o Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), a Ferrogrão e o Corredor Leste-Oeste (Fico-Fiol) ainda neste ano, e três trechos da Malha Sul, com editais previstos também para 2026 — têm potencial para diversificar os polos exportadores do país. Segundo especialistas, os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) continuarão relevantes, mas tendem a enfrentar maior competição de rotas. As novas ferrovias, além de integradas à malha nacional, já serão conectadas a portos ou terão terminais portuários na sua origem.

A EF-118, destaca a sócia da KPMG Tatiana Gruenbaum, reduzirá a dependência que os exportadores têm dos dois maiores portos do país. A linha, com cerca de 571 km entre Santa Leopoldina (ES) e Nova Iguaçu (RJ), se conectará ao norte com a Estrada de Ferro Vitória-Minas e ao sul com a malha da MRS, interligando os portos do Açu, no Rio de Janeiro, e Central e de Ubu, no Espírito Santo.

Além disso, o anel permitirá saídas de produtos por Vitória e Itaguaí (RJ). Suas cargas principais serão granéis líquidos, graneis sólidos agrícolas e minérios.

Segundo Gustavo Gusmão, sócio da EY-Parthenon para governo e infraestrutura, o corredor formado pelas ferrovias de Integração do Centro-Oeste (Fico) e do Oeste-Leste (Fiol), fará de Ilhéus (BA) uma alternativa para exportação de grãos via Porto Sul. Ele ressalta que os projetos são capazes de deslocar parte do crescimento exportador para regiões hoje desfavorecidas por distância, frete rodoviário caro ou baixa competição logística.

O Porto Sul é parte do projeto da Fiol, cujo primeiro Ilhéus-Caetité (BA) deve ter obras retomadas em alguns meses por um consórcio privado. O segundo trecho, de Caetité a Barreiras, também na Bahia, está a cargo do governo. A expectativa é que ambos passem a operar plenamente em 2031.

O último trecho, que vai de Barreiras a Figueirópolis (TO) e tem conexão com Mara Rosa (GO), só deve ser licitado depois que os primeiros forem concluídos. É em Mara Rosa que a Fiol deverá se conectar à Fico, que vai de lá até Água Boa (MT) e está em construção, e à ferrovia Norte-Sul, já em operação.

Já a Ferrogrão, que ligará Sinop (MT) a Miritituba (PA), dará acesso aos portos do Arco Norte via transporte fluvial até o embarque em terminais como o de Barcarena e Santarém, no Pará. O Mato Grosso, maior produtor brasileiro de soja, milho e algodão, ganhará novas alternativas de escoamento.

Eustáquio Oliveira, especialista em ferrovias na consultoria Bip, observa que, além de diversificar possibilidades de exportação de grãos, a nova infraestrutura ferroviária também reduz o custo de transporte de insumos no caminho inverso, especialmente dos fertilizantes usados nas lavouras, em sua maioria importados. “No entanto, esses ganhos não ocorrem automaticamente. Para que todo o potencial seja aproveitado, é fundamental que haja investimentos complementares em terminais de armazenagem, silos, instalações de transbordo, pátios de carga e descarga, além da infraestrutura portuária”, salienta.

Segundo ele, o transbordo, quando realizado em terminais modernos e bem localizados, pode gerar economias relevantes ao combinar flexibilidade do transporte rodoviário nas curtas distâncias e eficiência da ferrovia nos trajetos de longa distância.

Na visão de Ciro Biderman, professor da FGV Cidades, alguns projetos, como o Anel Ferroviário do Sudeste, podem estabelecer novos corredores portuários. “A EF-118, de fato, cria uma alternativa portuária no eixo ES-RJ, com grande potencial de diversificação”, diz. A Malha Sul, por sua vez, reforça os portos de Paranaguá, São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS) e favorece especialmente o escoamento de soja, milho, farelo, trigo, carnes, celulose e, na direção inversa, fertilizantes importados produzidos na região e em países vizinhos.

Biderman, porém, vê pontos de preocupação em projetos como o Corredor Leste-Oeste, cuja funcionalidade depende da conclusão dos dois primeiros trechos da Fiol e da Fico 1, além do Porto Sul. “Se a ferrovia ficar pronta antes do porto ou o porto antes da ferrovia, o ganho fica represado”, avalia.

Na Ferrogrão, aponta, há desafios como licenciamento e o tratamento de condicionantes socioambientais, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter validado, em maio, a lei que reduziu a área protegida no Pará para viabilizar seu traçado. “O projeto pode ser preterido”, observa o professor.

Intermodais

Ferrovias devem ampliar acesso a portos

Projeto	Possível integração	Efeito esperado
Ferrogrão	Portos do Arco Norte	Corredor agrícola para o norte do Mato Grosso
Fico-Fiol/Corredor Leste-Oeste	Porto Sul/Ilhéus (BA); possível conexão (indireta) com Norte-Sul	Nova saída para produção de Mato Grosso, Goiás e Matopiba
Anel ferroviário do Sudeste (EF-118)	Portos do Açu (RJ), Central (ES), Ubu (ES) e Vitória; conexão futura com as ferrovias Vitória-Minas e Malha Sudeste	Alternativa aos portos saturados do Sudeste
Malha Sul	Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS)	Maior capacidade e confiabilidade em corredores já existentes

Fontes: Ciro Birderman, FGV Cidades

Terminais devem aumentar o uso da Norte-Sul

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

Vinte terminais de carga deverão ser oferecidos à iniciativa privada ao longo da ferrovia Norte-Sul. A iniciativa, segundo especialistas, vai favorecer um maior fluxo de cargas e aumentar as condições para mais investimentos na ferrovia, como em novos ramais, ampliação de pátios e modernização de sistemas operacionais e de sinalização. As concessões também tendem a atrair negócios para o entorno.

A estratégia está dividida em três frentes. A primeira envolve cinco terminais em operação, com contratos prestes a vencer: dois para granéis agrícolas, em Palmeirante e Porto Nacional (TO), e três para combustíveis, também em Porto Nacional. Na primeira licitação, prevista para setembro, os investimentos mínimos são estimados em quase R$ 246 milhões.

“Os investimentos a serem feitos variam de acordo com as características de cada terminal”, diz o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos. Os ativos pertencem à estatal. Os aportes incluem ampliação e modernização da infraestrutura operacional e implantação, ampliação ou recuperação de armazéns, entre outros.

Na segunda etapa a Infra S.A. vai oferecer cerca de 1.700 hectares, distribuídos em 12 pátios ferroviários, por meio de oferta pública permanente, modelo que dispensa licitações — interessados deverão apresentar propostas para implantação de novos terminais. A terceira fase ainda está sendo estruturada e contemplará três terminais já existentes: dois em Porto Franco (MA) e um em Guaraí (TO). Essas duas fases ocorrerão de acordo com o estágio de cada projeto.

A falta de estruturas logísticas capazes de captar e consolidar cargas ao longo do seu corredor — como terminais intermodais e armazéns — faz a Norte-Sul, que liga Maranhão a São Paulo, operar abaixo de seu potencial, segundo Eustáquio Oliveira, especialista em ferrovias na consultoria Bip. “Essa limitação reduz a atratividade econômica de novos investimentos, tanto para operadores logísticos quanto para a própria concessionária”, diz. Para Oliveira, os leilões são uma oportunidade para reverter esse cenário, permitindo maior uso da via, aumentando sua eficiência operacional.

Luiz Fernando Visconti, advogado da Visconti Law e especialista em regulação, diz haver potencial para a redução de custos logísticos a partir dos leilões de terminais. No entanto, esse ganho dependerá do tipo de carga, do volume transportado, da distância percorrida e do nível de integração da ferrovia com os demais modais. Ele também aponta perspectivas de atração de negócios para o entorno dos terminais, como centros de distribuição, armazéns, indústrias e operadores logísticos. “Isso gera um efeito multiplicador sobre a economia regional”, afirma.

DIVULGAÇÃO

Terminal de granéis líquidos da Norte-Sul em Porto Nacional (TO); Infra S.A. planeja o leilão de 20 polos logísticos

---

Via privada, vista como essencial, ainda é rara

Denise Chrispim Marin
Para o Valor, de São Paulo

Não há soluções mágicas para o Brasil superar o atraso e espalhar trilhos e locomotivas por seu território continental. Meios há, porém, para reduzir paulatinamente o déficit no setor, desde que não se espere resultados em curto prazo. A adoção do modelo de outorga de linhas férreas para o setor privado por autorização, em 2021, comprovou esse dilema. Mas se motivou 45 contratos de adesão quase de imediato, apenas dois projetos saíram do papel desde então.

“O modelo por autorização é excelente, mas não se trata de uma panaceia nem de uma bala de prata e requer maturação. Um dia vai tornar-se realidade, por pressões logísticas”, avalia Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

A Lei das Ferrovias (14.273/21) suscitou entusiasmo ao estabelecer um novo regime de outorga sem licitação e desburocratizado, em comparação com as concessões. Ao terem projetos autorizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), empresas assumem 100% dos riscos de construção e operação e obtêm, em contrapartida, autonomia para definir preços do frete e isenção de punições em caso de desistência. Há cinco anos, as 45 adesões remetiam a uma potencial instalação de 12 mil km de vias e a R$ 241 bilhões em investimentos.

Até agora, 163 km estão efetivamente em operação, entre Rondonópolis e Dom Aquino (MT), ao custo de R$ 5 bilhões. Trata-se de um trecho do projeto por autorização da Rumo Logística, firmado com o governo matogrossense e inaugurado em junho passado. Ao completar o traçado de 740 km, previsto para 2034, a Ferrovia do Mato Grosso terá um ramal até Cuiabá e permitirá o escoamento de parte da produção agropecuária local até o Porto de Santos (SP).

45
contratos firmados e dois em execução

Em 2027, a Arauco espera concluir a linha de 45 km pela qual passará a transportar a celulose fabricada no seu Projeto Sucuriú, em Inocência (MS), até a conexão com a Malha Norte, operada pela Rumo. De lá, alcançará o porto de Santos. O investimento da empresa, de R$ 2,4 bilhões, envolve também a aquisição de 26 locomotivas e 721 vagões.

O Ministério dos Transportes tem 42 projetos vigentes, conduzidos por 16 empresas. Da lista inicial, nove contratos foram extintos; outros ingressaram nos últimos dois anos. Há linhas longas, como a da Rumo no Mato Grosso. Mas, segundo Marcus Quintella, diretor do FGV Transportes, o modelo por autorização tem vocação para linhas curtas, para a ligação de centros produtivos a troncos ferroviários, como a da Arauco.

“A vantagem do regime por autorização está na redução do tempo para viabilizar novos projetos porque as empresas os implementam e operam por sua conta e risco”, afirma Quintella. “Os projetos ainda suspensos certamente esperam por financiamento, pela melhoria da conjuntura do país e por garantia regulatória para ter acesso aos troncos ferroviários.”

Entre os projetos não implementados está o trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), de Lucas do Rio Verde a Água Boa (MT), inscrito pela VLI Logística. A empresa priorizou renovar a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), formalizada em abril, que requererá investimento de R$ 30 bilhões em modernização, diz Angelo Stradioto, diretor de planejamento estratégico e projetos.

Segundo ele, a atuação da VLI como Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C), autorizada em 2024, igualmente contribuiu para postergar as obras no Mato Grosso. Exigiu investimento de R$ 600 milhões para a empresa transitar, com composições próprias, ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas. “A VLI considera que a expansão da malha ferroviária poderá gerar novas oportunidades para a empresa atuar como ATF-C, a serem analisadas no devido tempo”, afirma Stradioto.

O retorno diminuto do modelo por autorização, até agora, gera incerteza sobre sua real contribuição para o país contornar a ociosidade ou abandono de 20 mil km de linhas férreas —- dois terços do total — e ampliar a malha. Na avaliação de Davi Barreto, a demora na efetivação dos projetos denota a necessidade de maior compromisso do poder público, na forma de aportes, subsídios e incentivos fiscais.

“O custo logístico para o abastecimento doméstico e as exportações podem se tornar insustentáveis antes do previsto”, afirma. “A pressão por uma maior participação ferroviária no transporte de carga não pode ser ignorada: custa a metade da rodoviária, oferece dez vezes mais segurança”, diz Barreto, citando ainda redução nas emissões de gás carbônico.

Vantagem está na redução do tempo para viabilizar novos projetos, diz Marcus Quintella

---

Nova lei ambiental segue sob críticas

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em vigor desde fevereiro e idealizada para dar mais segurança a novos investimentos a partir da padronização da regulamentação, está longe do consenso. Defensores acreditam no impacto positivo sobre futuras concessões rodoviárias e ferroviárias, mas críticos dizem que a proposta de garantir mais agilidade com a redução da burocracia põe em xeque a capacidade de assegurar proteção ao meio ambiente, além de aumentar a insegurança jurídica.

O Congresso derrubou 52 dos 63 vetos impostos à nova regulamentação pelo presidente Lula, com o argumento de que projetos de bilhões de reais aguardam licenciamento ambiental para ir adiante. Só em rodovias e ferrovias, o Ministério dos Transportes planeja contratar entre R$ 700 bilhões e R$ 800 bilhões em dez anos.

A expectativa é que a lei estimule investidores a participar de licitações por garantir maior padronização de processos regulatórios entre União, Estados e municípios; aumentar a previsibilidade de prazos e exigências; trazer modalidades de licença adequadas ao impacto de cada atividade; e simplificar exigências para projetos de menor risco. “Enfim temos uma lei geral. No mínimo, torna tudo mais fácil de entender. É também fruto de muito debate”, diz o advogado Werner Grau, sócio do Pinheiro Neto.

Segundo ele, no novo regulamento, licenciamentos focam as prioridades. Por exemplo, na definição de que alguns empreendimentos demandam regras próprias, outros exigem controle rígido e outros que, por terem baixo impacto, podem obter licença por adesão. A pavimentação de uma rodovia não precisará de vistoria, parecer de órgão ambiental ou avaliação prévia de impacto, só de Licença por Adesão e Compromisso na qual o empreendedor informa se cumpre parâmetros legais.

É o caso do asfaltamento da BR-319, estrada inaugurada nos anos 1970 ligando Manaus a Porto Velho e abandonada nas décadas seguintes. Agora há um movimento para repavimentá-la, e os investimentos poderão ir adiante uma vez que a legislação em vigor permite a dispensa ou simplificação do licenciamento para obras em rodovias já existentes, o que é criticado por ambientalistas.

“Era um empreendimento classificado como de significativo impacto [ambiental] para fins de licenciamento, mas com a nova lei foi dispensado de licenciamento. É um exemplo de como essa lei pode trazer insegurança jurídica”, afirma o advogado Maurício Guetta, professor de pós-graduação em Direito Ambiental da PUC/SP.

O ambientalista André Castro Santos, diretor técnico da LaClima, considera positivo haver uma lei geral de licenciamento, mas critica a forma como ela foi aprovada e concorda com Guetta de que isso traz insegurança jurídica, mesma opinião de Márcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima. “Há uma falsa sensação de que tudo pode quando se retira os parâmetros do que pode ou não, mas isso será discutido na Justiça”, diz Astrini. Três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal questionam a nova lei.

Werner Grau, por sua vez, defende que a regulamentação tem caráter unificador. Exemplos de obras em rodovias envolvidas em imbróglios por questões ambientais, como o Rodoanel de São Paulo e a Ferrogrão, que ligaria Sinop (MT) a Itaituba (PA), poderão ir adiante a partir da Lei Geral. A seu ver, as obras da Ferrogrão ficaram paradas por dez anos por uma discussão de política de Estado. Por se tratar empreendimento de utilidade pública permitiria a intervenção do Estado. “A lei pode trazer uma luz no fim do túnel em termos de estrutura”, defende.

Ines249

CONTEÚDO PATROCINADO POR CNT / SEST SENAT / ITL
Sistema Transporte

CNT pede a presidenciáveis que transporte seja prioridade

Documento com agenda estratégica para orientar políticas públicas será debatido durante fórum do setor, dias 18 e 19 de agosto

Propostas da CNT colocam transporte na posição central na agenda de Estado

© FOTOS: DIVULGAÇÃO

O fortalecimento do transporte e da logística é condição indispensável para aumentar a competitividade da economia, integrar as diferentes regiões do país e promover o desenvolvimento sustentável. Com esse entendimento, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) lança a publicação "O Transporte Move o Brasil — propostas da CNT ao país", que reúne uma agenda estratégica para orientar políticas públicas e aperfeiçoar o ambiente de negócios do setor nos próximos anos.

Resultado de um amplo trabalho técnico conduzido pela CNT em conjunto com as entidades representativas do setor, a publicação apresenta diversas propostas estruturantes para enfrentar os principais desafios do transporte nacional, contemplando infraestrutura, ambiente regulatório, segurança pública, descarbonização, desenvolvimento humano, relações de trabalho, participação social e fortalecimento de todos os modos de transporte. O documento será apresentado aos presidenciáveis nos dias 18 e 19 de agosto, no Fórum CNT de Debates.

A publicação defende que o transporte ocupe posição central na agenda de Estado, com planejamento de longo prazo, ampliação dos investimentos públicos e privados, fortalecimento da multimodalidade e adoção de políticas que garantam maior previsibilidade regulatória, eficiência logística e sustentabilidade.

"O Brasil precisa compreender que infraestrutura de transporte deve ser tratada como uma política permanente de Estado, baseada em planejamento técnico, previsibilidade e continuidade. Sem visão de longo prazo, o país perde eficiência, desperdiça recursos públicos, afasta investidores e compromete sua competitividade", afirma o presidente do Sistema Transporte, Vander Costa.

A avaliação é compartilhada por representantes do setor. Para o vice-presidente do Grupo Águia Branca, Renan Chieppe, a continuidade dos investimentos e a previsibilidade das regras são fundamentais para dar segurança ao planejamento de longo prazo. "Isso permite manter investimentos em renovação da frota, tecnologia, segurança operacional e melhoria da experiência do cliente. Os avanços mais urgentes são a modernização da malha rodoviária, a melhoria da segurança viária e o fortalecimento da educação para um trânsito mais seguro", acredita Chieppe.

> ***"O Brasil precisa compreender que infraestrutura de transporte deve ser tratada como uma política permanente de Estado, baseada em planejamento técnico, previsibilidade e continuidade. Sem visão de longo prazo, o país perde eficiência, desperdiça recursos públicos, afasta investidores e compromete sua competitividade"***
>
> **VANDER COSTA**, presidente do Sistema Transporte

ESTABILIDADE REGULATÓRIA

Na mesma linha, o CEO da Jamef Transportes, Marcos Rodrigues, destaca que a estabilidade regulatória é decisiva para sustentar investimentos:

"O transporte rodoviário ainda concentra a maior parte da movimentação de cargas no país, o que exige investimentos contínuos em infraestrutura e tecnologia. O diesel representa entre 45% e 50% dos custos operacionais do setor. Por isso, mecanismos como a Taxa Emergencial do Combustível (TEC), aplicados com transparência, ajudam a equilibrar a operação sem repassar a volatilidade de forma abrupta ao cliente".

Atualmente, a CNT representa mais de 198 mil empresas de transporte presentes em 98,1% dos municípios brasileiros, responsáveis pela geração de mais de 2,9 milhões de empregos formais.

As diretrizes de "O Transporte Move o Brasil" ganham forma no Plano CNT de Transporte e Logística 2026, estudo que identifica intervenções prioritárias para superar os principais gargalos da infraestrutura nacional e orientar investimentos. Em sua sétima edição, o Plano reúne 2.837 projetos — 2.509 de Integração Nacional e 328 de mobilidade urbana —, com necessidade estimada de R$ 2 trilhões em investimentos distribuídos entre os diferentes modos de transporte.

A carteira foi elaborada a partir da atualização dos projetos da edição anterior, da incorporação de demandas das entidades filiadas à CNT e da análise de programas estratégicos do governo federal, como o Novo PAC e o Plano Nacional de Logística (PNL 2035). O estudo também incorpora soluções identificadas pela Pesquisa CNT de Rodovias e prioriza intervenções capazes de ampliar a integração entre as modalidades, reduzir custos logísticos, aumentar a competitividade da economia e tornar a infraestrutura mais resiliente e sustentável.

Além de mapear as necessidades de investimento, o Plano reforça que a superação do déficit histórico de infraestrutura depende da combinação entre planejamento de longo prazo, ambiente regulatório estável e ampliação da participação da iniciativa privada, complementando os investimentos públicos e acelerando a execução de obras estratégicas para o desenvolvimento do país.

Publicação defende planejamento de longo prazo, e ampliação de investimentos públicos e privados, fortalecimento da multimodalidade e adoção de políticas que garantam maior previsibilidade regulatória, eficiência logística e sustentabilidade

PRODUZIDO POR G. lab

Ines249

CONTEÚDO PATROCINADO POR CNT / SEST SENAT / ITL Sistema Transporte

10 PROPOSTAS PARA UM TRANSPORTE MAIS EFICIENTE E COMPETITIVO

PLANEJAMENTO: transformar os programas e as políticas de infraestrutura de transporte e logística em políticas de Estado, garantindo continuidade entre diferentes governos.

INVESTIMENTOS: recompor o orçamento público para infraestrutura em todos os modos, priorizando a multimodalidade, e fortalecer o crédito privado para ampliar concessões e privatizações.

RELAÇÕES DE TRABALHO: preservar a negociação coletiva entre empregadores e empregados para definir jornada e escala de trabalho, respeitando as especificidades do setor e incentivando qualificação e produtividade.

SEGURANÇA PÚBLICA: endurecer as penas para roubos, vandalismo e violência no transporte, ampliar o policiamento em rodovias, ferrovias e hidrovias e aprovar a PEC da Segurança Pública.

SEGURANÇA JURÍDICA: garantir previsibilidade nas decisões judiciais por meio de precedentes vinculantes, uniformização da jurisprudência e fortalecimento de mecanismos de negociação para reduzir a litigiosidade.

MEIO AMBIENTE: promover uma infraestrutura resiliente, ampliar a multimodalidade, renovar frotas com base na economia circular e adequar o mercado de carbono às características do setor.

COMBUSTÍVEIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: incentivar a diversificação da matriz energética, ampliar a eficiência do transporte, garantir transparência nos preços, reduzir vulnerabilidades no abastecimento e corrigir distorções tributárias.

REFORMAS ESTRUTURANTES: avançar nas reformas administrativa e tributária, aperfeiçoar os marcos regulatórios do transporte e melhorar o ambiente de negócios.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: fortalecer mecanismos de participação do setor transportador na formulação de políticas públicas, regulações e negociações internacionais, articulando desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade.

DESENVOLVIMENTO HUMANO: preservar a legislação do SEST SENAT e ampliar sua base de arrecadação para fortalecer a qualificação profissional, a transformação digital, a saúde e a segurança no trabalho, a inclusão produtiva de jovens e a participação feminina no setor.

Resumo extraído do documento "O Transporte move o Brasil — propostas da CNT ao país"

NO RETORNO
4,5 m

Excesso de concentração nas rodovias torna a logística mais cara e vulnerável, segundo a especialista

© BANCO DE IMAGENS

Planejamento de infraestrutura para reduzir os custos

Carteira de projetos foi elaborada com base em critérios técnicos para identificar gargalos logísticos do país

Para que o Brasil aumente sua competitividade, é preciso criar um ambiente que ofereça segurança para quem investe e eficiência para quem produz. Essa é a avaliação da diretora-executiva da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Fernanda Rezende, responsável pelos projetos técnicos da entidade nas áreas de transporte, economia e meio ambiente. Segundo ela, transformar o planejamento da infraestrutura em uma política de Estado, ampliar os investimentos públicos e privados, fortalecer concessões e parcerias, garantir segurança jurídica e regulatória e acelerar a integração entre os diferentes modos de transporte são medidas fundamentais para reduzir o custo logístico brasileiro.

MATRIZ EQUILIBRADA

Fernanda destaca que um dos principais desafios é tornar a matriz de transportes mais equilibrada. Atualmente, cerca de 65% da movimentação de cargas ocorre pelas rodovias, enquanto países de dimensões continentais distribuem melhor esse fluxo entre rodovias, ferrovias e hidrovias. "Uma matriz mais equilibrada reduz custos, aumenta a eficiência da logística e cria condições para um crescimento econômico mais sustentável", afirma.

A carteira de projetos apresentada pela CNT foi elaborada com base em critérios técnicos para identificar os principais gargalos logísticos do país. O levantamento reúne contribuições de programas governamentais, estudos especializados e entidades do setor, formando uma visão integrada da infraestrutura brasileira. Entre as iniciativas com maior potencial de gerar resultados rápidos estão os corredores estratégicos de exportação, a melhoria dos acessos rodoviários e ferroviários aos portos, a expansão da malha ferroviária, o desenvolvimento das hidrovias e os investimentos em mobilidade urbana de alta capacidade.

A especialista lembra que a falta de integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos encarece o transporte e reduz a previsibilidade das operações.

Outro ponto destacado é a integração logística sul-americana por meio dos corredores bioceânicos. Para Fernanda, esses projetos reduzem distâncias, diversificam as rotas de exportação e aproximam a produção brasileira dos mercados da Ásia e do Pacífico, beneficiando setores como agronegócio, mineração e indústria. "Uma infraestrutura mais integrada fortalece a posição do Brasil nas cadeias globais de valor, amplia a capacidade produtiva, atrai investimentos e oferece mais segurança às cadeias internacionais de suprimentos. Hoje, logística eficiente é um fator decisivo para a competitividade de qualquer país."

Leia a íntegra do documento preparado pela CNT

Aperfeiçoar os marcos regulatórios do transporte de passageiros é uma das propostas da CNT

© BANCO DE IMAGENS

3 PERGUNTAS PARA FERNANDA REZENDE

© DIVULGAÇÃO

O Plano CNT de Transporte e Logística 2026 reúne 2.837 projetos e estima R$ 2 trilhões em investimentos. Qual é o principal recado desse número?

Ele mostra a dimensão do desafio logístico brasileiro, mas também evidencia que existe uma agenda estruturada para enfrentá-lo. O Plano apresenta um diagnóstico técnico das necessidades do país e uma carteira consistente de projetos capazes de elevar a competitividade da economia nas próximas décadas.

Investir em infraestrutura gera retorno econômico?

Sem dúvidas. Estudos da CNT mostram que cada R$ 1 investido pelo governo federal em rodovias gera até R$ 4,64 no PIB do transporte em até 18 meses. E quando esse investimento é realizado pela iniciativa privada, o impacto é de R$ 4,77 em nove meses.

Hoje o Brasil depende muito do transporte rodoviário. Onde isso compromete a competitividade?

O transporte rodoviário continuará sendo fundamental, mas o excesso de concentração nesse modal torna a logística mais cara e vulnerável. Em países como Estados Unidos, China e Austrália, a participação de ferrovias e hidrovias é muito maior, tornando o sistema mais eficiente.

PRODUZIDO POR G. lab

Navegação Crescimento das exportações de grãos pela região amazônica e pelo Nordeste segue expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Matopiba

Consolidação do Arco Norte depende de melhorias nas malhas de acesso

Lauro Veiga Filho
Para o Valor, de Goiânia

O crescimento sustentado das exportações de grãos pelo Arco Norte depende de investimentos na consolidação das vias de acesso aos terminais da região. Segundo especialistas, especificamente melhorias no sistema aquaviário formado pelos rios Madeira e Tapajós e na BR-163, que liga Sinop (MT) a Miritituba (PA), além da instalação da Ferrogrão, ferrovia que pode reduzir o custo do frete do Mato Grosso até os portos amazônicos.

A futura conexão entre as ferrovias de integração do Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol) à Norte-Sul, Fico e Fiol tenderá a reforçar essa logística também em direção ao Nordeste, cujos portos integram o Arco Norte. Esses terminais já respondem por 34% das exportações dos complexos soja e milho, contra 16,6% em 2009, quando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) começou a fazer o levantamento.

Segundo Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da entidade, esse desempenho foi estimulado pelo aumento acelerado da produção de grãos no Mato Grosso e no Matopiba, região de confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A produção desses Estados, excluindo o Tocantins e somando os da região Norte, quase triplicou em dez anos e responde por 62,5% do aumento total da colheita brasileira de grãos no período.

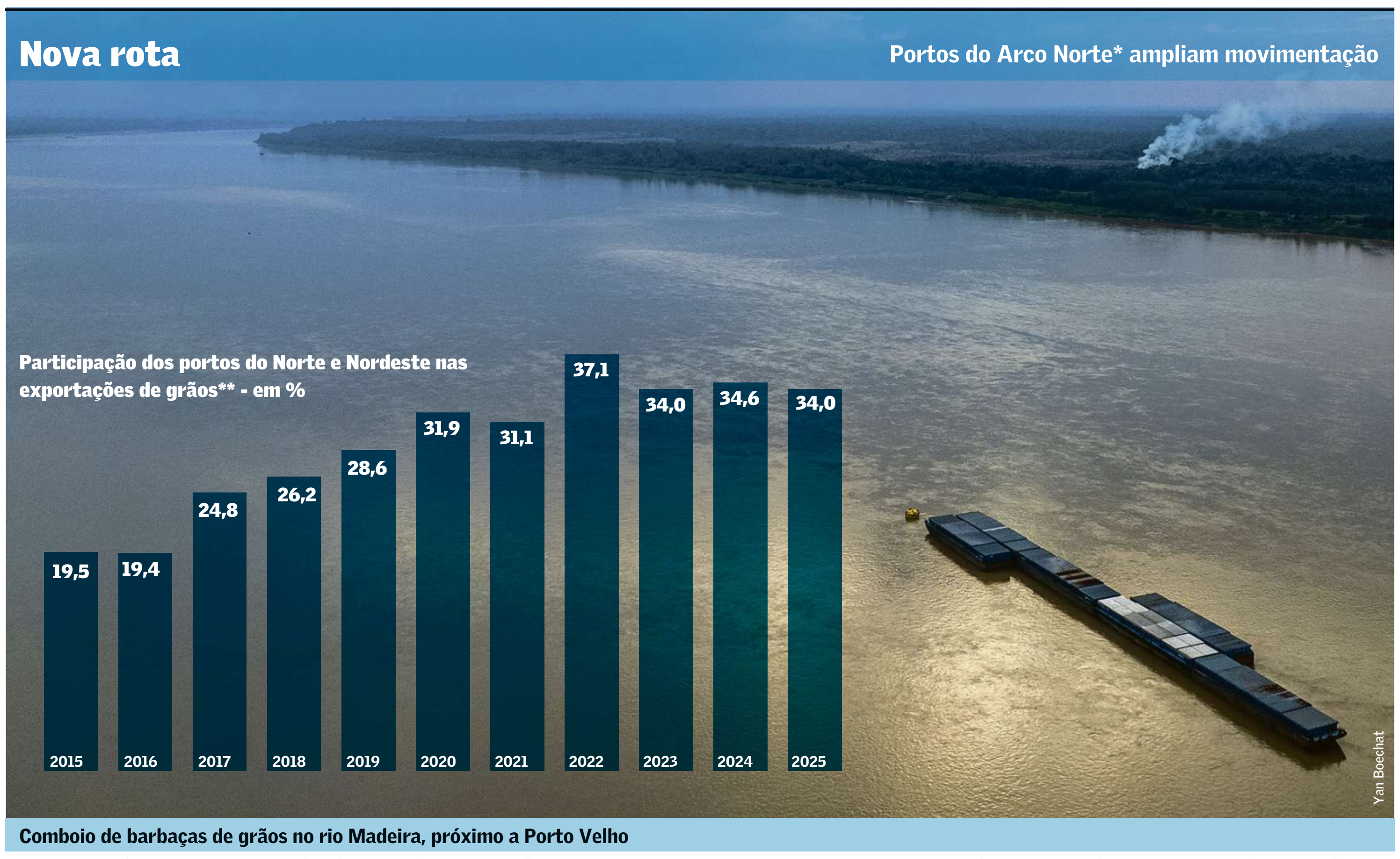
“O Arco Norte já possui uma relevância enorme para o setor, respondendo hoje por quase 41% das exportações de milho, 37% de soja e 30% das importações de fertilizantes”, reforça André Nassar, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). Em sua avaliação, a tendência é que os fluxos de cargas para lá cresçam em um ritmo mais acelerado, mas sem retirar volume dos portos do Centro-Sul. A competição será nas áreas equidistantes, aquelas cujo frete é similar para ambas as direções.

Lopes e Nassar registram que os trens desempenharão um papel transformador na logística brasileira e do Arco Norte em particular, desde que as alternativas ferroviárias para os portos do Pará, destaca o presidente da Abiove, sejam efetivamente consolidadas.

“O Corredor Norte consolidou-se como o principal vetor logístico do agronegócio no Matopiba”, diz Fábio Marchiori, CEO da VLI, que controla a Norte-Sul entre Açailândia (MA) e Palmas e três terminais integradores localizados em Porto Nacional e Palmeirante, no Tocantins, e Porto Franco, no Maranhão. Tem ainda uma retroárea no Terminal Portuário São Luís, que receberá investimentos de R$ 80 milhões para ampliar sua capacidade de expedição em 25%.

Entre 2016 e 2025, a movimentação de cargas pelo corredor passou de 5,6 bilhões para 15 bilhões de toneladas por quilômetro útil, incluindo milho e soja, farelos, celulose, combustíveis, fertilizantes e ferro gusa. Os vagões que partem de Tocantins e Maranhão carregados de grãos rumo ao porto de São Luís retornam abastecidos com insumos para fertilizantes. Para Marchiori, o avanço das exportações pelo Arco Norte representa uma “descentralização de fluxos saudável e necessária para o país”.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou 25 novos terminais portuários de uso privado e estações de transbordo para a região a partir de 2020, somando investimentos de R$ 5,64 bilhões. O Pará tem atraído a maior parte dos investimentos, especialmente no eixo Itaituba e Miritituba, no rio Tapajós. “Nos últimos dez meses, foram abertos para consulta pública mais dez novos anúncios de terminais privados, sete dos quais destinados ao Pará”, afirma Eduardo Queiroz, superintendente de estudos e projetos hidroviários da agência.



Comboio de barbaças de grãos no rio Madeira, próximo a Porto Velho

Fonte: CNA. *Portos de São Luís, Itaqui (MA), Ponta da Madeira (MA), Belém, Guajará (PA), Ilhéus (BA), Aratu (BA), Santarém (PA), Itacoatiara (AM), Santana (AP) e Terminal Marítimo Inácio Barbosa-Sergipe (SE). ** Complexos soja e milho

Lotados, portos programam dragagens

Vladimir Goitia
Para o Valor, de São Paulo

O descompasso entre a oferta de capacidade dos terminais portuários e o aumento da demanda está entre os maiores gargalos do mercado marítimo brasileiro. Desde 2013, nenhum terminal foi inaugurado no país — o primeiro deve ser lançado ainda neste semestre, pela APM Terminals, no Complexo Portuário de Suape (PE). “Isso mostra o enorme descompasso entre oferta e demanda”, afirma Leandro Barreto, sócio-diretor da Solve Shipping Intelligence.

Levantamento da empresa mostra que a movimentação portuária no Brasil cresceu 20% em 2024 e 10% no ano seguinte, ante média mundial de 4,5% nesses períodos. Embora existam investimentos anunciados de R$ 10 bilhões no setor até 2029 Barreto avalia que esses recursos não devem resolver o problema. “Servirão para acompanhar a expansão da demanda, estimada em 5% em média nos próximos cinco anos”, diz Barreto.

Muitos terminais operam próximo ou acima do recomendado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de no máximo 70% da capacidade para terminais e de 65% para berços de atracação, deixando o restante para absorção de intercorrências como erros na documentação, mau tempo, congestionamento, falhas em equipamentos e atrasos. Operações acima do limite de segurança podem causar atrasos, cancelamentos de escalas e demurrage (sobrestadia), que implicam em multas cobradas por companhias marítimas.

Problemas porém, não estão restrito a terminais. A dragagem, que garante a profundidade de portos e canais de acesso, de responsabilidade do poder público, também preocupa. Embora sejam relativamente mais rápidas para ser resolvido — de seis meses a um ano, contra até três anos para a ampliação de terminais ou de cinco a dez anos para construí-los, segundo Barreto —, a limpeza, a escavação e a remoção de sedimentos do fundo dos canais precisam ser feitas com alguma frequência.

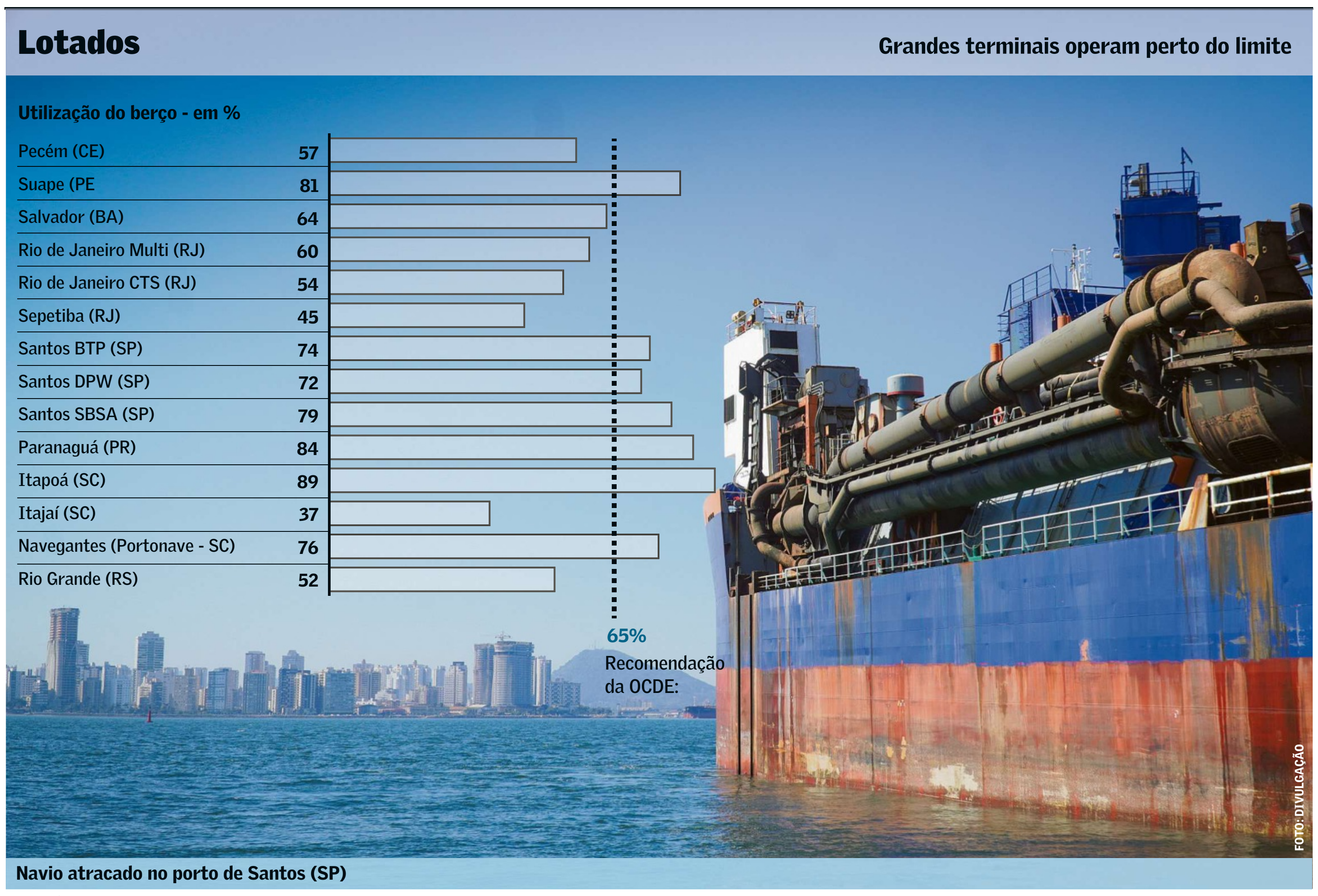
Hoje, no país, nem todos os portos têm calados entre 16 metros e 17 metros, que permitem a entrada de navios maiores e que operem com plena capacidade. Isso, segundo o diretor da Solve Shipping, faz com que navios da rota Brasil-Ásia circulem com até 1.600 contêineres a menos do que poderiam carregar. “Alguns portos têm calado suficiente para receber navios de grande porte, mas não contam com terminais necessários para movimentar mais contêineres. Ao mesmo tempo, há portos com infraestrutura suficiente, mas que não têm calado para navios operarem com plena carga”, diz Barreto.

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), afirma que a prioridade imediata do porto é chegar aos 16 metros de calado, hoje em 15 m. São duas frentes: a derrocagem [remoção das rochas no fundo do estuário], de início imediato e que custará R$ 19,4 milhões, e a dragagem, orçada em R$ 617,9 milhões e prevista para 2027. Está prevista a remoção de aproximadamente 12 mil m³ de rochas em 31 pontos do estuário. “Faz 14 anos que o Porto de Santos está estagnado nos 15 metros [de calado], enquanto a frota mundial evolui rapidamente. Nossa meta é chegar aos 17 metros por meio da concessão do canal de navegação”, diz Pomini.

Com essa profundidade, Santos deve equiparar-se aos maiores portos globais e operar com navios da classe New Panamax, de 366 metros, com capacidade máxima de carga, sem depender de janelas de maré excepcionais.

Em Suape, os calados dos canais interno e externo foram reduzidos para 16,2 m e 20 m, respectivamente, a um custo de R$ R$ 247 milhões e R$ 140 milhões, cada. No ano que vem, o porto deverá realizar a dragagem de áreas destinadas aos futuros cais 6 e 7.

O Complexo do Pecém (CE), por sua vez, já conta com um calado natural de 15,3 metros, chegando a 17 metros em alguns trechos que estão diretamente ligados ao oceano, condição que, segundo o presidente Max Quintino, proporciona um elevado nível de conforto operacional para navios de grande porte. O porto planeja realizar dragagem na área destinada ao Terminal de Múltiplas Utilidades, que inclui a instalação de um novo berço. A intervenção permitirá adequar o canal a futuras demandas operacionais.



Navio atracado no porto de Santos (SP)

Fonte: Solve

Terminais se adaptam para navio de cruzeiro

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

Projetos de novos terminais em dois dos três maiores portos para cruzeiros do país melhoram a expectativa do setor, após queda no número de turistas na temporada 2025/26. O porto de Santos (SP), que concentra mais de 500 mil passageiros, programa um terminal com três berços exclusivos para navios de até 350 metros, ponte de embarque direto para o navio, estacionamento e lojas. O terminal ficará integrado ao Parque Valongo, conectando o porto ao centro histórico da cidade, em um projeto de requalificação urbana.

“O investimento previsto é de aproximadamente R$ 1 bilhão”, diz Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS). “Queremos concluir a transferência nos próximos três anos, entregando um terminal de cruzeiros preparado para atender à crescente demanda do turismo marítimo”.

Em Itajaí (SC), a expectativa é quanto à licitação do porto, prevista para 2027. Empresários locais, reunidos no Instituto Mais Itajaí, financiaram o projeto conceitual do terminal de passageiros fora da área de cargas — o embarque hoje é no meio dos contêineres. A ideia é que o terminal seja uma contrapartida de quem vencer o leilão. Segundo Fábio Inthurn, presidente do Instituto Mais Itajaí, O projeto é dimensionado para receber o maior navio do mundo. Com 164 mil turistas, o porto catarinense é o segundo em cruzeiros do Brasil e o terceiro da América do Sul.

A temporada 2025/26 deve movimentar no país cerca de R$ 4 bilhões, 20% a menos do que na anterior, segundo a Cruise Lines International Association (Clia), após perda de dois navios para Caribe e Ilhas Canárias dos principais operadores, Costa Cruzeiros e MSC. Para a Clia, é preciso ampliar terminais, áreas de manobra, capacidade de atracação e eficiência operacional; melhorar instalações de bagagem e sinalização; promover a integração com transporte urbano; e modernizar áreas de espera.

“O Brasil compete com outros destinos como Caribe, Mediterrâneo ou mesmo Ásia. Falta competitividade, pois nosso custo é 50% maior do que a média de Caribe e Europa, e a regulação precisa ser atualizada”, diz Marco Ferraz, presidente-executivo da Clia no Brasil. Ele calcula que um navio gera 9 mil empregos em terra e um impacto econômico de R$ 600 milhões.

Na próxima temporada, a partir de outubro, o mercado receberá uma nova embarcação, graças à chegada de uma terceira companhia, a espanhola Corazul, e ao retorno de um navio da MSC que foi deslocado para o Brasil devido à guerra no Irã. “Teremos um aumento, mas por força de uma situação eventual. A cabotagem terá cinco navios da MSC, dois da Costa Cruzeiro e um da Corazul na temporada de outubro de 2026 a abril de 2027, com mais de 830 mil leitos”, diz Ferraz. Isso representa uma retomada do setor ante os 670 mil leitos da temporada atual, que foi muito menor do que a anterior, com 870 mil leitos.

Dario Rustico, presidente-executivo da italiana Costa Cruzeiros para as Américas, diz que a infraestrutura portuária no Brasil está limitada aos grandes centros, enquanto na maioria dos portos de escala as operações são feitas por tenders (lanças de apoio). “Além das limitações operacionais e da complexidade, precisamos lidar com os impactos na experiência e na satisfação dos clientes”, afirma.

Segundo ele, os portos também precisam se adaptar às transformações do mercado. “Até 2028, 50% dos navios de cruzeiro estarão equipados para operar com GNL [gás natural liquefeito] ou metanol, e 72% da frota global terá capacidade para o uso de energia em terra. A infraestrutura no Brasil precisa estar preparada para esse cenário”, analisa.